



**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MULTIINSTITUCIONAL EM DIFUSÃO
DE CONHECIMENTO**

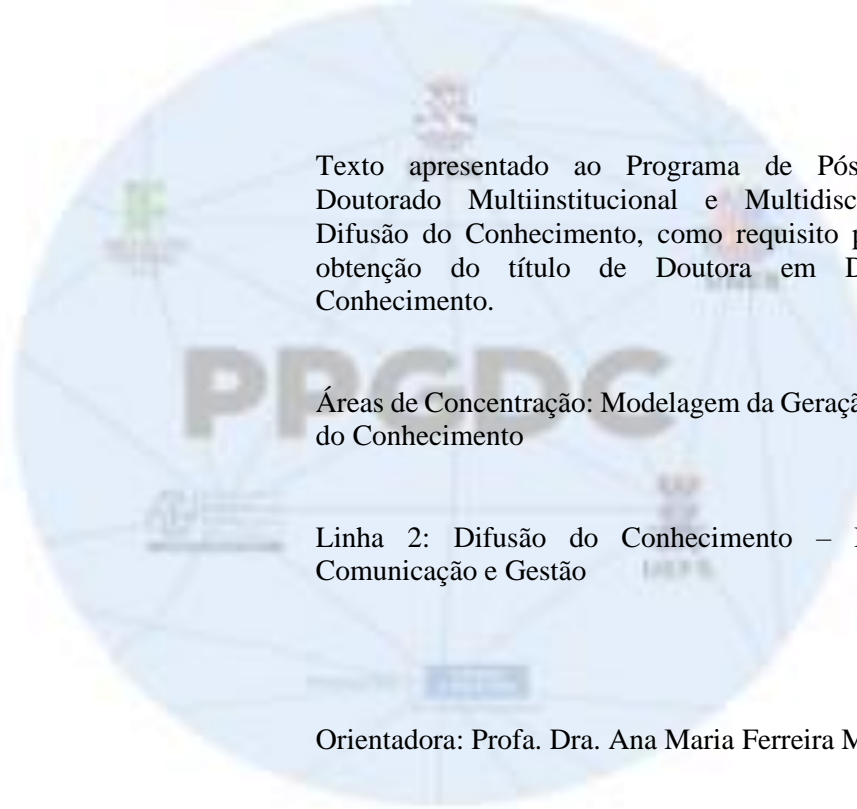
IVNA HERBÊNIA DA SILVA SOUZA

**DO "GANHAR A VIDA" PARA UMA "AÇÃO
EMANCIPATÓRIA" DE MULHERES RURAIS: produção e
difusão de conhecimento nas práticas associativas**

Salvador,
2023

IVNA HERBÊNIA DA SILVA SOUZA

**DO "GANHAR A VIDA" PARA UMA "AÇÃO
EMANCIPATÓRIA" DE MULHERES RURAIS: produção e
difusão de conhecimento nas práticas associativas**



Texto apresentado ao Programa de Pós-Graduação
Doutorado Multiinstitucional e Multidisciplinar em
Difusão do Conhecimento, como requisito parcial para
obtenção do título de Doutora em Difusão do
Conhecimento.

Áreas de Concentração: Modelagem da Geração e Difusão
do Conhecimento

Linha 2: Difusão do Conhecimento – Informação,
Comunicação e Gestão

Orientadora: Profa. Dra. Ana Maria Ferreira Menezes

Salvador,
2023

SIBI/UFBA/Faculdade de Educação - Biblioteca Anísio Teixeira

Souza, Ivna Herbênia da Silva.

Do “ganhar a vida para uma ação emancipatória” de mulheres rurais [recurso eletrônico] : produção e difusão de conhecimento nas práticas associativas / Ivna Herbênia da Silva Souza . - Dados eletrônicos. - 2023.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ana Maria Ferreira Menezes.

Tese (Doutorado em Difusão do Conhecimento) - Programa de Pós-Graduação Multi-institucional em Difusão do Conhecimento, Salvador, 2023.

Disponível em formato digital.

Modo de acesso: <https://repositorio.ufba.br/>

1. Mulheres no desenvolvimento rural. 2. Associativismo. 3. Empoderamento feminino. 4. Difusão. 5. Construção do conhecimento. 6. Economia social. I. Menezes, Ana Maria Ferreira. II. Programa de Pós-Graduação Multi-institucional em Difusão do Conhecimento. III. Título.

CDD 305.42 - 23. ed.



Universidade Federal da Bahia

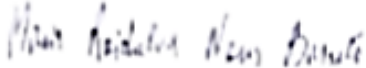
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIFUSÃO DO CONHECIMENTO
(DMMDC)**

ATA Nº 74

Ata da sessão pública do Colegiado do PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIFUSÃO DO CONHECIMENTO (DMMDC), realizada em 04/12/2023 para procedimento de defesa da Tese de DOUTORADO EM DIFUSÃO DO CONHECIMENTO no. 74, área de concentração MODELAGEM DA GERAÇÃO E DIFUSÃO DO CONHECIMENTO - DIFUSÃO DO CONHECIMENTO: INFORMAÇÃO, COMUNICAÇÃO E GESTÃO, do(a) candidato(a) IVNA HERBENIA DA SILVA SOUZA, de matrícula 217126646, intitulada DO "GANHAR A VIDA" PARA UMA "AÇÃO EMANCIPATÓRIA" DE MULHERES RURAIS: produção e difusão de conhecimento nas práticas associativas. Às 14:30 do citado dia, Plataforma Google Meet, foi aberta a sessão pelo(a) presidente da banca examinadora Prof. Dra. ANA MARIA FERREIRA MENEZES que apresentou os outros membros da banca: Prof. Dra. MARIA RAIDALVA NERY BARRETO, Prof. Dra. MARIA DE FATIMA HANAQUE CAMPOS, Prof. Dr. HERON FERREIRA SOUZA e Prof. Dr. JOSÉ RAIMUNDO OLIVEIRA LIMA. Em seguida foram esclarecidos os procedimentos pelo(a) presidente que passou a palavra ao(ã) examinado(a) para apresentação do trabalho de Doutorado. Ao final da apresentação, passou-se à arguição por parte da banca, a qual, em seguida, reuniu-se para a elaboração do parecer. No seu retorno, foi lido o parecer final a respeito do trabalho apresentado pelo candidato, tendo a banca examinadora aprovado o trabalho apresentado, sendo esta aprovação um requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor. Em seguida, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pelo(a) presidente da banca, tendo sido, logo a seguir, lavrada a presente ata, abaixo assinada por todos os membros da banca.

Documento assinado digitalmente
gov.br HERON FERREIRA SOUZA
Data: 05/12/2023 18:56:13-0300
Verifique em <https://validar.jf.gov.br>
Dr. HERON FERREIRA SOUZA
Examinador Externo à Instituição

Documento assinado digitalmente
gov.br JOSÉ RAIMUNDO OLIVEIRA LIMA
Data: 05/12/2023 10:24:55-0300
Verifique em <https://validar.jf.gov.br>
Dr. JOSÉ RAIMUNDO OLIVEIRA LIMA
Examinador Externo à Instituição


MARIA RAIDALVA NERY BARRETO, IFBA
Examinadora Interna

Documento assinado digitalmente
gov.br MARIA DE FATIMA HANAQUE CAMPOS
Data: 05/12/2023 11:30:18-0300
Verifique em <https://validar.jf.gov.br>
MARIA DE FATIMA HANAQUE CAMPOS, UNEB
Examinadora Interna



Universidade Federal da Bahia

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIFUSÃO DO CONHECIMENTO
(DMMDC)**

Ana Maria Ferreira Menezes

ANA MARIA FERREIRA MENEZES, UNEB
Presidente



Documento assinado digitalmente

IVNA HERBENIA DA SILVA SOUZA

Data: 06/12/2023 17:20:24 -0300

Verifique em: <https://verificar.br.gov.br>

IVNA HERBENIA DA SILVA SOUZA

Doutorando(a)

IVNA HERBÊNIA DA SILVA SOUZA

**DO "GANHAR A VIDA" PARA UMA "AÇÃO EMANCIPATÓRIA"
DE MULHERES RURAIS: produção e difusão de conhecimento nas
práticas associativas**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação Multiinstitucional em Difusão de Conhecimento, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Difusão do Conhecimento.

Áreas de Concentração: Modelagem da Geração e Difusão do Conhecimento

Linha 2 – Difusão do Conhecimento – Informação, Comunicação e Gestão

Salvador, 04 de dezembro de 2023.

BANCA EXAMINADORA

Ana Maria Ferreira Menezes – Orientadora _____
Doutora em Administração pela Universidade Federal da Bahia
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

Maria de Fátima Hanaque Campos _____
Doutora em História da Arte pela Universidade do Porto
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

Maria Raidalva Nery Barreto _____
Doutora em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA)

Heron Ferreira Souza _____
Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF BAIANO)

José Raimundo Oliveira Lima _____
Doutor em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB)
Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)

*A Deus e aos Orixás, por ser a força que me sustenta.
A meus pais, **Maria Joana e Lidésio (in memoriam)**, por serem meus pilares de força.
A minhas filhas **Dandara e Marina**, por serem minha fonte de inspiração diária. Que este trabalho
possa ser um exemplo de perseverança e determinação, para que vocês sigam seus sonhos com a
mesma paixão e convicção.
A minha vó **Joana**, pelo encorajamento, amor incondicional e apoio constante.
Aos meus irmãos **Yuri e Ielson**, por acreditarem em mim, mesmo nos momentos de dúvida.
A **Marcone**, cujo apoio e compreensão tornaram possível a realização deste projeto.*

AGRADECIMENTOS

Ao lembrar cada fase da minha jornada, reconheço a importância das diversas vozes, apoios, afetos e motivações que me impulsionaram até o momento atual. Em diversas ocasiões, ouvi falar sobre o propósito da pesquisa em abordar as questões fundamentais da existência, que se manifestam por meio de perguntas de investigação que nos levam por trilhas desconhecidas em busca de respostas significativas. Fico reconfortada ao perceber que não estou sozinha nessa experiência. Portanto, a síntese que agora apresento foi possibilitada pela colaboração generosa daqueles que estiveram ao meu lado antes e durante o doutorado, contribuindo com conhecimentos, servindo como inspiração e representando a esperança de transformação por meio do saber.

Neste momento, expresso minha imensa gratidão aos familiares, professores, amigos, colegas e instituições que estiveram presentes ao longo desta jornada, embora reconheça a dificuldade em mensurar completamente seu impacto.

Primeiramente, quero agradecer especialmente à Professora Dra. Ana Maria Ferreira Menezes, minha orientadora, pela acolhida, disponibilidade, amizade, tolerância, compreensão e valiosas contribuições que foram fundamentais para a realização deste trabalho.

À Professora Doutora Maria de Fátima Hanaque Campos, que gentilmente aceitou o convite e enriqueceu esta pesquisa com suas valiosas contribuições.

À Professora Doutora Maria Raidalva Barreto Nery, que, com entusiasmo, concordou em colaborar nesta fase do trabalho, acrescentando importantes contribuições a esta pesquisa.

Ao Professor Doutor José Raimundo Oliveira Lima, que generosamente concordou em fazer parte de mais uma etapa do meu percurso acadêmico. Suas considerações foram de grande importância para o desenvolvimento deste trabalho.

Minha gratidão imensurável ao Professor Doutor Heron Ferreira Souza que gentilmente aceitou se juntar a mais um capítulo da minha jornada acadêmica e cujas análises e contribuições no processo de qualificação desta pesquisa desempenharam um papel crucial na identificação dos ajustes requeridos. Suas considerações foram de fundamental importância no aprimoramento deste trabalho.

À Coordenação do Doutorado e aos funcionários, com destaque para Beatriz e Camila, minha gratidão pelo apoio e assistência contínuos ao longo da jornada acadêmica de todo o grupo.

Aos respeitadores professores do DMMDC, que generosamente compartilharam seu saber e conhecimento, sempre incentivando a expansão dos horizontes epistêmicos.

Aos colegas de doutorado, em especial às/aos minhas/meus amigas/amigos Catarina, Amilton, Lenade e Simone, cuja colaboração, amizade e troca de experiências enriqueceram minha jornada acadêmica. Suas contribuições foram inestimáveis e tornaram essa jornada ainda mais significativa.

Aos companheiros do AAPP, com destaque para aqueles que participaram ativamente do Grupo Seminário de Tese, sob a liderança de nossa orientadora, a Professora Dra. Ana Maria Ferreira Menezes. Durante esse percurso, compartilhamos constantemente nossos projetos de pesquisa e, com isso, trocamos conhecimento, dúvidas, inquietações e oferecemos apoio mútuo, elementos que marcaram profundamente nossa jornada acadêmica.

À minha mãe Maria Joana, agradeço por ser a fonte de minha determinação, incentivo e crença, alicerce de toda a minha jornada acadêmica.

Às minhas filhas Dandara e Marina pelo absenteísmo materno ao longo deste percurso, compelida que fui a dedicar uma quantidade significativa de tempo e esforço a este projeto de pesquisa – o que, por vezes, me impediu de ser/estar presente em momentos significativos de suas vidas. No entanto, em meio a esse desafio, sempre demonstraram compreensão, paciência e amor incondicional, adaptando-se a uma rotina que demandava sacrifícios – o que me envaidece e enche de orgulho.

A Marcone, meu profundo agradecimento pelos incomensuráveis apoio, incentivo e parceria, demonstrar orgulho pelas minhas conquistas e, ainda, compartilhar das minhas angústias, trazendo uma palavra amiga quando necessário ou, simplesmente, leveza para o meu dia a dia. Sua presença é inestimável.

Aos meus irmãos, Yuri e Ielson, por serem meus amigos mais próximos, por compartilharem alegrias e desafios, e por estarem sempre ao meu lado.

Às amigas/irmãs Claithiane Soares, Ana Márcia Lima, Tatiana Borba e Leonor Araújo, minha gratidão eterna. Vocês que, em nenhum momento, soltaram a minha mão, dando testemunho verdadeiro de uma amizade incondicional e fraterna. Sem a sua cumplicidade, escuta, carinho e atenção, eu não teria chegado até aqui.

Ao Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial – LaPPRuDes, por fazerem parte desta jornada. Cada um de vocês desempenhou um papel

crucial no meu desenvolvimento como pesquisadora e no sucesso deste projeto. Seja pelos debates produtivos, pelas ideias inovadoras que compartilharam ou pelo apoio incondicional nos momentos desafiadores, cada membro deste grupo contribuiu de maneira inestimável para o crescimento da pesquisa e para o meu crescimento pessoal.

Aos meus amigos, que me acompanharam em cada etapa desta jornada, oferecendo incentivo, suporte emocional e momentos de descontração que equilibram minha vida.

Por fim (e não menos importantes), às mulheres participantes desta pesquisa, gostaria de expressar a minha mais profunda gratidão. Suas contribuições foram fundamentais para o sucesso deste estudo e para a ampliação do conhecimento em nossa área. Suas histórias e perspectivas acrescentaram riqueza e profundidade aos resultados desta pesquisa, tornando-a verdadeiramente significativa.

*No vasto oceano do saber
A luz brilha com fervor,
Conhecimento, pérola rara
É um tesouro de valor.
Mas guardá-lo em segredo
Qual egoísta atitude,
Faz da sabedoria uma
Mercadoria sem virtude.*

*Compartilhar é a chave
Para o enriquecimento,
Pois o saber, como semente
Brotará a cada momento.
Nas palavras compartilhadas
No livro aberto ao vento,
Florescendo a humanidade
Em seu avanço e crescimento.*

*Na partilha do conhecer,
Se tece o futuro em comum.
Na jornada da nossa vida,
Alumia o coração de cada um.
O saber é uma coisa rica
Um legado, um presente,
Se dividido, multiplica
Se torna ação mais potente.*

*E nesse nosso caminho,
Três coisas convém recordar:
Que o saber, por si só
É uma luz delicada;
Que saberes represados
Decrescem ao nada;
E compartilhados, farol
De nossa nobre jornada.*

(Marccone Hilton de Sousa)

SOUZA, Ivna Herbênia da Silva. DO "GANHAR A VIDA" PARA UMA "AÇÃO EMANCIPATÓRIA" DE MULHERES RURAIS: produção e difusão de conhecimento nas práticas associativas. 2023. Orientadora: Ana Maria Ferreira Menezes. 289 f. il. Tese (Doutorado em difusão do Conhecimento) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2023.

RESUMO

A presente tese, intitulada DO "GANHAR A VIDA" PARA UMA "AÇÃO EMANCIPATÓRIA" DE MULHERES RURAIS: produção e difusão de conhecimento nas práticas associativas, examina o papel da produção e difusão do conhecimento nas práticas associativas, com foco nas mulheres rurais do Território Velho Chico, na Bahia, em um contexto de Associativismo e Economia Solidária. Neste estudo, tomou-se como objeto analisar como a produção e difusão do conhecimento nas práticas associativas têm contribuído para o processo de empoderamento das mulheres rurais no Território Velho Chico - Ba. Assim, a pesquisa é motivada pela necessidade de compreender como as experiências individuais contribuem para as práticas associativas, como ocorre o processo de produção e difusão do conhecimento nas associações e como essa produção de conhecimento afeta o empoderamento das mulheres rurais. Além disso, o estudo fornece uma base teórica que explora a Economia Solidária, o Associativismo Rural e o processo de empoderamento individual e coletivo. Assim, dada a particularidade do fato e a contribuição significativa da sua análise para ampliação do conhecimento, optou-se pela pesquisa qualitativa, utilizando o método de estudo de caso único, caracterizado pela pesquisa exploratória, de caráter descritiva. Quanto aos procedimentos, fez-se uso da pesquisa bibliográfica, documental, eletrônica e de campo, associada aos instrumentos de recolha de dados, tendo como instrumentos de coleta de dados a pesquisa de campo, análise documental, a aplicação de questionários e entrevistas, com a análise dos resultados obtidos feita a partir do método de análise de conteúdo de Bardin (2001) e o uso do software IRAMUTEQ. Deste modo, com os resultados da pesquisa, conclui-se que o conhecimento desempenha um papel fundamental nas práticas associativas da Economia Solidária, contribuindo para o empoderamento das mulheres rurais. Esta tese contribui para preencher uma lacuna na literatura e fornece uma visão valiosa sobre a relação entre a produção e difusão do conhecimento e o empoderamento das mulheres rurais em contextos associativos. O conhecimento emerge como um recurso estratégico e uma ferramenta crucial para a sustentabilidade e inclusão social nas organizações associativas.

Palavras-chave: Associativismo Rural, Empoderamento Feminino, Produção e Difusão do Conhecimento, Economia Solidária.

SOUSA, Ivna Herbênia da Silva. FROM "EARNING A LIVING" TO "EMANCIPATORY ACTION" BY RURAL WOMEN: Knowledge Production and Dissemination in Associative Practices. 2023. Advisor: Ana Maria Ferreira Menezes. 289 p. ill. Thesis (Doctorate in Knowledge Dissemination) – Faculty of Education, Federal University of Bahia, Salvador, 2023.

ABSTRACT

The present thesis, entitled "FROM 'MAKING A LIVING' TO AN 'EMANCIPATORY ACTION' OF RURAL WOMEN: production and dissemination of knowledge in associative practices," examines the role of knowledge production and dissemination in associative practices, focusing on rural women in the Velho Chico Territory, in Bahia, within a context of Associativism and Solidarity Economy. This study aims to analyze how knowledge production and dissemination in associative practices have contributed to the empowerment process of rural women in the Velho Chico Territory - Bahia. Thus, the research is motivated by the need to understand how individual experiences contribute to associative practices, how the process of knowledge production and dissemination occurs within associations, and how this knowledge production affects the empowerment of rural women. Additionally, the study provides a theoretical framework exploring Solidarity Economy, Rural Associativism, and the process of individual and collective empowerment. Given the particularity of the phenomenon and the significant contribution of its analysis to the expansion of knowledge, qualitative research was chosen, utilizing the single case study method characterized by exploratory and descriptive research. Regarding procedures, bibliographic, documentary, electronic, and field research were used, associated with data collection instruments such as field research, document analysis, questionnaire application, and interviews, with the analysis of the results conducted using Bardin's content analysis method (2001) and the use of the IRAMUTEQ software. Thus, from the research results, it is concluded that knowledge plays a fundamental role in associative practices of Solidarity Economy, contributing to the empowerment of rural women. This thesis contributes to filling a gap in the literature and provides valuable insight into the relationship between knowledge production and dissemination and the empowerment of rural women in associative contexts. Knowledge emerges as a strategic resource and a crucial tool for sustainability and social inclusion in associative organizations.

Keywords: Rural Associativism, Female Empowerment, Knowledge Production and Dissemination, Solidarity Economy.

SOUZA, Ivna Herbênia da Silva. DE "GANAR LA VIDA" A UNA "ACCIÓN EMANCIPATORIA" DE MUJERES RURALES: producción y difusión de conocimiento en prácticas asociativas. 2023. Orientadora: Ana Maria Ferreira Menezes. 289 p. il. Tesis (Doctorado en Difusión del Conocimiento) - Facultad de Educación, Universidad Federal de Bahía, Salvador, 2023.

RESUMEN

La presente tesis, titulada DE "GANAR LA VIDA" A UNA "ACCIÓN EMANCIPATORIA" DE MUJERES RURALES: producción y difusión de conocimiento en prácticas asociativas, examina el papel de la producción y difusión del conocimiento en las prácticas asociativas, centrándose en las mujeres rurales del Territorio Velho Chico, en Bahía, en un contexto de Asociativismo y Economía Solidaria. En este estudio, se ha tomado como objeto analizar cómo la producción y difusión del conocimiento en las prácticas asociativas han contribuido al proceso de empoderamiento de las mujeres rurales en el Territorio Velho Chico, Bahía. Así, la investigación está motivada por la necesidad de comprender cómo las experiencias individuales contribuyen a las prácticas asociativas, cómo ocurre el proceso de producción y difusión del conocimiento en las asociaciones y cómo esta producción de conocimiento afecta el empoderamiento de las mujeres rurales. Además, el estudio proporciona una base teórica que explora la Economía Solidaria, el Asociativismo Rural y el proceso de empoderamiento individual y colectivo. Por lo tanto, dada la particularidad del hecho y la contribución significativa de su análisis para la ampliación del conocimiento, se optó por la investigación cualitativa, utilizando el método de estudio de caso único, caracterizado por la investigación exploratoria, de carácter descriptivo. En cuanto a los procedimientos, se hizo uso de la investigación bibliográfica, documental, electrónica y de campo, asociada a instrumentos de recopilación de datos, teniendo como instrumentos de recopilación de datos la investigación de campo, análisis documental, aplicación de cuestionarios y entrevistas, con el análisis de los resultados obtenidos a partir del método de análisis de contenido de Bardin (2001) y el uso del software IRAMUTEQ. De este modo, con los resultados de la investigación, se concluye que el conocimiento desempeña un papel fundamental en las prácticas asociativas de la Economía Solidaria, contribuyendo al empoderamiento de las mujeres rurales. Esta tesis contribuye a llenar un vacío en la literatura y proporciona una visión valiosa sobre la relación entre la producción y difusión del conocimiento y el empoderamiento de las mujeres rurales en contextos asociativos. El conocimiento emerge como un recurso estratégico y una herramienta crucial para la sostenibilidad e inclusión social en las organizaciones asociativas.

Palabras clave: Asociativismo Rural, Empoderamiento Femenino, Producción y Difusión del Conocimiento, Economía Solidaria.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Design da Estrutura da Tese.....	35
Figura 2	Espiral da criação do conhecimento organizacional	50
Figura 3	Processo de Criação do Conhecimento Organizacional - Modelo SECI	51
Figura 4	Modelo SECI de criação do conhecimento.....	54
Figura 5	Representação conceitual do Ba	55
Figura 6	Componentes da Teoria Social de Aprendizagem	62
Figura 7	Construção do Conhecimento a partir da Práxis	67
Figura 8	Mapa Conceitual do Capítulo 2	70
Figura 9	Mapa dos Territórios de Identidade / Identificação dos Cesols	86
Figura 10	Mapa Conceitual do Capítulo 3	107
Figura 11	Mapa Epistemológico da Pesquisa	113
Figura 12	Localização do Território Velho Chico, Bahia	124
Figura 13	Fases da Análise de Conteúdo	136
Figura 14	Convergência das várias fontes de evidência	140
Figura 15	Mapa Conceitual da Pesquisa	142
Figura 16	Nuvem de Palavras dos Processos de Produção e Difusão das Práticas Associativas	152
Figura 17	Representação do Ba nas Práticas Associativas Rurais	156
Figura 18	Corpus I da análise de similitude sobre o processo de Produção e Difusão do Conhecimento	163
Figura 19	Nuvem de Palavras das Práticas Associativas como Comunidades de Prática	169
Figura 20	Corpus II da análise de similitude sobre as Práticas Associativas como Comunidades de Prática	170
Figura 21	Representação das Comunidades de Prática das Associadas	183
Figura 22	Composição dos Empreendimentos por Gênero	204

Figura 22	Corpus III da análise de similitude sobre a construção do empoderamento individual e/ou coletivo das mulheres a partir das práticas associativas rurais	209
Figura 24	Nuvem de Palavras sobre a percepção de como as mulheres compreendem a contribuição das práticas associativas para o processo de empoderamento e autonomia feminina	212
Figura 25	Corpus IV da análise de similitude sobre a percepção das mulheres rurais enquanto sujeitas de direitos	218
Figura 26	Corpus V da análise de similitude que versa sobre as práticas associativas na reprodução ampliada da vida das mulheres rurais	237

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Algumas visões de pensadores ocidentais sobre o conhecimento	41
Quadro 2	Tipos fundamentais de conhecimento	42
Quadro 3	Parcerias entre a Senaes e Governo Federal	83
Quadro 4	Caracterização das Participantes da Pesquisa	127
Quadro 5	Design Operacional Da Pesquisa I	130
Quadro 6	Matriz de Análise de Conteúdo	138
Quadro 7	Design Operacional Da Pesquisa II	287

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Aspectos Demográficos do Território Velho Chico/Ba	123
----------	--	-----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01	Uso das Redes Sociais para interação e compartilhamento de saberes entre as Associadas.....	159
Gráfico 02	Grau de compartilhamento de Informações e Saberes entre as Associadas nos Grupos Produtivos.....	161
Gráfico 03	Participação em cursos, Oficinas e Treinamentos oferecidos através das Associações.....	165
Gráfico 04	Grau de envolvimento das associadas nas trocas de experiência e saberes dentro da Associação.....	174
Gráfico 05	Grau de entendimento sobre Economia Solidária.....	178
Gráfico 06	Relação entre as práticas associativas aprendidas e praticadas pelo grupo e as normas e diretrizes que regem o funcionamento da Associação	180
Gráfico 07	Acesso às Políticas Públicas	215
Gráfico 08	Grau de Influência das vivências na tomada de decisão das mulheres nos vários espaços de convivência	222
Gráfico 09	Grau de Participação das Mulheres Rurais nas Atividades Comunitárias	224
Gráfico 10	Grau de Importância da Participação das Mulheres na Associação e nos Grupos Produtivos para elas e suas Famílias	228
Gráfico 11	Grau de Participação nos Grupos e sua contribuição para o Desenvolvimento Individual das Mulheres	231

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
CEE	Comunidade Econômica Europeia
CESOLS	Centros Públicos de Economia Solidária
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CNES	Conselho Nacional de Economia Solidária
DCHT	Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias
DMMDC	Doutorado Multiinstitucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento
EAA	Empreendimentos Autogestionários Alternativos
EAF	Entidades de Apoio e Fomento
ECOCAMPO	Estudos em Economia Solidária e Questões do Campo Baiano
ECOSOL	Economia Solidária
EES	Empreendimentos Econômicos Solidários
ES	Economia Solidária
FBES	Fórum Brasileiro de Economia Solidária
FMI	Fundo Monetário Internacional
GC	Gestão do Conhecimento
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
PA	Projeto de Assentamento
PAE	Projeto Agroextrativista
PEC	Projeto de Emenda Constitucional
PLANSEQ	Planos Setoriais de Qualificação Social e Profissional
PLANTEQ	Planos Territoriais de Qualificação
PROESQ	Projetos Especiais de Qualificação
PTDRS	Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Solidário

SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
SESOL	Superintendência de Economia Solidária
SETRE	Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte
SIES	Sistema de Informação em Economia Solidária
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	25
1.2	TEMA DO PROJETO E PROBLEMA A SER ABORDADO	30
1.3	JUSTIFICATIVA	32
1.4	OBJETIVOS	34
1.4.1	Geral	34
1.4.2	Específicos	34
1.5	ESTRUTURA DO TRABALHO	34
2	PRODUÇÃO E DIFUSÃO DO CONHECIMENTO	37
2.1	O CONHECIMENTO	38
2.2	O PROCESSO DE CRIAÇÃO E DIFUSÃO DO CONHECIMENTO NAS ORGANIZAÇÕES (ESPIRAL DO CONHECIMENTO)	45
2.3	PROCESSOS DE PRODUÇÃO E DIFUSÃO DE CONHECIMENTO EM COMUNIDADES DE PRÁTICA: A Construção Social do Conhecimento	57
2.3.1	A práxis como origem do conhecimento	62
3	A ECONOMIA SOLIDÁRIA E SEUS VÍNCULOS	71
3.1	ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL E NA BAHIA	79
3.2	POR UMA OUTRA ECONOMIA: Entendendo os Conceitos	87
3.3	PRÁTICAS ASSOCIATIVAS RURAIS: Sinergia entre Associativismo e Economia Solidária	96
4	O PERCURSO METODOLÓGICO	108
4.1	ABORDAGEM EPISTEMOLÓGICA DA PESQUISA	109
4.2	TIPOLOGIA E MÉTODO DE PESQUISA	114
4.3	PROCEDIMENTOS DA PESQUISA	118

4.4	PESQUISA DE CAMPO	119
4.4.1	Definição do Locus da pesquisa	120
4.4.2	Definição das Participantes da Pesquisa	126
4.4.3	Procedimentos para recolha de dados e informações	128
4.4.3.1	Observação direta	132
4.4.3.2	Questionário	132
4.4.3.3	Entrevistas	134
4.5	TÉCNICAS PARA ANÁLISE DE DADOS	135
5	PRÁTICAS ASSOCIATIVAS NA ECOSOL COMO INSTRUMENTO DE PRODUÇÃO E DIFUSÃO DO CONHECIMENTO	143
5.1	AS PRÁTICAS ASSOCIATIVAS E A CRIAÇÃO DE CONHECIMENTO	144
5.2	AS PRÁTICAS ASSOCIATIVAS RURAIS EM COMUNIDADES DE PRÁTICA	167
6	PRÁTICAS ASSOCIATIVAS SOLIDÁRIAS E PRODUÇÃO E DIFUSÃO DO CONHECIMENTO: uma relação necessária para a autonomia feminina	186
6.1	PRÁTICAS ASSOCIATIVAS NA REPRODUÇÃO AMPLIADA DA VIDA: empoderando e emancipando mulheres rurais	200
7	À GUIA DE (IN)CONCLUSÃO	241
	REFERÊNCIAS	252
	APÊNDICE A – ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO DIRETA	276
	APÊNDICE B – ROTEIRO DE QUESTIONÁRIO: associadas	278
	APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTAS: associadas e representantes de entidades e órgãos públicos	283
	APÊNDICE D – TERMO DE LIVRE CONSENTIMENTO	284

APÊNDICE E – PESQUISA: DESIGN OPERACIONAL DA PESQUISA II	287
APÊNDICE F – IRAMUTEC ESTRUTURA HIERÁRQUICA DO SISTEMA DE CÓDIGOS DA PESQUISA	289

1 INTRODUÇÃO

“O saber deve ser como um rio, cujas águas doces, grossas, copiosas, transbordem do indivíduo, e se espraíem, estancando a sede dos outros. Sem um fim social, o saber será a maior das futilidades”

(Gilberto Freyre)

Desde o início do século XX, a concepção de que as relações sociais formam uma estrutura que molda as ações individuais tem sido explorada. Essa representação da estrutura como um tecido ou rede, inicialmente utilizada para conectar o comportamento individual à estrutura social à qual pertence, evoluiu para se tornar uma ferramenta de análise fundamental nas relações que emergem das novas configurações de relacionamentos sociais.

Nesse cenário de ascensão de novas formas produtivas e societais, frequentemente referidas como sociedade da informação, sociedade do conhecimento e sociedade do aprendizado, a produção, disseminação de informação/conhecimento e redução das desigualdades sociais estão interligadas e mutuamente essenciais (Baumgarten, Teixeira e Lima, 2007). Conseqüentemente, as redes responsáveis pela produção, compartilhamento e apropriação de conhecimento assumem uma posição central na sociedade, tornando crucial a reflexão sobre seu impacto nas formas de geração e acesso ao conhecimento (Baumgarten, Teixeira e Lima, 2007, p. 403).

A sociedade do conhecimento é caracterizada pela capacidade de identificar, produzir, processar, transformar, disseminar e utilizar informações para construir e aplicar conhecimento em prol do desenvolvimento humano (Unesco, 2005, p. 27). Esse paradigma requer uma perspectiva social que englobe a diversidade, a inclusão, a solidariedade e a participação como elementos fundamentais.

Castells (2005, p. 53) denomina esse “novo modo de desenvolvimento, baseado na tecnologia de informação, de sociedade informacional” e afirma que “nessa sociedade, a fonte de produtividade acha-se na tecnologia de geração de conhecimentos, de processamento de informação e de comunicação de símbolos” (Castells; 2005, p. 54). Para o autor o conhecimento e informação são elementos-chave em todos os modos de desenvolvimento, visto que o processo produtivo se baseia em algum grau de conhecimento e no processamento da informação (Castells; 2005).

Essa abordagem, conforme Castells, sublinha a importância da tecnologia e da informação na economia e na sociedade contemporânea, onde o acesso e a gestão eficaz do conhecimento desempenham um papel fundamental na inovação, na competitividade e no desenvolvimento econômico. Neste sentido, a análise de Castells ressalta a transição para

uma economia impulsionada pelo conhecimento, na qual a geração e o uso eficiente da informação desempenham um papel central na dinâmica da sociedade e do desenvolvimento econômico.

Nessa sociedade, o conhecimento é considerado um recurso estratégico, e as organizações e indivíduos que conseguem acessar e utilizar efetivamente o conhecimento estão em melhor posição para inovar e competir no cenário global (Drucker, 1993). A rápida evolução tecnológica, especialmente no campo da tecnologia da informação e comunicação, tem impulsionado a disseminação e o compartilhamento de conhecimento em uma escala sem precedentes (Nonaka e Takeuchi, 1995).

Neste contexto, é sabido que o conhecimento desempenha papel fundamental na história. Sua aquisição e aplicação sempre representaram estímulo para inúmeras conquistas. No entanto, apenas "saber muito" sobre algo não proporciona, por si só, maiores e melhores oportunidades para uma organização. Quando aliado à sua gestão, porém, o conhecimento faz diferença: a criação e a implantação de processos que gerenciem, armazenem e disseminem o conhecimento representam um novo desafio a ser enfrentado pelas organizações.

Face ao exposto, a distinção fundamental entre mera informação e conhecimento reside na presença de uma intencionalidade subjacente a este último. Essa intencionalidade, em essência, representa a finalidade intrínseca do conhecimento, que comumente concebemos como o resultado da aprendizagem, envolvendo a acumulação de teorias, ideias e conceitos relativos a determinado assunto. Portanto, o conhecimento, por meio de sua intencionalidade, assemelha-se à noção de "saber" como definida por Charlot, que se refere às informações e conhecimentos que os seres humanos mobilizam para interagir com o mundo, estabelecer conexões com seus semelhantes, participar na sociedade, compreender o universo e apreender a complexidade da vida (Charlot, 2000, p. 62).

Conforme Ponchirolli (2009, p. 67), “o ‘aprender a conhecer’, ‘a fazer’, ‘a conviver’ e ‘a ser’ são as habilidades e competências principais no mercado competitivo”. Hoje em dia, são considerados investimentos para desenvolver recursos essenciais, não sendo tratados como despesas e constituindo aquilo que será necessário para assegurar vantagem com o tempo, inclusive, vindo a gerar um capital diferenciado e de alto valor para a organização,

sendo possível a sua mensuração ser vista como receita positiva para a organização (Ponchirolli; 2009).

No mesmo sentido de Ponchirolli, Takeuchi e Nonaka (2008, p. 25) afirmam, “o conhecimento só pode ser criado pelos indivíduos, mas estes devem ser apoiados e estimulados intencionalmente pela organização, que proporciona as condições necessárias para o seu desenvolvimento”. Ainda segundo os autores, “a dinâmica da criação do conhecimento é um processo em espiral” (Nonaka; Takeuchi; 1997, p. 5). Começa no nível individual e se amplia para comunidades de interação, que cruzam fronteiras, sendo necessário criar instrumentos para identificar, gerar, trocar e coletar o conhecimento necessário para a viabilidade organizacional (Nonaka; Takeuchi; 1997).

Destarte, o conhecimento impõe-se como fator fundamental para a otimização dos resultados das organizações, tornando-as mais eficientes e propensas a atingir seus objetivos (Barreto; 2004). Graças a tudo isso, a Gestão do Conhecimento (GC) se transforma em um valioso recurso estratégico para a vida das pessoas e para todos os tipos de organizações, sendo o diferencial competitivo e se configurando como uma nova área de pesquisa e discussão (quanto à sua utilização e aplicação), além de permitir a geração de vantagens e diferencial competitivo nos ambientes interno e externo.

A teoria sobre GC surgiu do conceito de capital intelectual¹ e desenvolveu concepções com base nos estudos sobre a importância dos recursos intangíveis e das competências organizacionais. Os avanços nos sistemas de tecnologia têm provocado enorme aceleração nos processos de criação e GC, instaurando uma nova era nas relações interpessoais e uma nova maneira de gerenciar as pessoas (Zanco; Coltre; 2016).

Sob essa perspectiva, a GC pode ser compreendida como um conjunto de processos empregados pelas organizações para colaborar na criação, capturar e compartilhar o conhecimento tácito, através do intercâmbio entre pessoas, além de permitir acesso a todo

¹ Stewart (1998, p. 13) afirma que o capital intelectual “constitui a matéria intelectual – conhecimento, informação, propriedade intelectual e experiência que pode ser utilizada para gerar riqueza. É a capacidade mental coletiva”. Logo, admite-se o Capital Intelectual, como o conjunto de valores ocultos que agregam valor às organizações, permitindo sua continuidade (STEWART; 1998).

o conhecimento da organização, estruturado ou não, sob a forma de conhecimento explícito, de modo a atingir plenamente os seus objetivos (Barreto; 2004).

Trazendo essa afirmativa para o contexto do Associativismo, da Economia Solidária e dos grupos produtivos, a GC deve se associar diretamente à gestão de pessoas, uma vez que as relações de convivência, trabalho, compartilhamento de saberes e procedimentos, são necessariamente afetadas nesse processo. A importância do contexto individual no processo de GC reside no fato das pessoas serem o lócus do que se pretende gerir, tornando-as imprescindíveis e devendo ser vistas como um investimento organizacional (Singer; 2002).

Partindo desse pressuposto, a era da informação e a ênfase na aprendizagem organizacional, aliadas à prática da Gestão do Conhecimento e à construção do capital social², desencadearam a disseminação de informações, o estabelecimento de conexões interpessoais e mudanças significativas na colaboração, ocorrendo em uma variedade de modelos organizacionais. Esse processo de disseminação do conhecimento permitiu a identificação e a análise dos fluxos de informação entre os intervenientes, a compreensão do papel desempenhado por diferentes tipos de relacionamentos na facilitação desses processos e a conexão das redes informais com as estruturas formais previstas nas organizações.

Sob essa perspectiva, dentro do contexto globalizado atual, a obtenção de informações relativas aos processos envolvidos na ECOSOL desempenha um papel crucial, pois fornece elementos essenciais para o planejamento de curto, médio e longo prazo dos Empreendimentos Autogestionários Alternativos (EAA's) em si. Sob essa ótica, torna-se imperativo que os EAA's valorizem a informação e o conhecimento da mesma forma que valorizam as matérias-primas utilizadas na fabricação de seus produtos. De acordo com Le Coadic (1996, p. 10-11), no contexto da ECOSOL e dos EAA's, a informação é um ciclo

² Putman (1995, p. 67) define capital social como uma série de características das organizações sociais, tais como as relações, as normas e a confiança social, que facilitam a coordenação e a cooperação para conseguir o benefício mútuo. Ou seja, capital social é o conjunto de interações das pessoas e das associações sociais e produtivas envolvendo ordenamento, redes sociais, liderança, cooperação, civismo, reciprocidade de favores e confiança que contribuem para que as pessoas atinjam objetivos e metas comuns. Putnam complementa que num grupo ou numa sociedade com um valor significativo de capital social, as redes sociais de compromisso cívico estimulam a prática generalizada de confiança recíproca, facilitando a confiança mútua.

que engloba a criação, a comunicação e a utilização da informação, sendo que cada um desses elementos exerce influência mútua.

Diante do exposto, a Economia Solidária (ECOSOL) enfrenta o desafio de conceber um fluxo de informação que promova a construção colaborativa dessa informação solidária, de modo a criar estratégias eficazes para a disseminação e uso dessa informação nos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES's). É relevante observar que, na sociedade contemporânea, a informação desempenha um papel central, sendo também considerada conhecimento comunicado (Capurro e Hjørland, 2007). De acordo com esses autores, a informação é uma condição fundamental para o desenvolvimento econômico e é compreendida como um recurso que inclui não apenas o capital e a matéria-prima, mas também o trabalho.

Considerando o argumento apresentado, fica evidente que a Ciência da Informação assume uma responsabilidade social e uma função significativa (Freire, 2002). A informação desempenha o papel de fornecer o conhecimento necessário para a ação social, seja em nível coletivo ou individual (Freire, 2002). No entanto, apesar do discurso que destaca a importância da responsabilidade social e do valor da disseminação de informação e conhecimento para a sustentabilidade e a inclusão social, é perceptível uma desconexão com os movimentos sociais.

Nesse contexto, as organizações associativas do século XXI demandam abordagens inovadoras que incorporem os desafios sociais e econômicos específicos desse setor (Schneider, 2010). As práticas associativas relacionadas aos processos de Gestão do Conhecimento (GC) promovem a articulação e o aprimoramento dos processos de cooperação, contribuindo para a construção de uma identidade coletiva entre os associados. Acredita-se que o exercício da cidadania por parte dos associados e cooperados deve ser baseado em processos educacionais que incentivem o diálogo e a escuta, ao mesmo tempo em que sejam questionadores e emancipatórios (Freire, 1999).

Desse modo, a seguir, apresentamos a problemática que se tornou foco deste estudo.

1.2 TEMA DO PROJETO E PROBLEMA ABORDADO

Conforme vimos até o presente momento, nossa análise destaca a Gestão do Conhecimento (GC) como um método que orienta a capacidade das associações/cooperativas e grupos produtivos no desenvolvimento, compartilhamento e incorporação de conhecimento, ampliando a dimensão organizacional do conhecimento gerado pelos indivíduos (Zanco, Coltre, 2016).

Conforme observado por Ponchirolli e Fialho (2005), um dos objetivos da gestão do conhecimento é criar um ambiente onde as pessoas se sintam motivadas a buscar e compartilhar seus conhecimentos. O fato de as pessoas trabalharem juntas em um mesmo local indica que ocorre uma transferência de conhecimento. No entanto, é essencial avaliar a eficácia dessas transferências, entender como ocorrem e qual é o impacto nos indivíduos e na organização (Palavecini, Miecowski, 2020).

A gestão do conhecimento vai além da simples utilização de tecnologias de informação, uma vez que seu foco principal reside em estabelecer um ambiente organizacional que se baseie na confiança mútua entre os colaboradores (Palavecini, Miecowski, 2020). Portanto, o compartilhamento de informações se torna fundamental, e a captura de conhecimento não pode ser reduzida a uma decisão estratégica isolada (Alvares, Baptista, Araújo, 2010).

Considerando que as mulheres rurais demonstram uma notável capacidade de mobilização, organizam-se por meio de grupos de interesse e associações, e buscam melhorar suas condições de vida e as de suas famílias por meio da organização de suas atividades produtivas e comerciais, surge a necessidade atual deste estudo. Apesar de suas habilidades, essas mulheres enfrentam desafios na gestão de seus empreendimentos, tornando essa pesquisa relevante e oportuna.

Deste modo, esta pesquisa foi construída a partir de um estudo em torno da relação entre o processo de difusão do conhecimento e as práticas associativas dos grupos produtivos de mulheres rurais, na qual buscamos responder ao seguinte problema de pesquisa: Como a produção e difusão do conhecimento nas práticas associativas têm contribuído para o processo de empoderamento das mulheres rurais no Território Velho Chico?

Nesse sentido, a condução da pesquisa apoiou-se em algumas questões que embasaram expectativas quanto aos resultados desejados. Questões estas, apresentadas a seguir:

- 1) Como acontece o processo de produção e difusão do conhecimento dentro dos grupos produtivos?
- 2) De que forma as vivências e experiências individuais contribuem para as práticas associativas das mulheres no âmbito dos grupos produtivos?
- 3) Como vem se dando a construção do empoderamento individual e/ou coletivo das mulheres rurais no Território Velho Chico?

A partir do problema e das questões norteadoras aqui propostas, apresentamos a seguir os argumentos que justificam a necessidade e relevância de nossa pesquisa.

1.3 JUSTIFICATIVA

As mudanças estruturais de ordem econômica e social, ocorridas no mundo, nas últimas décadas, fragilizaram o modelo tradicional de relação capitalista de trabalho. O aumento da informalidade e a precarização das relações formais afirmaram-se como tendência em uma conjuntura de desemprego, levando trabalhadores a se sujeitar a ocupações em que seus direitos sociais são abdicados para garantir sua sobrevivência (Singer; 2009).

Nesse sentido, o aprofundamento dessa crise abriu espaço para o fortalecimento e avanço de outras formas de organização do trabalho desencadeadas, em grande parte, pela necessidade de os indivíduos encontrarem alternativas de geração de renda. Assim, experiências coletivas de trabalho e produção vêm se disseminando nos espaços rurais e urbanos, por meio de cooperativas de produção, serviços e consumo, das associações, redes de produção, consumo e comercialização, além de empreendimentos populares solidários, empresas de autogestão, entre outras formas de organização (Araújo; 2017).

O interesse pelo tema veio de minha experiência, enquanto professora substituta da Universidade do Estado da Bahia – UNEB no Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias – DCHT / Campus XVII, quando atuei nas comunidades rurais com ações do projeto de extensão ECOCAMPO, que tinha como objetivo a incubação dos grupos de organizações associativas formados por mulheres da zona rural no município de Bom Jesus

da Lapa. Pessoalmente, identificada com a luta das mulheres, principalmente os grupos de mulheres rurais, venho acompanhando desde 2014, a trajetória das mulheres rurais do referido território.

Ao aprofundar os estudos sobre a temática, foi constatado que poucos trabalhos realizaram ou realizam uma análise científica sobre a participação feminina no universo agrícola, dominado pelo trabalho masculino. Ainda hoje, é possível observar que, no meio rural, as desigualdades são bastantes acentuadas. Mesmo tendo alcançado vários direitos, as mulheres agricultoras se encontram em uma luta incansável pela igualdade e pela verdadeira efetivação de seus direitos de cidadania (Araújo; 2017).

Na condução da pesquisa bibliográfica abrangente e digital, nosso objetivo foi obter uma visão abrangente da temática em questão. Utilizamos diversas fontes, incluindo plataformas renomadas como Science Direct, Periódicos Capes e Scielo, para conduzir essa investigação. Como resultado, identificamos um total de 4.980 documentos, compreendendo artigos, dissertações e teses, que abordaram uma variedade de tópicos relacionados à produção e disseminação do conhecimento, práticas associativas e o fortalecimento tanto em nível individual quanto coletivo. É importante destacar que esses temas foram explorados de maneira diversificada e sem conexões diretas entre eles.

Assim, toda esta investigação trouxe contribuições ao estudo, agregando elementos importantes para reflexões sobre o tema. O ineditismo desta pesquisa foi constatado a partir da revisão sistemática na literatura sobre a relação das práticas associativas e a produção e difusão do conhecimento e sua contribuição para o processo de empoderamento individual e/ou coletivo dessas mulheres. Portanto, como não foram localizados trabalhos deste cunho acadêmico, este estudo justifica-se como algo inovador neste campo de pesquisa.

Sendo assim, a relevância deste estudo está no fato proposto do debate sobre as diferentes perspectivas de emancipação das mulheres camponesas a partir da produção e difusão do conhecimento e as práticas associativas que as constituem, tanto do seu próprio ponto de vista, quanto dos demais atores envolvidos.

Nesse contexto, este estudo procurou estabelecer uma conexão entre a teoria e a vivência prática, contribuindo para a discussão sobre o impacto da relação das mulheres rurais com

a produção e disseminação do conhecimento nos grupos produtivos de suas comunidades. Além disso, esse trabalho incentiva a reflexão sobre como essa produção e compartilhamento de conhecimento estão ligados ao processo de empoderamento dessas mulheres na sociedade contemporânea.

Destarte, elencamos para este estudo os seguintes objetivos:

1.4 OBJETIVOS

1.4.1 Geral:

- Analisar como a produção e difusão do conhecimento nas práticas associativas têm contribuído para o processo de empoderamento das mulheres rurais no Território Velho Chico - Ba.

1.4.2 Específicos:

- Identificar os processos de produção e difusão do conhecimento existentes nas práticas associativas dos grupos produtivos;
- Analisar como as vivências e experiências individuais contribuem para as práticas associativas das mulheres rurais no âmbito dos grupos produtivos;
- Analisar como vem se constituindo a construção do empoderamento individual e/ou coletivo das mulheres rurais a partir das práticas associativas vivenciadas nos grupos produtivos;

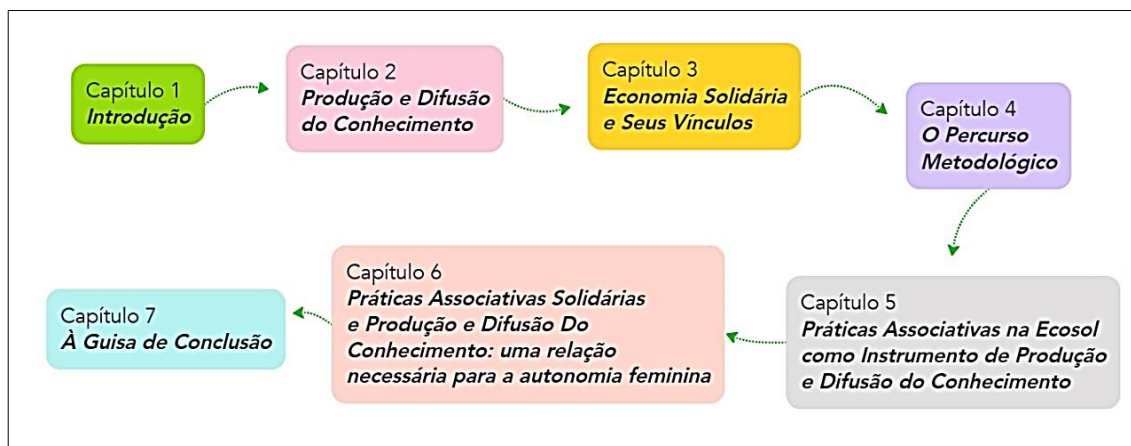
Desta forma, passamos agora a detalhar a estrutura que constitui o presente trabalho.

1.5 ESTRUTURA DO TRABALHO

Dentro do contexto dos princípios e objetivos desta pesquisa, a tese segue uma estrutura composta por sete capítulos, conforme ilustrado na Figura 1. O primeiro capítulo, que serve como introdução, tem como finalidade oferecer uma visão geral da pesquisa. Ele aborda o

tema em questão, contextualiza o cenário de investigação, descreve o problema de pesquisa, apresenta as razões e motivações que fundamentam o estudo e estabelece os objetivos a serem alcançados.

Figura 1 - Design da Estrutura da Tese



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

No Capítulo 02, denominado *Produção e Difusão do Conhecimento*, iniciamos o processo de discussão reflexiva ao aprofundar as concepções e perspectivas epistemológicas relacionadas à produção e disseminação do conhecimento. Nessa etapa, foram apresentadas diversas abordagens teóricas que exploram o conhecimento no contexto das organizações associativas. Destacamos o papel crucial dos grupos associativos na criação de conhecimento, por meio da interação dinâmica entre o conhecimento tácito e explícito, vivenciado por indivíduos e ampliado coletivamente através de processos de interação e difusão do conhecimento em comunidades de prática dentro do contexto da economia solidária.

No Capítulo 03, denominado *Economia Solidária e Seus Vínculos*, procedemos com uma abordagem sobre a fundamentação teórica acerca da Economia Solidária, seu estado da arte, seus princípios e características, além do Associativismo Rural na perspectiva da ECOSOL e sua relação com os grupos produtivos. Versa, ainda, sobre como as práticas associativas rurais se constituem enquanto um processo sinérgico entre o Associativismo e Economia Solidária e cujo objetivo é o empoderamento individual e/ou coletivo das mulheres rurais.

No Capítulo 04, intitulado de *O Percurso Metodológico*, apresentamos o delineamento metodológico com detalhes, abordando a escolha da abordagem qualitativa e do método do estudo de caso, bem como os procedimentos de pesquisa adotados. Explicamos a definição do cenário de estudo e a seleção das participantes da pesquisa, juntamente com os métodos utilizados para coletar dados e informações. Além disso, neste capítulo, descrevemos as estratégias de análise de dados, que incluem categorias relacionadas, fundamentadas na técnica de análise de conteúdo conforme proposta por Bardin (2011) e Amado, Costa e Crusoé (2014).

O Capítulo 05, *Práticas Associativas na Ecosol como Instrumento de Produção e Difusão do Conhecimento*, iniciamos a apresentação dos resultados da pesquisa objetivando, neste capítulo, apresentar a caracterização do processo de produção e difusão do conhecimento nas práticas associativas segundo dados e informações coletados, analisando, a luz do referencial teórico apresentado, como se dá a construção e disseminação do conhecimento nos grupos produtivos.

No capítulo 06, denominado *Práticas Associativas Solidárias e Produção e Difusão Do Conhecimento: uma relação necessária para a autonomia feminina*, evidenciamos a análise e discussão dos resultados obtidos na pesquisa de campo sobre as práticas associativas enquanto instrumento de emancipação e empoderamento das mulheres rurais, possibilitando a compreensão do fenômeno estudado com suporte no referencial teórico da pesquisa, revelando o alcance dos objetivos projetados para ao estudo.

Por fim, no capítulo 07, apresentaremos *à Guisa de Conclusão* em relação ao estudo realizado. Nesta etapa, realizamos uma síntese dos principais pontos abordados nos capítulos anteriores, com foco no processo de produção e difusão do conhecimento no contexto das práticas das mulheres rurais. Para a análise, utilizamos como base as teorias sobre a criação do conhecimento, as comunidades de prática, a economia do amor, pedagogia da práxis e a ampliação da reprodução da vida. Além disso, oferecemos uma avaliação dos objetivos atingidos, os resultados da pesquisa, uma abordagem crítica das questões norteadoras e considerações que podem abrir caminho para futuras pesquisas. Como complemento, são incluídos elementos como referências, apêndices e anexos.

2 PRODUÇÃO E DIFUSÃO DO CONHECIMENTO

"O conhecimento é a chave que desbloqueia as portas da emancipação, permitindo que indivíduos alcancem sua plena capacidade e se tornem agentes ativos na transformação de suas próprias vidas e da sociedade."

(Paulo Freire)

Neste capítulo apresentaremos, inicialmente, uma breve contextualização sobre o conhecimento, seus diferentes conceitos e abordagens que visam ajudar na análise do objeto a ser estudado nesta tese. A priori, partiremos da compreensão sobre as dimensões de criação do conhecimento, os tipos de conhecimento, os modos de conversão representados pelo Processo de Criação do Conhecimento Organizacional - Modelo SECI, os conceitos, perspectivas e desafios ao processo de difusão do conhecimento, no intuito de compreender sua importância no contexto das comunidades epistêmicas³ e organizacional.

Destarte, o objetivo deste capítulo é mostrar como ocorre dentro de uma perspectiva analítica os processos de criação e difusão do conhecimento e sua importância para a sobrevivência e potencialização dos Empreendimentos Econômicos Solidários e de seus membros, bem como, o seu papel estratégico para a disseminação da Economia Solidária.

2.1 O CONHECIMENTO

O compartilhamento da informação possui uma responsabilidade e uma função social, pois a informação fornece o conhecimento para a ação social, seja de grupos ou indivíduos (Freire; 2002). Desta forma, os estudos realizados nas áreas das ciências humanas e sociais aplicadas compreende um diversificado campo do conhecimento que estuda, entre outros fenômenos, a comunicação, os usuários e as relações entre os homens e as máquinas quanto ao acesso à informação e ao conhecimento (Guinchat; Menou, 1994).

Nesse contexto, é mister a afirmativa que informação e conhecimento são fundamentais em todas as etapas do processo de inovação: na geração e seleção de ideias, na escolha dos recursos mais apropriados, na gestão do projeto de implementação e, principalmente, no aprendizado organizacional (Takeuchi; Nonaka; 2008). Esta última etapa se beneficia

³ Uma **comunidade epistêmica** é uma rede de profissionais com reconhecida especialização e competência num domínio particular e com uma afirmação de autoridade sobre conhecimento politicamente (policy) relevante naquele domínio ou área. Embora uma comunidade possa consistir de profissionais de várias disciplinas e origens, esses compartilham (1) um conjunto comum de crenças normativas e de princípios, que provê uma "rationale" de base valorativa para ação social dos membros da comunidade; (2) crenças causais, ou seja, aceitam as mesmas relações causais para problemas, que são derivadas de suas análises de práticas, gerando, ou contribuindo para um conjunto central de problemas no seu domínio e que servem, então, como base para elucidação de múltiplos laços entre ações políticas possíveis e resultados desejáveis; (3) noções compartilhadas de validação, isto é, critérios intersubjetivos, internamente definidos para avaliar e validar conhecimento no domínio de sua especialidade; (4) um empreendimento político (policy) comum, isto é, um conjunto de práticas comuns associadas com um conjunto de problemas para os quais sua competência profissional é dirigida, presumivelmente resultante da convicção que o bem estar humano será aumentado como uma consequência dessas práticas (Hass, 2003, p. 83).

fortemente do entendimento das diferenças entre dados, informação e conhecimento.

Davenport e Prusak (1998) conceituam dados como observações sobre fatos. Os mesmos autores (2003) complementam esse conceito considerando como dados os registros das transações organizacionais feitos de forma estruturada. De acordo com Setzer (2001), os dados são sintáticos e quantificáveis, podendo ser armazenados e estruturados eletronicamente. Porém, o dado é um fragmento bruto e desarticulado da realidade (Vieira, 1998).

Com base na afirmativa apresentada por Vieira (1998), Turban et al. (2010) afirma que como dados entendemos como uma descrição das coisas, eventos, atividades e transações, que são registrados, classificados e armazenados, mas não são organizados para fornecer qualquer significado específico. O dado, portanto, é tido como um ponto no espaço ou no tempo, que não guarda referência a qualquer outro espaço ou tempo, basicamente, é um evento fora de contexto e sem uma relação de significado com qualquer outra coisa (Strauhs et al; 2012).

Para Davenport e Prusak (2003), a informação pressupõe agregação de valor e de relevância aos dados - agregação de valor essa, que transforma dado em informação, se dá pelas formas de contextualização (definição da utilidade dos dados), categorização (definição das unidades de análise ou dos componentes dos dados), cálculo (análise matemática ou estatística), correção (eliminação dos erros) e condensação (síntese dos dados, que passam a ser concisos) (Strauhs et al, 2012).

Turban et al. (2010), também compartilha a noção de que a informação resulta da agregação de valor aos dados. Para os autores, quando a sistematização dos dados cria significado e valor para o destinatário, obtém-se a informação. A informação, portanto, não é uma “mera coleção de dados, mas um dado (ou conjunto de dados) processado, arranjado em um contexto específico que visa fornecer solução para um problema predefinido” (Strauhs et al, 2012, p. 14).

Destarte, para Davenport e Prusak (1998), a transformação da informação em conhecimento ocorre da seguinte forma:

I – **Comparação**: que pode ser compreendido como considerar outras situações previamente conhecidas; II – **Consequência**: que significa constatar as implicações das informações nas tomadas de decisão; III - **Conexões**: Estabelecer relações do novo conhecimento com o já acumulado e; IV – **Conversação**: que consiste em averiguar o que as outras pessoas pensam dessa informação (Davenport; Prusak, 1998, p. 96, grifo nosso.).

Diante de tais colocações, é importante considerar que o conhecimento pressupõe ação e trabalho humano, com o auxílio da tecnologia da informação (TI) para acesso, coleta e armazenamento dos dados (Strauhs et al; 2012). O conhecimento se apoia ainda na troca de informações em conversas, na consulta de documentos e na incorporação de rotinas organizacionais, entre outros (Silva; Soffner; Pinhão, 2004).

Etimologicamente, o termo conhecimento vem do latim “*cognoscere*”, que pode ser traduzido como conhecer ou saber. A Gnosiologia ou gnoseologia (do grego gnosis, "conhecimento", e logos, "discurso") está relacionada ao ato de conhecer, a partir da relação entre dois elementos: o SUJEITO - aquele que conhece (ser cognoscente) e um OBJETO - aquilo que pode ser conhecido (cognoscível). Partindo dessa relação, é possível conhecer algo e estabelecer formas distintas para o conhecimento, ou melhor, para a apreensão do objeto (Streck; Redin; Zitkoski, 2010).

Ao longo da história, a teoria do conhecimento, sempre teve como objetivo a busca pela origem, natureza, valor e os limites do conhecimento, da faculdade de conhecer. Desta forma, desde o período clássico, tenta-se buscar significados para o conceito de conhecimento. Sob essa perspectiva, surgiram muitas definições que tentam explicar o que seja o conhecimento. Todavia, é fato que cada uma delas apresenta avanços e limites, pois sua abrangência e importância não possui um único significado.

Nonaka e Takeuchi (2004), realizaram uma breve análise das diferentes abordagens dos fundamentos filosóficos do conhecimento ocidental, conforme podemos observar no quadro a seguir:

Quadro 1: Algumas visões de pensadores ocidentais sobre o conhecimento

Definições de conhecimento	
Platão	Os seres humanos aspiram “ideias” eternas, imutáveis e perfeitas que não se podem conhecer por meio da percepção sensorial, mas sim apenas por meio da razão pura.
Aristóteles	O conhecimento das formas é sempre ocasionado pela percepção sensorial.
René Descartes	A verdade é definitiva deduzida a partir de um “eu pensante”, independente do corpo e da matéria.
John Locke	Compara a mente humana à uma tabula rasa, ou seja, uma folha de papel em branco, sem nenhuma ideia, na qual só as experiências podem proporcionar ideias à mente, sendo possível adquirir conhecimento por indução, a partir de experiências sensoriais.
Immanuel Kant	O conhecimento parte do pensamento lógico do racionalismo e da experiência sensorial do empirismo, em que a mente humana é tabula rasa ativa que ordena as experiências sensoriais no tempo e no espaço, suprindo-se de conceitos como ferramentas de compreensão.
Georg W. F. Hegel	O conhecimento começa com a percepção sensorial, que ao se tornar mais subjetiva e mais racional por meio da purificação dialética dos sentidos chega, por fim, ao estágio do conhecimento do espírito absoluto.
Karl Marx	A percepção é uma interação entre o sujeito e o objeto, ambos estão em processo contínuo de adaptação mútua.
Edmund Russel	São colocados de lado o conhecimento factual e os pressupostos analisados sobre um fenômeno, permitindo assim a análise da intuição pura de sua essência.
Martin Heidegger	Rejeitou o dualismo cartesiano, afirmando que se estabelece um relacionamento íntimo entre o conhecimento e a ação.
Jean-Paul Sartre	Ser é um ato definido por uma intenção, a qual é escolha do fim, mas, como o mundo se revela pela nossa conduta, é a escolha intencional do fim que revela o mundo.
Maurice Merleau-Ponty	Alega que a percepção é como ação cognitiva corporal que almeja alguma coisa, isto é, percepção das coisas por meio do corpo.
Ludwig Wittgenstein	Via a linguagem como um jogo de interação do qual várias pessoas participam seguindo determinadas regras, nas quais saber é uma ação corporal com o desejo de proporcionar mudanças no estado das coisas.

Fonte: Adaptado de Nonaka e Takeuchi (2004, p. 23-31)

Conforme observamos no quadro acima, o conhecimento se tornou vital, devido a sua abrangência e seu grau de importância, e por apresentar infinitas possibilidades de significados. Desta forma, podemos considerar que “o conhecimento é inerente à condição humana e se estabelece nas relações entre sujeitos em um determinado contexto histórico, geográfico e social no qual os sujeitos se inserem” (Gariba Júnior; 2011, p. 101).

Para vários autores e filósofos, como vimos até o presente momento, o conhecimento deve ser construído por si mesmo, porém exige uma interação intensiva com outros indivíduos e/ou comunidades. Nesse sentido, de acordo com Cervo e Bervian (2002), existem pelo menos cinco tipos fundamentais de conhecimentos, conforme podemos observar no quadro a seguir.

Quadro 2: Tipos fundamentais de conhecimento

TIPOS	CONCEITO
Empírico	É o conhecimento popular (vulgar), guiado somente pelo que adquirimos na vida cotidiana ou ao acaso, servindo-nos da experiência do outro, às vezes ensinando, às vezes aprendendo, num processo intenso de interação humana e social. É assistemático, está relacionado com as crenças e os valores, faz parte de antigas tradições.
Filosófico	Procura conhecer a realidade em seu contexto universal, sem soluções definitivas para a maioria das questões; busca constantemente o sentido da justificação e a possibilidade de interpretação a respeito do homem e de sua existência concreta.
Teológico	É o estudo de questões referentes ao conhecimento da divindade, implicando sempre em uma atitude de fé diante de revelações de um mistério ou sobrenatural, interpretados como mensagem ou manifestação divina. Esse conhecimento está intimamente relacionado a um Deus, seja este Jesus Cristo, Buda, Maomé, um ser invisível, ou qualquer entidade entendida como ser supremo, dependendo da cultura de cada povo, com quem o ser humano se relaciona por intermédio da fé religiosa.
Tradicional	Constitui-se de práticas, conhecimentos empíricos e costumes passados de pais para filhos e crenças das comunidades tradicionais que vivem em contato direto com a natureza; ou seja, é o resultado de um processo cumulativo, informal e de longo tempo de formação.
Científico	É o conhecimento real e sistemático, próximo ao exato, procurando conhecer além do fenômeno em si, as causas e leis. Por meio da classificação, comparação, aplicação dos métodos, análise e síntese, o pesquisador extrai do contexto social, ou do universo, princípios e leis que estruturam um conhecimento rigorosamente válido e universal. Neste, são feitos questionamentos e procuradas explicações sobre os fatos, através de procedimentos que possam levar ao resultado com comprovação.

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de Cervo e Bervian (2002, p. 8-12)

Proporcionando uma visão mais abrangente acerca do conhecimento, para alguns autores contemporâneos como Abbagnano (1970), o conhecimento encontra-se definido como um procedimento operacional, uma técnica de verificação de um objeto qualquer, isto é, qualquer procedimento que torne possível a descrição, o cálculo ou a previsão controlável de um objeto; e por objeto deve entender-se qualquer entidade, fato, coisa, realidade ou propriedade, que possam ser submetidos a um tal procedimento (Gariba Júnior; 2011).

Bombassaro (1982), por exemplo, define o conhecimento como o processo pelo qual o homem compreende o mundo, sendo formado por conjuntos de enunciados, formais ou não, dos quais prescinde não apenas para sua sobrevivência, mas também para sua comunicação, interação e vínculo com o coletivo.

Assim como Bombassaro, Garcia (1988), defende a ideia de que devemos entender o conhecimento como um produto do intelecto humano e voltado para o homem, por conseguinte, que lhe permite entender, à sua maneira, o mundo que o cerca e, ao mesmo tempo, desenvolver técnicas para melhor viver nele.

Terra e Gordon (2002), nos diz que o conhecimento não é fácil de ser compreendido, classificado e medido como um bem ou um recurso, e difere da informação e dos dados. Ele é invisível, intangível, imaterial e difícil de ser imitado. Por isso, a dificuldade de compreendê-lo, pois não é fácil lidar com o abstrato.

Para Maturana e Varela (2001), o conhecimento não é um conjunto de fatos e proposições, mas uma avaliação projetada pelo observador do comportamento adequado a um determinado contexto.

Aprofundando o tratamento da questão, Morin (1999, p. 18) nos diz que,

O conhecimento é um fenômeno complexo e multidimensional, simultaneamente elétrico, químico, fisiológico, celular, cerebral, mental, psicológico, existencial, espiritual, cultural, linguístico, lógico, social e histórico. Oriundo necessariamente de uma atividade cognitiva, determina uma competência de ação, constituindo-se no saber que intermedia ambos os processos.

Morin (1999), ainda complementa seu pensamento afirmando que existe “entre indivíduos de uma sociedade, uma relação de inerência/separação/ comunicação que permite não somente o conhecimento mútuo, mas também a partilha, a troca e a verificação dos conhecimentos” (Morin; 1999, p. 227). Desta forma, ao interpretarmos esta afirmação, podemos considerar que essa repetição dos conhecimentos individuais, bem como a troca e verificação dos conhecimentos, implica em um processo de produção - comunicação - absorção.

Levy (1999), um dos principais estudiosos sobre a “*Era da Informação*”, também apresenta alguns conceitos interessantes sobre o tema. O autor destaca que a informação e o conhecimento são as principais fontes de produção de riqueza, explicando que o saber antes se prendia ao fundamento e hoje se mostra como figura móvel (Gariba Júnior; 2011).

Interpolando uma posição mais completa, Lévy (2000, p. 34) diz que hoje, “o conhecimento está nas mãos das pessoas que aprendem, transmitem e produzem conhecimentos de maneira cooperativa em sua atividade cotidiana”. E constata que quando a informação é transmitida de uma pessoa para outra, esta não está perdida; e que quando esta informação é utilizada, ela não é destruída (Lévy; 2000).

Destarte, percebemos com essa afirmativa que a vida, o cotidiano, o mundo são um universo de conhecimento a ser descoberto e inventado, não sendo o mesmo linear, estanque, e que se dá em redes e nas suas conexões. Assim, o conhecimento, como recurso humano, econômico e sociocultural, vem se tornando cada vez mais determinante nesta fase da história humana (Gariba Júnior; 2011).

Conforme ressaltamos anteriormente, outro aspecto importante a ser considerado é que vivemos numa sociedade apontada como a sociedade do conhecimento em rede. Nela, o uso das tecnologias apresenta uma ferramenta a política e a economia do conhecimento (Castells; 1999).

Abordando a questão com maior amplitude, para Fróes Burnham (2012), sociedade da informação é aquela que agrega valor aos dados, sistematizando-os e disponibilizando-os sob forma de informação, e onde também “se produz conhecimento a partir de processos de interação, cujos lastros são informações novas ou reconstruídas, experiências, vivências,

trocas entre sujeitos e entre estes e seus ambientes naturais e socioculturais” (Burnham et al, 2012, p. 308).

Corroborando com o pensamento de Burnham et al (2012), Ribeiro, Menezes e Campos (2016), salientam a importância do reconhecimento da sociedade do conhecimento e suas relações com diversos conceitos e contextos, bem como, as diferentes formas do conhecimento e processos de circulação, absorção e acumulação, através dos quais “o conhecimento possa ser considerado como ferramenta de inclusão social e profissional e ativo estratégico vinculado a processos inovativos”. (Ribeiro; Menezes; Campos, 2016, p. 153).

Após apresentar alguns conceitos e definições acerca do conhecimento, podemos perceber que informação e conhecimento dizem respeito ao significado, estando, portanto, intrinsecamente associados ao contexto. Contexto esse no qual, as pessoas usam seu repertório interno de conhecimento, denominado conteúdo, para fazer frente aos diversos contextos enfrentados no dia a dia pelas comunidades epistêmicas e pelas organizações.

2.2 O PROCESSO DE CRIAÇÃO E DIFUSÃO DO CONHECIMENTO NAS ORGANIZAÇÕES (ESPIRAL DO CONHECIMENTO)

As postulações disponibilizadas no texto até o presente momento, nos permite afirmar que criar, propagar e compartilhar conhecimentos é um processo contínuo e de autorrenovação, e não apenas uma questão de aprender com outros ou adquirir conhecimentos externos. No contexto organizacional, até a década de 1980, pouca importância era atribuída ao conhecimento como um ativo, um capital ou um bem. Atualmente, este constitui um recurso valioso e insubstituível, enquanto força motriz das organizações que atuam, cada vez mais, em contextos incertos e imprevisíveis e onde a gestão estratégica da informação é recompensada, bem como a improvisação, a inovação e a apropriação do conhecimento (Kamoche; Cunha; 2001; Laranja, 1998).

Abordando a questão com maior amplitude, Davenport e Prusak (2001), postula que,

Conhecimento é uma mistura fluida de experiência condensada, valores, informação contextual e insight experimentado, a qual proporciona uma estrutura para a avaliação e incorporação de novas experiências e informações. Ele tem origem e é aplicado na mente dos conhecedores. Nas

organizações, ele costuma estar embutido não só em documentos ou repositórios, mas também em rotinas, processos práticos e normas organizacionais (Davenport; Prusak, 2001, p. 6).

A afirmação de Davenport e Prusak (2001), aborda a complexa natureza do conhecimento e destaca que ele é uma mistura dinâmica de elementos, incluindo experiências, valores, informações contextuais e insights. Essa mistura, por sua vez, fornece uma estrutura que permite aos indivíduos avaliar e incorporar novas experiências e informações em seu repertório de conhecimento.

A afirmativa dos autores supracitados também ressalta a origem do conhecimento, destacando que ele é criado e aplicado nas mentes dos conhecedores. Isso sublinha a natureza intrínseca e subjetiva do conhecimento, que é moldado pelas experiências e perspectivas individuais. Além disso, a citação observa que o conhecimento nas organizações não está limitado a documentos ou repositórios formais, mas está incorporado em práticas, processos e normas organizacionais. Isso destaca a importância do conhecimento tácito e implícito que reside nas interações e nas rotinas diárias das organizações.

Complementando a fala de Davenport e Prusak (2001), Nonaka e Toyama (2008) afirmam que o conhecimento pode ser entendido como um processo “*dialético*”, já que, são criadas inúmeras contradições decorrentes das interações dinâmicas entre os diferentes atores envolvidos, indivíduo, organização e o ambiente.

A fala de Nonaka e Toyama (2008) destaca a perspectiva do conhecimento como um processo dialético. Essa abordagem reconhece que o conhecimento não é uma entidade estática, mas sim um fenômeno dinâmico que surge das interações entre diversos atores, incluindo indivíduos, organizações e o ambiente circundante. A dialética, nesse contexto, refere-se à constante interação e transformação do conhecimento devido às contradições e tensões que surgem dessas interações.

Essa visão do conhecimento como um processo dialético implica que as contradições e desafios que surgem nas interações entre os diferentes atores desempenham um papel fundamental na geração e na evolução do conhecimento. Essas contradições podem motivar

a busca por soluções criativas, o desenvolvimento de novos insights e a adaptação a mudanças no ambiente.

Apresentando uma abordagem aproximada de Nonaka e Toyama (2008), Takeuchi e Nonaka (2008), sinalizam que o conhecimento, ao contrário da informação, diz respeito a crenças e compromissos. Desta forma, segundo eles “a informação é um fluxo de mensagens, enquanto o conhecimento é criado por esse próprio fluxo de informação, ancorado nas crenças e compromissos de seu detentor” (Takeuchi; Nonaka, 2008, p. 64). A partir dessa premissa, o conhecimento torna-se uma atitude, uma perspectiva ou intenção específica. Os autores consideram, ainda, o conhecimento como um processo dinâmico realizado por pessoas no qual a ação é enfatizada.

Interpolando uma posição mais completa, Polany (1966) compreende o conhecimento a partir de duas dimensões: a tácita e a explícita. Nessa mesma perspectiva, muitos autores enfatizam que o conhecimento tácito pode ser definido como o conhecimento imbricado ao ser humano, aquele que não está devidamente codificado e explicitado em algum suporte, como por exemplo, as experiências dos indivíduos, suas habilidades, seu *know-how*, suas práticas e seus valores.

Em conformidade com os autores acima, para Sveiby (1998, p. 42), o conhecimento humano “é tácito, orientado para a ação, baseado em regras, individual e está em constante mutação”. Contudo, devemos ponderar que mesmo sendo considerado individual e tácito, o conhecimento humano pode ser comunicável, interpretável e verificável (Gariba Júnior; 2011).

Para Takeuchi e Nonaka (2008, p. 42), o conhecimento tácito “é difícil de ser articulado sob a forma de linguagem, tendo em vista que é pessoal e incorporado às experiências pessoais com insumos subjetivos”. Envolve fatores como as crenças pessoais, a história de vida, o sistema de valores, conclusões, insights, ideais, emoções, imagens símbolos, modelos mentais e experiência (Takeuchi; Nonaka, 2008). Estes modelos mentais são esquemas, paradigmas, perspectivas, crenças e pontos de vista que auxiliam os indivíduos a perceberem e entenderem o seu mundo.

Concordando com o pensamento de Takeuchi e Nonaka (2008), para Ribeiro; Menezes e Campos (2016, p. 165-166), “o conhecimento tácito é adquirido ao longo da vida em determinado contexto, até mesmo na organização, e pode ser sistematizado em: técnico (*know-how*) e cognitivo (são as crenças, valores, modelos mentais implícitos)”. Deste modo, a partir das perspectivas dos autores supracitados, podemos afirmar que o conhecimento tácito é adquirido pela prática. Este, está associado às habilidades pessoais, às aptidões profissionais, não sendo transmitido através de manuais ou descrições.

Estas afirmativas se complementam, propiciando uma visão mais abrangente para a compreensão do conhecimento tácito, que é subjetivo (necessariamente ligado ao seu detentor), associado à experiência (ao corpo, e não apenas à mente), simultâneo (aqui e agora) e análogo (prática) (Gariba Júnior; 2011).

Em face ao exposto, é importante o entendimento que por ser de difícil formalização e comunicação, o conhecimento tácito inclui também elementos definidos pelos indivíduos, que estabelecem e manipulam analogias em suas mentes com o intuito de criar modelos de mundo. Os modelos mentais são definidos como pontos de vista, esquemas, paradigmas, perspectivas e crenças – e são úteis na medida em que auxiliam na percepção e definição do mundo (Ribeiro; Menezes; Campos, 2016).

Diferentemente do conhecimento tácito, o conhecimento explícito é objetivo, formal e sistemático, ligado à racionalidade, podendo ser sequencial e expresso sob a forma de teorias. O conhecimento é facilmente mapeado e possível de ser aprendido por terceiros.

O conhecimento explícito é facilmente representado por modelos, algoritmos, documentos, descrição de procedimentos, desenhos e sínteses. Ele é mensurável e fácil de ser comunicado e compartilhado, pois pode ser expresso em palavras, números, dados brutos, fórmulas científicas, procedimentos codificados ou princípios universais (Takeuchi; Nonaka, 2008, p. 43).

Esse tipo de conhecimento é transmitido formalmente entre indivíduos com mais facilidade, justamente porque pode ser processado eletronicamente e armazenado em livros e computadores. As conversões do conhecimento entre estes dois tipos de conhecimento,

constitui conforme Takeuchi e Nonaka (2008), a essência da abordagem teórica da criação e difusão do conhecimento, que será abordada na próxima seção.

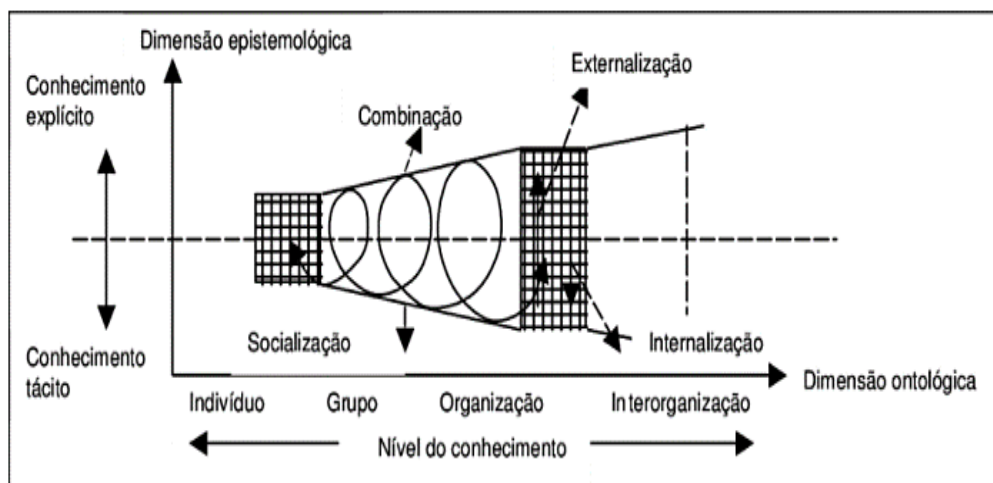
A conversão do conhecimento individual em recurso disponível para outras pessoas é atividade central de toda organização criadora e difusora de conhecimento. Sendo assim, esse processo de transformação ocorre continuamente em todos os níveis organizacionais.

Com as contínuas mudanças que ocorrem no ambiente organizacional, as necessidades de se aprender e realizar as novas tarefas, além de realizar as antigas com mais eficácia e rapidez torna-se essencial para a criação e difusão do conhecimento dentro das organizações. Neste sentido, o processo de aprendizagem, segundo Fleury e Fleury (1995), envolve a definição de novos comportamentos, que comprovam a efetividade do aprendizado.

A inovação, conforme afirmam Takeuchi e Nonaka (2008), ilustra a evolução entre os conhecimentos, tácito e explícito. Afirmação esta que levou os autores a postular a premissa básica da criação de conhecimento organizacional: “a criação do conhecimento organizacional é uma interação contínua e dinâmica entre o conhecimento tácito e o conhecimento explícito” (Takeuchi; Nonaka, 2008, p. 79).

Esta interação entre o conhecimento tácito e o conhecimento explícito permite o surgimento de uma dinâmica de criação de conhecimento, que constitui um processo em espiral em que a interação ocorre repetidamente. Neste sentido, o modelo proposto por Takeuchi e Nonaka (2008), pressupõe que o conhecimento é criado e expandido por meio da interação social entre o conhecimento tácito e o conhecimento explícito, num processo que eles chamam de “conversão do conhecimento”. Essa conversão é um processo social entre indivíduos e não confinado dentro de um indivíduo.

Aprofundando o tratamento da questão Takeuchi e Nonaka (2008), propõem que o processo de criação do conhecimento seja abordado em duas dimensões, uma epistemológica e outra ontológica. Na dimensão epistemológica há o conhecimento tácito e o explícito, já na dimensão ontológica o nível de conhecimento varia do individual para o interorganizacional, passando pelo grupo e pela organização (Ribeiro; Menezes; Campos; 2016), como se pode observar na figura a seguir:

Figura 2 – Espiral da criação do conhecimento organizacional

Fonte: Takeuchi; Nonaka; (2008, p. 70)

Nesse processo, conforme os autores (2008), existe uma interação orgânica e dinâmica, de forma que os recursos do conhecimento de uma organização são mobilizados e compartilhados. Salientam, ainda, que o conhecimento está no indivíduo (tácito), sendo convertido e amplificado (explícito), passando ao grupo, organização, como em uma espiral.

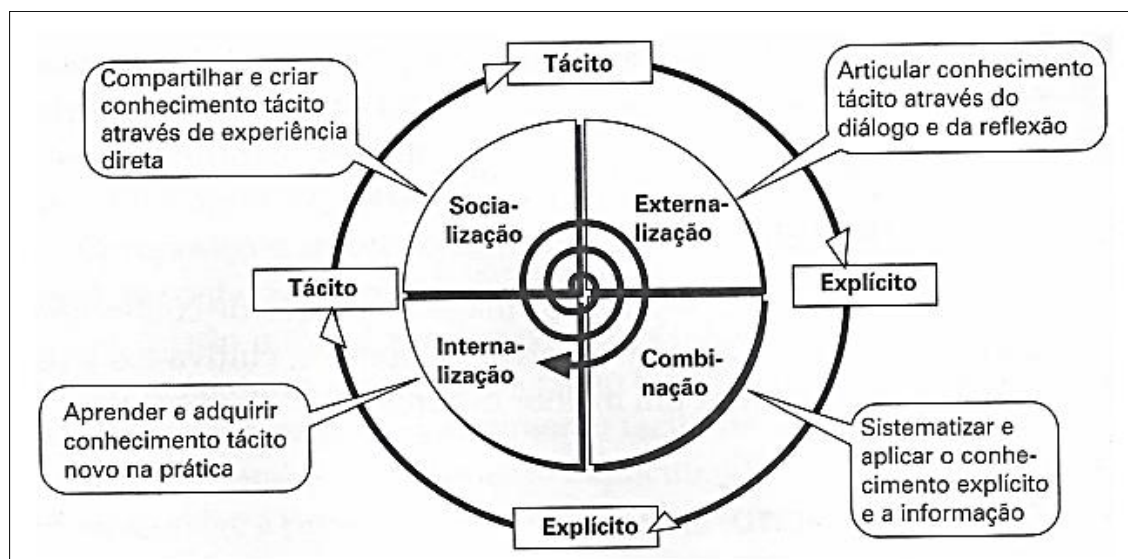
Ainda conforme afirmam os autores,

A organização tem de mobilizar o conhecimento tácito criado e acumulado de forma individual. O conhecimento tácito mobilizado é organizacionalmente amplificado através dos quatro modos de conversão de conhecimento e cristalizado em níveis ontológicos mais elevados (Takeuchi; Nonaka; 2008, p. 70)

Desta forma, é neste momento que segundo os autores, a espiral do conhecimento é criada. Nessa perspectiva, Takeuchi e Nonaka (2008) propõem um modelo para a compreensão da natureza dinâmica da geração do conhecimento, considerando três elementos: o primeiro, o modelo SECI (socialização, externalização, combinação e internalização), ou seja, o processo de conversão do conhecimento entre tácito e explícito; segundo os Ba's, são espaços que propiciam a criação do conhecimento e terceiro, os recursos do conhecimento (Herek; Colla; Pirani; 2008).

Da interação do conhecimento tácito e do explícito, os autores postulam quatro modos de conversão do conhecimento: socialização, externalização, combinação e internalização – Modelo SECI, conforme podemos observar na figura 3:

Figura 3 – Processo de Criação do Conhecimento Organizacional - Modelo SECI



Fonte: Takeuchi; Nonaka; (2008, p. 24)

Na figura acima, observa-se a conversão do conhecimento tácito em tácito, do tácito em explícito, do explícito em explícito e do explícito em tácito, em que a socialização envolve indivíduos, a externalização envolve os indivíduos e o grupo, a combinação envolve os grupos e a organização, e a internalização o indivíduo no grupo e na organização. Deste modo, conforme Takeuchi e Nonaka (2008, p. 43) os quatro modos de conversão são descritos como:

- **A Socialização** (conversão do conhecimento tácito para o conhecimento tácito) – contempla a aquisição de conhecimento por meio das experiências, modelos mentais e técnicas compartilhadas, com ou sem a expressão pela linguagem. O treinamento do dia a dia se baseia nessa forma de conversão do conhecimento, cuja chave é a experiência compartilhada (Nonaka; Takeuchi, 2008).
- **A Externalização** (articulação do conhecimento tácito para o conhecimento explícito) – baseia-se no uso de metáforas e analogias, conceitos e hipóteses. A forma de externalização da conversão do conhecimento, de uma forma geral, é vista no processo de criação do conceito. Depois de criados, os conceitos explícitos podem então ser modelados. Em um modelo lógico, não deve haver contradições e todos os conceitos e proposições devem ser expressos em linguagem sistemática, lógica e coerente (Nonaka; Takeuchi, 2008).

- **A Combinação** (conversão do conhecimento explícito para o conhecimento explícito) – consiste na sistematização de conceitos em um sistema conhecido. Envolve a combinação de conjuntos diferentes de conhecimentos explícitos. Os indivíduos trocam e combinam conhecimentos por meio de documentos, reuniões, conversas ao telefone ou redes de comunicação. A reconfiguração das informações existentes por classificação, acréscimo, combinação e categorização do conhecimento explícito pode levar a novos conhecimentos (Nonaka; Takeuchi, 2008).

- **A Internalização** (conversão do conhecimento explícito para o conhecimento tácito) – está relacionada ao aprender fazendo e pode ocorrer sem que se tenha de (re)experimentar as experiências prévias de outras pessoas. Quando internalizadas nas bases do conhecimento tácito dos indivíduos, sob a forma de modelos mentais ou *know-how* técnico compartilhado, as experiências tornam-se ativos valiosos. A expansão do escopo da experiência prática é fundamental para o processo de internalização. As formas mais comuns de conversão do conhecimento explícito para o tácito são a verbalização e a diagramação do conhecimento sob a forma de documentos, manuais ou histórias orais (Nonaka; Takeuchi, 2008).

Destarte, para Takeuchi e Nonaka (2008), o ponto final do processo de inovação é o conhecimento explícito, que se refere ao conhecimento transmissível por meio da linguagem sistemática e formal. Assim, acredita-se que o conhecimento resida, no indivíduo, e que sua construção acontece quando há inserção deste em uma determinada coletividade. A criação do conhecimento organizacional é a ampliação do conhecimento criado pelos indivíduos se satisfeitas as condições contextuais, que devem ser propiciadas pela organização (Herek; Colla; Pirani, 2008).

Burnham et al (2012, p. 416) destaca que a contribuição de Nonaka e Takeuchi “consiste nos estudos sobre expansão e transformação do conhecimento tácito em conhecimento explícito, por meio de processos de interação social”. Segundo Burnham et al (2012), esse processo de conversão do conhecimento é a essência da base para a Aprendizagem Organizacional (AO), definida como “articulação de aprendizagens individuais com o objetivo de alavancar competitivamente a organização” (Burnham et al, 2012, p. 416-417).

Para tanto, é necessário que se proporcione condições adequadas às atividades em grupo e que também propicie a construção individual do conhecimento (Burnham et al, 2012). Neste sentido, conforme os autores, “nenhum conhecimento é produto de uma invenção casual, mas sim, de um processo de reelaboração construtiva do conhecimento socialmente compartilhado. Tal elaboração não possui caráter padrão devido à própria subjetividade humana" (Burnham et al, 2012, p. 416).

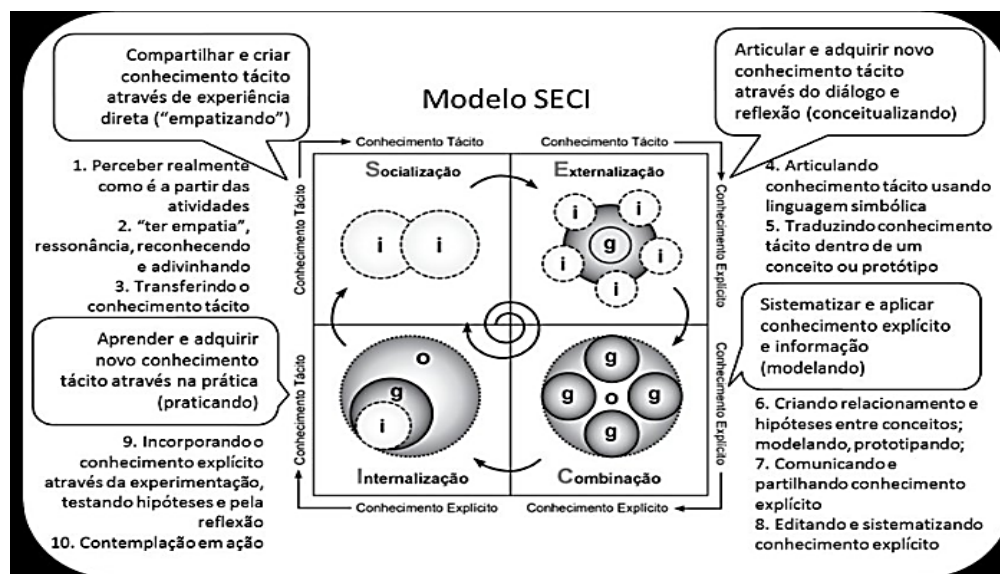
Corroborando com o pensamento de Burnham et al (2012), Amado de Jesus (2020, p. 47) afirma que “o processo de aprendizagem organizacional depende da existência de condições favoráveis às atividades coletivas e individuais de construção de conhecimento no âmbito das organizações”. Sendo assim, ainda conforme a autora, “os aspectos culturais de cada organização definirão as condições de aprendizagem e construção coletiva do conhecimento” (Amado De Jesus; 2020, p. 48).

Ainda conforme Amado de Jesus (2020, p. 52),

[..] a estruturação de um ambiente colaborativo pode potencializar os processos de interação e reflexão entre os profissionais, favorecendo o intercâmbio de experiências e corroborando para a criação de novos conhecimentos. Desta forma, o modelo SECI evidencia a natureza cíclica do processo de criação do conhecimento, sendo fundamental identificar as estratégias de combinação correspondentes à fase de sistematização do conhecimento explícito em conhecimento tácito, que gera conhecimento sistêmico.

Destarte, a combinação dos quatro modos de conversão de conhecimento descritos na figura abaixo, é essencial para a criação de uma organização de aprendizagem, devendo-se destacar neste processo a necessidade de uma socialização do conhecimento tácito existente nos indivíduos com os outros membros organizacionais (Nonaka; Takeuchi, 2008).

Figura 4 – Modelo SECI de criação do conhecimento



Fonte: Takeuchi; Nonaka; (2008, p. 96)

Nessa figura, podemos observar que é no processo de combinação que a difusão do conhecimento acontece mais explicitamente. Todavia, não se pode afirmar que a difusão do conhecimento não acontece nas outras etapas do processo de espiral do conhecimento. Isto acontece, pois, a conversão do conhecimento tácito para o explícito e do explícito para o tácito, nem sempre é de fácil identificação em detrimento da velocidade com que a assimilação de um conhecimento e a produção ocorrem (Gariba Júnior; 2011).

Contudo, de acordo com Nonaka e Toyama (2008), esta espiral que se desenvolve nos quatro modos de conversão do conhecimento não é criada no vácuo. De acordo com os autores, o conhecimento não existe apenas na cognição de uma pessoa, ele necessita de um contexto físico para que seja criado, ao qual eles denominaram de "Ba". Nesse sentido, para Takeuchi e Nonaka (2008), o "Ba" pode ser definido,

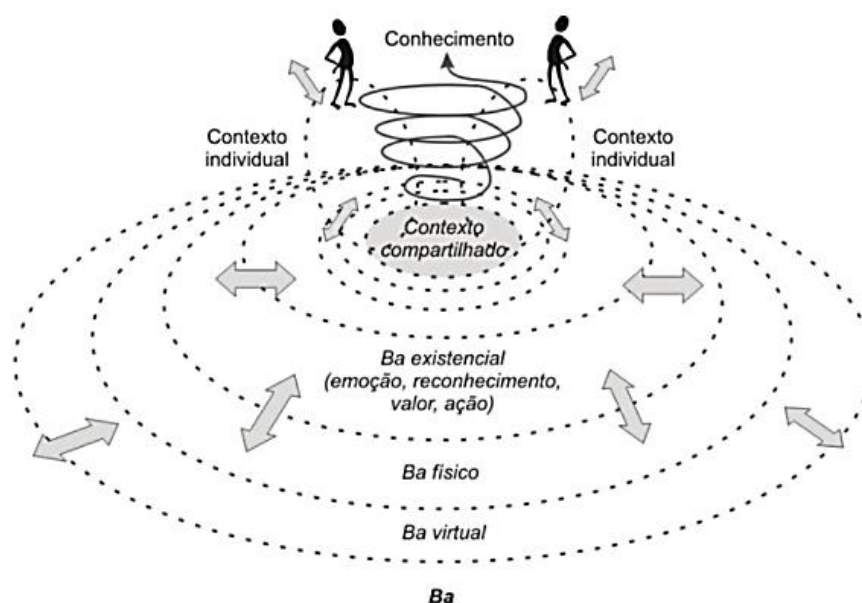
[...] como o tempo e o espaço onde o conhecimento emerge e fornece uma plataforma para o avanço do conhecimento individual e/ou coletivo em dois níveis de dimensões de interação: uma dimensão é a interação que acontece individualmente ou coletivamente a outra é a mídia usada a interação é feita face a face ou virtualmente (Takeuchi; Nonaka; 2008, p. 100).

Complementando o pensamento de Takeuchi e Nonaka (2008), Ribeiro, Menezes e Campos (2016), afirmam que,

[...] o processo de criação de conhecimento deve considerar o espaço, o tempo e o relacionamento das pessoas. [...] O Ba proporciona a energia, a qualidade e os locais para ocorrerem as conversões individuais de conhecimento e realizar-se a espiral do conhecimento (Ribeiro; Menezes; Campos, 2016, p. 178).

Face ao exposto, ainda conforme as autoras supracitadas, o “Ba” pode ser compreendido “como um locus compartilhado para interações e trocas de dados, informações e criação de conhecimento. este locus pode ser físico, virtual, mental ou qualquer combinação dos mesmos” (Ribeiro; Menezes; Campos, 2016, p. 179). No “Ba”, os participantes trazem seus próprios contextos e por meio das interações que têm com os outros e com o ambiente mudam os contextos do “Ba” dos participantes e do ambiente, conforme mostra a figura a seguir:

Figura 5 – Representação conceitual do Ba.



Fonte: Takeuchi; Nonaka (2008, p. 100)

Conforme visualização da figura acima, podemos perceber que Takeuchi e Nonaka (2008) propõem quatro tipos de “Ba”, os quais correspondem a um dos quatro modos de conversão do conhecimento (modelo SECI), são eles:

- **Ba da criação (Ba existencial):** é o espaço onde o conhecimento origina-se por meio da interação face a face entre os indivíduos, os quais compartilham sentimentos, emoções, experiências e modelos mentais. Este é o espaço onde inicia o processo de criação do

conhecimento e está associado à socialização do conhecimento tácito e ao compartilhamento das experiências e habilidades entre os indivíduos que convertem o conhecimento tácito (Takeuchi; Nonaka, 2008).

- **Ba da interação (Ba físico):** é o local onde acontece o compartilhamento das experiências e habilidades por meio do diálogo, convertendo-os em conceitos comuns. É o espaço para o processo de externalização do conhecimento. Este é o espaço onde deve haver condições para conversas, trocas, e explicitações de ideias (Takeuchi; Nonaka, 2008).
- **Ba da sistematização (Ba virtual):** é o espaço onde ocorre as interações coletivas e virtuais. É o espaço que deve oferecer um contexto para combinação de conhecimentos explícitos a partir de bases de conhecimento existentes na organização (Takeuchi; Nonaka, 2008);
- **Ba do treinamento:** é o espaço onde o conhecimento, já sociabilizado, combinado e sistematizado, novamente é interpretado e internalizado no sistema cognitivo dos indivíduos. É neste espaço que o conhecimento criado é internalizado em forma de novos conhecimentos e práticas de trabalho (Takeuchi; Nonaka, 2008).

Destarte, podemos perceber que o “Ba” não se limita a uma única organização, mas uma forma de organizar a criação de significados, não um modo de organização, como hierarquia ou a rede onde a informação é interpretada para tornar-se conhecimento (Nonaka; Toyama; 2008). Uma organização que aprende é aquela que possui habilidades para a criação, aquisição e transferência de conhecimentos e para a modificação de seus comportamentos a partir desses novos conhecimentos (Garvin; 1998).

Ao comparar as abordagens de construção do conhecimento entre organizações formais e associações centradas na economia solidária, surge uma clara dicotomia entre a centralização e descentralização do conhecimento, a especialização e o compartilhamento de conhecimento, bem como o foco em objetivos comerciais em contraste com os objetivos sociais e comunitários. Essas diferenças substanciais têm implicações significativas tanto para o funcionamento interno quanto para os resultados obtidos por essas entidades.

Nesse contexto, a participação em associações e grupos produtivos oferece um espaço para a troca de informações e aprendizado mútuo. Os membros podem participar de uma variedade de atividades, como eventos, cursos, palestras, debates e fóruns de discussão, promovendo a interação e a geração de conhecimento. Isso permite que os participantes aprendam uns com os outros, ampliem suas redes de contatos e se beneficiem da expertise coletiva. Além disso, as associações geralmente têm o objetivo de defender e promover interesses comuns, sejam eles relacionados a uma profissão, uma causa social, uma indústria ou uma comunidade específica.

Esses princípios refletem o conceito de Comunidades de Prática, que oferecem uma abordagem valiosa para compreender como o conhecimento é construído, compartilhado e aplicado em diversos contextos. As Comunidades de Prática destacam a importância da prática, da interação social e da construção de identidade no processo de aprendizagem e desenvolvimento. Esse conceito continua a evoluir e a ser aplicado em uma ampla gama de campos, proporcionando insights essenciais sobre como as pessoas aprendem, colaboram e inovam em comunidades sociais e profissionais.

2.3 PROCESSOS DE PRODUÇÃO E DIFUSÃO DE CONHECIMENTO EM COMUNIDADES DE PRÁTICA: A Construção Social do Conhecimento

As comunidades desempenham um papel fundamental na formação das sociedades. O conceito de comunidade é multifacetado e complexo, e tem sido objeto de estudo e reflexão em diversas áreas do conhecimento. Compreender a natureza das comunidades é fundamental para analisar a interação humana, as dinâmicas sociais e o desenvolvimento de grupos em diferentes contextos.

Neste contexto, as comunidades têm um significado imenso em vários domínios da sociedade. Um aspecto crucial é o papel das comunidades na promoção de sistemas de apoio social. As redes baseadas na comunidade proporcionam aos indivíduos um sentimento de pertença, apoio emocional e melhoram o bem-estar geral. Além disso, as comunidades servem frequentemente como plataformas para a partilha de conhecimentos, colaboração e desenvolvimento de competências, permitindo aos indivíduos aproveitarem a inteligência coletiva, as capacidades de resolução de problemas e a inovação.

Wellman e Leighton (1979), sugere que as comunidades são caracterizadas por relacionamentos, laços pessoais e um senso de identidade compartilhada. Para o autor as comunidades são entidades fundamentadas em relações interpessoais, laços pessoais e uma identidade compartilhada. Essa perspectiva reconhece que as comunidades não são apenas um aglomerado de pessoas, mas sim grupos que se conectam através de interações significativas e relacionamentos pessoais. Os laços pessoais e a identidade compartilhada são elementos que fortalecem o senso de pertencimento e coesão dentro de uma comunidade.

Conforme McMillan e Chavis (1986), comunidades podem ser entendidas como grupos de indivíduos que interagem entre si, compartilham interesses comuns e possuem um sentimento de pertencimento. Esse conceito destaca a natureza social inerente à humanidade, na qual as pessoas buscam conexões com outros que compartilham afinidades, objetivos ou valores semelhantes.

Tönnies (1957), por sua vez, delineou uma distinção entre duas formas ideais de comunidade: a *Gemeinschaft* e a *Gesellschaft*. A distinção proposta por Tönnies (1987), é um marco fundamental na teoria sociológica que ajuda a compreender a dinâmica das comunidades e sociedades.

A “*Gemeinschaft*”, ou comunidade tradicional, é caracterizada por relações sociais orgânicas e interpessoais próximas. Nesse tipo de comunidade, os laços sociais são fortes e baseados em valores compartilhados, criando uma sensação de solidariedade e pertencimento (Johnson, 1997, p. 115). Exemplos clássicos desse tipo de comunidade incluem aldeias rurais onde os membros se conhecem pessoalmente, compartilham tradições e valores culturais e têm relações de proximidade.

A “*Gesellschaft*”, ou sociedade moderna, é marcada pela racionalidade, individualismo e relações impessoais. Nesse contexto, as interações são mais formais e baseadas em contratos, leis e regulamentos (Johnson, 1997, p. 115). A ênfase recai sobre a busca de interesses individuais, e os laços sociais tendem a ser mais frágeis em comparação com a *Gemeinschaft*. A urbanização, a industrialização e a globalização são frequentemente associadas a esse tipo de sociedade.

Destarte, a distinção entre *Gemeinschaft* e *Gesellschaft* é útil para analisar como as mudanças sociais e culturais afetam as relações humanas e a organização da sociedade. Ela também ajuda a entender como a transição de uma forma de comunidade para outra pode influenciar aspectos como valores, normas e o senso de pertencimento. No entanto, é importante observar que, na realidade, muitas comunidades e sociedades incorporam elementos de ambos os tipos, e essa dicotomia pode ser vista como uma idealização para fins analíticos.

Essa distinção inicial, conforme o autor supracitado, fornece uma base para compreender a diversidade de comunidades, desde grupos familiares e tribais até sociedades urbanas altamente complexas. No entanto, as comunidades contemporâneas frequentemente exibem características de ambas as formas, resultando em comunidades plurais que combinam elementos tradicionais e modernos.

No contexto contemporâneo, as comunidades também surgem no ambiente virtual. As redes sociais, fóruns online e grupos de interesse são exemplos de comunidades virtuais que transcendem fronteiras geográficas. Essas comunidades digitais desafiam as concepções tradicionais de comunidade, uma vez que os membros podem compartilhar interesses comuns e desenvolver conexões significativas sem nunca se encontrarem fisicamente.

Sob essa perspectiva, as comunidades desempenham um papel crucial na formação de identidades individuais e coletivas. À medida que os membros interagem e se envolvem com outros dentro de uma comunidade, valores, crenças e práticas culturais partilhadas são reforçadas, moldando identidades individuais. As comunidades proporcionam um espaço para os indivíduos se conectarem com indivíduos que pensam da mesma forma, permitindo o cultivo e a expressão de identidades pessoais e coletivas.

O conceito de comunidades de prática é enraizado em teorias socioculturais da aprendizagem, notavelmente na teoria da atividade de Vygotsky (2007), que enfatiza a importância da interação social e do contexto cultural na formação do conhecimento. O termo foi criado por Lave e Wenger (1991) e, desde então, tem desempenhado um papel fundamental na compreensão da aprendizagem, identidade, conhecimento e prática social em diversos contextos. Além disso, Lave e Wenger (1991) se inspiraram nas práticas de aprendizagem observadas em comunidades de artesãos e nas práticas cotidianas de grupos sociais, onde a aprendizagem não é um processo isolado, mas um esforço coletivo.

Assim, as comunidades de prática se baseiam em alguns princípios fundamentais a saber:

O primeiro é a noção de que a aprendizagem é um processo social e participativo, onde o conhecimento é construído em conjunto. Em segundo lugar, a identidade dos membros da comunidade é moldada por sua participação ativa e contínua nas práticas da comunidade. Terceiro, o engajamento nas atividades práticas compartilhadas é essencial para a aprendizagem, pois proporciona um contexto real para a construção do conhecimento (Wenger, Mcdermott; Snyder, 2002, p. 4).

Observa-se com essa afirmativa que as comunidades de prática exibem características essenciais que as distinguem de outros tipos de grupos. A primeira característica é a mutualidade, onde os membros compartilham interesses, objetivos e uma linguagem comum. A segunda é a participação ativa, que implica a contribuição regular e a interação dos membros. A terceira característica é a prática compartilhada, onde os membros se envolvem em atividades conjuntas que são fundamentais para a construção do conhecimento.

Em conjunto, essas características contribuem para a dinâmica única das comunidades de prática, onde o conhecimento é criado, compartilhado e refinado de maneira orgânica e colaborativa. Elas enfatizam a importância do envolvimento ativo, do compartilhamento de interesses e da aplicação prática do conhecimento. Como resultado, as comunidades de prática têm se mostrado eficazes na promoção da aprendizagem contínua, na inovação e na resolução de problemas em uma ampla gama de contextos, desde ambientes de trabalho até grupos de interesse e online.

Outro aspecto importante das comunidades de prática, conforme Lave e Wenger, é que elas são caracterizadas por várias dimensões-chave, tais como:

- **Domínio Compartilhado:** onde os membros de uma comunidade de prática compartilham um interesse ou paixão por um domínio particular, seja ele profissional, cultural, acadêmico ou outro.

- **Comunidade:** onde existe um senso de pertencimento e identidade compartilhada entre os membros da comunidade. Isso cria um ambiente no qual as relações sociais desempenham um papel importante.

- **Prática:** onde a aprendizagem e o desenvolvimento ocorrem por meio da participação ativa em práticas comuns. A prática é fundamental para a construção de conhecimento e significado.
- **Participação Periférica:** onde novos membros muitas vezes começam como observadores ou participantes periféricos antes de se tornarem membros plenos da comunidade. Isso envolve um processo de socialização gradual.
- **Negociação de Significados:** onde as comunidades de prática envolvem a negociação ativa de significados e a construção coletiva de conhecimento. Isso pode envolver o desenvolvimento de linguagem, métodos, ferramentas e técnicas específicas.
- **Reprodução e Inovação:** onde as comunidades de prática equilibram a reprodução de práticas existentes com a inovação. Elas são capazes de se adaptar a novas situações e desafios.

Tais dimensões desempenham um papel crítico na formação, desenvolvimento e funcionamento dessas comunidades, na medida em que realçam a dinâmica intrincada das "comunidades de prática" e como elas são essenciais para a aprendizagem social, a construção de conhecimento e a colaboração. Além disso, enfatizam a natureza evolutiva dessas comunidades, onde a integração de novos membros, a adaptação e a inovação desempenham papéis centrais na sua sustentação e crescimento.

Face ao exposto, é válido destacar que as comunidades de prática têm sido aplicadas em diversos campos de estudo e, não menos diferente nas organizações, onde elas desempenham um papel fundamental na disseminação de conhecimento, no desenvolvimento de competências e na melhoria de processos. Além disso, elas têm sido utilizadas como estratégias eficazes de aprendizagem e desenvolvimento profissional.

Figura 6 - Componentes da Teoria Social de Aprendizagem



Fonte: Adaptado de Wenger (1998).

Conforme nos mostra a figura 06, para Wenger, as comunidades de prática são formadas por pessoas que compartilham um interesse, um conjunto de problemas ou uma paixão por um tema específico, e que aprofundam seu conhecimento e perícia nesse domínio através da interação regular. Esse conceito implica uma dinâmica social complexa, onde o engajamento contínuo e o compartilhamento de recursos e experiências promovem o aprendizado mútuo e a criação de significado.

Neste sentido, as comunidades de prática têm sido reconhecidas como catalisadoras de mudança social. Ao promover a participação ativa e a construção coletiva de conhecimento, elas podem empoderar os participantes, permitindo-lhes abordar desafios complexos e promover transformações em suas comunidades de forma colaborativa e sustentável. Além disso, se revelam como um modelo dinâmico e eficaz de aprendizagem e colaboração, capaz de promover o desenvolvimento de conhecimento especializado, a inovação organizacional e a transformação social por meio da interação e participação ativa de seus membros.

2.3.1 - A práxis como origem da construção social do conhecimento

A práxis é um conceito de imenso significado em vários campos de estudo, particularmente no domínio das ciências sociais e da filosofia. Derivado do termo grego 'pratein', que significa 'fazer' ou 'agir', a práxis abrange a relação transformadora e dialética entre teoria e ação. Os filósofos gregos antigos, como Aristóteles, exploraram a relação entre teoria e prática, reconhecendo a importância de agir de acordo com o conhecimento adquirido, mas foi na filosofia contemporânea, especialmente com o trabalho de Karl Marx e Hannah Arendt, que o conceito adquiriu relevância significativa.

Assim, o conceito de práxis assume uma dimensão mais profunda e matizada, à medida que os acadêmicos se envolvem na reflexão crítica, na análise e na aplicação da teoria aos contextos do mundo real. Marx (2013), em sua teoria sobre o materialismo histórico, introduziu o conceito de práxis como uma forma de atividade humana que transforma o mundo material e social. Ele argumentou que a práxis é central para a luta de classes e a mudança social.

Para Marx (2013), a união entre teoria e prática era imperativa para alcançar a mudança social e a emancipação das estruturas opressivas, fornecendo um paradigma alternativo à dicotomia prevalente entre trabalho intelectual e manual. O conceito de práxis de Marx colocou em primeiro plano a compreensão de que o conhecimento não é produzido isoladamente, mas através de uma interação entre o indivíduo reflexivo e as condições materiais da sociedade.

Com base nas ideias de Marx, teóricos críticos como Adorno (1986), Horkheimer (1987) e Marcuse (1997), expandiram a noção de práxis para abranger a relação dialética entre teoria, prática e transformação social. Para estes pensadores, a práxis serve como uma ferramenta para desmascarar a opressão e promover mudanças sociais emancipatórias. Neste sentido, a importância da práxis se apresenta como uma forma de resistência à opressão e à alienação. Eles argumentaram que a práxis crítica é essencial para desafiar as estruturas de poder dominantes e promover a liberdade e a emancipação humanas.

Esses diferentes enfoques destacam a práxis como um processo que promove a conscientização, a transformação e a emancipação. A interação contínua entre teoria e prática implica que a compreensão do mundo não é estática, mas está sujeita a mudanças e transformações impulsionadas pela ação humana reflexiva.

O conceito de práxis também é usado na sociologia e ciências sociais para descrever a interação entre a teoria e a ação. Bourdieu (2014a), argumentou que a práxis social é fundamental para a compreensão das estruturas sociais e das estratégias individuais dentro delas. Ele desenvolveu a noção de "habitus", que é o produto da práxis social e influencia as ações individuais e coletivas.

Assim, esse conceito incorpora as experiências, valores, crenças e práticas adquiridas ao longo da vida de um indivíduo em uma sociedade específica. Essa estrutura influencia as escolhas, decisões e comportamentos das pessoas de maneira subconsciente. Desta forma, a teoria do "habitus" ajuda a explicar como as pessoas, em diferentes contextos sociais, adotam certos modos de ação, preferências e valores. Isso tem implicações para a compreensão das desigualdades sociais, da mobilidade social e do poder nas sociedades.

Arendt (2020), por outro lado, destacou a dimensão política da práxis. Ela definiu a práxis como a capacidade dos indivíduos de iniciar ação livre e inovadora no mundo público, contribuindo assim para a formação de um espaço público de deliberação e ação política (Arendt, 2020, p. 30). A autora destaca a importância da "práxis" como uma capacidade dos indivíduos de iniciarem ações livres e inovadoras no contexto do mundo público. Esse conceito tem raízes profundas na filosofia política e na teoria social, com implicações significativas para a formação de um espaço público de deliberação e ação política.

Ainda conforme Arendt, a "práxis" refere-se à ação consciente e reflexiva dos indivíduos no mundo, onde eles não apenas respondem passivamente ao ambiente, mas também o transformam ativamente. A ideia de que a "práxis" pode contribuir para a formação de um espaço público de deliberação e ação política sugere que a participação ativa dos indivíduos é essencial para o fortalecimento e consolidação de uma democracia. Quando as pessoas exercem sua "práxis" de maneira livre e inovadora, estão contribuindo para a diversidade de perspectivas, ideias e propostas no espaço público. Isso enriquece o debate democrático e ajuda a evitar a estagnação política.

Outro conceito importante para entender a práxis está na obra "Filosofia da Práxis". Nesta obra, o autor delinea diferentes níveis de práxis, nomeadamente os níveis criativo, imitativo, espontâneo e reflexivo. A análise desses níveis é baseada no grau de profundidade com que

a consciência do agente se envolve no processo de transformação e humanização da matéria, bem como no resultado praxiológico (Vázquez, 1980, p. 267).

De acordo com Vázquez, a práxis é uma relação que une teoria e prática, permitindo a transformação da realidade existente. Não há separação rígida entre esses dois elementos, pois eles formam uma unidade coesa. Sob a perspectiva do autor, a práxis é composta por três elementos fundamentais: a teoria, a prática e a realidade, no qual a compreensão desses elementos ocorre por meio do conceito de atividade.

Vázquez, descreve a atividade como a interação de um sujeito que realiza uma ação específica em relação a um determinado objeto, resultando em um produto tangível ou intangível. A atividade humana é intencional, sendo o indivíduo consciente de suas ações e objetivos, buscando alcançar um resultado ideal com base na realidade circundante. Portanto, “a práxis implica intencionalidade da ação e não se finda nisto, além da ação em si, a práxis implica o conhecimento do sentido particular desta ação” (Rodrigues; Tirol; Santos, 2021, p. 217).

Freire (2020), por sua vez, enfatizou a importância da práxis, argumentando que o ato de ensinar e aprender envolve uma constante interação entre teoria e ação. O autor destaca a práxis como um processo educacional que incorpora a ação reflexiva dos estudantes e sua participação ativa na transformação de suas realidades sociais. Para Freire, “a práxis é um método pedagógico que enfatiza a importância da consciência crítica e da participação ativa na busca por uma sociedade mais justa e igualitária” (Freire, 2020, p. 82). Ele acreditava que a práxis educacional era fundamental para o desenvolvimento de indivíduos conscientes e engajados.

Assim, a categoria práxis é conceituada enquanto “[...] reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo, sem ela, é impossível a superação da contradição opressor-oprimidos” (Freire, 2020, p.42). Dessa forma, a prática da liberdade adquire seu significado, uma vez que, de acordo com a visão de Freire, a práxis capacita a classe popular a desenvolver uma consciência crítica e reflexiva, partindo da vivência concreta dos indivíduos, em vez de meras concepções abstratas. Daí a relevância do processo de construção dessa consciência crítica em relação à realidade e, conseqüentemente, a emancipação da classe popular de suas condições de opressão.

Uma conexão significativa entre ambos os pensadores pode ser estabelecida a partir de sua visão política do ser humano. Tanto para Freire quanto para Vázquez, o conceito de práxis está ligado à ação dos indivíduos, com foco na educação da consciência, na reflexão, na crítica e na ação transformadora. Eles compartilham a compreensão de que o ser humano é um ser essencialmente social, vivendo em sociedade, em vez de uma entidade isolada (Rodrigues; Tirol; Santos, 2021, p. 217). Essa vida em sociedade é permeada por contradições, moldando as relações sociais e resultando em uma praxis social, conforme definido por Vázquez (2011, p. 232-233) como "a atividade de grupos ou classes sociais que visa transformar a organização e o rumo da sociedade".

Nesse contexto, é fundamental compreender o conceito de práxis de acordo com a abordagem freiriana, considerando o processo dialético de construção da consciência nos indivíduos. A consciência, até que se torne uma práxis consolidada, deve passar por um processo de desenvolvimento, culminando na objetivação da consciência crítica pela classe popular como uma entidade coletiva e unificada. Isso destaca a importância da história e da cultura humanas na formação de sujeitos críticos e emancipados, livres da condição de oprimidos. Nesse contexto, como observou Hooks (2017, p. 26), a práxis para Freire implica "agir e refletir sobre o mundo com o propósito de transformá-lo".

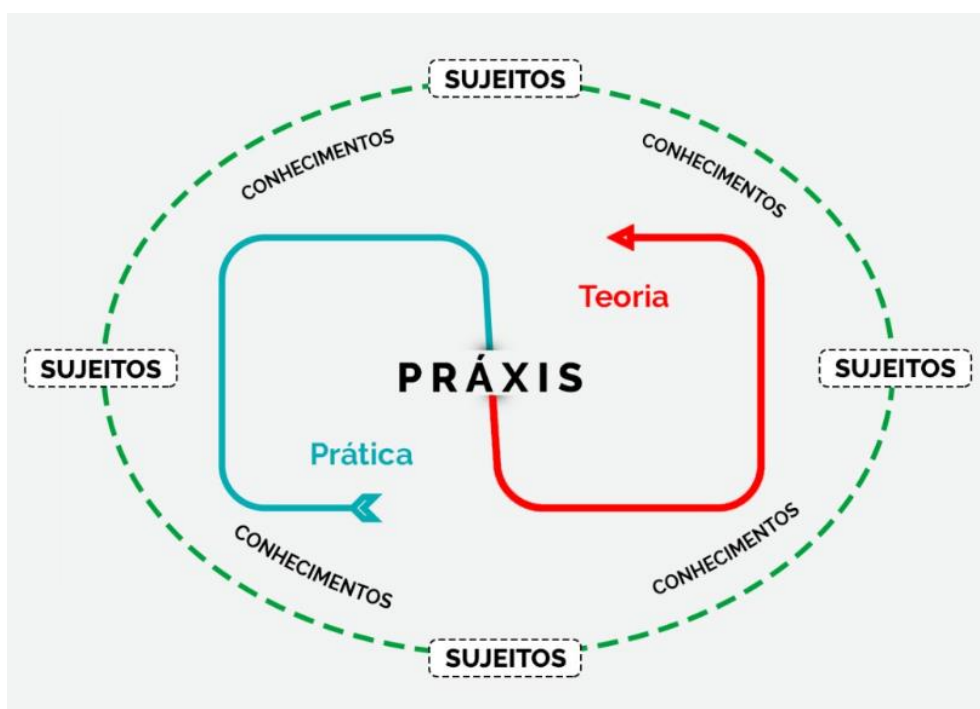
Para compreender plenamente a filosofia de Freire, é essencial considerar a importância da práxis, um conceito que permeia sua abordagem e que compartilha afinidades com os princípios do marxismo. A práxis, fundamentada no método dialético, constitui uma abordagem que visa interpretar a realidade de maneira intimamente ligada à vida cotidiana. Seu propósito fundamental é articular a prática com a ação transformadora dessa prática. Portanto, a práxis é a busca consciente da interpretação da realidade, inseparável da vida, e surge como resultado de uma prática que almeja a transformação.

Neste sentido, a pedagogia de Freire é inerentemente uma pedagogia da práxis, concebendo o ser humano como alguém em constante desenvolvimento, inacabado em sua jornada, o que também reflete sua perspectiva antropológica sobre a concepção do ser humano. "Por outro lado, a práxis não é ação cega, desprovida de intenção ou finalidade. É ação e reflexão. Mulheres e homens são seres da práxis e, assim, se tornaram capazes de, transformando o mundo, dar significado a ele" (Freire, 2011, p. 134), ao contrário dos animais, que não questionam o mundo, os seres humanos são seres da práxis, seres do "fazer" que emergem

do mundo com a intenção não apenas de compreendê-lo, mas também de transformá-lo por meio de seu trabalho (Freire, 2020).

Destarte, a práxis vai além de ser apenas uma atividade social transformadora, que envolve a modificação da natureza, a criação de objetos, instrumentos e tecnologias. Ela também desempenha um papel essencial na transformação do indivíduo, à medida que este age sobre a natureza, não apenas transformando-a, mas também se autotransformando (Silva; Souza, 2017). O processo de envolvimento na práxis é holístico, afetando a pessoa em sua totalidade. A atividade mental não é desincorporada, e a atividade manual não prescinde de reflexão (Schommer, 2005). Mas, ambas coexistem e se retroalimentam (Silva; Souza, 2017, p. 201).

Figura 7 - Construção Social do Conhecimento a partir da Práxis



Fonte: Elaborada pela pesquisadora

A ilustração apresentada na figura 7 tenta representar a dinâmica de construção do conhecimento sob uma perspectiva praxiológica. Como demonstrado, a práxis envolve um processo dialético-dialógico, que integra teoria e prática, resultando na geração de conhecimento, ocorrendo dentro das interações e experiências sociais.

A abordagem prática dentro dessa perspectiva envolve não apenas realizar ação, mas fazê-lo dentro de um contexto histórico e social que se apoia em uma estrutura que dá significado às ações. Essa visão da prática engloba tanto o conhecimento explícito quanto o conhecimento tácito, ambos moldados pela influência social. Além disso, incorpora relações e convenções implícitas que se tornam explícitas por meio da prática, contribuindo para a formação de comunidades de prática e, conseqüentemente, para o desenvolvimento de uma práxis dedicada à transformação dialética e dialógica dos indivíduos e de seus ambientes (Silva; Souza, 2017).

Assim, a práxis desempenha um papel central na compreensão entre teoria e prática, bem como na promoção de mudanças sociais e individuais. É uma abordagem que enfatiza a importância da reflexão crítica e da participação ativa na busca por uma sociedade mais justa e igualitária.

Além disso, as comunidades de prática representam uma mudança de paradigma na forma como entendemos a aprendizagem e a construção do conhecimento. Elas destacam o poder da interação social, do compartilhamento de práticas e da participação ativa na formação de identidades e no desenvolvimento de competências. À medida que continuam a evoluir e a se adaptar a diferentes contextos, as comunidades de prática prometem desempenhar um papel central na promoção da aprendizagem colaborativa e na construção coletiva do conhecimento em nossa sociedade em constante mudança.

Diante do postulado pelos autores nessa seção, é possível afirmarmos que o conhecimento consiste em um somatório de experiência, valores, informação contextual e insights experimentados, a partir da qual é possível avaliar e incorporar novas experiências e informações (Davenport & Prusak; 1998). Podendo ser criado e disseminado não só a partir da socialização de documentos, processo e procedimentos, mas também e, principalmente, em rotinas, práticas e saberes que compõem o dia a dia de uma organização associativa.

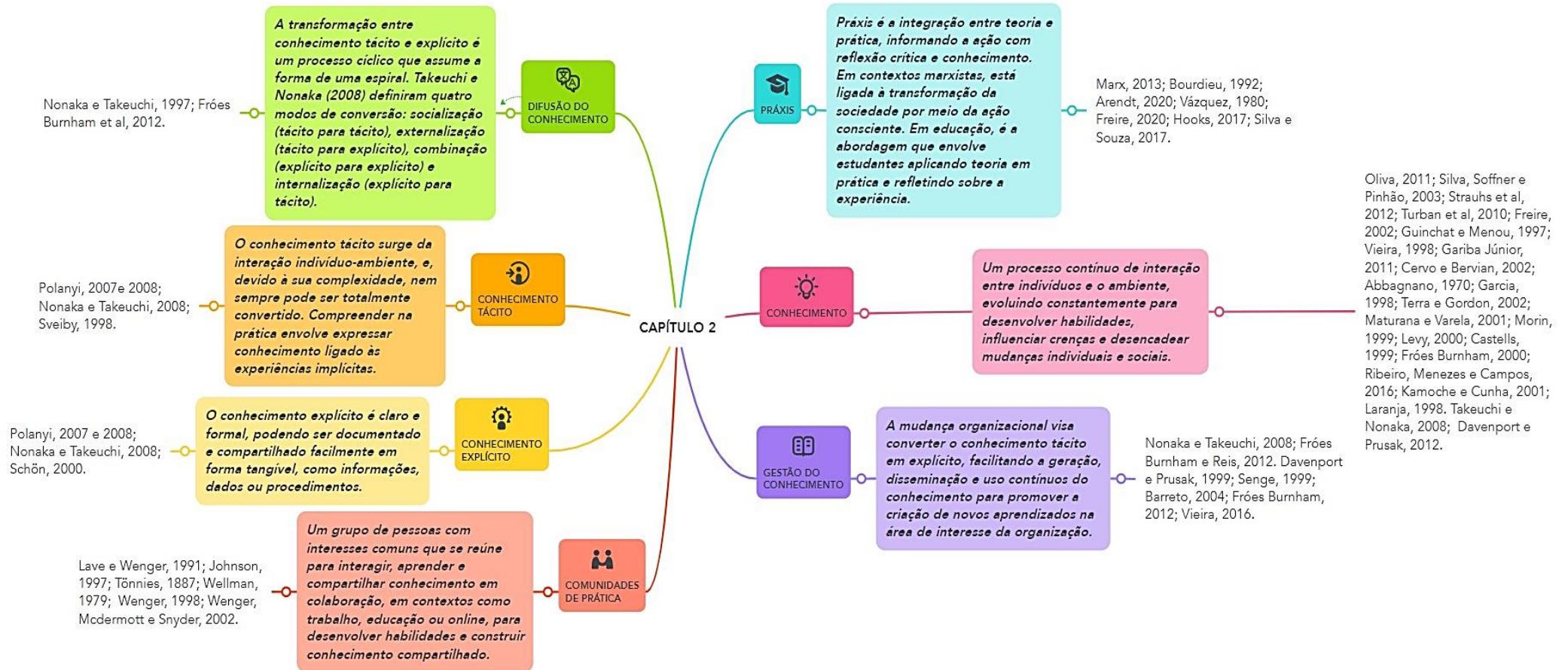
Além disso, concebemos que a produção e difusão do conhecimento em comunidades de prática representam uma abordagem poderosa para a aprendizagem e o desenvolvimento profissional dos grupos produtivos e das associações pois essas comunidades facilitam o compartilhamento de conhecimento prático, colaborativo e socialmente construído, criando ambientes nos quais os membros podem aprender uns com os outros de maneira contínua.

Assim sendo, ao trazermos a discussão sobre a produção e difusão do conhecimento a partir das comunidades de prática e sua importância para a Economia Solidária e a manutenção dos grupos produtivos, buscamos analisar a compreensão de como as mulheres vivenciaram e vivenciam cada modo de processo de conversão do conhecimento, suas relações, experiências, saberes e práticas estabelecidos com seus pares.

Na figura 8, destacamos os conceitos fundamentais e as ideias apresentadas no capítulo 2, que refletem nossas considerações sobre o processo de produção e disseminação do conhecimento. Isso abrange a dinâmica estruturada no modelo SECI, o conhecimento desenvolvido por meio de comunidades de prática e a práxis como a origem desse conhecimento.

No capítulo seguinte, exploramos a contextualização da Economia Solidária, abordando seus vínculos, conceitos e origens, bem como sua conexão com grupos produtivos, uma vez que seus princípios são alicerces fundamentais do associativismo. Buscamos identificar conceitos estruturantes e aspectos essenciais para compreender essa relação, assim como seu impacto na vida cotidiana das mulheres rurais, e como isso as impulsiona na busca por empoderamento e autonomia.

Figura 8 - Mapa Conceitual do Capítulo 2



Fonte: Elaborado pela autora (2023)

3 A ECONOMIA SOLIDÁRIA E SEUS VÍNCULOS

“A economia solidária é a semente do crescimento compartilhado, onde cada ação individual contribui para o florescimento da comunidade como um todo”.

(Paul Singer)

A atividade econômica no Reino Unido, nos séculos XV e XVI, concentrava-se na terra, tendo sido esse o espaço de absorção de viajantes de outras partes da Europa, o que fez crescer o fluxo de metais preciosos, elevando preços, estimulando a industrialização e fortalecendo a economia em termos monetários. Já no século XVII, as unidades comerciais e industriais estavam localizadas nos ramos de panificação, têxtil e confecção (Leal; Rodrigues, 2018).

No início do século XIX, a Europa experimentava as mudanças provocadas pela Primeira Revolução Industrial, momento marcado pelo surgimento da máquina a vapor, intensificação da atividade industrial e expansão do mercado mundial (Leal; Rodrigues, 2018). Sendo esse período, marcado por grandes problemas sociais como a substituição massiva de trabalho humano por maquinários, a exposição dos trabalhadores fabris a condições de trabalhos degradantes, à miséria e ao desemprego (Collyer, 2015).

Neste cenário, surge o primeiro traço da Economia Solidária sob o formato da Economia Social, também denominado por alguns como “associativismo pioneiro” (Aleixo, 2015, p. 5). Este primeiro momento da Economia Social nasceu como reação à precariedade das condições de trabalho e efeitos sociais negativos do capitalismo (Leal; Rodrigues, 2018). Nesse contexto, surgiu na França as primeiras ideias com Conde de Saint-Simon⁴, François Marie Charles Fourier⁵ e Pierre-Joseph Proudhon⁶, e na Inglaterra, com Robert Owen⁷. Eles elaboraram um modelo de sociedade mutualista⁸, cooperativista e solidária, que apesar de

⁴ **Claude-Henri de Rouvroyou Conde de Saint-Simon**, nasceu em Paris (1760) e morreu na mesma cidade (1825). Em sua agitada vida, participou da Revolução Francesa ao redigir o caderno da Assembleia de Marchélepot, também presidiu a Assembleia dos habitantes de Falvy. No processo revolucionário, renunciou o seu título de Conde e de Senhor para reivindicar o de cidadão. Fiel ao seu pensamento, tornou-se comandante da guarda nacional, membro e orador de sociedades populares.

⁵ **François Marie Charles Fourier** nasceu em Besançon (1772) e morreu em Paris (1837). Sua produção teórica criticava a sociedade burguesa e propunha uma nova organização social de caráter não autoritário e autônomo, considerando a igualdade entre a mulher e o homem e, principalmente, a formação humana sem nenhum tipo de repressão.

⁶ **Pierre-Joseph Proudhon**, nasceu em Besançon (1809) e morreu em Passy (1865), foi considerado por Kropotkin em “A Questão Social” (1950?) como o crítico mais veemente do sistema capitalista e do Estado. Na concepção de Proudhon, temos dois importantes conceitos presentes no movimento operário francês e na Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) ou Primeira Internacional: o “mutualismo” e o “federalismo”, o primeiro como organizador econômico e o segundo como político (RESENDE; PASSETI, 1986). Com isso, estariam dadas as condições necessárias para a proposta de autogestão econômica e política da sociedade futura.

⁷ **Robert Owen**, proprietário de uma indústria têxtil, propôs a criação de empreendimentos cooperativos, como meio de superação das crises econômicas vivenciadas na primeira parte do século XIX. Suas ideias inspiraram a criação de várias cooperativas, tanto na Inglaterra como nos Estados Unidos (LECHAT, 2002, p. 5).

⁸ Onde existe a contribuição recíproca entre os sujeitos envolvidos

não apresentarem, naquele momento, de forma objetiva os caminhos para se alcançar a transformação da sociedade, foram precursores e idealizadores de processos solidários que hoje visualizamos como princípios da Economia Solidária - ECOSOL (Arroyo; Schuch; 2006).

No período que corresponde ao século XIX, temos no cenário econômico um sistema não muito bem articulado de economias nacionais e de dependências coloniais ou semicoloniais, interligadas por intercâmbios voluntários ou compulsórios de bens, serviços, capitais, mão de obra e tecnologia (Almeida; 2015). Ainda conforme Almeida,

No plano estritamente econômico, o mundo passou por fases distintas ao longo do período: saltos tecnológicos, representados pelos grandes avanços da segunda revolução industrial; mudanças dramáticas nos sistemas monetários nacionais, a partir de violentas crises financeiras, de surtos violentos de inflação em diversos países, com rupturas dos regimes monetários e cambiais, a começar pelo do padrão ouro; fases de crescimento sustentado, seguidas por conjunturas de estagnação; surtos de liberalização setorial, alternando com impulsos de protecionismo comercial; incorporação de novos atores econômicos, com preservação de velhas desigualdades estruturais; fases de fechamento e de abertura aos movimentos de pessoas e aos fluxos de capitais; redistribuição dos fluxos de renda em direção de novos centros de acumulação e confirmação de antigos mecanismos de concentração e de acumulação; enfim, uma gama variada de tendências estruturais, de rupturas conjunturais e de ciclos econômicos tão diversos quanto os processos políticos que marcaram este século ao mesmo tempo exemplarmente criador, no plano das ciências e das técnicas, mas também extremamente destruidor em termos de vidas humanas e padrões civilizatórios (Almeida; 2015, p. 127-128).

Nessa perspectiva, conforme afirma o autor, os elementos básicos da atividade econômica como terra, capital e trabalho assumiram papéis bastante distintos. A disponibilidade de terras agrícolas continuou relevante nos lugares periféricos. Contudo, menos importante nas economias centrais, que aprofundam sua industrialização. Nesse sentido, surgiram vários processos históricos “que impactam os fluxos de comércio, os movimentos de capitais, as transmigrações de mão de obra, as oportunidades de investimentos diretos, as demandas por financiamentos, os sistemas produtivos, a administração das coisas e o comando dos homens” (Almeida, 2015, p. 129).

No século XX, antes da crise de 1929⁹ estourar, os Estados Unidos já ocupavam o posto de maior economia do mundo. Antes mesmo da Primeira Guerra Mundial, a economia americana já possuía índices que comprovavam essa supremacia, e os eventos da guerra só acentuaram a posição de potência econômica internacional. O avanço da economia americana tornou o país responsável pela produção de 42% de todas as mercadorias feitas no mundo (Silva; 2016).

Por conta da onda de euforia, as pessoas passaram a investir de maneira intensa no mercado financeiro, disparando a especulação monetária. Outro aspecto importante desse período foi a questão salarial, muito importante para entendermos uma das faces da crise: a superprodução. A indústria dos Estados Unidos expandiu-se e a produtividade do trabalhador aumentou. Esse aumento na produção, no entanto, não foi acompanhado de aumentos salariais, pois os salários permaneceram estagnados (Mazzucchelli; 2008). Assim, o mercado não teve condições de absorver a quantidade de mercadorias que eram produzidas (nem o mercado americano nem outros países conseguiam absorver essas mercadorias) (Silva; 2016).

Os efeitos da crise para a economia dos Estados Unidos foram imediatos e espalharam-se pelo país como um efeito dominó. O período mais crítico foi de 1929 a 1933; quando os efeitos foram enfraquecendo-se, principalmente por causa da intervenção do Estado na economia com o New Deal¹⁰.

A partir dos anos 1940 o cenário político internacional definido pelo contexto da Guerra Fria moldou a forma de atuação da nação capitalista hegemônica (Estados Unidos) e dos Estados Nacionais dos demais países capitalistas avançados (Bleaney; 1985). As regras definidas em Bretton Woods¹¹ permitiram que os Estados Nacionais realizassem políticas

⁹ A Crise de 1929, também conhecida como Grande Depressão, foi caracterizada por uma forte recessão econômica que atingiu o capitalismo internacional no final da década 1920, marcou a decadência do liberalismo econômico, naquele momento, e teve como causas a superprodução e especulação financeira.

¹⁰ A essência do **New Deal** era a ideia de que os grandes governos deveriam gastar com liberdade para conquistar a segurança e o progresso. Assim, a segurança do pós-guerra exigiria certa liberdade de desembolsos por parte dos Estados Unidos, a fim de superar o caos criado pela guerra. [...] A ajuda aos [...] países pobres teria o mesmo efeito dos programas de bem-estar social dentro dos Estados Unidos – dar-lhes-ia segurança para superar o caos e impediria que eles se transformassem em revolucionários violentos” (SCHURMANN, 1974, p. 67 apud ARRIGHI, 1996, p. 285).

¹¹ O **Sistema Bretton Woods** se refere às conferências que estabeleceram em julho de 1944 regras para as relações comerciais e financeiras entre os países mais industrializados do mundo. Esses acordos criaram o

macroeconômicas primordialmente voltadas para o objetivo de atingir o pleno emprego nas economias avançadas, período que ficou conhecido como Anos Dourados do Capitalismo (Balanco; Pinto; 2007).

Destarte, as condições sociais e políticas peculiares do pós-guerra também foram determinantes para que a ideia de Estado de bem-estar social se consolidasse nas sociedades ocidentais de economia capitalista avançada. A ordem econômico-financeira internacional teve papel decisivo para que o capitalismo pudesse vivenciar um período de prosperidade econômica e relativa equidade social. A atuação dos Estados Nacionais permitiu que as desigualdades de renda se reduzissem de forma expressiva nesse período, enquanto os níveis salariais se expandiram e a taxa de desemprego atingia patamares bastante reduzidos na maioria dos países (Mattos; 2005).

Nos anos 1970 uma desregulamentação do sistema monetário internacional e dois choques petrolíferos (em 1973 e 1979) estiveram na origem de uma crise econômica que, no início dos anos 70, travou o ritmo de crescimento nos países industrializados. O dólar americano, que servia de referência a todas as economias ocidentais desde a década de 40, foi desvalorizado e perdeu a sua paridade relativamente ao ouro. Dois anos depois, no final de 1973, os países árabes membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), aumentaram quatro vezes o preço do petróleo no espaço de três meses e nacionalizaram as instalações ocidentais.

O problema do desemprego, que no princípio dos anos 70 quase desaparecera, volta a afligir as economias europeias, mas desta vez é um desemprego muito focalizado: atinge essencialmente jovens sem formação especializada, mulheres, trabalhadores imigrantes e os operários das indústrias tradicionais. A taxa de desemprego na Comunidade Econômica Europeia (CEE) chegou a atingir cerca de 10% da população ativa, principalmente o Reino Unido e a Itália.

Entre 1979 e 1980, ocorreu uma nova crise petrolífera. Com a queda da oferta, os preços do barril subiram e o aumento desta fonte de energia teve graves repercussões em alguns setores industriais da Europa. Como resultado desta situação foram registradas inúmeras falências e

Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, sendo cancelado em 1971, por Richard Nixon, presidente dos EUA.

a crise das indústrias tradicionais que haviam estado na base do arranque da Revolução Industrial, como a siderurgia, a metalurgia, os têxteis e derivados destas. Para agravar a crise, os trabalhadores imigrados, em luta pelos seus postos de trabalho, foram vítimas da marginalização social e, em alguns países, alvos de movimentos xenófobos, num período em que ressurgem as ideologias fascistas.

Até então, apesar das péssimas condições de trabalho e salários miseráveis, os(as) trabalhadores(as) assalariados(as) mantinham-se acomodados diante dessa situação decadente, principalmente em razão da dependência econômica que esse subemprego lhes submetia, e somente depois, em decorrência das crises que afetaram o mercado como um todo e, simultaneamente, a crescente onda de desemprego começaram a se movimentar (Mattos; 2005).

As décadas de 80 e 90 foram marcadas pelas políticas de desregulamentação financeira, abertura das economias nacionais e privatizações, planejados pelos governos neoliberais dos Estados Unidos e do Reino Unido. Na América Latina, partir de 1989, as regras baseadas a partir do Consenso de Washington¹² passaram a balizar os limites do papel do Estado.

Esses eventos provocaram instabilidade na economia global, resultando em um aumento acentuado do subemprego, um aumento generalizado do desemprego e o colapso de inúmeras empresas. Diante dessa nova realidade socioeconômica, a classe trabalhadora começou a se reunir novamente, formando associações e cooperativas de consumo e habitação como uma resposta de autodefesa e autossuficiência para enfrentar questões de classe. As motivações subjacentes ao surgimento desses empreendimentos, conforme Pinto (2006, p. 28), “estão ligadas à busca de trabalhadores, consumidores e pequenos produtores por compensarem, via agregação de recursos próprios as restrições apresentadas pelo mercado capitalista”.

¹² **Consenso de Washington** é um conjunto ou “pacote” de dez prescrições de políticas econômicas, consideradas uma receita padrão para a reforma, que teriam sido promovidas pelas organizações financeiras com sede em Washington, DC, nos EUA (tais como o FMI e o Banco Mundial) entre os países em desenvolvimento que enfrentavam crises. Essas prescrições abrangiam estabilização macroeconômica, abertura da economia para comércio e investimento e expansão das forças de mercado na economia doméstica. O termo Consenso de Washington foi utilizado pela primeira vez em 1989, pelo economista britânico John Williamson, em referência específica a um conjunto de prescrições que ele compilou a partir de temas e recomendações que apareciam com frequência nos discursos das instituições financeiras com sede em Washington. Posteriormente, esse termo passou a ser usado em um sentido mais amplo, referindo-se de maneira geral a orientações para uma abordagem da economia fortemente baseada no mercado. Fonte: VAZ; MERLO; (2020).

Nesse contexto, o mundo do trabalho passou por profundas transformações capazes de mudar o perfil da classe trabalhadora, verifica-se que o capital ao responder à crise de acumulação e valorização desenvolve novas formas de gestão e organização da produção, gerando um processo de acumulação flexível¹³. Esse processo acarreta uma drástica heterogeneização, complexificação e precarização do trabalho, aumentando a exploração sobre o contingente feminino e a subproletarização, que se expressa “na expansão do trabalho parcial, temporário, precário, subcontratado, terceirizado”. (Antunes, 1995, p. 41).

Na América Latina, a reestruturação produtiva e a acumulação flexível tiveram impactos sociais significativos. O aumento da informalidade no mercado de trabalho levou à diminuição da seguridade social, à falta de benefícios e à instabilidade econômica para os trabalhadores. A desigualdade social também aumentou, já que os benefícios da reestruturação frequentemente favoreceram os setores mais ricos.

No Brasil, a reestruturação produtiva e a acumulação flexível tiveram impactos significativos no mercado de trabalho. Com o fim do ideário do pleno emprego, que era uma das principais características do modelo de desenvolvimento adotado pelo país nas décadas de 1950 e 1960, houve um aumento da informalidade e da precarização do trabalho. Empresas passaram a adotar formas de contratação mais flexíveis, como a terceirização e o trabalho temporário, e a reduzir os custos com a folha de pagamento.

Essa mudança teve impactos significativos na qualidade de vida dos trabalhadores, que passaram a ter menos garantias trabalhistas e previdenciárias e a enfrentar condições de trabalho mais precárias. A informalidade e a precarização do trabalho também tiveram um impacto negativo na economia, uma vez que os trabalhadores informais têm menos poder de compra e, portanto, consomem menos.

Neste contexto, estudos desenvolvidos pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), foram fundamentais para a compreensão dos desafios enfrentados pelos

¹³ A acumulação flexível é um conceito crucial no campo da economia e das relações de produção, definido por David Harvey como "uma nova forma de organização econômica que surgiu na década de 1970". Essa abordagem, introduzida por Harvey em seu livro "The Condition of Postmodernity", descreve um sistema de produção e consumo que difere das formas anteriores de acumulação de capital, como a acumulação fordista.

países em desenvolvimento na segunda metade do século XX. No final da década de 80, a CEPAL realizou uma série de estudos sobre o papel do Estado no desenvolvimento econômico e social, destacando a importância da formação de recursos humanos e do investimento em educação.

A partir desses estudos, foram identificadas as lacunas na formação do trabalhador, especialmente em relação às habilidades e competências necessárias para enfrentar as mudanças tecnológicas e organizacionais que estavam ocorrendo na economia globalizada. Os estudos cepalinos propuseram uma reforma na educação, voltada para a formação de trabalhadores com habilidades mais amplas e flexíveis, capazes de se adaptar às mudanças no mercado de trabalho.

É nesse contexto que o movimento da Economia Solidária (re)surgiu, influenciado pelo socialismo e comunismo, como uma tentativa de recuperar a autonomia do trabalho e aproveitar as oportunidades criadas pelas novas forças produtivas. Inicialmente, essa abordagem foi moldada pela ideologia socialista e pelos valores fundamentais do movimento operário, como igualdade e democracia (Singer; 2005).

Nesse sentido, para Arroyo (2006, p. 53),

O projeto proposto pela economia popular e solidária tem entre seus principais fundamentos o desafio de estruturar uma economia que se alimente da inclusão social e da distribuição de renda, em um contexto em que signifique a radicalização da democracia política na direção da democracia econômica, a única capaz de trazer soluções definitivas aos problemas sociais.

A fala de Arroyo enfatiza o propósito central da economia popular e solidária em estabelecer uma estrutura econômica que priorize a inclusão social e a distribuição equitativa de renda. Destaca-se a importância de fortalecer uma economia que não apenas responda às demandas econômicas, mas que também aborde questões fundamentais de desigualdade e exclusão. Além disso, ressalta a necessidade de uma transição da democracia política para uma democracia econômica mais profunda, sugerindo que uma participação mais ampla e equitativa na esfera econômica é crucial para resolver problemas sociais de forma duradoura.

Nessa mesma perspectiva, Faria (2011, p. 11) afirma que a formação de um ambiente que se estabelece como economia solidária foi muito importante por duas razões,

A primeira é que essa constituição serviu como uma resposta política às propostas de empreendedorismo individual, competitivo, ancorado nos ativos individuais, se estruturando a valores como solidariedade, cooperação, reciprocidade e de afirmação. O segundo motivo é que esse fato contribuiu para visibilizar a economia uma nova forma de economia e desestruturar a hegemonia da economia mercantilista.

A fala de Faria destaca como a economia solidária não é apenas uma alternativa econômica, mas também uma resposta política à busca de um modelo econômico mais inclusivo e cooperativo, desafiando as normas da economia tradicional e destacando a importância de valores humanos e sociais na estrutura econômica.

Destarte, fato é que o movimento da ECOSOL surge a partir do momento em que esses indivíduos, perceberam a necessidade de buscar novas fontes de renda para garantir a sua sobrevivência e a da sua família, o que fez nascer nesses sujeitos iniciativas coletivas e individuais de auto-organização (Leal; Rodrigues, 2018). Contudo, a compreensão sobre a Economia Solidária vai muito além da necessidade de se propiciar a geração de renda. Ela possui caráter de organização coletiva, e sua amplitude é capaz de compreender não só necessidades individuais, como também de toda a comunidade, seja no âmbito econômico, social e ambiental.

Considerando o que foi apresentado, quando se fala sobre a origem da Economia Solidária grande parte dos autores concordam que ela apareceu com o intuito de solucionar problemas advindos das deficiências do sistema capitalista que afetaram com maior força a população com menor poder aquisitivo, trabalhadores/as que se viram desempregados e com sentimento de não pertencimento à sociedade, pois lhes era privado o mínimo de dignidade.

3.1 ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL E NA BAHIA

As medidas tomadas a partir do Consenso de Washington influenciaram a política de vários países, inclusive no Brasil. Nesse período tivemos o Fundo Monetário Internacional (FMI) impondo medidas ao país (limitação dos gastos do Estado; reforma tributária, liberalização financeira, liberalização do comércio exterior para impulsionar a globalização da economia;

eliminação de restrições ao capital externo; privatização com a venda das empresas estatais; desregulamentação das leis trabalhistas, dentre outras), e, ignorando questões locais e problemas históricos da América Latina, como a desigual distribuição das riquezas (Silva; 2017).

Nesse contexto, entidades populares, ativistas e intelectuais se engajaram criando “um próspero movimento de defesa coletiva dos interesses da classe trabalhadora, canalizando as demandas de centenas de famílias sem renda para as alternativas associativas e autogestionárias” (Arcanjo; Oliveira; 2017, p. 235); desenvolvendo programas voltados para a geração de trabalho e renda.

Paralelamente ao governo de Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2002), as prefeituras de Porto Alegre (RS), de São Paulo (SP), Recife (PE), Belém (PA), o governo do Rio Grande do Sul e Distrito Federal, no período de 1998 a 2002, desenvolveram experiências de fomento da ECOSOL. Esse acúmulo influenciou na participação desse segmento no primeiro Fórum Social Mundial (FSM), realizado em 2001, em Porto Alegre. Nesta ocasião, foi criado o Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária (Arcanjo; Oliveira; 2017).

O início do primeiro governo Lula, em 2003, marcou um momento de esperança e mudança no Brasil. Após anos de políticas neoliberais que privilegiavam o mercado em detrimento do bem-estar social, a eleição de Lula e do Partido dos Trabalhadores (PT) trouxe a promessa de uma abordagem mais inclusiva e solidária para a política nacional.

Nesse contexto, a Economia Solidária (ES) ganhou destaque como uma alternativa às políticas econômicas tradicionais. A ES é uma forma de organização econômica baseada em princípios como a cooperação, a autogestão e a solidariedade. Ela busca promover a inclusão social e a justiça econômica através do fortalecimento de empreendimentos coletivos e autônomos, como cooperativas, associações e empresas autogestionárias.

Na Política Nacional de Economia Solidária, instituída em 2003, o governo federal estabeleceu diretrizes para o fomento e fortalecimento da ES no país. Isso incluiu a criação de programas e políticas públicas para apoiar o desenvolvimento de empreendimentos solidários, como o Programa Nacional de Fomento à Economia Solidária e o Programa de Comercialização Solidária.

Neste contexto, cria-se através da Lei nº 10.683, e instituída pelo Decreto nº 4.764/2003 a Senaes e o Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES), nesse mesmo período, aconteceu a terceira Plenária de ECOSOL, na qual se concretizou a criação do FBES, fruto de um processo participativo, nacional, por meio do exercício do protagonismo dos movimentos sociais da ECOSOL nas diversas regiões do país. A partir de então, o FBES passou a representar os interesses dos movimentos sociais da ES no Brasil.

Na avaliação de Singer (2005), o trabalho institucional da Senaes tornou-se possível devido à estreita relação com os movimentos sociais. A partir desses avanços, foram definidos os princípios de atuação, conceitos, desafios e diretrizes para a política pública nacional de Economia Solidária. Fato é que, com a criação da SENAES, o movimento de ECOSOL, presente em parte do território, rapidamente se expandiu, tornando-se nacional. Houve, nesta década, amplo crescimento da Economia Solidária no Brasil conjugado ao crescimento econômico: se de 1994 a 2004 a expansão da economia solidária havia sido causada pela crise, de 2004 em diante o crescimento da economia solidária não pôde mais ser atribuído ao crescimento da marginalização (Singer, 2005).

Destarte, para Silva (2017), o esforço da SENAES em garantir um processo participativo na pesquisa da realidade contou com a parceria do FBES. Desse processo resultou a construção do Sistema de Informações em Economia Solidária (Sies),

(...) uma iniciativa pioneira no mundo para identificação e caracterização de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), Entidades de Apoio e Fomento (EAF) e Políticas Públicas de Economia Solidária. O conhecimento da realidade da Economia Solidária a partir do Sies possibilitou à Senaes uma melhor atuação no território. Esses dados subsidiaram a implementação de políticas públicas de ES em todo o país, focalizando o desenvolvimento local e territorial, a organização econômica e solidária (Silva; 2017, p. 22).

Ainda, conforme o autor supracitado, a estratégia voltada para o fortalecimento institucional foi implementada por meio

I - do Programa Economia Solidária em Desenvolvimento, inserido nos Planos Plurianuais de 2004-2007 e de 2008-2011;

II - da criação de uma base legal que garantisse o reconhecimento das organizações de ECOSOL como sujeitos de direito, enquanto argumento fundamental para institucionalização das políticas públicas de Economia Solidária na sociedade e no Estado;

III - da participação cidadã e de controle social na institucionalização da ECOSOL (*ibidem*, 2017, p. 23).

Realizada em 2006, a I Conferência Nacional de Economia Solidária, abriu um novo período para a ECOSOL no Brasil, a sua ampliação para a maioria dos estados, refletiu, diretamente, na “consolidação de um processo público e democrático de transmissão das demandas deste segmento para o governo” (Silva; 2017, p. 24).

A implantação do Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES) materializou o compromisso com a construção participativa das suas políticas:

A estratégia de desenvolvimento local e territorial foi implementada por meio dos Programas de Desenvolvimento Rural Sustentável¹⁴, Territórios da Cidadania¹⁵, Territórios de Paz do Programa Nacional de Segurança com Cidadania, dentre outros. Desta forma, a Senaes passou a desenvolver suas políticas como forma de potencializar processos endógenos, de acordo com os princípios do Desenvolvimento Sustentável e da ECOSOL (Arcanjo; Oliveira; 2007, p. 237).

Sob tais aspectos, ainda de acordo com os autores, a institucionalização da ECOSOL ocorreu através de mecanismos que se apoiaram em diferentes formas de articulação ou parcerias para sua realização, tais como,

a) fortalecimento do diálogo com as organizações da sociedade civil, visando ampliar as políticas de ES no Brasil; b) a instituição do Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (Cadsol) através da Portaria 373/2014, com o objetivo de permitir aos empreendedores solidários o acesso às políticas públicas nacionais de ES e demais políticas;

¹⁴ **Programas de Desenvolvimento Rural Sustentável** pode ser entendido como um conjunto organizado de diretrizes, estratégias e compromissos relativos às ações para serem realizadas no futuro visando ao desenvolvimento sustentável nos territórios, resultante de consensos compartilhados dos atores sociais e o Estado, nas decisões tomadas no processo dinâmico de planejamento participativo. Fonte: BRASIL – MDA; 2008b.

¹⁵ **O Territórios da Cidadania** é uma estratégia de desenvolvimento regional sustentável e garantia de direitos sociais voltado às regiões do país que mais precisam, com objetivo de levar o desenvolvimento econômico e universalizar os programas básicos de cidadania. Trabalha com base na integração das ações do Governo Federal e dos governos estaduais e municipais, em um plano desenvolvido em cada território, com a participação da sociedade. Em cada território, um Conselho Territorial composto pelas três esferas governamentais e pela sociedade determinará um plano de desenvolvimento e uma agenda pactuada de ações. Fonte: BRASIL – MDA; 2008b

e, c) programas públicos de financiamento, crédito, aquisição e comercialização de produtos e serviços (*ibidem*, 2007, p. 237).

Destarte, essas articulações governamentais influenciaram para que o MTE incorporasse a ECOSOL como estratégia de geração de trabalho e renda, como: o desenvolvimento da qualificação social e profissional (PNQ), e, inserção da ECOSOL - nos Planos Territoriais de Qualificação (Planteq), nos Projetos Especiais de Qualificação (Proesq) e Planos Setoriais de Qualificação Social e Profissional (Planseq) (Arcanjo e Oliveira, 2007). Nesse contexto, com as parcerias realizadas no âmbito dos governos federal, a Senaes conseguiu apoiar várias iniciativas autogestionárias, conforme podemos observar no quadro abaixo:

Quadro 3 – Parcerias entre a Senaes e Governo Federal

Instituição/Órgão	Ações
Ministério da Justiça	Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), para desenvolver ações de ES como estratégia de prevenção da violência
Ministério da Educação (MEC)	Apoio às incubadoras universitárias e na política de Educação de Jovens e Adultos (EJA)
Ministério da Saúde (MS)	Política de Saúde Mental e na construção de políticas de apoio às cooperativas sociais
Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)	Estratégias de segurança alimentar e nutricional
Ministério da Cultura (MinC) e o Ministério do Turismo	Promoção de ações de turismo solidário, com incubadoras de ES
Ministério da Pesca e Aquicultura	Incubação de EES, nos Centros Integrados da Pesca Artesanal (Cipar)
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)	Suporte ao Sistema de Informações em ES e no Boletim Mercado de Trabalho (seção de ES)
Financiadora de Estudos e Projetos (Finep)	Suporte às ações do Sies, apoios às incubadoras e nas tecnologias sociais
Ministério do Meio Ambiente (MMA)	Apoio às Cooperativas e Associações de Coleta e Reciclagem no âmbito da política de Resíduos Sólidos
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômicos e Social (BNDES)	Estabelecimento de linha de crédito para empresas recuperadas, a inclusão socioeconômica de catadores de materiais recicláveis

Banco do Nordeste (BNB)	Apoio aos Fundos Rotativos Solidários
Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal	Apoio aos Bancos Comunitários de Desenvolvimento
Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial (Seppir)	Ações de etnodesenvolvimento e ES em comunidades quilombolas
Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SPM)	Inclusão da Economia Solidária, no Plano Nacional de Políticas para Mulheres.

Fonte: Silva (2017), adaptado pela autora (2022).

Dados da Senaes (2012) ressaltam que as estratégias de expansão das políticas públicas ocorreram de forma horizontal, por meio da criação de legislações e implantação de conselhos de Economia Solidária, com ações presentes em cerca de 17 governos estaduais, com a homologação de 09 leis estaduais, e em aproximadamente 200 municípios, com dezenas de leis municipais homologadas. No período de 2004-2010, a Senaes celebrou convênios com 23 municípios e três governos estaduais. De 2003 a 2010, foram apoiados 435 projetos de apoio e fortalecimento da ES, sendo 146 diretamente pela Senaes, 175 pela Fundação Banco do Brasil, 64 pela Finep e 50 pelo Banco do Nordeste (Arcanjo; Oliveira; 2007).

Essa expansão das atividades da ECOSOL teve relação com um duplo movimento, a criação da Senaes, que possibilitou maior visibilidade e compreensão da Economia Solidária, com suas necessidades e potencialidades, bem como, visibilidade às milhares de iniciativas existentes, chamando a atenção dos governos locais para apoiá-las e incentivá-las e, paralelamente a isso, o aumento das políticas locais de ECOSOL também refletiram os avanços organizativos do próprio movimento da Economia Solidária.

Na Bahia, o ponto de partida para a criação da Política de ECOSOL foi a Carta do Fórum Baiano de Economia Solidária, que apresentava, entre outras reivindicações, ações relacionadas ao marco legal, a criação de Centros Públicos de Economia Solidária¹⁶ -

¹⁶ Os **Cesols** são espaços de apoio e prestação de serviços voltados às organizações solidárias, fomentando e apoiando os EES e as iniciativas para a geração de trabalho e renda, bem como, serviços como consultoria organizacional – com assistência técnico-administrativa, comercial, designer, produtiva, contábil e jurídica (legalização, orientações previdenciárias e trabalhistas e normatização técnica para os produtores) –

CESOLS, e a democratização de acesso a recursos públicos através do lançamento de editais. Outra valiosa referência para a construção da política baiana foi a Senaes, que já vinha desenvolvendo a política nacional de economia solidária desde 2003, incluindo aí fontes preciosas de informações como as advindas do mapeamento, as conferências nacionais de economia solidária, o atlas, os relatos (Oliva; Reis; Meira; 2009).

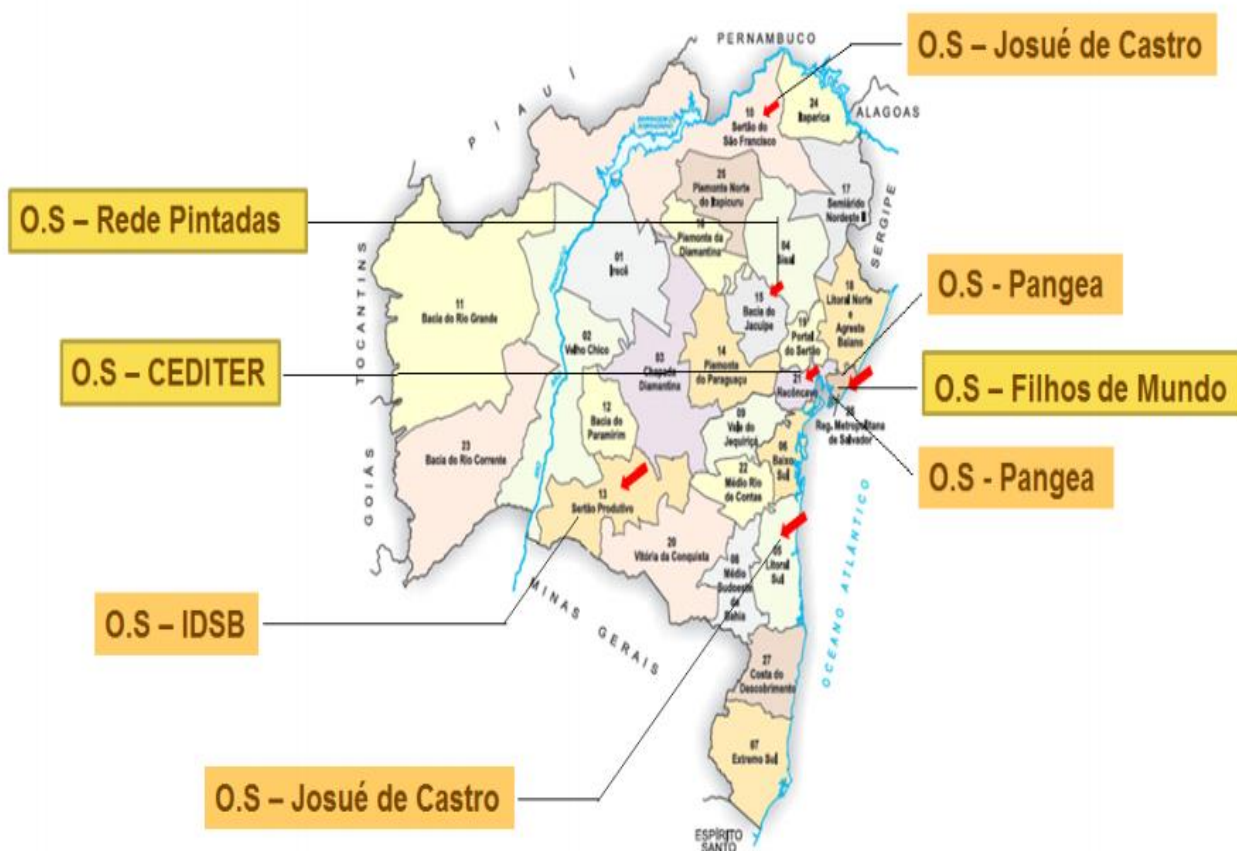
Nesse contexto, em 2006, o governador eleito, Jaques Wagner, criou pela Lei 10.549/2006 a Superintendência de Economia Solidária (Sesol), vinculada à Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (Setre). Esse foi o primeiro passo para a consolidação das políticas públicas de Economia Solidária no Estado da Bahia. Nesse sentido, o Programa Bahia Solidária foi o primeiro programa de apoio e fomento a grupos econômicos solidários, e cujo objetivo era promover o fortalecimento e a divulgação da economia solidária mediante políticas integradas, visando à geração de trabalho, renda, inclusão social e promoção do desenvolvimento justo e solidário.

Paralelamente a implantação do Bahia Solidária, foram realizados trabalhos no sentido da implementação de um marco jurídico específico para a ECOSOL. Nesse sentido, foi instituída em 2011, a Política Estadual de Fomento à Economia Solidária no Estado da Bahia e do Conselho Estadual de Economia Solidária.

Através da Lei 12368/11, a Bahia passou a desenvolver ações de fomento relacionadas ao investimento e à assistência técnica aos empreendimentos solidários e à articulação setorial destes empreendimentos em redes de produção e comercialização, agregando valor aos produtos e escoamento desta produção, incluindo no escopo de ação a implementação dos Cesols – conforme figura abaixo, uma das principais reivindicações do movimento de economia solidária baiano, além do apoio direto a empreendimentos e o apoio setorial no segmento resíduos sólidos (Oliva; Reis; Meira; 2009).

microcrédito orientado e finanças solidárias, qualificação em economia solidária, associativismo e cooperativismo; desenvolvimento de técnicas comerciais e de comércio justo e solidário; desenvolvimento e uso de tecnologias associadas; espaço para eventos, atividades culturais, reuniões de fóruns e redes de economia solidária; articulação de ações de desenvolvimento local e territorial, dentre outros. Fonte: SETRE; 2018.

Figura 9 – Mapa dos Territórios de Identidade / Identificação dos Cesols



Fonte: Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial (CEDETER; 2011)

Entre 2015 e 2018, além de investimento para implantação e manutenção dos Centros Públicos de Economia Solidária, o estado, por meio de financiamentos, trabalhou na promoção do comércio justo, na formação de redes e organização de catadores de materiais recicláveis ou de empreendimentos com matriz africana, entre outros projetos.

Nesse período, os centros atenderam 2.270 empreendimentos, sendo mais de 10 mil famílias empreendedoras e 40 mil pessoas beneficiadas. Recentemente, o governo do Estado através da Setre destinou recursos para serem aplicados em 2019 e 2020 nos Centros Públicos de Economia Solidária, nos municípios de Salvador, Lauro de Freitas, Cruz das Almas, Guanambi, Itabuna, Pintadas, Juazeiro, Irecê, Monte Santo, Nilo Peçanha, Serrinha, Piatã e Vitória da Conquista.

Destarte, é possível perceber que as ações desenvolvidas no âmbito do governo do Estado da Bahia, desde a sua criação, têm como propósito o de contribuir para a melhoria das

condições de vida de um contingente de trabalhadores/as que lutam para construir, através do trabalho coletivo e solidário, uma forma digna e decente de viver. A política pública de ECOSOL do estado, nesse contexto, se volta não apenas para geração de trabalho e renda, mas também para o fortalecimento de uma forma alternativa de existir mais justa e solidária (Oliva; Reis; Meira; 2009).

Essas ações governamentais são importantes pois, como afirma Gadotti (2009), o futuro de nossa democracia depende muito da organização popular e da capacidade do povo de se organizar de forma autônoma. E com a implantação das políticas públicas voltadas para a Economia Solidária cria-se mecanismos de autogestão, organização e fortalecimento dos setores que se encontravam à margem da sociedade brasileira.

Contudo, o mesmo autor, acrescenta que é necessário se fazer mais do que apenas criar secretarias e/ou entidades, o governo deve deixar de se subordinar aos interesses capitalistas e passar a atender aos interesses dos cidadãos, adotando a lógica da economia solidária em todas as suas ações. Introduzindo, então, os princípios da eficácia e da governabilidade da empresa solidária e da democracia participativa nas políticas governamentais, e proporcionar valorização e apoiando os empreendimentos de economia solidária.

Face ao exposto, fato é que, a conjuntura socioeconômica serviu como agente impulsionador ao aflorar o espírito solidário já praticado no dia a dia dessas pessoas, o que permitiu que a economia solidária se consolidasse como uma forma de resistência para homens e mulheres que se encontravam à margem da sociedade sem nenhuma perspectiva ou com expectativas insuficientes, encontrando nela a solução para enfrentar as desigualdades sociais e econômicas em meio a uma sistema capitalista sustentado principalmente pela exploração dos(as) trabalhadores(as).

3.2 POR UMA OUTRA ECONOMIA: compreendendo os conceitos

Pode-se dizer que há um grande debate em torno do campo conceitual da Economia Solidária no Brasil e no mundo. Diversos autores fazem interpretações diferenciadas sobre o tema, partindo de distintas correntes epistemológicas, adotando conceitos e denominações diferenciados para tratarem, acreditamos nós, do mesmo fenômeno empírico.

Aprofundando o tratamento da questão, de acordo com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (2016, s/p),

A economia solidária é fruto da organização dos trabalhadores e trabalhadoras na **construção de novas práticas econômicas e sociais fundadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica, em vez da acumulação privada da riqueza em geral e de capital em particular**. Essa nova prática de produção e consumo privilegia o trabalho coletivo, a autogestão, a justiça social, o cuidado com o meio ambiente e a responsabilidade com as gerações futuras (grifo nosso).

A fundamentação dessa “nova” ou “outra” economia, como alguns autores denominam, está pautada em princípios como: autogestão, democracia, cooperação, centralidade do ser humano, valorização da diversidade, emancipação, valorização do saber local, valorização da aprendizagem, justiça social na produção e cuidado com o meio-ambiente. Por meio deles visa a construção de um modelo de desenvolvimento alternativo ao capitalismo e suas relações de exploração e desigualdade (Bonumá; 2015).

Nesse sentido, a Economia Solidária traz para os meios de produção a materialização de valores humanos e a potencialização dos saberes populares. Essa relação nos mostra um novo caminho para o desenvolvimento local, e nos leva a uma reflexão sobre as práticas hegemônicas de acumulação de capital.

Abordando a questão com maior amplitude, Lima (2016, p. 46), afirma que,

Essa economia, com efeito, constitui-se na principal estratégia para o desenvolvimento local solidário porque se apropria de forma orgânica de tipologias organizativas (cooperativas, associações, dentre outros), que favorecem os **processos educativos de trabalho** com base em princípios que reforçam a união dos sujeitos em **cooperação, autogestão, associação, ação econômica e solidariedade**. Seu movimento acontece em contraposição à competitividade, ao individualismo, à lucratividade para acumulação de capital que só tem produzido elementos que, de um lado, formam concentração de riquezas sob o comando de poucos e, de outro, distribuição de pobreza em resíduos de produção à grande maioria da população (grifo nosso).

Destarte, para o autor, a Economia Solidária apresenta-se enredada ao desenvolvimento local, que nessa perspectiva também é solidário, pois os sujeitos, atores sociais ou iniciativas

mobilizam-se de forma articulada por um processo que os liga por laços de solidariedade, pertencimento e união na busca por transformação do local. Essa proximidade, de acordo com Lima (2016, p. 48) “é um dos elementos que faz a permeabilidade do poder local flexibilizar-se em favor dos movimentos e do fortalecimento dessa economia”.

Isto porque, a utilização de práticas solidárias em meio a processos econômicos e comerciais não é recente, todavia, só veio a tomar uma maior visibilidade nas últimas décadas, em razão da elaboração de políticas públicas garantidoras de direitos e com a abertura de novos espaços de discussão coletiva. É em meio a essas relações, que a solidariedade se manifesta, muito em função da sensibilização dos sujeitos para com a sua realidade e que outros sujeitos estão vivenciando.

Esses laços de pertencimento, solidariedade e busca pelo desenvolvimento local, nos remete ao que Putnam (2002) vai tratar a partir da teoria do capital social, na qual para o autor, aspectos da organização social, tais como redes, normas e confiança facilitam a coordenação e a cooperação para benefícios coletivos.

Em conformidade com Putnam (2002), Milani (2003) adverte que o capital social se refere à associação, pertence a uma coletividade ou a uma comunidade; ele é compartilhado e não pertence somente a indivíduos. Para o autor,

o capital social não se gasta com o uso; pelo contrário, é a sua utilização que o faz crescer. Nesse sentido, a noção de capital social indica que os recursos são compartilhados no nível de um grupo e sociedade, além dos níveis do indivíduo e da família. Significa que o capital social existe e cresce a partir de relações de confiança e cooperação e não de relações baseadas no antagonismo. Para o mesmo autor, capital social é capital porque ele se acumula, podendo produzir benefícios, tendo estoques e uma série de valores. O capital social refere-se a recursos que são acumulados e que podem ser utilizados e mantidos para uso futuro. Não se trata, porém, de um bem ou serviço de troca. (Milani; 2003, p. 16-17)

Nesse mesmo viés, Menezes e Fonseca (2009, p. 01) considera que “na medida em que haja capital social este pode ser intensificado através das redes de solidariedade, que se transformam em um importante elemento no processo de disseminação do conhecimento o que possibilita a otimização necessária ao desenvolvimento”. Ainda segundo os autores,

dada a existência de um ambiente de cooperação entre os atores sociais

(existência de capital social, portanto) – no sentido da troca de informações, da preocupação comum com a formação dos trabalhadores, com a implantação dos serviços indispensáveis ao funcionamento e à qualidade de vida numa certa região – é uma das bases essenciais para o processo de desenvolvimento (Menezes; Fonseca, 2009, p. 02).

Dentro desse conceito, conforme os autores, o aspecto da confiança é visto como o facilitador e viabilizador da vida social ao gerar e potencializar os recursos econômicos (Menezes; Fonseca, 2009). Dessa forma, a confiança é alcançada a partir do conhecimento mútuo entre os membros da comunidade e em consequência da forte tradição de ação comunitária (Putnam; 2002).

Diante do postulado, é importante destacar que, o conceito de economia solidária, como é compreendido hoje, tende a ser muito abrangente, justamente pelo fato de englobar vários outros conceitos. Para Motta (2004, p. 21), por exemplo, a expressão “economia solidária” possibilita a união de diversos tipos de experiência em um único campo de ideias, além do agrupamento de diversas entidades, instituições e pessoas em torno de objetivos comuns. A referida autora ainda ressalta que, muitos empreendimentos e ideias que surgiram numa época anterior com outra caracterização e denominação, passaram a ser reconhecidos a posteriori como pertencentes ao mundo da economia solidária.

O termo reorganiza uma variedade de ideias, conceitos, ao mesmo tempo que se constrói a partir deles. Pode-se dizer que o que a ES traz de original é justamente uma forma particular de organizar elementos já existentes, como as experiências de educação popular, a ação da Igreja católica junto a comunidades, as propostas de empresas autogeridas, o cooperativismo, etc. (Motta; 2004, p. 64).

Para os defensores ferrenhos da economia do capital – se encaixam aqui, particularmente, todos aqueles que adquirirem suas riquezas em cima da exploração abusiva e detrimento dos mais vulneráveis, pode ser considerado até um atrevimento relacionar as práticas econômicas com solidariedade, mas para os atores solidários esse relacionamento significa a esperança de um futuro (e de um presente) melhor.

A distinção entre empreendimentos solidários e empresas capitalistas, de acordo com Singer (2005), reside principalmente no fato de que as empresas capitalistas são de propriedade dos investidores e daqueles que financiaram a aquisição dos meios de produção.

Conseqüentemente, seu principal objetivo é maximizar o lucro em relação ao capital investido. Por outro lado, as empresas solidárias são essencialmente compostas por trabalhadores, que secundariamente podem ser seus proprietários.

Como resultado, o propósito primordial das empresas solidárias não se concentra na maximização do lucro, mas sim na melhoria da quantidade e qualidade do trabalho. Singer ainda observa que, na prática, o conceito de lucro em empresas solidárias é ambíguo, uma vez que nenhuma parte de sua receita é distribuída de acordo com as cotas de capital.

Gaiger (2004), por sua vez, traz o termo Economia Solidária comparado ao conceito de Economia Popular e Solidária. O autor traz essa perspectiva sobre esse entendimento, justamente, por entender o conceito de economia solidária, como algo mais abrangente e que abarca todas as outras formas não populares de solidarismo econômico, uma vez que as atividades econômicas solidárias não estão restritas à base popular, mas também envolvem outros setores e classes sociais.

Nesse sentido, para Gaiger (2004, p. 24), o termo economia popular e solidária tem “uma abrangência menor, designando apenas as expressões populares da economia solidária”, contudo, tal posicionamento, a nosso ver, empobrece o fenômeno, pois não compreende o escopo de toda a variedade de vivências e experiências desenvolvidas no seio da ECOSOL.

Arruda (2004, p. 232), utiliza o termo “socioeconomia solidária” como equivalente à economia solidária, tendo como única diferença a ênfase no sentido social que deve ter a verdadeira economia – aquela que é fiel ao seu sentido etimológico – gestão, cuidado da casa e, por consequência, dos que nela habitam. Na sua opinião, a economia solidária surge para dar conta da crescente massa de desempregados, gerada pela preocupação constante dos capitalistas em reduzir custos e aumentar lucros (Arruda; 2004).

A economia solidária, neste caso, pode ser caracterizada como toda forma de trabalho associado, de produção e/ou comercialização de bens e serviços, com vistas à geração de trabalho e renda. Assumindo, assim, diversas formas tais como cooperativas, associações ou empresas autogestionárias e, mais tarde, os clubes de troca (Valente; 2007)

Lisboa (2003), traz a compreensão da Economia Solidária como sendo uma economia

geradora de inclusão e reprodução da vida de todos os envolvidos. Para ele, “a Economia Solidária se insere num pacto territorial, tem um compromisso com o processo de desenvolvimento local e sustentável” (Lisboa; 2003, p. 07). Definindo-se, portanto, como uma outra economia, comprometida com território e população, inserida entre os limites ecológicos e éticos, além dos sociais e humanos (Valente; 2007).

França Filho e Laville (2006) concebem o conceito de ECOSOL a partir das cooperativas, sendo estas, a forma principal de expressão das experiências de Economia Solidária. Contudo, incluem também outras formas do fazer solidário como - experiências de comércio justo (que visam a estabelecer relações comerciais mais justas); de finança solidária (que visam ao fornecimento de crédito para pessoas que não têm acesso ao sistema bancário, como o microcrédito, a poupança solidária etc.) e dos clubes de troca (formas alternativas de trocas, não baseadas no dinheiro).

Santos (2018), entende que a economia solidária é, atualmente, uma representação de novas lógicas ambientais e de trabalho. É uma economia baseada na complementaridade, na reciprocidade, não no individualismo, mas no coletivo. Não na inveja ou no lucro, mas no ganho coletivo (Corrêa e Corrêa; 2012). Para Santos,

[...] alguns campos sociais, são mais propícios para o desenvolvimento e para o aparecimento de práticas alternativas, citando, neste sentido, o campo das experiências de conhecimento (conflitos e análises de formas diferenciadas de conhecimento), o campo das experiências de reconhecimento (conflitos e análises possíveis entre sistemáticas de classificação social), experiências de democracia (um diálogo dialético envolvendo democracia representativa e democracia participativa) e ainda as experiências de comunicação e informação (conflitos e análises possíveis envolvendo as novas tecnologias da comunicação e da informação) (Santos; 2006 *apud* Corrêa e Corrêa; 2012, p. 48:49).

Além disso, Santos destaca que as experiências de desenvolvimento, trabalho e produção, se apresentam como campos para diálogos e conflitos possíveis entre formas e modos de produção diferentes. As formas e o modo de produção capitalista cujo modelo de desenvolvimento é o crescimento infinito, levam aos marginalizados desse processo a buscarem possibilidades de formas e modos próprios de um desenvolvimento alternativo ao modelo hegemônico.

A Economia Solidária se apresenta como esse novo modelo ao apontar, como formas alternativas de produção, as organizações ecofeministas¹⁷ e as organizações econômicas populares (cooperativas, mutualidades, empresas autogeridas, associações de microcrédito, dentre outras). Trata-se de formas de redistribuição social cujo foco é a cidadania e não a produtividade (Santos; 2012).

Das considerações arroladas nessa seção, embora haja diversas correntes epistemológicas para se compreender a Economia Solidária, este trabalho adotará uma definição mais particular, que é a interlocução das epistemologias trazidas por Mance, Singer e Coraggio.

Em contraposição a alguns conceitos aqui já mencionados, Mance (1999) e Singer (2002: 2003) concebem a Economia Solidária como uma forma contrária de organização da Economia em relação à economia de base capitalista. O entendimento do conceito da ECOSOL trazido por Mance, consiste em compreender que,

O termo economia solidária abriga muitas práticas econômicas e não há um consenso sobre o seu significado. Em geral ele está associado a práticas de consumo, comercialização, produção e serviços (entre os quais o de financiamento, em particular) em que se defendem, em graus variados, a participação coletiva, autogestão, democracia, igualitarismo, cooperação, autossustentação, a promoção do desenvolvimento humano, responsabilidade social e a preservação do equilíbrio dos ecossistemas. Entretanto, nem todas essas características estão presentes nas diversas práticas concretas que são elencadas como economia solidária em estudos e análise distintas que temos encontrado (Mance; 2000, p. 01).

Para Mance (2000) o potencial das iniciativas de ECOSOL se constituíram numa alternativa ao capitalismo e está ligado à noção de colaboração solidária. Esse processo de mudança defendido pelo autor é denominado por ele de “Revolução das Redes”. Nesse sentido, a Economia Solidária

[...] consiste na estratégia para organização de uma sociedade pós-capitalista, baseada na implantação de redes que conectam unidades de produção e de consumo, em um movimento recíproco de realimentação, permitindo a geração de emprego e renda, o fortalecimento da economia e dos poderes locais, bem como uma transformação cultural das sociedades em que se implanta, com a afirmação de uma ética e de uma visão de mundo antagônicas não apenas ao neoliberalismo, mas ao próprio

¹⁷ O **ecofeminismo** é vertente do movimento feminista que conecta a luta pela igualdade de direitos e oportunidades entre homens e mulheres com a defesa do meio ambiente e sua preservação.

capitalismo. (Mance; 1999, p. 203)

Ainda, de acordo com Mance,

Todo este movimento tem como ponto de partida o consumo solidário que ocorre quando a seleção do que consumimos é feita não apenas considerando o nosso bem-viver pessoal, mas também o bem-viver coletivo, uma vez que é no consumo que a produção se completa e este tem impacto sobre [...] a sociedade em geral (Mance; 1999: 13).

Para o autor, este seria um movimento no sentido de superação da organização econômica e social capitalista cuja força motriz é uma nova maneira ideologicamente orientada de consumir que, por sua vez, organizaria uma nova forma de produção econômica (Corrêa e Corrêa; 2012). Assim, através das relações entre consumidores e produtores surgiriam redes que visariam à satisfação das necessidades e à geração de trabalho e renda dos seus participantes (Mance; 1999).

A partir das afirmações dos autores, é válido destacar que as redes desempenham um papel importante na produção da confiança, principalmente na atividade econômica (Menezes; Fonseca, 2009). Aprofundando o tratamento da questão, os autores supracitados consideram que,

As redes puderam ter um desenvolvimento mais acentuado a partir da introdução do paradigma da tecnologia da informação. Contudo, sua importância, em conjunto ao capital social, está na promoção do desenvolvimento econômico, posto que um ambiente de cooperação, solidariedade e confiança proporcionam as condições necessárias para que a sociedade se desenvolva de forma a aumentar o bem-estar da coletividade (Menezes; Fonseca, 2009, p. 5-6).

Nesse sentido, para os autores, o capital social possibilita a construção de redes compostas por indivíduos que compartilham de forma direta e diária opiniões, valores e objetivos, cujo resultado pode vir a ser a superação de situações de vulnerabilidade econômica e social (Menezes; Fonseca, 2009).

Diferentemente de alguns autores, Singer (2003) via a Economia Solidária como um processo contínuo entre as primeiras experiências operárias de formação de cooperativas

e as atuais e, é nesse sentido, que as entende como um projeto em direção ao socialismo (Leite; 2009). De acordo com o autor:

A economia solidária é o projeto que, em inúmeros países há dois séculos, trabalhadores vêm ensaiando na prática e pensadores socialistas vêm estudando, sistematizando e propagando. Os resultados históricos deste projeto em construção podem ser sistematizados do seguinte modo: 1) homens e mulheres vitimados pelo capital organizam-se como produtores associados tendo em vista não só ganhar a vida, mas reintegrar-se à divisão do trabalho em condições de competir com as empresas capitalistas; 2) pequenos produtores de mercadorias, do campo e da cidade, se associam para comprar e vender em conjunto, visando economias de escala e passam eventualmente a criar empresas de produção socializada, de propriedade deles; 3) assalariados se associam para adquirir em conjunto bens e serviços de consumo, visando ganhos de escala e melhor qualidade de vida; 4) pequenos produtores e assalariados se associam para reunir suas poupanças em fundos rotativos que lhes permitem obter empréstimos a juros baixos e eventualmente financiar empreendimentos solidários; 5) os mesmos criam também associações mútuas de seguros, cooperativas de habitação etc. (Singer; 2000b, p. 14).

Ainda, de acordo com o autor (2000b, p. 28),

[...] “é possível compreender a organização de empreendimentos solidários como o início de revoluções locais, que mudam o relacionamento entre os atores envolvidos e destes com a família, vizinhos, autoridades públicas, religiosas, intelectuais etc. Trata-se de revoluções tanto no nível individual como no social. A cooperativa passa a ser um modelo de organização democrática e igualitária que contrasta com modelos hierárquicos”.

Percebe-se pelo posicionamento do autor que o modo de produção capitalista/dominante, claramente, não consegue abranger a totalidade dessas outras economias contemporâneas. Sendo assim, a diferença que se pretende estabelecer, segundo Singer (2003), é que a economia solidária não pode ser compreendida enquanto um caminho de desenvolvimento local em bases solidárias e em convivência com a sociedade capitalista, mas como um novo modelo de regulação econômica das relações de produção (Teixeira; 2007).

Já Coraggio (2000), diferentemente dos vários autores aqui já mencionados, desenvolve uma reflexão teórica não em torno do conceito de economia solidária, e sim, a partir do que ele chama de economia do trabalho. Ao tratar das diferentes formas de economia popular, o autor considera que o cooperativismo não consiste no caminho único, nem no mais importante para se chegar à outra economia (Leite; 2009). Nesse sentido, o autor afirma que,

[...] este tipo de economia, baseada nas unidades domésticas, contemplaria um conjunto de atividades, que aparecem em conjunto com o trabalho por conta própria e as atividades de produção de bens e serviços que são consumidos pelas unidades domésticas sem passar pelo mercado. Tais atividades incluem o trabalho de limpeza, da cozinha, de tomar conta das crianças, na horta, do conserto e confecção de roupas, de construção de móveis, da própria casa etc. (Coraggio; 2000, p. 98).

Coraggio, compreende essa economia do trabalho como uma economia social que vai além dos interesses individuais e que busca a criação de bens coletivos. Nesse sentido, Singer (2003, p. 116) coaduna com o conceito trazido por Coraggio, quando afirma que a economia solidária se refere às organizações de produtores, consumidores, poupadores etc., que estimulam a solidariedade entre os membros mediante a prática da autogestão e praticam a solidariedade para com a população trabalhadora em geral, com ênfase na ajuda aos mais desfavorecidos.

Para ambos, a ingerência do processo de produção capitalista de não inserir, a população trabalhadora marginalizada em seu projeto de poder, bem como a falta de políticas públicas compensatórias em face do desastre socioeconômico e da precarização do trabalho, estaria levando a população excluída a buscar formas de resistência e enfrentamento na economia solidária/do trabalho, cuja lógica não é da reprodução do capital, mas da reprodução ampliada da vida (Leite; 2009).

3.3 PRÁTICAS ASSOCIATIVAS RURAIS: sinergia entre associativismo e Economia Solidária

O processo de modernização da agricultura no Brasil trouxe consigo uma série de transformações nas relações sociais no meio rural. Estas mudanças, por sua vez, impulsionaram alterações nos domínios social, econômico e tecnológico. No contexto do problema agrário, torna-se evidente a crescente expropriação dos agricultores familiares devido ao uso cada vez mais frequente do trabalho assalariado, em especial o trabalho temporário, resultando em agravamento das condições de exploração da força de trabalho.

Diante desse cenário, as associações emergem como uma escolha estratégica para a mobilização e resistência da agricultura familiar, visando enfrentar os desafios impostos pelas questões agrárias. Nesse sentido, as ações dessas associações refletem as características

e contradições peculiares a diversos contextos sociais em que estão inseridas, à medida que buscam oferecer respostas concretas às demandas apresentadas por seus membros.

No Brasil, algumas formas de produção solidária – que poderiam representar uma espécie de pré-história do associativismo – são antigas e se desenvolveram à margem da sociedade, como por exemplos, os quilombos criados a partir do século XVII, alguns atingindo notável desenvolvimento e organização, e os Sete Povos das Missões¹⁸ no Sul do Brasil (Wautier; 2004). Contudo, as primeiras experiências associativas de produção autogerida com modo de trabalho alternativo, e também como formas de solidariedade fundadas no trabalho, foram trazidas por trabalhadores imigrados (Bonumá, 2015).

A primeira foi Falanstério de Saí e do Palmital¹⁹, em Santa Catarina, criada em 1841, com a participação de mais ou menos 250 pessoas. Era uma iniciativa francesa, inspirada na utopia de Charles Fourier²⁰, perdurando por seis anos antes de fracassar. Ainda no século XIX, aparecem as primeiras associações de auxílio mútuo. Em 1888, surgiu no Paraná a Colônia Cecília²¹, uma experiência importante de comunidade libertária criada por um anarquista italiano, aliando trabalho e ajuda mútua, também sucumbida às intimidações externas e problemas de organização interna (Wautier; 2004).

¹⁸ **Sete Povos das Missões** foram povoados indígenas comandados por Jesuítas espanhóis que se instalaram no Sul do Brasil na fronteira com a Argentina, Uruguai e Paraguai com a intenção de impedir que os portugueses expandissem o território mais a Sul da América. Tudo o que havia nessas reduções (aldeias Jesuítas) era coletivo. As ferramentas das lavouras, o plantio e a colheita. Os índios trabalhavam três vezes por semana em conjunto e os outros dias eram para si e para suas famílias. Através da agricultura tinham milho, mandioca, cana-de-açúcar, frutas e a famosa erva mate, que de tanto ser bebida por eles, foi estipulado um horário pelos padres para ser consumida (WAUTIER; 2004).

¹⁹ **Falanstério do Saí ou Colônia Industrial do Saí** foi uma comunidade experimental intencional fourierista formada em 1841 por colonos franceses, na península do Saí, às margens da Baía de Babitonga, nas imediações da atual Vila da Glória, próximo à atual cidade histórica de São Francisco do Sul, em Santa Catarina, no sul do Brasil (WAUTIER; 2004).

²⁰ **François Marie Charles Fourier** (Besançon, 7 de abril de 1772 – Paris, 10 de outubro de 1837) foi um socialista francês da primeira parte do século XIX, um dos pais do cooperativismo. Foi também um crítico ferino do economicismo e do capitalismo de sua época, e adversário da industrialização, da civilização urbana, do liberalismo e da família (WAUTIER; 2004).

²¹ A **Colônia Cecília** foi uma experiência do [anarquismo](#) no Brasil. Sua fundação ocorreu nas terras de Palmeira, cidade do Paraná. O idealizador da Colônia Cecília foi Giovanni Rossi, anarquista e escritor italiano que, juntamente com mais cinco pessoas, povoou a colônia e deu início as atividades no local. Esta pequena sociedade funcionava com base nos valores do anarquismo. Entre eles, podem ser citados o trabalho distribuído entre os colonos, o ateísmo, o amor livre etc. No que se refere ao conceito de amor livre, era a forma descompromissada da vida em casais. Havia trocas entre os companheiros, inclusive Giovanni Rossi (WAUTIER; 2004).

A partir de 1943, com a criação da legislação social, ocorreu o declínio do associativismo livre e do cooperativismo, em sua essência, fazendo com que as relações de trabalho e as metas de produção tornassem, cada vez mais, sujeitas aos princípios capitalistas (Wautier; 2004). Nesse sentido, Singer (2003, p. 122) traz que “o cooperativismo perdeu sua missão transformadora, tornando-se modalidade de empresa participativa, em que a participação efetiva dos sócios passou a ser cada vez mais formal e esvaziada de sentido”.

As associações estão regulamentadas tanto no Código Civil pela Lei nº 10.406/2002, quanto na Carta Magna brasileira. Em ambos, estão dispostas as leis que orientam a estruturação das entidades associativas, bem como, embasam sua organização em nosso País. A Constituição Federal em seu artigo 5º, incisos XVII a XXI, assegura que,

[...] é plena a liberdade de associação para fins lícitos, a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas não depende de autorização, não é permitida a interferência estatal em seu funcionamento; as associações só poderão ter suas atividades suspensas por decisão judicial; ninguém poderá ser forçado a associar-se ou a permanecer associado; além disso legitima as entidades associativas para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente (Brasil; 1988, p. 2)

Destarte, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA (2012, p. 23), define associação como “uma sociedade civil sem fins lucrativos, onde vários indivíduos se organizam de forma democrática em defesa de seus interesses”. Pode existir em vários campos da atividade humana e sua “criação deriva de motivos sociais, filantrópicos, científicos, econômicos e culturais” (Mapa; 2012). Partindo desse mesmo pressuposto, Cardoso (2014a), acrescenta que o carro-chefe dessa entidade são as pessoas que a compõem, e a união é determinada pela existência de características semelhantes e básicas entre elas.

Abordando a questão com maior amplitude, Alencar (1997, p. 7), traz que “o associativismo se refere à atividade humana desenvolvida em um grupo social, constituído por uma coletividade de indivíduos ligados entre si por uma rede ou sistema de relações sociais”. Dentre os objetivos das associações, o autor supracitado destaca o de representação dos interesses dos associados, considerado central pelo menos nos estatutos. Nesse sentido, o associativismo representa uma importante opção estratégica, capaz de transformar ou modificar a realidade, ou como um instrumento que proporciona aos diferentes atores sociais

meios para se adaptarem a essa realidade (Silva e Carneiro; 2014).

Corroborando com as afirmativas dos conceitos mencionados anteriormente, as organizações associativas constituem-se em empreendimentos econômicos solidários formados por um determinado número de pessoas que possuem em comum objetivos que anseiam realizar, nesse grupo, cada membro possui igual participação sobre os processos decisórios, e através de atividades coletivas realizam ações em prol do interesse coletivo, seja para a produção, geração de renda, causas sociais, prática solidárias, entre outras.

Ao abordar sobre o associativismo no contexto rural do Brasil, Costa e Ribeiro (2009), afirma que as associações podem ser identificadas como meios de integração social que coexistem com outras formas associativas. Elas desempenham um papel crucial na socialização, participação e representação, direcionando seus esforços para atender às necessidades sociais específicas em uma determinada comunidade. A experiência prática demonstra que as associações são legítimas defensoras de condições de vida e de trabalho dignas. No entanto, é importante notar que, por vezes, sua eficácia é limitada e nem sempre conseguem alcançar um grau significativo de representatividade.

O conceito e a compreensão do associativismo, dada sua diversidade, apresentam complexidades que requerem uma análise cuidadosa. Em termos gerais, o termo "associação" implica uma união, ligação ou relação entre indivíduos ou grupos. No entanto, do ponto de vista do Código Civil e da Lei de Registros Públicos, uma associação “é definida como uma entidade jurídica de direito privado, devidamente registrada em cartórios de registros civis de pessoas jurídicas, formada livremente por pessoas com o propósito de atingir objetivos não econômicos ou lucrativos” (Ganança, 2006, p.31).

O associativismo rural é uma forma de atividade organizacional coletiva cujo objetivo é alcançar benefícios compartilhados pelos seus membros, sem visar ao lucro. As iniciativas de organização coletiva no meio rural desempenham um papel crucial na busca por direitos e na conscientização. Portanto, podemos afirmar que o associativismo rural é uma manifestação da contínua luta social nas áreas rurais em busca de melhores condições de vida e do reconhecimento que promove a integração nos aspectos social, econômico e cultural.

Entretanto, na realidade, as associações não se limitam a essa definição estrita, uma vez que, muitas vezes de forma incorreta, o associativismo está frequentemente relacionado a atividades econômicas. Na verdade, o associativismo é um processo social que envolve diversos setores da sociedade, carregando consigo uma rica diversidade.

De modo geral, a realização das atividades nas associações é norteada por princípios que visam estabelecer a harmonia e o bom andamento da entidade. Cardoso (2014a, p. 8-9) cita algumas dessas concepções que estão estabelecidas em praticamente todo mundo, que são:

1. Adesão voluntária e livre: Organizações voluntárias, abertas a todas as pessoas aptas a usar seus serviços e dispostas a aceitar as responsabilidades de sócio; **2. Gestão democrática pelos sócios:** São controladas por seus sócios, que participam no estabelecimento de suas políticas e na tomada de decisões; **3. Participação econômica dos sócios:** Os sócios contribuem de forma equitativa e controlam democraticamente as suas associações. **4. Autonomia e independência:** São organizações autônomas de ajuda mútua, controladas por seus sócios. **5. Educação, formação e informação** – As associações devem proporcionar educação e formação aos sócios, dirigentes eleitos e administradores, de modo a contribuir efetivamente para o seu desenvolvimento. **6. Interação** – As associações atendem a seus sócios mais efetivamente e fortalecem o movimento associativista trabalhando juntas, por meio de estruturas locais, nacionais, regionais e internacionais. **7. Interesse pela comunidade** – Trabalham pelo desenvolvimento sustentável de suas comunidades, municípios, regiões, estados e país por meio de políticas aprovadas por seus membros (grifo nosso).

De acordo com os princípios do associativismo, é permitida a adesão nas associações qualquer pessoa, independentemente das características físicas e/ou pessoais, que porventura esteja comprometida a estar associada. Todos os membros são associados, e possuem igual poder de decisão na gestão da associação, e as deliberações são realizadas em assembleia geral onde cada associado tem direito a voto. É fundamental que esteja entre os desígnios da associação promover a formação e qualificação dos sujeitos envolvidos. E, além disso, as atividades desenvolvidas devem estar em consonância com as práticas sustentáveis e de proteção ao ser humano e ao meio ambiente.

Nesse contexto, merece destaque as associações criadas nas áreas rurais, especificamente pelo segmento da agricultura familiar, com o objetivo de promover o associativismo voltado para atender às demandas dos agricultores familiares. Isso se dá através da disseminação do conhecimento sobre seus direitos e responsabilidades básicas, que muitas vezes são negados ou negligenciados.

O associativismo, bem como o cooperativismo, ganha um papel de evidência entres os grupos produtivos rurais, por serem atividades de viabilização econômica aplicadas através da ação grupal, baseada em valores democráticos que possibilitam aos seus cooperados e associados igual poder de decisão, diferente das demais organizações que também visam a geração de emprego e renda. Em ambos os formatos de empreendimentos, a produção e comercialização de bens e serviços é realizada de forma participativa, todos os integrantes são donos, e têm igual responsabilidade no alcance dos objetivos aspirados, e possui a cooperação como principal elemento norteador.

Assim, a cooperação e a adoção de práticas solidárias e colaborativas têm sido reconhecidas como ferramentas que podem aprimorar o processo de produção e promover relações mais positivas com o mercado, entidades públicas e a sociedade em geral. Isso tem levado ao surgimento, desde a década de 1980, de diversas iniciativas cooperativas e comunitárias voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar, revitalizando a experiência democrática e as ações de colaboração.

Estudos recentes voltados à Economia Solidária demonstram que, nos casos em que os grupos produtivos convergem para ações com base nos interesses individuais e coletivos, a autogestão passa a exercer um efeito positivo sobre o desempenho econômico e no âmbito da gestão e da organização do trabalho, resultando assim em maior satisfação das expectativas pessoais (Gaiger; 2004). Sob essa perspectiva, surge o que o autor supracitado vai denominar de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES).

Sobre essa afirmativa Gaiger et. al. (2004, p. 32) nos traz que

[...] os EES podem ser considerados, sob algumas condições teóricas, como expressões de uma forma social de produção não capitalista ou anticapitalista, reconhecendo-os como um evento singular, cuja ocorrência depende de circunstâncias particulares não generalizáveis. Além disso, são empreendimentos mais avançados do ponto de vista dos traços típicos da economia solidária. Eles figuram principalmente entre os empreendimentos cuja função precípua é garantir trabalho e renda para seus membros.

Apresentando uma abordagem aproximada de Gaiger et al. (2004), Radomsky (2006, p. 63), afirma que essas unidades de produção “possuem a peculiaridade de conjugarem princípios usualmente chamados de tradicionais, tais como o reforço dos laços de reciprocidade e

proximidade nas comunidades”, sejam elas rurais ou urbanas”. Dessa relação decorre uma forma particular de ação de indivíduos e de famílias que assegura a sua reprodução econômica, mas que tem como objetivo também a manutenção, ainda que diferenciada, de suas relações de sociabilidade local (SILVA; 2017).

Da mesma forma que Radomsky, Demoustier (2006, p. 104), considera que um empreendimento do campo da economia solidária não se reduz a uma soma de empreendedores individuais.

Seus integrantes constroem sinergias, à medida que conjugam suas motivações e seus recursos, que permite uma acumulação de competências internas (por meio do aprendizado mútuo) e externas (por meio da constituição de diferentes tipos de articulações), que vão gerar a “combinação produtiva” necessária e essencial para a viabilidade do projeto.

Ainda segundo a autora, esses empreendimentos, dada a sua singularidade de origens, atores, motivações e identidades, enfrentam o desafio de articular difíceis processos de ordens econômicas, sociais, culturais, ambientais e políticas, que resultam na difícil missão de conciliar a autonomia individual e o engajamento coletivo em torno de identidades sociais e compromissos comuns (Demoustier; 2006).

Apresentando uma abordagem aproximada de Radomsky e Demoustier, Kraychete (2015, p. 190) afirma que a relação entre dinâmicas coletivas de organização do trabalho e viabilidade econômica dos empreendimentos funciona como elemento decisivo da própria prática da ECOSOL na sociedade, geradora de relações mais igualitárias em uma unidade produtiva. Para o autor,

Em um empreendimento associativo, instalações, máquinas e equipamentos pertencem ao conjunto dos associados, bem como os resultados do trabalho. Os ganhos econômicos são distribuídos ou utilizados conforme as regras definidas pelos seus participantes. Para que a atividade funcione, é preciso que cada um dos trabalhadores assuma, de comum acordo, compromissos e responsabilidades (Kraychete; 2015, p. 190:191).

Ainda conforme o autor, as condições de viabilidade de um empreendimento associativo, perpassa pela reprodução de uma relação social de produção, marcada pela força de trabalho não mercantilizada e pela apropriação do resultado do trabalho pelos associados, conforme

os princípios autogestionários por eles definidos (Kraychete; 2015).

Dados do primeiro mapeamento da ECOSOL, trazem alguns elementos que mostram que os primeiros indícios do trabalho autogestionário no Brasil podem ser percebidos nas comunidades indígenas e nos quilombos em várias regiões do território nacional. Já no que se diz respeito ao princípio da experiência cooperativista, ela ocorreu especificamente sobre o viés agrícola, demonstrado pelas pequenas cooperativas coloniais, que tinham suas atividades fundamentadas na agricultura familiar e na produção diversificada.

Sob essa perspectiva, a enorme variedade de formas organizativas presentes dentro da economia solidária no Brasil, faz com que a tentativa de buscar uma caracterização geral de seus EES seja uma tarefa bem difícil, dada toda a diversidade de motivações, contextos e dinâmicas em que eles se veem envolvidos permanentemente (Silva; 2017). Para Gaiger (2014, p. 83), duas características constitutivas são bem exemplares dessa realidade diversa que cerca esses empreendimentos:

- I) eles desenvolvem múltiplas atividades econômicas simultâneas, relacionadas por vezes a finalidades não econômicas em sentido estrito; e
- II) eles apresentam considerável complexidade em termos de estrutura e funcionamento, na qual combinam atividades coletivas e individuais com diferentes graus de importância para seus associados.

Outro aspecto importante para compreender a dinâmica desses empreendimentos são as formações de redes de colaboração para romper o isolamento e a marginalização que esses empreendimentos enfrentam em suas dinâmicas setoriais específicas. Nesse sentido, Gaiger (2004, p. 206), afirma que “as redes são experiências de intercooperação que estimulam e sustentam expressões de uma economia do trabalho, atenuando suas vulnerabilidades intrínsecas a sua natureza organizacional”.

Complementando o pensamento de Gaiger (2004), para Silva (2017, p. 28),

a formação de redes seria uma estratégia possível, embora ainda muito incipiente, para superar ou ao menos minimizar problemas estruturais que os EES enfrentam no cotidiano de suas atividades, muito em função de emergirem, em sua maioria, a partir de iniciativas populares subcapitalizadas ou empresas em processo falimentar (caso das empresas recuperadas).

Destarte, segundo o autor, a formação das redes seria de fundamental importância para a sobrevivência dos EES haja vista a falta de acesso, ainda que precário, destes aos mercados para escoamento da sua produção, fato este que acontece, quer pela falta de apoio e assistência técnica dos órgãos competentes, ausência de políticas públicas, falta de acesso a novas tecnologias ou pela falta de capacidade de investimentos em novos processos produtivos, assim como a aquisição de equipamentos, insumos e a qualificação de sua força de trabalho.

O último mapeamento de Economia Solidária ocorrido no Brasil, gerou uma nova base de dados para o Sistema de Informações da Economia Solidária - Sies. Ao todo, foram identificados 19.708 empreendimentos, com 1.423.631 pessoas associadas, distribuídos entre 2.713 municípios brasileiros, em todos os estados da Federação. Desse total, 11.869 (60,2%) eram novos EES, e 7.839 (39,8%) eram de EES anteriormente cadastrados (Silva; 2017).

De acordo com dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em termos regionais, a maior parte se encontra na região Nordeste, responsável, na época, por 40,8% do total de empreendimentos mapeados. As regiões Sul, Sudeste e Norte apresentaram proporções próximas, em torno de 16%, e o Centro-Oeste concentrava o menor percentual, 10,3%.

No tocante à área de atuação nos municípios, mais da metade atuava predominantemente em áreas rurais, 54,8%, contra 34,8% de EES que atuavam em áreas urbanas, e 10,4% que se identificaram com atuação simultânea tanto em rurais quanto urbanos. Quanto à atividade, o meio rural destacava-se também pela alta proporção dos EES que desenvolviam atividades de consumo, troca, finanças e produção (Silva; Carneiro; 2016).

Os números desse segundo mapeamento ficaram bem próximos aos obtidos no primeiro mapeamento, que já havia detectado essa predominância de empreendimentos coletivos no meio rural, muito em função das organizações da agricultura familiar que buscam diferentes estratégias associativas de beneficiamento e comercialização de sua produção (Silva; 2017). Com base nos dados apresentados, os empreendimentos autogestionários alternativos, em sua maioria, se constituem como instrumentos para afirmação e fortalecimento dos indivíduos ou grupos, que se utilizam da participação democrática e solidária na luta pela

transformação social e pela garantia de direitos.

Destarte, o associativismo rural e suas práticas constitui-se um importante instrumento para o funcionamento dos grupos produtivos, na medida em que esses grupos são formados com o intuito de desenvolverem iniciativas econômicas que visam não apenas ao lucro, mas oferecer para seus integrantes uma possibilidade de superar as limitações do trabalho individual, sobretudo pelo fato de possuírem poucos recursos além do próprio trabalho.

No caso do associativismo rural feminino, uma das principais características é a criação de redes de apoio e solidariedade entre as mulheres. Muitas vezes, as mulheres que vivem em áreas rurais enfrentam desafios específicos, como o acesso limitado a recursos e serviços, a sobrecarga de trabalho e a falta de oportunidades econômicas. As associações permitem que essas mulheres compartilhem suas experiências, conhecimentos e recursos, o que, por sua vez, fortalece sua capacidade de enfrentar esses desafios.

No entanto, o associativismo rural feminino vai além do aspecto econômico. Ele desempenha um papel importante na promoção da igualdade de gênero e no empoderamento das mulheres. Através das associações, as mulheres adquirem habilidades de liderança, aprendem a articular suas demandas e se tornam agentes de mudança em suas comunidades. Essas associações têm se mostrado um instrumento poderoso para combater a desigualdade de gênero, promover a participação ativa das mulheres no desenvolvimento de suas regiões, buscar o empoderamento das mulheres e desenvolvimento das comunidades rurais.

Sob essa perspectiva, as práticas associativas rurais emergem como uma estratégia fundamental para promover o desenvolvimento sustentável. Essas práticas envolvem a colaboração entre agricultores e membros de comunidades rurais para otimizar recursos, conhecimentos e capacidades.

Desta forma, as postulações disponibilizadas nessa seção permitem assegurar que, o desafio maior do Associativismo rural e da Economia Solidária, no contexto das mulheres rurais, é que ambos sejam capazes de incorporar o compromisso com o questionamento da divisão sexual do trabalho e o reconhecimento do trabalho doméstico, de cuidados com a produção de vida, assim como o de contribuir para que esse trabalho seja, efetivamente, considerado

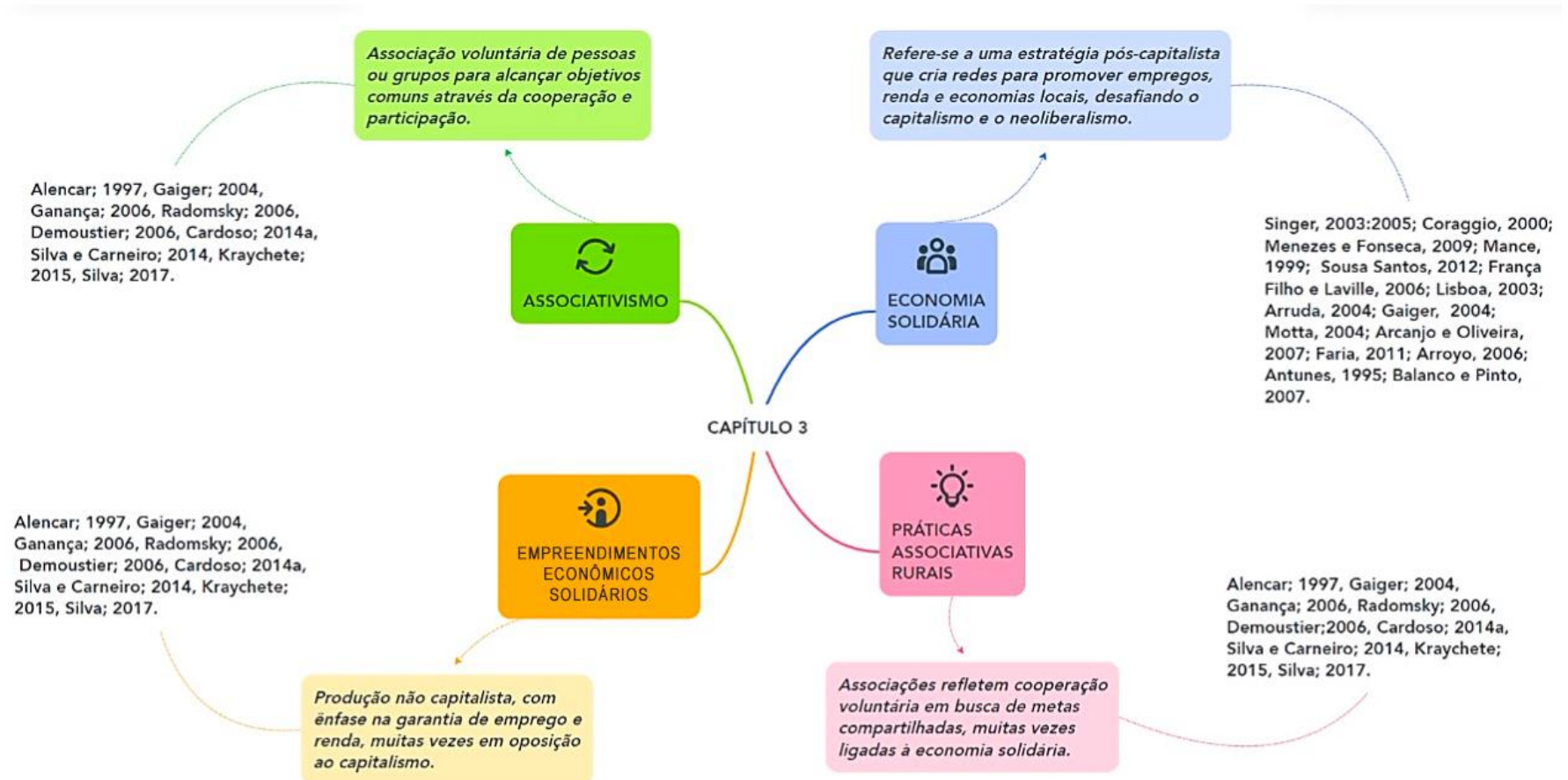
uma responsabilidade coletiva e não uma atribuição específica das mulheres (Faria; 2011).

Além disso, as práticas associativas precisam ser capazes de levar essas mulheres a vencer um desafio que, de longe, é imposto e determinado pela tessitura da sociedade, é a de se emanciparem, tornando-se protagonistas das próprias vidas.

Na figura 10, destacamos os conceitos fundamentais e as ideias apresentadas no capítulo 3, que refletem nossas considerações sobre a Economia Solidária, seus vínculos, diversidade de conceitos e sua relação sinérgica com o associativismo e como isso repercute nas práticas associativas dos grupos produtivos de mulheres.

No capítulo a seguir, será apresentado o caminho metodológico que foi utilizado para a realização desse estudo, no qual está descrito os fundamentos metodológicos que guiaram a realização da pesquisa de campo, as categorias de análise e os indicadores que foram utilizados, método utilizado para análise documental, dos questionários e realização das entrevistas, instrumentos estes, que foram utilizados para a coleta e análise dos dados.

Figura 10 - Mapa Conceitual do Capítulo 3



Fonte: Elaborado pela autora (2023)

4 O PERCURSO METODOLÓGICO

“A vida sem ciência é uma espécie de morte”.

(Sócrates)

As Ciências Sociais Aplicadas, ao longo do tempo, construíram instrumentos e teorias capazes de fazer uma aproximação da existência dos seres humanos e sua importância dentro da sociedade e das interfaces de mundo - ainda que de forma incompleta, imperfeita e insatisfatória. Para isso, elas abordaram o conjunto de expressões humanas existentes nas estruturas, nos processos, nas representações sociais, nas expressões da subjetividade, nos símbolos e significados (Minayo, Deslandes; Gomes, 2016).

Abordando a questão com maior amplitude, Gil (2008, p. 17) diz que,

[...] a pesquisa é desenvolvida mediante a utilização dos conhecimentos disponíveis e a utilização cuidadosa de métodos, técnicas e outros procedimentos científicos. E o desenvolvimento dela envolve inúmeras fases, desde a adequada formulação do problema até a satisfatória apresentação dos resultados.

Nesse sentido, a metodologia vem contribuir para esse processo, pois ela oferece os procedimentos necessários para se realizar pesquisas. A metodologia inclui, simultaneamente, o método, as técnicas a serem utilizadas e as características do pesquisador - sua experiência, sua capacidade crítica e sua sensibilidade.

4.1 ABORDAGEM EPISTEMOLÓGICA DA PESQUISA

O processo de investigação deste estudo leva em consideração a complexidade de uma pesquisa empírica, direcionada para compreender a relação entre Difusão do Conhecimento – Práticas Associativas – Empoderamento Individual e/ou Coletivo, e tenta explicitar a rede de interferências que podem ser observadas em um campo empírico delimitado. E, muito embora note o planejamento e o direcionamento, comuns a qualquer pesquisa, iremos considerar as singularidades dos sujeitos e da pesquisadora, o que atribui para este estudo uma dinâmica própria à construção da pesquisa e à escolha dos procedimentos metodológicos.

O presente trabalho constitui-se numa pesquisa social com aporte epistemológico crítico-dialético de Freire (1987:1993:1996:2002), por entender que o processo de desenvolvimento cognitivo está centrado na possibilidade de o sujeito ser, constantemente, colocado em situações problema que provoquem a construção de novos conhecimentos e conceitos. Destarte, o conceito de interação com o qual trabalha o sociointeracionismo consiste numa

dinâmica onde a ação ou o discurso do outro causam modificações na forma de pensar e agir, interferindo no modo como a elaboração e a apropriação do conhecimento se consolida (Oliveira et al, 2020).

Para Freire (2002), a interação do ser humano com a natureza e a cultura deixa nele uma marca indelével, ao mesmo tempo em que ele próprio deixa suas impressões, as quais representam o conhecimento gerado pela humanidade. Através de seus relacionamentos com seus semelhantes, intermediados pelo contexto global, ele alcança sua plena humanidade. No entanto, seu impacto está circunscrito aos limites da realidade histórico-social em que está inserido. Assim, apenas o cultivo e o progresso de uma consciência crítica possibilitam o exercício de sua criatividade e ação de maneira construtiva.

Contudo, a abordagem do conhecimento na perspectiva freiriana, que estamos explorando neste estudo, requer, em primeiro lugar, uma compreensão do conceito de epistemologia. Etimologicamente, a palavra epistemologia deriva do grego, com "episteme" significando ciência e conhecimento, e "logos" referindo-se a discurso, estudo e teoria.

De acordo com Japiassu (1979, p. 11), epistemologia pode ser entendida como o "discurso (logos) sobre a ciência (episteme)". Historicamente, a pesquisa bibliográfica indica que o termo epistemologia começou a ser amplamente utilizado no vocabulário filosófico durante a segunda metade do século XIX, influenciado pelo Positivismo de Augusto Comte. De acordo com Comte, a tarefa das ciências era o estudo da realidade e a produção do conhecimento, enquanto à filosofia, especificamente à epistemologia, cabia a análise dos procedimentos, metodologias e resultados das ciências.

De acordo com Giles (1993, p. 25), a epistemologia é definida como a "teoria do conhecimento" e aborda as origens, pressupostos, natureza, extensão e veracidade do conhecimento. Conforme explicado por Japiassu (1979), as teorias do conhecimento se inserem na área da filosofia das ciências, cujo propósito é refletir sobre a ciência. A epistemologia evoluiu com o propósito de filosofar sobre o conhecimento gerado pela ciência, com um foco crítico em seus princípios, hipóteses, fundamentos lógicos, valores e objetivos.

Sob essa perspectiva, nas palavras de Japiassu, a atribuição da epistemologia é:

[...] estudar a gênese e a estrutura dos conhecimentos científicos. Mais precisamente, o de tentar pesquisar as leis reais de produção desses conhecimentos. E ela procura estudar esta produção dos conhecimentos, tanto do ponto de vista lógico, quanto do ponto de vista linguísticos, sociológicos, ideológicos, lógico, etc. (Japiassu, 1979, p. 38-39).

Assim, conforme a visão de Japiassu, a dimensão epistemológica está dedicada a examinar, debater e analisar diversos aspectos relacionados ao conhecimento, abrangendo sua natureza, limitações, soluções e consequências, abarcando elementos que envolvem a lógica, a linguagem, a sociologia, a história, a ética e a política.

Ao compreendermos que a obra de Freire incorpora esses aspectos, entendemos que suas ideias oferecem uma análise crítica do conhecimento, formando assim um construto epistemológico dialético, fundamental para a compreensão de como acontece a produção e difusão do conhecimento nos grupos produtivos que investigamos neste estudo.

Neste sentido, em Freire, compreendemos que o ponto de partida do processo de conhecimento está vinculado à vivência dos sujeitos, seus problemas, suas angústias e, acima de tudo, às contradições presentes na sua representação de mundo. A realidade percebida, assim como o processo do conhecimento, é produto do enfrentamento do mundo concretizado e percebido pelo sujeito com toda a sua singularidade, que somente faz sentido à medida que brota e é guardado como experiência vivenciada, facilitando e otimizando a formação do ser humano.

Freire, apresenta ainda, um adendo em seu pensamento, ao afirmar que a educação deve estimular a colaboração, a decisão, a participação, a responsabilidade social e política e, acima de tudo, a constituição de um sujeito autônomo. Falava em educação como um ato de transformação, da necessidade de o sujeito conhecer os problemas sociais que o afligiam e de se estimular o seu engajamento para a vida pública.

Gadotti (2002), um dos principais colaboradores de Freire, fortalece nossa visão ao afirmar que ao longo de sua obra, Freire desenvolveu uma teoria do conhecimento que agrega ao conhecimento, além da dimensão científica-existencial e histórico-cultural. Para Gadotti (2002, p. 52), “o conhecimento possui significações educativas e de vivências experienciadas, de tal forma que na apreensão do conhecimento está contida a apreensão não

só do que se conhece, mas também de como o conhecimento é produzido e de como tal conhecimento pode ser e é utilizado pela e na sociedade”.

Destarte, o conceito epistemológico crítico-dialético de Freire incorpora a dimensão dialética ao conhecimento, que se manifesta e perpetua em um processo dinâmico e cíclico, estabelecendo uma relação dialética. Isso é evidenciado no que ele chama de "ciclo gnosiológico", que compreende dois momentos distintos: “[...] o em que se ensina e se aprende o conhecimento já existente e o em que se trabalha a produção do conhecimento ainda não existente” (Freire, 1996, p. 28). Assim, na perspectiva de Freire, a formação humana abrange a interligação de aspectos teóricos e práticos.

Assim, no pensamento de Freire, nada ocorre de maneira independente. Freire (1983b) enfatiza que, da mesma forma que não existem indivíduos isolados, o pensamento e o conhecimento também não existem de forma isolada. Portanto, o conhecimento humano é uma construção que se desenvolve por meio das relações sociais, pelas ações de seres humanos que são agentes ativos, e somente por eles. Somente quando o ser humano assume o papel de sujeito é que pode realmente adquirir conhecimento, enquanto na condição de objeto, não contribui para a criação de conhecimento genuíno.

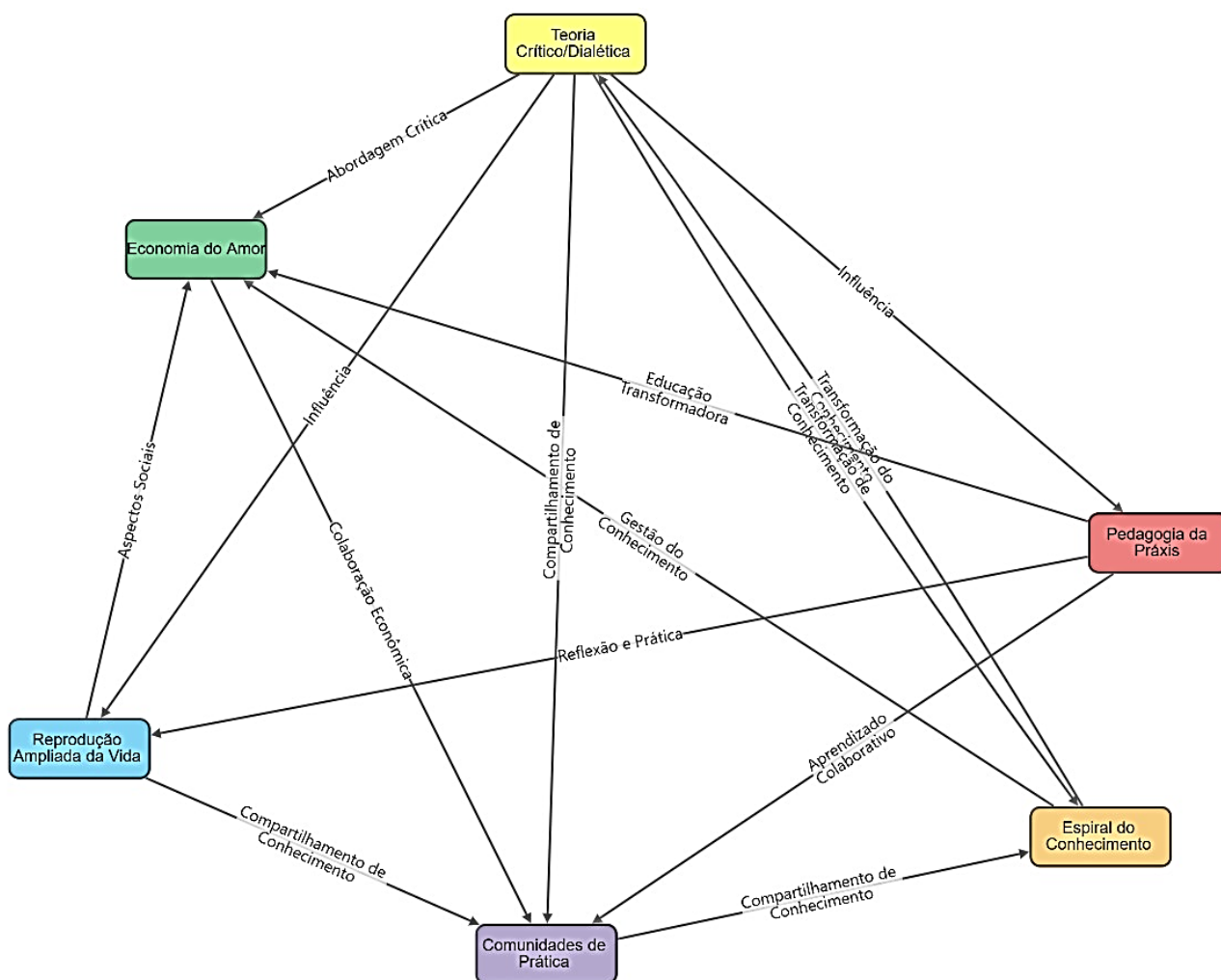
Outro conceito não menos importante para a tese e que faz uma correlação com a epistemologia de Freire é o conceito da teoria de reprodução ampliada da vida. Conforme afirma Tiriba (2001), a reprodução social deve ser entendida de forma ampliada, isto é, não apenas como um processo biológico de reprodução da espécie humana, mas também como um processo social de reprodução das condições materiais e simbólicas que permitem a vida humana em sociedade.

Ambas as teorias compartilham uma ênfase na importância das relações sociais na construção do conhecimento e no desenvolvimento humano. Tiriba enfatiza a necessidade de uma educação que considere as dimensões sociais, culturais e econômicas da vida, a fim de capacitar as pessoas a viverem plenamente em suas comunidades. Freire, por sua vez, ressalta que o conhecimento é construído através da dialética das interações sociais e que a educação crítica é fundamental para a emancipação das pessoas.

Além disso, tanto Tiriba quanto Freire compartilham uma visão crítica da educação tradicional, que muitas vezes perpetua desigualdades e reproduz estruturas de poder. Ambos advogam por uma abordagem mais participativa e consciente da educação, na qual os indivíduos se tornem agentes ativos na busca de conhecimento e transformação social.

Assim, ao longo da tese apresentamos conceitos que fazem parte do aporte teórico e epistemológico deste estudo que busca compreender como os grupos produtivos podem ser compreendidos como espaços de reprodução ampliada da vida dessas mulheres, pois permite que as participantes se organizem coletivamente para construir e fortalecer as condições de vida em sua comunidade, conforme podemos observar no mapa conceitual a seguir.

Figura 11 - Mapa Epistemológico da Pesquisa



Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2023).

Destarte, compreendendo o universo das mulheres rurais, suas diversas estruturas de socialização, os seus comportamentos e relações entre si e com o mundo é possível afirmar que as práticas do trabalho associativo trazem, para essas mulheres, o desafio de articular os saberes das experiências, anteriormente, adquiridos e produzidos em situação de trocas no seio familiar, no trabalho e em outras instâncias das relações sociais estabelecidas por elas.

Portanto, a abordagem crítico-dialética de Freire emerge como um pilar essencial para compreender o surgimento das novas formas de compartilhamento do conhecimento dentro dos contextos dos grupos produtivos das mulheres rurais. Ela nos permite avaliar em que medida esse conhecimento não é simplesmente consumido e assimilado de forma passiva, mas sim resultado de processos colaborativos de elaboração e construção. Nesse contexto, nosso objetivo é analisar a evolução desta temática, estabelecendo conexões entre as práticas associativas das mulheres rurais, a produção e disseminação do conhecimento, bem como o empoderamento individual e coletivo. Vale ressaltar que nossa intenção não é esgotar o assunto, mas sim aprofundar nosso método com base na teoria.

4.2. TIPOLOGIA E MÉTODO DE PESQUISA

Toda pesquisa pode ser compreendida como um conjunto de ações que visam novas descobertas e estudos em uma determinada área, consistindo em um processo metodológico de investigação, recorrendo a procedimentos científicos para encontrar respostas para um problema (Gil; 2008).

Desta forma, este estudo apresenta característica de uma pesquisa qualitativa, abordagem metodológica que desempenha um papel fundamental no campo da pesquisa social, permitindo uma exploração aprofundada e compreensão dos fenômenos sociais complexos.

Segundo Denzin e Lincoln (2005), a pesquisa qualitativa é um campo interdisciplinar que se concentra em compreender e descrever a experiência humana, muitas vezes incorporando múltiplos métodos, como entrevistas, observações participantes, análise de conteúdo e estudos de caso. Esta abordagem busca capturar a riqueza e a complexidade das narrativas individuais e dos contextos em que ocorrem.

A pesquisa qualitativa é uma ferramenta poderosa para explorar a subjetividade, a diversidade e a cultura, e é frequentemente utilizada em disciplinas como sociologia, psicologia, antropologia e educação (Creswell, 2013). Um dos principais princípios da pesquisa qualitativa é a flexibilidade metodológica, permitindo que os pesquisadores se adaptem às nuances do campo de estudo e às questões emergentes durante o processo de pesquisa (Merriam, 2009).

Uma das características distintivas da pesquisa qualitativa é a ênfase na interpretação e na construção de significado. Como destacado por Silverman (2015), a pesquisa qualitativa busca compreender como os indivíduos atribuem significado às suas experiências, como os processos sociais se desdobram e como os contextos sociais moldam a realidade percebida. Isso envolve a análise aprofundada de dados textuais e a busca por padrões, temas e teorias emergentes.

No entanto, a pesquisa qualitativa não se limita apenas à coleta de dados em campo. A análise de dados desempenha um papel crucial no processo. Através de métodos como análise de conteúdo, análise temática e análise de narrativas, os pesquisadores desvelam as camadas de significado contidas nos dados coletados (Miles e Huberman, 1994).

Outro aspecto importante desta pesquisa é que ela se apresenta como um estudo descritivo-exploratório que conforme Gil (2008, p. 28), “tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, e sua principal finalidade está voltada ao aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições”. Ainda segundo o autor supracitado, as pesquisas de natureza descritiva-exploratória apresentam “características específicas já que pretendem descrever, interpretar e explorar a realidade investigada” (Gil; 2008, p. 29).

Esse tipo de pesquisa permite analisar o tema sob diversos ângulos e aspectos, por ser mais flexível, abrangendo desde o levantamento bibliográfico, passando o processo de tratamento de dados a partir de questionários e entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado, quanto os dados quantitativos gerados a partir de informações como índices socioeconômicos e ambientais, dentre outros.

Corroborando com essa afirmativa, Samperi (2013, p. 102), afirma que a pesquisa de alcance descritivo-exploratório tem o propósito de “especificar propriedades, as características e os

perfis de pessoas, grupos, comunidades, processos, objetos ou qualquer fenômeno que se submeta a uma análise”. Sendo assim, esse estudo não se compromete em explicar de que forma essas características se relacionam, mas, mostrar as dimensões do acontecimento ou fenômeno a ser analisado.

Para além das características mencionadas acima, este trabalho também caracteriza-se por ser um estudo de caso único. Muitos pesquisadores como Yin (2007, p. 27), tendem a descrever o estudo de caso como

[...] a estratégia escolhida ao se examinarem acontecimentos contemporâneos, mas quando não se pode manipular comportamentos relevantes. O estudo de caso conta com muitas das técnicas utilizadas pelas pesquisas históricas, mas acrescenta duas fontes de evidências que usualmente não são incluídas no repertório de um historiador: observação direta e série sistêmica de entrevistas.

Sob a perspectiva do autor, podemos compreender o estudo de caso como estratégia de pesquisa que compreende um método que abrange tudo – com a lógica de planejamento incorporando abordagens específicas à coleta e análise de dados. O estudo de caso não é nem uma tática para a coleta de dados nem meramente uma característica do planejamento em si, mas uma estratégia de pesquisa abrangente.

Nesse sentido, ainda de acordo com o autor supracitado, o estudo de caso é uma investigação empírica de um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto da vida real, sendo que os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos. O autor ainda enfatiza ser a estratégia mais escolhida quando é preciso responder a questões do tipo “como” e “por quê” e quando o pesquisador possui pouco controle sobre os eventos pesquisados (Yin; 2007).

Corroborando com a ideia de Yin, Bruney, Herman e Schoutheete (in Duarte e Barros; 2006, p. 216) definem estudo de caso como “análise intensiva, empreendida numa única ou em algumas organizações reais”. Para eles, o estudo de caso reúne, tanto quanto possível, informações numerosas e detalhadas para apreender a totalidade de uma situação.

Um estudo de caso pode ser caracterizado como um estudo de uma entidade bem definida como um programa, uma instituição, um sistema educativo, uma pessoa, ou uma unidade

social. Visa conhecer em profundidade o como e o porquê de uma determinada situação que se supõe única em muitos aspectos, procurando descobrir o que há nela de mais essencial e característico. Considerando o livre acesso ao universo da pesquisa, as observações serão feitas durante os eventos locais e os instrumentos serão adaptados às necessidades da pesquisa e do pesquisador (Yin; 2007). E, que pode ser utilizado, especialmente, para as seguintes finalidades:

I. Explicar os vínculos causais em intervenções da vida real que são complexas demais para as estratégias experimentais ou aquelas utilizadas em levantamentos; II. Descrever uma intervenção e o contexto da vida real em que ocorreu; III. Ilustrar determinados tópicos dentro de uma avaliação, às vezes de modo descritivo ou mesmo de uma perspectiva jornalística; IV. Explorar situações nas quais a intervenção que está sendo avaliada não apresenta um conjunto simples e claro de resultados (Yin; 2007, p. 34:35).

O autor supracitado, ainda apresenta quatro tipos básicos de estudo de caso:

a) Projetos de caso único holístico – unidade única de análise e único caso; b) Projetos de caso único incorporado – unidades múltiplas de análise e único caso; c) Projetos de casos múltiplos holísticos – unidade única de análise e múltiplos casos; d) Projetos de casos múltiplos incorporados – unidades múltiplas de análise e múltiplos casos (Yin; 2007, p.61).

Proporcionando uma visão numa amplitude mais ampla, Yin considera que estudos de caso único e de casos múltiplos refletem situações de projetos diferentes e que, mesmo dentro desses dois tipos, possam existir unidades unitárias ou múltiplas de análise (Oliveira; 2011).

Como a pesquisa para a construção deste estudo têm indicado que o tema motivador – a produção e difusão do conhecimento nas práticas associativas e sua contribuição para o empoderamento individual e/ou coletivo de grupos produtivos de mulheres rurais - é um tema singular/único, pode-se considerar a escolha do método do estudo de caso como o mais apropriado para desenvolvimento da pesquisa.

Cabe mencionar ainda que, com base na teoria de Yin, a presente pesquisa pode ser definida como um estudo de caso múltiplo, uma vez que se trata de múltiplas unidades de análise, ainda que dentro de um mesmo território. Esse modelo possibilita a compreensão de fenômenos sociais complexos, preservando as características significativas dos eventos da vida cotidiana dos sujeitos pesquisados.

Outro aspecto importante do estudo de caso múltiplo é que, o mesmo, apresenta mecanismos valiosos que permitem organizar e interpretar a experiência de forma a construir uma compreensão compartilhada destas crenças. Entre estas vantagens está a possibilidade de expandir o aprendizado compartilhado e difundido dentro dos grupos produtivos decorrentes de eventos isolados, mas com profundo significado para as mulheres rurais envolvidas no processo.

4.3 PROCEDIMENTOS DA PESQUISA

Para a construção teórico-metodológica do trabalho, foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre o tema, com aprofundamento em trabalhos já produzidos sobre o Associativismo Rural Feminino. Contudo, a pesquisa bibliográfica não apresentou uma quantidade significativa de trabalhos na área, principalmente que discorrem sobre como acontece as interseções entre produção e difusão do conhecimento – práticas associativas de grupos produtivos — empoderamento individual e/ou coletivo de mulheres rurais.

Para além do levantamento bibliográfico e revisão sistêmica, na tentativa de responder ao primeiro objetivo específico que versa sobre o entendimento e compreensão de como a relação entre a produção e difusão do conhecimento e práticas associativas de grupos produtivos de mulheres rurais pode se constituir em um processo de empoderamento individual e/ou coletivo foi realizada uma pesquisa documental haja vista a necessidade de identificação dos documentos informações sobre o contexto pesquisado, bem como, a validação das informações obtidas nas outras técnicas de coleta.

Segundo Gil (2008, p. 32), “a principal diferença entre a pesquisa bibliográfica e a documental está na natureza das fontes de ambas as pesquisas”. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza das contribuições de vários autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental baseia-se em materiais que não receberam ainda um tratamento analítico ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa.

Abordando a questão com maior amplitude, Ludke e André (1986, p. 39.), afirmam que,

Os documentos constituem também uma fonte poderosa de onde podem ser retiradas evidências que fundamentam as ações e declarações do pesquisador. Representam ainda uma fonte “natural” de informação. Não

são apenas uma fonte de informação contextualizada, mas surgem num determinado contexto e fornecem informações sobre esse mesmo contexto.

A pesquisa documental utilizou-se de análise dos documentos internos dos grupos produtivos, como a Ata de Fundação, Estatuto e o Selo de Inspeção Municipal (SIM). Também, foi levada em consideração a Declaração de Aptidão ao Pronaf²², bem como, os comprovantes de inscrição e situação cadastral, documentos estes, acessados através de sites oficiais do Governo brasileiro. Além desses documentos, foi necessária uma análise do Plano Territorial De Desenvolvimento Sustentável e Solidário do Velho Chico - PTDRS²³ com o intuito de verificar quais as políticas públicas foram estabelecidas para o funcionamento e dos grupos produtivos solidários.

As informações a identificadas nesses documentos têm o intuito de demonstrar como foi o processo de formação dos grupos produtivos; como acontecem as tomadas de decisões; como as participantes da pesquisa acessam as políticas públicas destinadas ao público feminino e, por fim, como esses instrumentos ajudam os grupos a funcionarem com base nos princípios da ECOSOL, e conseqüentemente, na sua emancipação individual e/ou coletiva através da produção e difusão do conhecimento.

4.4 PESQUISA DE CAMPO

²² A **Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP)** é a comprovação de enquadramento do agricultor como pequeno produtor. É um documento indispensável para acesso a políticas públicas como o Pronaf, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Merenda Escolar e Habitação Rural. Para obtê-la, o agricultor(a) familiar deve dirigir-se a um órgão ou entidade credenciada pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (antigo MDA) (Sindicato dos Trabalhadores Rurais ou Casa da Agricultura), munidos de CPF e dados acerca de seu estabelecimento de produção (área, número de pessoas residentes, composição de forma de trabalho e da renda, endereço completo). Para os agricultores (as) familiares que necessitam desta declaração podendo ser emitida pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo (FETAESP), por meio de seus Sindicatos de Trabalhadores Rurais filiados. As vantagens de ter a DAP é que o Agricultor (a) é reconhecido como Agricultor Familiar, podendo acessar a diversos Programas do Governo Federal para desenvolvimento da agricultura como financiamentos com baixa taxa de juros, comercialização, programas de Habitação Rural, além de ter um documento comprovando as atividades agrícolas do agricultor para aposentadoria. Fonte: Disponível em: <http://www.fetaesp.org.br/novo/dap-declaracao-de-aptidao-ao-pronaf/> Acessado em: 02/09/2023.

²³ O **Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário - PTDSS** é o instrumento orientador das estratégias e intervenções no Território, tendo como objetivo primeiro facilitar a articulação e a implementação de programas e projetos que viabilizem o desenvolvimento sustentável. A metodologia utilizada na atualização e qualificação deste documento pautou-se na participação coletiva e democrática de todos os atores sociais envolvidos no processo, buscando sempre propiciar uma reflexão crítica sobre a realidade, de modo que as propostas fossem direcionadas à transformação e melhoria na qualidade de vida nas comunidades rurais e população em geral. Fonte: Disponível em: https://www.seplan.ba.gov.br/wp-content/uploads/PTDS-Territorio_Velho_Chico.pdf Acessado em: 02/09/2023.

A tentativa de conhecer qualquer fenômeno constituinte dessa realidade busca uma aproximação, visto sua complexidade e dinamicidade dialética (Piana; 2009). Nesse sentido, podemos afirmar que não existe pesquisa sem o apoio de técnicas e de instrumentos metodológicos adequados, que permitam a aproximação ao objeto de estudo. Sendo assim, conforme José Filho (2006, p. 64) “o ato de pesquisar traz em si a necessidade do diálogo com a realidade a qual se pretende investigar e com o diferente, um diálogo dotado de crítica, canalizador de momentos criativos”.

Nesse contexto, a pesquisa possui aspectos teóricos, metodológicos e práticos, transpondo o reducionismo do empirismo. Desta forma, a pesquisa de campo descrita neste tópico, teve como objetivo uma integração dos dados obtidos pela pesquisa bibliográfica, documental e de campo.

4.4.1 Definição do Locus da pesquisa

Em 4 de outubro de 1501, os navegadores portugueses alcançaram a região do Rio São Francisco, que os indígenas chamavam de Opará, o rio que deságua no oceano. Quando a Coroa Portuguesa dividiu o Brasil em Capitânicas Hereditárias, a área correspondente ao Vale do São Francisco foi alocada nas Capitânicas de Pernambuco (na margem esquerda) e Bahia (na margem direita). Durante esse período, o Vale do São Francisco foi colonizado por duas influentes famílias que, estabelecidas na Bahia, consolidaram vastos impérios territoriais, poder político e autoridade (Seplan; Bahia, 2018).

A primeira dessas famílias foi a de Garcia d'Ávila, que chegou à Bahia em março de 1549, como parte da comitiva de Tomé de Souza, e estabeleceu seu morgado na Casa da Torre, em Salvador. A partir da Bahia, essa família expandiu seus domínios para Sergipe, Piauí, Ceará e Maranhão, estendendo suas fazendas de gado ao longo do vale, na margem esquerda do Rio São Francisco, até Sento Sé, e na margem direita, até Carinhanha (Bahia, 2018).

A segunda família latifundiária surgiu devido à incapacidade da Casa da Torre de fiscalizar eficazmente seu vasto latifúndio. Quando perceberam, Antônio Guedes de Brito - mestre de campo, já havia estabelecido oito currais de gado no Sertão da Bahia e registrado essas terras em seu nome. Ele estabeleceu seu Quartel General no Morro do Chapéu, chamado Casa da Ponte, tornando-se rival da Casa da Torre. Ambas as famílias demonstravam uma insaciável

ganância por terras, o que as levou a receber inúmeros privilégios da Coroa, como sesmarias, capitânicas hereditárias, títulos honoríficos, cargos de comando e patentes (Seplan; Bahia, 2018).

De acordo com as pesquisas realizadas pelo GeografAR, a exploração do Vale do São Francisco teve início em 1553, quando as "entradas" para o interior da colônia foram organizadas com o objetivo de obter mão-de-obra escrava para trabalhar nas plantações de cana-de-açúcar e engenhos. Mais tarde, esse interesse se fortaleceu com a descoberta das riquezas minerais na região. A colonização efetiva do Vale começou no início do século XVII e esteve intimamente ligada à expansão da atividade pecuária (GeografAR, 2008).

A conquista da região se deu, principalmente, por meio de iniciativas privadas e não ocorreu de maneira contínua, devido à resistência indígena e às dificuldades de sobrevivência na vastidão dos sertões. As frentes pioneiras se originaram nos limites de São Paulo e da Bahia, avançando em direção ao Brasil central, alcançando a bacia do rio São Francisco, tanto em suas partes altas quanto médias. O Vale do São Francisco logo se transformou em um polo de colonização, centrado na criação extensiva de gado. Essa atividade, muito antes de se adaptar às condições geográficas locais, estava alinhada com os interesses coloniais relacionados à produção de açúcar nas áreas costeiras (Seplan; Bahia, 2018).

Com a descoberta de minas na região do Alto São Francisco, a economia de toda a área do vale recebeu um impulso significativo, uma vez que as minas se tornaram um mercado atrativo para o gado. A corrida em direção às minas resultou no surgimento de diversos núcleos de povoamento ao longo de todo o vale, muitos dos quais se formaram em torno dos "currais" situados às margens do rio. Esses núcleos desempenharam um papel fundamental no estabelecimento de mercados ativos para gado e produtos vegetais, que posteriormente serviram como pontos de distribuição para os principais centros urbanos das regiões Norte, Nordeste e Sul da colônia (Seplan; Bahia, 2018).

Até o final do século XVII, a criação de gado representava a principal fonte de riqueza na região. Além disso, o rio São Francisco, por sua localização estratégica entre a região aurífera e a então capital da colônia, Salvador, desempenhou um papel vital como via de comunicação, sendo frequentemente referido como o rio da "integração nacional". No entanto, com a mudança da capital para o Rio de Janeiro em 1763 e a exaustão das minas de

ouro, o ímpeto inicial de colonização na área diminuiu. O comércio de Minas Gerais se voltou para o transporte marítimo, e o rio São Francisco perdeu sua importância como via principal, embora tenha mantido um papel significativo na comunicação nacional por muito tempo.

A partir de 1872, a navegação a vapor teve início com o cargueiro Saldanha Marinho, embora sua relevância tenha diminuído com a posterior integração terrestre do espaço nacional. A região do Médio São Francisco foi um local de influência de coronéis e um dos lugares onde esse fenômeno persistiu por mais tempo. Além do isolamento geográfico e do estilo de colonização, os fenômenos de liderança autoritária e violência estavam intimamente ligados à concentração de terras. A ocupação do território ocorreu em diferentes épocas, e a criação de vários municípios ocorreu no século passado, como no caso de Bom Jesus da Lapa e outros que deram origem aos atuais.

Um estudo conduzido pela Fundação de Desenvolvimento Integrado do São Francisco (FUNDIFRAN) no período de 1970 a 1971 revelou que a região estava fragmentada, não apresentando "centros" que impulsionassem o desenvolvimento conjunto dos municípios. Existiam cidades ou municípios de maior ou menor relevância em relação uns aos outros, mas as interações e relações entre eles eram limitadas. O estudo também identificou ligações de dependência externa com outras regiões, enfatizando a falta de coesão interna.

A partir do final da década de 70, houve uma maior intervenção governamental na região por meio da construção de rodovias e da implementação de projetos de irrigação. Em 1972, foi criado o PROVALE (Decreto Lei nº 1.207, de 07.02.1972) com o objetivo de modernizar e dinamizar a região. Esse projeto visava à proteção das margens e à melhoria da navegabilidade do rio São Francisco, obras de urbanização, infraestrutura social e saneamento, implementação de projetos de reflorestamento e irrigação, criação de parques nacionais e construção de rodovias, incluindo a BR-242, que conecta Barreiras a Ibotirama. (Costa, 2017).

A construção das pontes sobre o Rio São Francisco marcou um avanço significativo no desenvolvimento da região do Médio São Francisco, permitindo a ligação com as cidades de Salvador e Brasília. Nesse processo, a antiga "capital" Barra perdeu sua posição como centro regional rapidamente, enquanto Bom Jesus da Lapa emergiu como o único município com

áreas irrigadas na região, concentrando a maior parte dos investimentos e contando com uma infraestrutura urbana de qualidade. Localizado em um ponto estratégico de interseção rodoviária que conecta Salvador, Barreiras e Brasília, o município foi revitalizado com a construção de uma das três pontes que cruzam o Rio São Francisco. Além disso, seu papel como centro de turismo religioso contribuiu para a expansão de sua oferta hoteleira e comercial (Costa, 2017).

Nas décadas de 80 e 90, o processo de urbanização se consolidou em grande parte dos municípios ao longo do curso do Rio São Francisco, em paralelo ao que ocorreu em outras regiões do país. O Território Velho Chico segue o curso do Rio São Francisco, que o atravessa de sul a norte, fazendo fronteira a oeste com a região Oeste da Bahia, ao norte com o estado do Piauí e o Baixo Médio São Francisco, a Leste com as regiões de Irecê, Chapada Diamantina e Serra Geral, e ao sul faz limite com o estado de Minas Gerais. Todo o seu território está situado na região do semiárido nordestino (Costa, 2017).

No espaço abarcado por esse Território e suas características (ver Tabela 01, a seguir) se desenvolveram, através dos tempos, modos de vida estreitamente vinculados à utilização do rio e um quadro agrário historicamente difícil e conflitivo. Vale destacar que o Território do Velho Chico é considerado área prioritária de atuação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), levando em consideração os critérios de concentração fundiária, número de acampamentos, número de assentamentos e de agricultores familiares.

Tabela 1 - Aspectos Demográficos do Território Velho Chico/Ba.

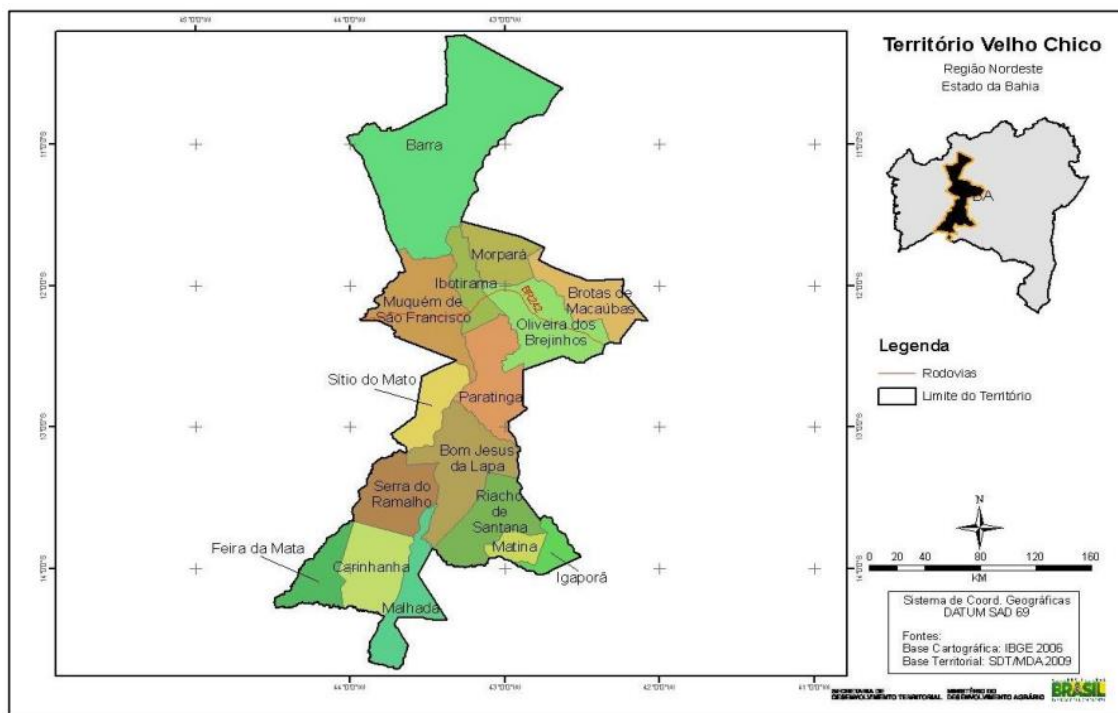
Municípios:	16
População total:	370.095 habitantes
População urbana:	172.429 habitantes (46.59%)
População rural:	197.666 habitantes (53.41%)
Nº de famílias assentadas:	9.227
Nº de estabelecimentos da agricultura familiar:	31.256
Pessoal ocupado na agricultura familiar:	96.766

Fonte: Sistema de Informações Territoriais (2016).

Segundo dados recentes do IBGE, o território possui uma população de 370.102 habitantes, sendo que 197.622 residem na zona rural. Com uma área de 46.334,80 m², possui uma baixa densidade demográfica, ou seja, 8,2 hab/km², o que comprova que a região é pouco povoada, bastante inferior à média do Estado, que é de 23,1 hab/km². O IDH médio é de 0,48 em

2010. O município com maior IDH do Território é Ibotirama, considerado pelo PNUD como cidade de médio desenvolvimento humano, conforme podemos observar na figura abaixo.

Figura 12 -: Localização do Território Velho Chico, Bahia.



Fonte: Base Geográfica <http://sit.mda.gov.br/mapa.php>

A maior produção agropecuária do Território está relacionada com as cadeias produtivas da mandiocultura, apicultura, bovinocultura, piscicultura, horticultura, avicultura, artesanatos e a ovinocaprino cultura, as quais se sobressaem das demais como fontes de geração de renda. A cana-de-açúcar e o feijão também são culturas temporárias de grande relevância na renda dos agricultores.

Fruto do seu processo histórico de ocupação, o Velho Chico é considerado um território ainda com grande concentração fundiária, quase 70% dos municípios são classificados como altamente concentrados (GeograFAR, 2006). As conquistas das últimas décadas são resultados diretos das lutas dos movimentos e organizações sociais da região. Em 30/09/1988 foi implantado o 1º assentamento de Reforma Agrária no Território, no município de Barra, PA Faz Itacoatiara (PTDRSS TVC, 2018).

Segundo dados do INCRA (2016), existem atualmente no território 75 assentamentos de Reforma Agrária, que abrangem uma área de 421.449 mil ha aproximadamente, com cerca

de 9.399 mil famílias assentadas. A demanda crescente por vistorias para desapropriação de imóveis rurais para fins de Reforma Agrária no estado, tem relação direta com o número de acampamentos de trabalhadores rurais sem terra existentes no estado. Levantamento recente identificou que 182 municípios possuem acampamentos com aproximadamente 40.309 famílias acampadas (Incra, 2015).

Além da Reforma Agrária, encontraram-se outras formas de acesso à terra no Território. Uma delas é o Programa Cédula da Terra - PCT (e sua continuação, o Programa Nacional de Crédito Fundiário - PNCF, embora com algumas e importantes modificações), implantado com o apoio do Banco Mundial. O PCT foi oficialmente lançado no estado da Bahia em novembro de 1997, e o Território conta com 16 projetos implantados, numa área de 14.273,17 ha envolvendo 521 famílias. A média de área por família corresponde a 27,39 hectares, muito inferior ao módulo rural (65 hectares) (Costa, 2017).

Em se tratando da Agricultura Familiar, o Território Velho Chico está intrinsecamente ligado à sua multifuncionalidade. Além de desempenhar o importante papel de produção de alimentos e matérias-primas, essa forma de agricultura é responsável por mais de 80% das ocupações no setor rural, promovendo práticas produtivas ecologicamente equilibradas, como a diversificação de cultivos e a preservação do patrimônio genético. No âmbito das políticas públicas, a atuação da agricultura familiar tem gerado impactos significativos na qualidade da produção de alimentos, na gestão das unidades familiares e na comercialização dos produtos (PTDRSS TVC, 2018).

As Cadeias Produtivas da ovinocaprinocultura, aquicultura, apicultura, mandiocultura, bem como outras, incluindo artesanato e fruticultura, no Território, recebem apoio de um Arranjo Institucional, formado por uma rede de entidades. Esta rede desempenha um papel crucial no processo organizacional, na geração de postos de trabalho e na renda, além de agregar valor social aos produtos. Ela envolve uma variedade de instituições da sociedade civil, públicas e privadas.

Com o desenvolvimento das atividades territoriais, essas cadeias produtivas tornaram-se setores de extrema importância do ponto de vista da produção de alimentos para combater a pobreza e promover a inclusão social. Além disso, têm contribuído para a sustentabilidade ambiental, econômica e social da população local.

4.4.2. Definição das Participantes da Pesquisa

De acordo com as contribuições de Gil (2008), a seleção de sujeitos em estudos de caso, com ênfase nesse tipo de abordagem, é mais apropriada quando baseada na intencionalidade não probabilística e na consideração de características julgadas como pertinentes para enriquecer os dados e as informações coletadas em relação ao fenômeno sob investigação. Adotando o critério de intencionalidade não-probabilística, os participantes da pesquisa foram escolhidos com base em grupos produtivos cujas atividades permaneceram ininterruptas mesmo durante o período da pandemia de COVID-19.

Nesse contexto, Creswell e Clark (2013, p. 157) enfatizam que "a amostragem intencional na pesquisa qualitativa envolve a seleção deliberada de participantes que vivenciaram o fenômeno central ou o conceito-chave em estudo". Com base nesses princípios e na estratégia de "variação máxima" definida por Creswell e Clark (2013), na qual a escolha de indivíduos diversos proporciona perspectivas abrangentes do fenômeno em análise, decidimos que esta pesquisa envolveria a participação de 11 grupos produtivos, conforme podemos observar no quadro 4.

Com idades compreendidas entre 20 e 60 anos, as mulheres rurais representam uma força de trabalho fundamental para o sustento de suas famílias. Além disso, a maioria delas demonstra um compromisso notável com a educação, com um elevado percentual detendo o ensino médio completo, algumas até com ensino superior completo. Isso não apenas contribui para seu desenvolvimento pessoal, mas também para o progresso das comunidades onde vivem.

No que diz respeito à renda mensal, elas enfrentam uma ampla gama de circunstâncias econômicas, com valores variando de R\$ 80 (Oitenta reais) a R\$ 1.212 (Hum mil, duzentos e doze reais). Essa diversidade reflete as diferentes atividades econômicas desempenhadas pelas mulheres, características dos grupos produtivos presentes aqui no TVC.

Quadro 4 - Caracterização das Participantes da Pesquisa

Grupo	Município	Perfil das Participantes	Produto Principal dos Grupos Produtivos
Cida's	Ibotirama	Produtoras rurais	Doces, compotas, geleias e polpas de frutas
Mulheres do Sertão	Oliveira dos Brejinhos	Mulheres da comunidade	Peta de sabor tradicional e outros sabores
Mulheres Campesinas	Serra do Ramalho	Produtoras rurais	Hortaliças, temperos, doces, biscoitos e requeijão de mandioca
Sabor do Aipim	Paratinga-BA	Mulheres da comunidade	Petas, pães, biscoitos e sequilhos
Delícias da Mandiocultura	Morpará-BA	Produtoras rurais	Derivados da mandioca, avoador, brevidade, broa, ginete e sequilhos
Arco Verde	Bom Jesus da Lapa-BA	Produtoras rurais	Alimentos artesanais: brevidade, doce de leite e umbu, pão de mandioca, peta e sequilhos
As Amigas	Ibotirama-BA	Mulheres da comunidade	Bolsas, cestos, caixas e artesanatos
Um Toque de Mel	Brotas de Macaúbas-BA	Produtoras rurais	Cosméticos à base de mel e própolis
Raízes	Paratinga-BA	Produtoras rurais	Biscoitos, petas, pães, sequilhos e biscoito avoador
Joca Sabores	Muquém de São Francisco-BA	Produtoras rurais	Doces, geleias, compotas, cocadas, licores, vinagres e conservas
Sabor da Fruta	Brotas de Macaúbas	Produtoras rurais	Doces, Polpas, Sequilhos, Balas e Compotas

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2023).

Destarte, no contexto do TVC, as mulheres desempenham um papel central tanto na produção agrícola quanto na não agrícola. Deste modo com a agricultura familiar, elas assumem a responsabilidade pela criação de pequenos animais, cuidado de hortas, processamento de frutas e laticínios, além de se dedicarem ao artesanato. Além disso, desempenham o importante papel de guardiãs da herança cultural de suas comunidades e origens.

O reconhecimento do papel das agricultoras como agentes tanto na produção quanto na transmissão de conhecimentos é de suma importância para combater a exclusão e a discriminação com base no gênero e na etnia, além de desempenhar um papel significativo na luta contra a fome, tanto nas áreas rurais quanto urbanas.

4.4.3 Procedimentos para coleta de dados e informações

Em seu livro *“Estudo de caso: planejamento e métodos”*, Yin (2007) propõe, para coletar os dados, o protocolo que, segundo ele, contém instrumento, procedimentos e regras gerais que norteariam o pesquisador em sua pesquisa. Para que a coleta seja realizada com êxito é imprescindível escolher os métodos e procedimentos mais adequados, pois é a partir dela que as informações necessárias para a análise serão adquiridas.

A abordagem investigativa dos métodos mistos escolhida como aporte metodológico do trabalho possibilita a utilização de uma variedade de técnicas e instrumentos. Neste sentido, serão incorporados a este estudo como instrumentos para comprovação dos objetivos propostos: a observação sistemática, a análise documental, os questionários e as entrevistas semiestruturadas, com o intuito de aumentar as possibilidades de evidências da pesquisa. Levando em consideração a lógica e sequência acima, percebe-se que as notas de campo, obtidas através do método da observação servirá como alicerce para interseccionar os demais instrumentos.

Assim, sendo a pesquisa de campo uma metodologia essencial no científico, pois envolve a coleta direta de dados no ambiente real de estudo, permitindo aos pesquisadores obter informações concretas e observações em primeira mão. Além disso, a pesquisa de campo é valiosa para aprofundar o entendimento de fenômenos, explorar questões complexas e aplicar os conhecimentos teóricos a situações práticas, desempenhando um papel fundamental no avanço do conhecimento e na resolução de problemas.

A pesquisa de campo foi realizada por meio de algumas visitas ao lócus da pesquisa antes e após período pandêmico, estruturada utilizando múltiplos instrumentos de coleta de dados, como observação sistemática, questionários e entrevistas semiestruturadas, além de consulta a fontes documentais com as participantes definidas para a pesquisa. Segundo Gil (2009, p. 54), a escolha de múltiplas técnicas de levantamento de dados “é importante para garantir a profundidade necessária ao estudo e a inserção do caso em seu contexto, bem como para conferir maior credibilidade aos resultados”.

As técnicas de coleta de dados foram aplicadas após a definição dos objetivos da pesquisa, assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (conforme Apêndice D), e a observância rigorosa das considerações éticas ao apresentar os resultados. Para preservar a confidencialidade dos participantes da pesquisa, foram adotados códigos previamente estabelecidos, garantindo o anonimato dos envolvidos.

Os métodos de coleta de dados foram desenvolvidos com base em uma série de referências que julgamos pertinentes para a obtenção das informações necessárias. Essas referências foram estabelecidas a partir do conhecimento prévio dos dados e da estrutura teórica da pesquisa, levando em consideração a conexão entre os objetivos, centralidade das questões, os indicadores, as categorias de análise, os instrumentos de pesquisa e os participantes da pesquisa, conforme demonstrado no Quadro 5 da Matriz de Operacionalização da Pesquisa.

Quadro 5 - DESIGN OPERACIONAL DA PESQUISA I

OBJETIVOS	CATEGORIAS	INDICADORES	CENTRALIDADE DAS QUESTÕES	PROCEDIMENTOS	INSTRUMENTOS	PARTICIPANTES
<ul style="list-style-type: none"> • Identificar os processos de produção e difusão do conhecimento nas práticas associativas das mulheres rurais; 	Produção e Difusão do Conhecimento	<ul style="list-style-type: none"> • Processos de socialização • Externalização • Combinação • Internalização das práticas associativas das associadas • Interface com o mundo de vida • Interface com o mundo de sistema • Meios geradores de informação • Órgãos de apoio • Agentes voluntários • Articulação dos processos produtivos e consumo solidário / consciente 	<ul style="list-style-type: none"> • Processo de gestão do conhecimento realizado pelas associadas através das práticas associativas de produção • Construção de saberes coletivos • Aquisição de novos conhecimentos • Socialização dos saberes individuais 	<ul style="list-style-type: none"> • Pesquisa de Campo • Pesquisa documental 	<ul style="list-style-type: none"> • Observação • Questionários • Entrevistas Semiestruturadas; • Software Iramuteq 	<ul style="list-style-type: none"> • Mulheres rurais
<ul style="list-style-type: none"> • Analisar como as vivências e experiências individuais contribuem para as práticas associativas das mulheres no âmbito dos grupos produtivos; 	Práticas associativas	<ul style="list-style-type: none"> • Princípios da Autogestão • Comunicação entre as associadas • Conhecimento e aprendizagem • Recursos utilizados e suas aplicações 	<ul style="list-style-type: none"> • Relação entre as associadas e os grupos de trabalho • Interesse em adquirir novos conhecimentos • Organização do processo produtivo 	<ul style="list-style-type: none"> • Pesquisa documental • Pesquisa eletrônica • Pesquisa de Campo 	<ul style="list-style-type: none"> • Observação • Questionários • Entrevistas Semiestruturadas; • Software Iramuteq 	<ul style="list-style-type: none"> • Mulheres rurais

<ul style="list-style-type: none"> • Analisar como vem se constituindo a construção do empoderamento individual e/ou coletivo das mulheres rurais; 	<p>Empoderamento individual e/ou coletivo</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Acesso à educação em seus diferentes níveis; • Preocupação com a sustentabilidade sociocultural, ambiental e econômico-financeira dos grupos produtivos; • Participação em conselhos comunitários • Acesso a políticas públicas voltadas para as mulheres • Práticas, atitudes e concepções que indicam busca da dignidade e qualidade de vida • Condições saudáveis no espaço do trabalho e da moradia • Práticas de alimentação sadia 	<ul style="list-style-type: none"> • Direito de frequentar espaços educacionais formativos e informativos; • Compreensão da experiência em relação às políticas públicas • Envolvimento / participação em mobilizações populares e na proposição de projetos locais ou amplos de luta pelos direitos e superação das desigualdades • Vivências de relações igualitárias no ambiente familiar • Cuidados preventivos com a saúde • Participação nas tomadas de decisão no âmbito grupal / familiar 	<ul style="list-style-type: none"> • Pesquisa documental • Pesquisa de Campo 	<ul style="list-style-type: none"> • Observação • Questionário • Entrevistas Semiestruturadas; • Software Iramuteq 	<ul style="list-style-type: none"> • Mulheres rurais
---	---	---	---	--	--	---

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

4.1.3.1 Observação Direta

A técnica da observação, baseia-se em ver, ouvir e estudar os fatos e os fenômenos relacionados a temática em estudo. Marconi e Lakatos (2010, p. 173) afirmam que essa é “uma técnica de coleta de dados para conseguir informações e utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade”. Apresentando um adendo, Gil (2008, p. 100), revela que a principal vantagem desta, em relação a outras técnicas, é em razão dos fatos serem percebidos diretamente, sem qualquer intermediação. Além de ser facilmente integrada, em harmonia, a utilização de outros instrumentos.

Para este estudo, será realizada a observação sistemática que “é um instrumento do tipo visual, que permite a aproximação do pesquisador com o sujeito e o objeto da pesquisa, não necessitando haver uma convivência prolongada entre eles” (Oliveira; 2018, p. 63). Uma vez que o estudo de caso permite que o pesquisador relate suas experiências durante o estudo, serão trazidas notas de campo mostrando o levantamento dos temas discutidos e as reflexões sobre os aspectos observados. A observação sistemática serviu como guia para a definição de quais evidências serão mais relevantes para a compreensão do objeto pesquisado e do seu contexto.

A observação sistemática, foi realizada com foco no levantamento das informações sobre as práticas associativas dos grupos produtivos. Sendo assim, foi elaborado um percurso de observação (Apêndice A), destacando aspectos importantes sobre a autogestão, coletividade, associativismo, processos produtivos e situações não verbalizadas que surgiram no decorrer do processo de observação envolvendo as participantes e objeto deste estudo.

Sob essa perspectiva, a utilização desse instrumento permitiu analisar os comportamentos das participantes, observando os fatos e fenômenos existentes no convívio em grupo, e na maneira como o trabalho coletivo se estabelece para desenvolvimento das atividades produtivas, sem haver interferência ou participação nos resultados.

4.4.3.2 Questionário

O Questionário é um instrumento compreendido por uma série ordenada de perguntas que devem ser respondidas por escrito pelo informante (respondente). Tem como objetivo trazer ao investigador respostas para o estudo de maneira simples e direta (Prodanov; Freitas, 2013).

Gil (2008), entende questionário como,

[...] um conjunto de questões que são respondidas por escrito pelo pesquisado. A elaboração de um questionário consiste basicamente em traduzir os objetivos específicos da pesquisa em itens bem redigidos. Não existindo normas a respeito para a sua elaboração. Todavia, é possível, com base na experiência dos pesquisadores, definir algumas regras práticas. (Gil, 2008, p. 114)

Complementando a ideia de Gil (2008), Marconi e Lakatos (2003, p. 201) definem questionário como sendo “um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador”.

Desta forma, a aplicação do questionário possui o intuito de preencher as lacunas, previamente existentes, a partir dos dados coletados pela observação sistemática e de levantar dados acerca dos aspectos econômicos e produtivos da associação, dados estes, que não forem revelados com o processo de observação sistemática, que possam ajudar a esclarecer melhor o objeto da investigação. Vale ressaltar que o questionário não terá campo para identificação, preservando o anonimato das participantes. Esse formato possibilitará efetividade e rapidez na devolutiva de respostas (Gil; 2008).

O questionário foi elaborado com questões fechadas de múltipla escolha, conforme o Apêndice B, visando permitir aos respondentes maior possibilidade de expressão de suas impressões sobre o fenômeno estudado. Para as questões fechadas foi utilizada a Escala Likert²⁴ de avaliação, tendo sido aplicado para as 51 mulheres nos diversos grupos

²⁴ A escala Likert é uma ferramenta fundamental na pesquisa de opinião e nas ciências sociais, amplamente utilizada para medir atitudes, opiniões e sentimentos de respondentes em relação a um determinado tópico. Ela foi desenvolvida por Rensis Likert, um psicólogo social, e sua definição é essencial para compreender seu uso generalizado.

produtivos do Território. Os questionários foram aplicados por meio da plataforma *Google docs*, cujo link foi disponibilizado por meio de aplicativo multiplataforma de mensagens instantâneas - Whatsapp, e por emails das participantes.

4.4.3.3 Entrevistas

As Entrevistas semiestruturadas têm a finalidade de obter informações de entrevistados sobre um determinado tema/assunto, por meio de uma conversa planejada seguida por um roteiro e por indagações (Boni; Quaresma, 2005). As entrevistas semiestruturadas combinam perguntas abertas e fechadas, em que o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto, por meio de um conjunto de questões previamente definidas, em uma conversa, seja ela formal, seja informal (Sousa; Santos, 2020).

De acordo Gil (2008, p. 117), o processo da entrevista, pode ser entendido como a técnica que envolve duas pessoas numa situação “face a face” e em que uma delas formula questões e a outra responde.

Essa técnica apresenta uma maior flexibilização, tanto que, pode assumir diversas formas. A estratégia para a realização de entrevistas em levantamento deve considerar duas etapas fundamentais: a especificação dos dados que se pretendem obter e a escolha e formulação das perguntas (Gil; 2008, p. 117).

Ainda conforme o autor supracitado (2008, p. 118), a entrevista semiestruturada é guiada por relação de pontos de interesse que o investigador vai explorando ao longo do seu curso,

Para tanto, é preciso obedecer às regras de exaustividade (deve-se esgotar a totalidade da comunicação, não omitir nada); representatividade (a amostra deve representar o universo); homogeneidade (os dados devem referir-se ao mesmo tema, serem obtidos por técnicas iguais e colhidos por indivíduos semelhantes); pertinência (os documentos precisam adaptar-se ao conteúdo e objetivo da pesquisa) e exclusividade (um elemento não deve ser classificado em mais de uma categoria).

Rensis Likert define a escala Likert da seguinte maneira: "A escala Likert é uma técnica psicométrica que envolve a apresentação de uma série de afirmações ou perguntas aos respondentes, que devem indicar o grau de concordância ou discordância em relação a cada uma dessas afirmações por meio de uma escala de resposta (Likert., 1932).

Desta forma, o propósito das entrevistas é descobrir as questões implícitas, onde o respondente é induzido a comentar sobre suas crenças, atitudes e informações subjacentes ao tema em estudo (Malhotra et al, 2005). Para auxiliar a entrevista foi elaborado um roteiro flexível (Apêndice C) com perguntas abertas, que incentivou o discurso das entrevistadas a respeito de alguns pontos previamente considerados relevantes.

Por fim, as entrevistas foram realizadas com 11 mulheres, mulheres estas, escolhidas pelos grupos para representá-los. As entrevistadas foram previamente contatadas para agendamento e esclarecimento dos objetivos da pesquisa e os procedimentos que seriam adotados para sua realização. Cada participante assinou um “Termo de Livre Consentimento” (Apêndice D), e todas as entrevistadas tiveram seus áudios gravados já que as entrevistas foram realizadas via WhatsApp devido a difícil localização de algumas comunidades. Os áudios, posteriormente, foram transcritos respeitando ao máximo a fidelidade dos relatos, com o objetivo preservar o discurso original, as variedades linguísticas das participantes.

4.5 TÉCNICAS PARA ANÁLISE DE DADOS

Nesta seção, descrevemos os procedimentos relacionados à técnica de análise de conteúdo que foi utilizada nesta pesquisa como procedimento no tratamento e análise dos dados, buscando a melhor compreensão dos dados qualitativos e quantitativos que foram levantados por meio da observação direta, levantamento documental, aplicação do questionário e entrevistas semiestruturadas.

A etapa do processo de análise de dados é um momento de extrema relevância para a pesquisa, pois os dados coletados devem ser devidamente organizados e classificados, para que possam trazer maior clareza para a análise, a fim de garantir ao pesquisador o respaldo necessário para elucidar os seus questionamentos.

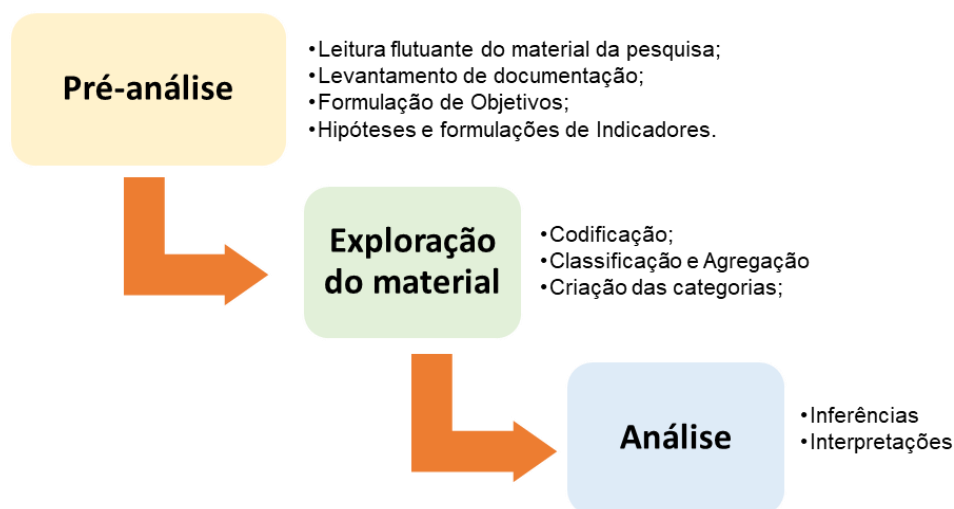
O processo de análise e interpretação é fundamentalmente iterativo, pois o pesquisador elabora pouco a pouco uma explicação lógica do fenômeno ou da situação estudados, examinando as unidades de sentido, as interrelações entre essas unidades e entre as categorias em que elas se encontram reunidas. (GIL, 2008, p. 90)

Destarte, no intuito de encontrar sentido para as falas e ações, para análise dos dados qualitativos utilizaremos o esquema da análise de conteúdo que, conforme Bardin (2011, p. 42),

“representa um conjunto de técnicas de análise das comunicações que visam a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e recepção dessas mensagens”.

A técnica de pesquisa Análise de Conteúdo defendida por Bardin (2011) se estrutura em três fases: 1) pré-análise; 2) exploração do material, categorização ou codificação; 3) tratamento dos resultados, inferências e interpretação. A validade dos achados da pesquisa é resultante de uma coerência interna e sistemática entre essas fases, cujo rigor na organização da investigação inibe ambiguidades e se constitui como uma premissa fundante (Sousa; Santos, 2020).

Figura 13 – Fases da Análise de Conteúdo



Fonte: Adaptado de Bardin (2011);

Para apreciação e análise de conteúdo, foi utilizado, neste estudo, o método de análise temática que para Minayo (2007, p. 316), “consiste em descobrir os núcleos de sentido que compõem uma comunicação cuja presença ou frequência signifique alguma coisa para o

objetivo analítico visado”. Foram empregados como suportes de código linguístico - as notas da pesquisa de campo, as anotações da observação sistemática, os documentos e os questionários, e, como código oral – as entrevistas semiestruturadas.

As categorias de análise, segundo Minayo (2007, p. 298), devem ser estruturadas obedecendo aos seguintes princípios:

As categorias são estabelecidas com base em critério único; as categorias estabelecidas propiciam respostas às questões orientadoras da pesquisa; as categorias são mutuamente exclusivas - ou seja, as respostas às questões somente podem ser alocadas a uma categoria específica.

Abordando a questão com uma maior amplitude, Bardin (2011, p. 139) postula que,

[...] as categorias devem possuir certas qualidades como: exclusão mútua – cada elemento só pode existir em uma categoria; homogeneidade – para definir uma categoria, é preciso haver só uma dimensão na análise. Se existem diferentes níveis de análise, eles devem ser separados em diferentes categorias; pertinência – as categorias devem dizer respeito às intenções do investigador, aos objetivos da pesquisa às questões orientadoras, às características da mensagem, etc.; objetividade e fidelidade – se as categorias forem bem definidas, se os temas e indicadores que determinam a entrada de um elemento numa categoria forem bem claros, não haverá distorções devido à subjetividade dos analistas; produtividade – as categorias serão produtivas se os resultados forem férteis em inferências, em hipóteses novas, em dados exatos.

No modelo de Bardin (2011), o pesquisador busca compreender as características, estruturas ou modelos que estão por trás dos fragmentos de mensagens tomadas em consideração. O esforço do analista é, então, duplo: entender o sentido da comunicação, como se fosse o receptor normal, e, principalmente, desviar o olhar, buscando outra significação, outra mensagem, passível de se enxergar por meio ou ao lado da primeira (Silva; 2005)

Nesse sentido, ao apresentarmos nos capítulos 2 (dois) e 3 (três) do referencial teórico os aspectos que compõem o processo de produção e difusão do conhecimento nas práticas associativas e sua relação com o processo de construção do empoderamento individual e/ou coletivo das mulheres rurais, buscamos relacionar tais aspectos com os objetivos da pesquisa, definindo as categorias de subcategorias de análise, bem como, a definição dos indicadores que foram observados a partir do trabalho de campo e na coleta de dados e

informações da presente pesquisa. Destarte, as categorias de análise para este estudo foram definidas conforme quadro abaixo.

Quadro 6 - Matriz de Análise de Conteúdo

NÚCLEOS DE SENTIDO		UNIDADES DE REGISTRO	UNIDADES DE CONTEXTO
CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	TEMAS	QUESTÕES DE PESQUISA
Produção e Difusão do Conhecimento	Sociabilização das Informações;	Processos de sociabilização e externalização das práticas associativas;	Questões 05, 06 e 07 do questionário
	Compartilhamento das experiências;		Participação em cursos de formação;
	Sistematização de Conhecimentos;	Construção de saberes coletivos;	
	Agregação de conhecimento	Aquisição de novos conhecimentos;	
Práticas associativas rurais	Adesão aos princípios da ECOSOL;	Concepção de cooperação, autogestão e associação;	Análise de documentos;
	Organização do processo produtivo;		Experiências Individuais vivenciadas e externalizadas;
	Melhoria do processo de aprendizagem;		
		Interesse em adquirir novos conhecimentos;	Questões 02 e 03 do roteiro de entrevista;
Empoderamento Individual e/ou coletivo	Acesso à educação, saúde e trabalho;	Direito de frequentar espaços educacionais formativos e informativos;	Questões 12, 13, 14, 15 e 16 do questionário
	Participação em conselhos		

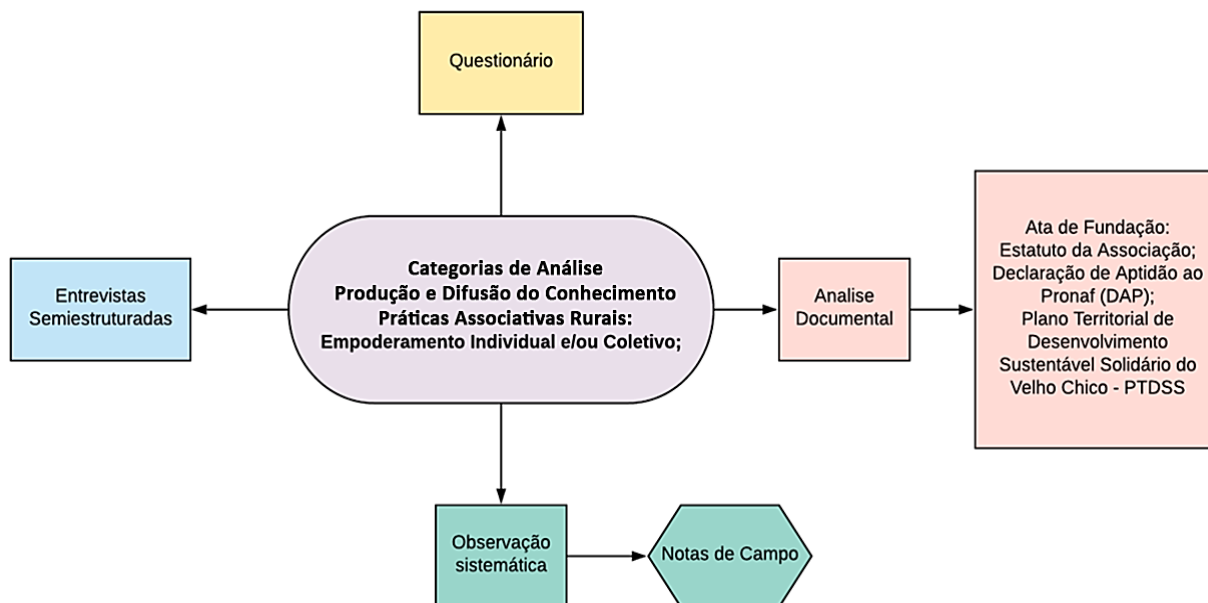
	<p>comunitários;</p> <p>Vivências Igualitárias no âmbito familiar e comunitário</p>	<p>Envolvimento / participação em mobilizações populares;</p> <p>Vivências igualitárias no âmbito familiar e participação em Conselhos comunitários;</p> <p>Participação nas tomadas de decisão no âmbito familiar e grupai;</p> <p>Busca da dignidade e qualidade de vida</p>	<p>Questões 06, 07 e 08 do roteiro de entrevista;</p>
--	---	--	---

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de Bardin (2011).

Destarte, no processamento de análise levamos em consideração os dados que foram recolhidos com a utilização de múltiplos instrumentos, o que permitiu a triangulação das informações, visando à sustentação dos resultados e das conclusões sobre o fenômeno estudado.

A partir das afirmações feitas por Yin, o uso de múltiplas fontes de evidências e de variados instrumentos de pesquisa, permite ao pesquisador fazer “a triangulação de questões, comportamentos e atitudes, sempre se levando em conta as linhas convergentes de análise e interpretação das informações recolhidas, favorecendo a corroboração do mesmo fenômeno” (Yin; 2010, p. 121). Neste sentido, a triangulação dos dados permitiu combinar métodos e fontes de coleta de dados qualitativos no intuito de contribuir para estimular novas maneiras de capturar um problema para equilibrar com os métodos convencionais de coleta de dados (Azevedo; Oliveira; Gonzalez; Abdalla, 2013), como podemos observar na figura a seguir:

Figura 14 - Convergência das várias fontes de evidência



Fonte: Elaborada pela autora (2023).

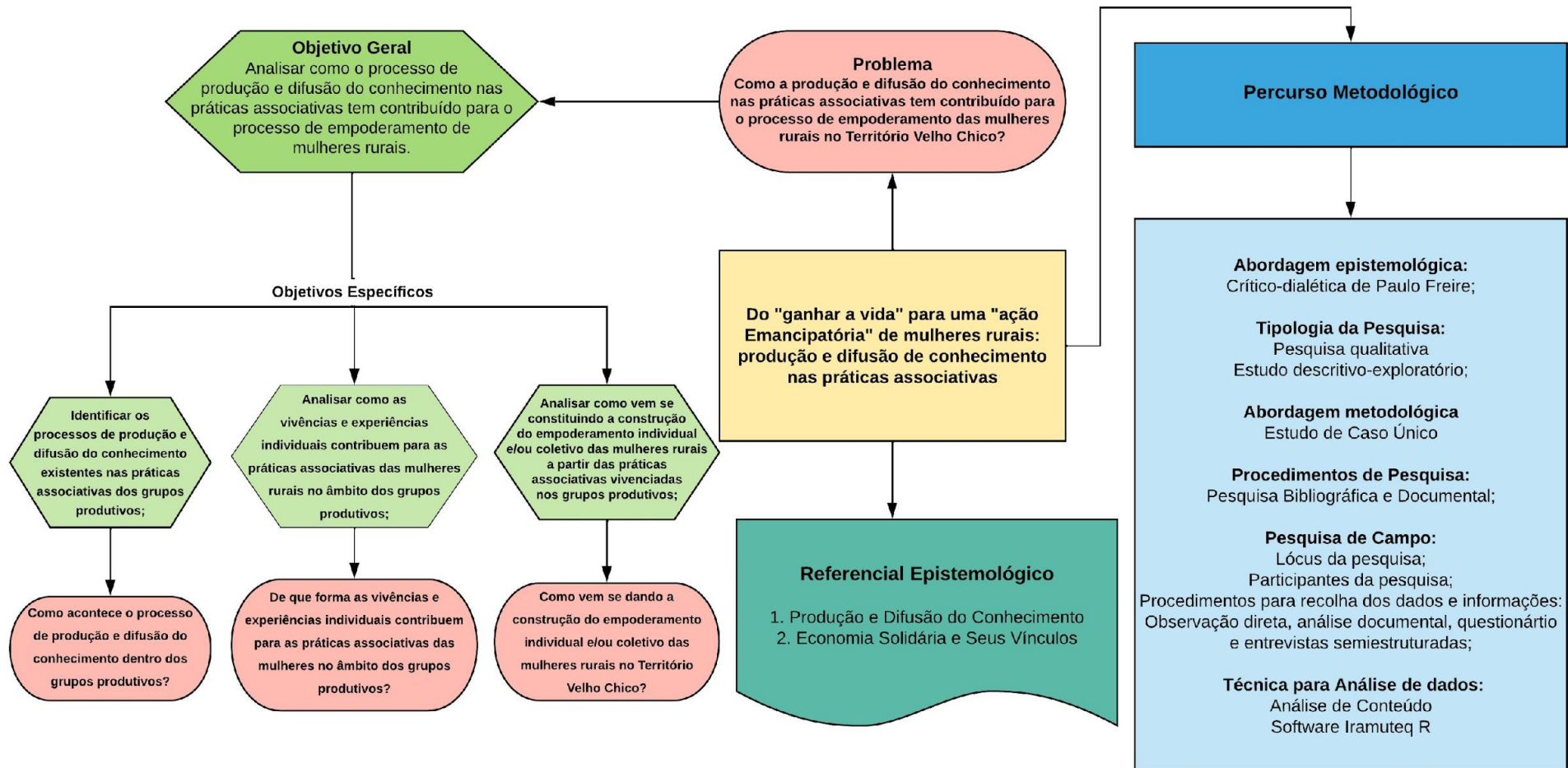
Para realizar a classificação e organização dos documentos, análise do material, assim como, o processo de interpretação dos dados qualitativos que foram recolhidos em campo, combinamos a análise de conteúdo ao software de análise de dados Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires (IRAMUTEQ)²⁵. A escolha dessa ferramenta justifica-se, pelo fato deste software proporcionar recursos que oferece suporte à abordagem de análise de dados qualitativos, contemplando as especificidades dos procedimentos de recolha de dados, adequando-se à técnica de análise de conteúdo, assim como, permite organizar análises estatísticas textuais, análises de similitude, dentre outras possibilidades (Camargo; Justo, 2013).

Face ao exposto, tal estudo, não pode ser considerado como uma certeza única sobre o tema, uma vez que este leva em consideração os resultados que foram obtidos dentro do universo

²⁵ O **IRAMUTEQ** é um *software* gratuito e desenvolvido sob a lógica da *open source*, licenciado por GNU GPL (v2). Ele ancora-se no ambiente estatístico do *software* R e na linguagem *python*. Este programa informático viabiliza diferentes tipos de análise de dados textuais, desde aquelas bem simples, como a lexicografia básica (cálculo de frequência de palavras), até análises multivariadas (classificação hierárquica descendente, análises de similitude). Ele organiza a distribuição do vocabulário de forma facilmente compreensível e visualmente clara (análise de similitude e nuvem de palavras). Fonte: CAMARGO; JUSTO, 2013. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2013000200016. Acessado em: agosto de 2023.

de um estudo de caso único sobre a tríade da produção e difusão do conhecimento – práticas associativas – empoderamento individual e/ou coletivo de mulheres rurais. Todavia, não podemos negligenciar sua importância para o entendimento das nuances que permeiam os aspectos desta relação, bem como, o seu impacto no mundo das mulheres rurais.

Figura 15 – Mapa Conceitual da Pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

**5 PRÁTICAS ASSOCIATIVAS NA ECOSOL COMO INSTRUMENTO DE
PRODUÇÃO E DIFUSÃO DO CONHECIMENTO**

*“Pela práxis, os sujeitos constroem e reconstroem o conhecimento coletivamente,
fortalecendo assim sua ação transformadora.”*

(Paulo Freire)

Neste capítulo, discorreremos sobre os aspectos essenciais das práticas associativas na Economia Solidária (ECOSOL) como um instrumento fundamental de produção e difusão do conhecimento, focando nas práticas associativas e a criação do conhecimento, para em seguida abordamos sobre as práticas como comunidades de prática, explorando como essas práticas associativas na ECOSOL se tornaram centros dinâmicos de aprendizado colaborativo, compartilhamento de expertise e difusão de saberes, contribuindo assim para o desenvolvimento sustentável e a transformação das comunidades envolvidas.

Assim, conforme exposto na seção 4.5, da abordagem metodológica de análise e interpretação dos dados e a técnica de análise de conteúdo, e conforme a categoria Produção e Difusão do Conhecimento, e as subcategorias - Sociabilização das Informações; Compartilhamento das experiências; Sistematização de Conhecimentos e Agregação de conhecimento, refletimos e direcionamos a análise ao objetivo específico 1 que versa sobre - Identificar os processos de produção e difusão do conhecimento dentro dos grupos de mulheres no Território Velho Chico.

Na subseção seguinte, apresentamos o processo das práticas associativas como comunidades de prática, destacando a categoria Práticas Associativas na ECOSOL como Comunidades de Prática, e as subcategorias - Adesão aos princípios da ECOSOL; Melhoria dos Processos de Aprendizagem e Organização dos Processos Produtivos; refletindo sobre os elementos no fazer colaborativo e cotidiano dos grupos de mulheres, e direcionando a análise ao objetivo específico 2 que trata sobre - Analisar como as vivências e experiências individuais contribuem para as práticas associativas das mulheres no âmbito dos grupos produtivos.

5.1 AS PRÁTICAS ASSOCIATIVAS E A CRIAÇÃO DE CONHECIMENTO

No contexto holístico e contemporâneo ao qual vivenciamos, pode-se afirmar que a gestão do conhecimento é um campo que se concentra na criação, compartilhamento e aplicação eficaz do conhecimento nas organizações. Para além dos espaços organizacionais, a GC desempenha um papel vital na promoção da aprendizagem ao longo da vida, na inovação e no compartilhamento de conhecimento. No caso dos grupos associativos, podemos afirmar que a gestão do conhecimento se constitui em uma ferramenta valiosa para entender

como as mulheres rurais podem se tornar agentes ativas na geração e aplicação do conhecimento em suas realidades locais, já que as práticas associativas envolvem interações sociais significativas entre os membros.

Neste sentido, a compreensão do conhecimento na sociedade configura-se pelo estabelecimento das relações sociais do indivíduo com o contexto da organização social (Moreira; 2018, p. 56). Perpassa por uma história, identidade, visão de pertencimento do sujeito situado no grupo, seja na rotina cotidiana referente a motivação individual ao meio econômico, político ou social no desenvolvimento do processo de sistematização e estabelecimento da construção do pensamento para desencadeamento do conhecimento (Castoriadis; 2000).

Aprofundando o tratamento da questão, Fróes Burnham considera que,

No chamado mundo global, a rapidez com que a informação e o conhecimento se disseminam traz significativas mudanças para as relações econômicas, políticas e socioculturais. Tal rapidez, porém, depende das condições que as tecnologias de informação e comunicação proporcionam não só ao tráfego, mas também à produção, ao armazenamento, ao acesso e à recuperação dessa informação e desse conhecimento. (Fróes Burnham; 2000, p. 3).

Fróes Burnham, em sua fala destaca a influência da disseminação rápida de informações e conhecimentos, impulsionada pelas tecnologias de informação e comunicação (TICs), nas relações econômicas, políticas e socioculturais no contexto do mundo globalizado. A análise nos permite compreender o impacto profundo que a aceleração da circulação de informações tem em várias esferas da sociedade.

A autora ainda reconhece que as TICs desempenham um papel central na velocidade com que a informação e o conhecimento se disseminam. Essas tecnologias têm a capacidade de conectar pessoas e organizações em todo o mundo, facilitando a troca instantânea de informações. A referência ao "mundo global" aponta para a natureza interconectada da sociedade contemporânea, permitindo que informações e conhecimentos circulem de forma rápida e ampla. Isso afeta não apenas as relações econômicas, mas também as esferas política e sociocultural, criando uma rede global de influência e interdependência.

Interpolando uma posição mais completa, Galeffi (2011), afirma que a transmissão e a difusão do conhecimento são diferentes, pois, a transmissão do conhecimento não garante a sua compreensão e uso como potência transformadora.

Conforme Galeffi,

[...] a difusão do conhecimento pode ser descrita como a disponibilização pragmática de um processo produtivo sistematizado, tendo em vista a operação de apropriação da parte de todos os que possam acessar o que está sendo difundido como conhecimento do fazer e do saber fazer, ou do conhecer e do saber conhecer próprios de um determinado setor das atividades humanas. A difusão, assim, responde ao imperativo do conhecimento implicado com o desenvolvimento humano sustentável [...]. (Galeffi, 2011, p. 31)

Segundo Galeffi (2011), a difusão do conhecimento deve ser vista como um processo que envolve tornar disponível um conjunto sistematizado de informações e práticas relacionadas a um determinado campo de atividades humanas. Ainda conforme Galeffi (2011), o objetivo dessa difusão é permitir que um público amplo possa acessar e apropriar-se desse conhecimento, tanto no que se refere ao "fazer" quanto ao "saber fazer" e ao "conhecer" e "saber conhecer". Além disso, a citação enfatiza que a difusão do conhecimento está intrinsecamente ligada ao desenvolvimento humano sustentável.

Apresentando um posicionamento diferente de Galeffi (2011), para Burnham et. al. (2012), a difusão do conhecimento se vincula “à processos e procedimentos que visem a divulgação, propagação e multiplicação do conhecimento para todos, possibilitando assim, o desenvolvimento de grupos ou comunidades no seu fazer, saber fazer, conhecer ou saber conhecer” (Burnham et al; 2012, p. 419).

Burnham (2012), enfatiza a importância da difusão do conhecimento como um processo fundamental para o desenvolvimento de grupos ou comunidades, promovendo o "fazer", o "saber fazer", o "conhecer" e o "saber conhecer". Essa abordagem destaca a importância da difusão do conhecimento como um processo essencial para capacitar grupos ou comunidades, promovendo seu desenvolvimento em várias dimensões do conhecimento e da ação.

Esse processo é fundamental para empoderar as pessoas, promover a aprendizagem prática e crítica e melhorar a capacidade das comunidades de enfrentar desafios e oportunidades em seu ambiente. A difusão do conhecimento, conforme mencionada pela autora, refere-se à divulgação, propagação e multiplicação do conhecimento de forma acessível e aberta a todos os interessados. Isso implica a transmissão não apenas de informações, mas também de competências, habilidades e saberes práticos.

Conforme Burnham et al. (2012), “a base da relação entre a informação e o conhecimento representa, não apenas para os chamados trabalhadores do conhecimento, mas praticamente para toda e qualquer atividade humana”. Nessa perspectiva, conforme os autores,

Mesmo naquelas atividades que são cunhadas como trabalho manual, também se trabalha com essas formas de representação da realidade, ainda que sejam tarefas concretas, rotineiras, as quais são normalmente consideradas como atividades sem maiores desafios intelectuais. Transforma-se dado em informação e conhecimento e esses em sabedoria, irrespectivamente de uma hierarquia. Mas para que essas transformações ocorram no âmbito pessoal, profissional ou social da vida das pessoas, necessita-se vivenciar, experienciar processos de construção – intra/inter ou transsubjetivos (Fróes Burnham et al. 2005), seja na esfera individual ou coletiva, privada ou pública (Burnham et al; 2012, p. 310).

Fróes Burnham (2012), em sua fala, enfatiza a importância do conhecimento, da informação e da sabedoria mesmo em atividades tradicionalmente consideradas como trabalho manual ou tarefas rotineiras. A autora destaca a relevância do conhecimento, da informação e da sabedoria em todas as esferas da atividade humana, independentemente da natureza da tarefa. Ela reconhece que a transformação de dados em sabedoria é um processo complexo e dinâmico que envolve experiência e construção, e que não segue uma hierarquia estrita. Isso reforça a ideia de que o conhecimento é uma ferramenta poderosa para o desenvolvimento pessoal e social, independentemente do contexto.

Ambas as falas, tanto de Galeffi (2011) quanto de Fróes Burnham (2012), convergem na ideia central de que o conhecimento é dinâmico e relevante em diversas esferas da vida. No entanto, divergem em relação ao foco, ao contexto e à abordagem específica ao discutir como o conhecimento é transformado e difundido. Galeffi (2011), explora a difusão do conhecimento em um contexto mais amplo de desenvolvimento humano sustentável,

enquanto Fróes Burnham (2012), enfatiza a importância do conhecimento nas atividades cotidianas.

Santos e Hanaque (2017), possuem pensamentos uniformes aos autores supracitados quando afirmam que “o processo de geração do conhecimento e de inovação implica no desenvolvimento de capacitações científicas, tecnológicas e organizacionais e esforços substanciais de aprendizado com experiência própria” (Santos; Hanaque, 2017, p. 107). Ainda conforme as autoras, o mais importante além do acesso à informação e um conjunto de habilidades, é fundamental ter a capacidade de adquirir novas habilidades e gerar novos conhecimentos além de disponibilizá-los para toda a organização (Santos; Hanaque, 2017).

Santos e Hanaque, em sua fala, afirma que o sucesso organizacional não depende apenas de um conjunto estático de habilidades e informações, mas também da capacidade de aprender continuamente, de gerar novos conhecimentos e de compartilhá-los de maneira eficaz. Isso reflete a importância da gestão do conhecimento como um processo dinâmico e estratégico nas organizações contemporâneas.

Esse novo paradigma social que emerge trazendo a sociedade da informação (Castells, 2003), a sociedade do conhecimento (Hargreaves; 2003) e a sociedade da aprendizagem (Pozo; 2004), traz também “o conhecimento como um recurso flexível, com intenso fluxo de informações, onde as barreiras de tempo e de espaço são rompidas de modo a abrir espaço para uma nova era que oferece múltiplas possibilidades de aprender” (Moreira; 2018, p. 56).

Ainda conforme a autora supracitada, “as práticas sociais para a difusão do conhecimento em uma sociedade cujo desenvolvimento das inovações e tecnologias, sob o processo na comunicação com o mundo, em uma relação de interação e integração na dimensão cidadã” (Moreira; 2018; p. 56), podem levar a reflexão de atitudes e ações do ser social numa visão epistemológica e ontológica (Takeuchi; Nonaka, 2008). Trata-se do processo de conhecimento e construção da realidade que acontece pela concretização do novo, que superando a contradição, supera a si mesmo (Moreira; 2018, p. 57).

Para muitos pesquisadores como Santos, Hanaque, Menezes e Pessoa (2018), o conceito de difusão é polissêmico. Desta forma, prescinde então de mecanismos e canais de compartilhamento que levem em consideração as diversas formas de linguagem e culturas de cada sujeito, grupo ou comunidade epistêmica (Santos; Hanaque; Menezes; Pessoa, 2018). Neste sentido, “a difusão do conhecimento estaria assim, comprometida com um movimento de práxis, de busca e compromisso com o desenvolvimento humano” (Santos; Hanaque; Menezes; Pessoa, 2018. p. 102).

Abarcando a posição de Santos, Hanaque, Menezes e Pessoa, mas adicionando outras características, Jesus (2020) afirma que “a difusão do conhecimento não deve ser vista como mera transmissão de informações, mas como um processo capaz de tornar o conhecimento ferramenta útil para o desenvolvimento das pessoas e, conseqüentemente, das organizações” (Jesus; 2020, p. 45). Ainda conforme a autora, é importante compreender a difusão do conhecimento como um “processo dinâmico, organizado, de socialização e interação de conhecimentos que integram as experiências dos indivíduos, possibilitando a construção colaborativa de um novo conhecimento” (Jesus; 2020, p. 46).

Para Jesus (2020), a difusão do conhecimento é um processo dinâmico e estratégico que vai além da simples transferência de informações. Ela destaca a capacidade transformadora do conhecimento quando usado de forma eficaz e como uma ferramenta para o desenvolvimento pessoal e organizacional. Essa perspectiva é crucial para entender como o conhecimento pode ser alavancado para melhorar a eficiência, a inovação e o sucesso em um ambiente cada vez mais orientado pelo conhecimento.

Sob essa perspectiva, faz-se imprescindível compreender que “a difusão do conhecimento sobre a própria Economia Solidária é importante pois ela fornece subsídios ao planejamento de curto, médio e longo prazo às instituições públicas e privadas e aos próprios EES” (Vieira; Foresti; Rosa, 2016, p. 36). Para tanto, a ECOSOL e os EES's precisam saber tirar proveito da internet, das redes sociais, de parcerias globais, afinal, a rede abre uma ampla possibilidade de disseminação do conhecimento criado. Ao mesmo tempo, os EES's devem agregar valor aos seus produtos e habilitar seus membros a ampliarem sua capacidade através da criação e difusão do conhecimento.

Tyguel (2011) afirma que na Economia Solidária os fluxos de informação são diferenciados,

[...] são uma maneira de fortalecer a transformação social e econômica rumo a uma sociedade sustentável, solidária, justa e diversa. É uma forma para atingir os objetivos da ECOSOL através da cooperação, o conhecimento livre, a autogestão e a circulação sem concentração dos conhecimentos. (Tyguel; 2011, p. 21-22)

As postulações disponibilizadas até o momento, nos permite afirmar que o processo de cooperação dos processos relacionados ao processamento e uso da informação ou a criação e difusão do conhecimento nas organizações ou empreendimentos solidários são distintos de uma organização tradicional, desde a coleta até a disseminação e uso.

No caso da ECOSOL, o processo de criação e difusão do conhecimento junto aos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES's) deve ser no intuito de propiciar aos associados a construção de um projeto de vida, além da produção de conhecimento que servirá como referência para a transformação da sua realidade social. Destarte, o conhecimento, por sua intencionalidade, deve ser construído pela práxis, a partir da prática cotidiana de sujeitos em processo de desenvolvimento individual e social (Santos; Hanaque; Menezes; Pessoa, 2018).

Ao trabalhar com o compartilhamento da informação e criação do conhecimento no contexto da Economia Solidária é mister pensar “na informação com base no princípio da cooperação” (Tyguel, 2011, p. 22). Neste sentido, o autor destaca como os fluxos de informação desempenham um papel central na Economia Solidária, impulsionando a cooperação, a autogestão, a disseminação equitativa do conhecimento e, em última análise, a transformação social e econômica. Enfatiza o compromisso da ECOSOL em construir uma sociedade mais justa e sustentável, onde o conhecimento e os recursos são compartilhados de forma a beneficiar a todos os membros da comunidade.

Assim, devemos pensar na abordagem holística da ECOSOL, que vai além da busca por resultados econômicos e se concentra no empoderamento individual e na transformação social. Isso implica que a criação e a difusão do conhecimento devem ser direcionadas para atender às necessidades e aspirações dos participantes, enquanto buscam a melhoria das condições de vida e a construção de um futuro mais promissor. Essa abordagem é

congruente com os princípios da Economia Solidária, que valoriza não apenas a prosperidade econômica, mas também a justiça social e o desenvolvimento humano.

Destarte, as práticas associativas desempenham um papel fundamental na produção e difusão de conhecimento. Ao facilitar a socialização, externalização, combinação e internalização do conhecimento, essas práticas promovem o aprendizado coletivo, a inovação e o desenvolvimento sustentável nas comunidades e grupos em que estão inseridas. Esse processo contribui não apenas para o desenvolvimento sustentável das áreas rurais, mas também para o empoderamento das mulheres, à medida que se tornam agentes ativas na criação e aplicação do conhecimento que influencia suas realidades.

Dentro dos grupos, as mulheres compartilham experiências práticas, habilidades tradicionais e conhecimentos tácitos sobre agricultura, técnicas de produção, preservação de alimentos e gestão de recursos naturais. Essa troca de experiências fortalece seu conhecimento implícito. À medida que as mulheres discutem e refletem sobre suas experiências, elas transformam o conhecimento tácito em explícito. As mulheres também combinam conhecimentos explícitos e internalizam novos aprendizados. Isso ocorre quando elas adaptam estratégias e técnicas compartilhadas em seus grupos associativos às suas necessidades locais específicas.

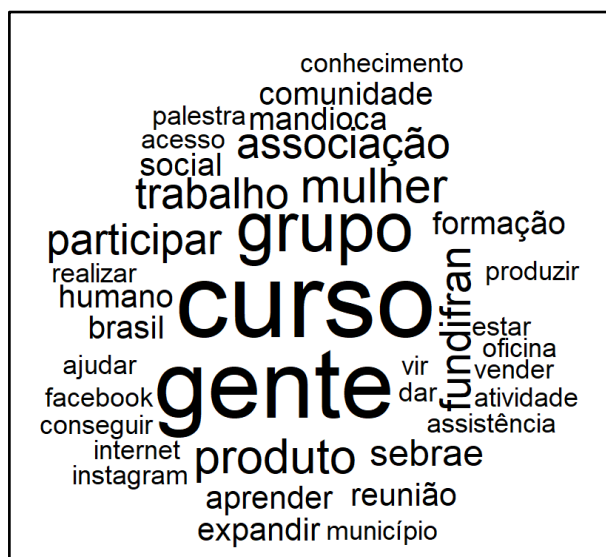
A partir do estatuto teórico pertinente à temática descrito até aqui, para análise da primeira categoria deste estudo, foram considerados os resultados do relatório das observações sistemáticas e análise documental, bem como, o Quadro 6 da tese, que organiza a matriz de análise de conteúdo dos instrumentos de pesquisa, estabelecidos na metodologia deste trabalho, como as respostas das questões das entrevistas realizadas com as representantes dos grupos/associações e, ainda, as respostas das questões dos questionários aplicados a todas as associadas dos 11 grupos investigados.

O corpus para análise do tema produção e difusão do conhecimento foi constituído por 11 unidades de contexto (total das questões do questionário e da entrevista), correspondentes às 11 entrevistas realizadas, separadas em 84 segmentos de texto, de onde emergiram 2895 ocorrências (palavras ou temas), sendo que 520 aparecem com uma única ocorrência; além

de permitir análise de similitudes e nuvem de palavras para melhor expressar as representações da apreciação dos documentos.

Essa análise visual pode ser útil para identificar tópicos ou temas recorrentes nas respostas das participantes e destacar as palavras-chave que refletem as preocupações ou ênfases mais importantes nos depoimentos coletados. É uma forma eficaz de resumir e visualizar as informações qualitativas de uma pesquisa de maneira concisa e informativa, conforme demonstra a figura abaixo.

Figura 16 - Nuvem de Palavras dos Processos de Produção e Difusão das Práticas Associativas



Fonte: Elaboração da Autora (2023), com apoio do Software IRAMUTEQ

Após as devidas investigações sobre os processos de produção e difusão do conhecimento no âmbito dos grupos, identificamos como principais características e estratégias de produção e difusão a participação dos grupos em feiras da agricultura familiar, a realização de reuniões, a promoção de cursos de formação, oficinas, palestras e assistência técnica através do apoio de entidades como “*Senar, FUNDIFRAN, SEBRAE e Humana Brasil*”.

A nuvem destaca a proeminência do termo "curso" na centralidade da nuvem, o que indica que essa palavra foi mencionada com mais frequência nas respostas das participantes. Além disso, outras palavras, como "grupo", "gente", "produto", "participar", "trabalho" e "associação", também são mencionadas com tamanhos significativos na nuvem, sugerindo

que esses conceitos estão intimamente relacionados aos depoimentos das participantes da pesquisa.

Os processos de socialização e compartilhamento dessa produção e disseminação no contexto das atividades associativas evidenciam o acesso limitado das mulheres envolvidas à internet, em parte devido à localização física das instalações dos empreendimentos, bem como a utilização de plataformas digitais como, “*Facebook e Instagram*”, para promover os produtos que elas fabricam. Além disso, fazem uso da internet para trocar experiências e manter diálogos entre as associadas, especialmente durante o período de pandemia.

Abordando a questão com maior amplitude, as falas das participantes da pesquisa corroboram a estrutura da nuvem de palavras. Isto porque, ao serem questionadas sobre quais instrumentos elas dispõem para a gestão e realização das suas atividades produtivas, quase todas responderam que têm acesso à internet, o que é fundamental para a comunicação e gestão de um empreendimento atualmente, bem como, mencionaram o uso da internet para realizar reuniões online, o que é uma maneira eficaz de manter a comunicação interna das associações, conforme trechos apresentados a seguir:

“Conseguimos realizar reuniões online pela internet, todas temos Internet em casa e nas nossas instalações coletivas. Participamos de cursos e oficinas com o SEBRAE de Marketing Digital e com o Senar de criação de galinha poedeira. Participamos de cursos como ATER Mulher, de ‘produto de mandioca para biscoito’ promovido pelo SEBRAE e por último tivemos o apoio da Humana Brasil” (Notas de Campo, 2023, Entrevistada A).

“temos acesso fácil à internet, mas nós ainda não temos um Instagram. O meio utilizado para divulgar nosso trabalho é o whatsapp. Nossa página no Facebook está desatualizada” (Notas de Campo, 2023, Entrevistada B).

Apresentando um tratamento mais aprofundado da questão, a fala da *Entrevistada C*, traz aspectos importantes para entendermos como se dá o fazer colaborativo dentro dos grupos e, conseqüentemente, os processos de produção e difusão do conhecimento, quando a mesma diz:

*[...] Tivemos muitos cursos de formação, cursos de aprendizagem, foram vários, não tem nem como citar quantos. Agora, quando **a gente saía pra***

aprender fora, a gente chegava e passava para o restante do grupo. Por exemplo, se a gente fosse fazer uma receita de aprender os derivados da mandioca quando a gente retornava a gente vinha, fazia na nossa associação para conseguirmos dividir aquele conhecimento, aquela aprendizagem. O grupo é bem organizado. Hoje o nosso grupo é bem reconhecido no município, somos convidadas quando tem eventos, convidada pelo outros grupos pra estar falando do nosso trabalho, dando depoimento das nossas experiências. Então já está bem expandido o nosso trabalho. E também nosso trabalho, por causa desses movimentos a gente participava, é expandido em vários Estados, já fomos em cursos, palestras, em vários estados o que fez expandir muito esse conhecimento pra nós e nos ajudou muito (grifo nosso, Notas de Campo, 2023, Entrevistada C).

As falas das entrevistadas, assim como a nuvem de palavras, contêm informações importantes sobre o acesso e o uso de instrumentos e recursos para realização das atividades de produção, gestão do empreendimento e comercialização dos produtos, bem como, suas experiências em participar de cursos e eventos.

O relato apresentado reflete claramente a aplicação dos princípios da Teoria da Gestão do Conhecimento em um contexto prático. No relato, é evidente que o conhecimento está sendo socializado dentro do grupo. Quando as integrantes participam de cursos e eventos externos para adquirir conhecimento, elas retornam ao grupo e compartilham o que aprenderam. Esse processo de socialização é fundamental para transformar conhecimento tácito em explícito, conforme sugerido por Nonaka e Takeuchi (2008).

Ainda conforme a *Entrevistada C*, quando o grupo retorna de cursos e eventos, elas aplicam o conhecimento em sua associação. Isso implica na externalização do conhecimento adquirido, tornando-o parte do repertório de conhecimento do grupo. A entrevistada também menciona que o grupo é bem organizado e que seu trabalho é reconhecido, indicando que eles estão efetivamente combinando e integrando o conhecimento adquirido para benefício mútuo.

O relato faz menção também sobre como o grupo aplica o conhecimento para criar produtos derivados da mandioca. Isso demonstra a internalização do conhecimento adquirido, colocando-o em prática para alcançar resultados tangíveis. Além disso, a *Entrevistada C*, em sua fala, destaca a importância da expansão do conhecimento por meio da participação em cursos, palestras e eventos em diferentes estados. Isso está alinhado com a ideia de que

a gestão do conhecimento não se limita apenas ao aprendizado interno, mas também envolve a absorção de conhecimento externo e sua integração nas práticas organizacionais.

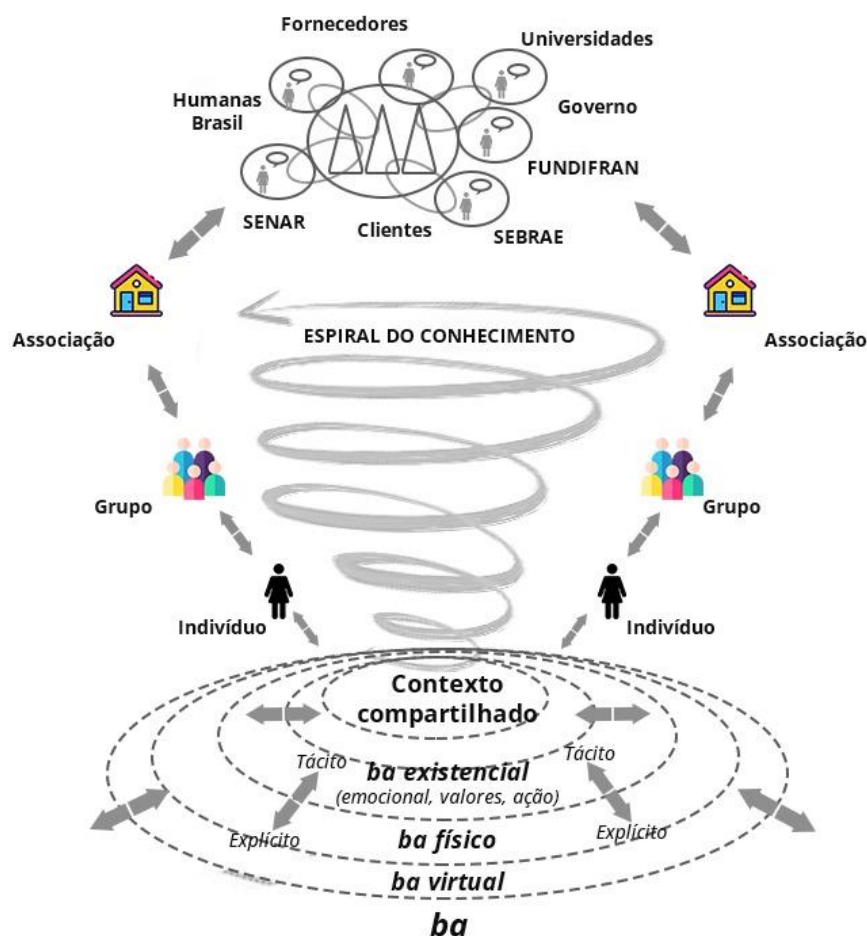
Destarte, a *Entrevistada C*, ilustra de maneira convincente como um grupo bem organizado utiliza os princípios da GC para criar, compartilhar e aplicar o conhecimento, resultando em reconhecimento, expansão do trabalho e melhoria contínua das práticas associativas rurais.

Por fim, analisando as falas das entrevistadas “A, B e C”, identificamos a presença de um “Ba” de interação social, quando as mulheres mencionam a participação em cursos e oficinas, onde estão imersas em um contexto de aprendizado colaborativo, desempenhando um papel crucial na aquisição de conhecimento. Além disso, a menção ao fortalecimento dos grupos e à expansão de atividades sugere que o “Ba” não se limita apenas à aquisição de conhecimento, mas também tem um impacto mais amplo nas dinâmicas do grupo e no crescimento das atividades.

Analisando o trecho da fala da *Entrevistada C* que diz “*Tivemos muitos cursos de formação, cursos de aprendizagem, foram vários, não tem nem como citar quantos. Agora, quando a gente saía pra aprender fora, a gente chegava e passava para o restante do grupo*”, podemos identificar a transição de um tipo de “Ba” para outro. Inicialmente, os indivíduos estão participando de cursos de formação e aprendizagem, o que pode ser considerado como um “Ba” de interação formal, onde o conhecimento é estruturado e transmitido por meio de cursos e treinamentos. Eles estão adquirindo conhecimento nesse contexto.

As falas das entrevistadas ilustram como o conhecimento é adquirido em um ambiente formal (cursos) e depois transformado e disseminado em um ambiente mais informal e colaborativo (associação), demonstrando como esses “Ba’s” interagem e contribuem para o ciclo de criação de conhecimento. Isso sugere uma abordagem evolutiva do “Ba”, onde a comunidade está buscando novas formas de interação e compartilhamento de conhecimento, conforme podemos observar na figura, a seguir:

Figura 17 - Representação do *Ba* nas Práticas Associativas Rurais



Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2023), Adaptado de Takeuchi; Nonaka (2008).

As falas, também indicam, a importância do diálogo e da troca de experiências como uma forma de construção de conhecimento. Isso está alinhado com a visão Freiriana de que a educação deve ser um processo dialógico no qual os indivíduos compartilham seus saberes e constroem conhecimento coletivamente.

Outro aspecto importante na análise das falas consiste na aprendizagem contextualizada, ao fazerem menção de “aprender fazendo”, como no exemplo da receita de derivados da mandioca, reflete a ideia de aprendizagem contextualizada e significativa. O que nos remete ao pensamento de Freire (2003), que em sua teoria, enfatiza a importância de conectar a aprendizagem à realidade dos sujeitos, tornando-a mais relevante e significativa.

Na concepção freiriana, a constituição humana envolve o entrelaçamento de processos teóricos e práticos.

É que o processo de orientação dos seres humanos no mundo envolve não apenas a associação de imagens sensoriais, como entre os animais, mas, sobretudo, pensamento-linguagem; envolve desejo, trabalho-ação transformadora sobre o mundo, de que resulta o conhecimento do mundo transformado (Freire, 1981, P. 42).

A afirmativa de Freire enfatiza a natureza dinâmica e ativa do conhecimento e da consciência, destacando a importância da experiência pessoal na construção do conhecimento. Fato este, perceptível nas práticas associativas das mulheres. Assim como defende o autor, cada indivíduo deve ser o sujeito ativo na construção do próprio conhecimento, ou seja, deve participar ativamente do processo de aprendizado, envolvendo-se em experiências significativas que o levem a compreender o mundo e a cultura de maneira crítica.

Neste sentido, conforme atesta Freire, o conhecimento não é um produto estático, pronto para ser transferido de uma pessoa para outra por meio de processos cognitivos desvinculados da experiência. Ele rejeita a ideia de que alguém pode conhecer a si mesmo, o mundo e a realidade apenas através do pensamento dos outros, classificando isso como um "falso saber" ou "conhecimento ingênuo".

Estabelecendo uma correlação com o nosso objeto de estudo, nas práticas associativas, o conhecimento não é algo estático, mas dinâmico e construído coletivamente. As mulheres rurais não adquirem conhecimento apenas por meio de processos cognitivos isolados, mas também por meio de suas experiências compartilhadas nas associações.

Da mesma forma que Freire ressalta a importância de não transferir passivamente o conhecimento de um indivíduo para outro, nas práticas associativas, as mulheres não apenas recebem conhecimento de terceiros, mas também o constroem ativamente por meio de trocas de experiências, aprendizado conjunto e colaboração. Elas se tornam "sujeitos do próprio conhecimento" ao participar ativamente das decisões, compartilhar saberes tradicionais e desenvolver novas habilidades.

Além disso, assim como Freire (2003) menciona que não se pode conhecer a si mesmo, o mundo e a cultura apenas pelo pensamento dos outros, destacando a importância da vivência e da prática como componentes essenciais do conhecimento, nos grupos produtivos, o conhecimento é frequentemente construído a partir das realidades vivenciadas, das experiências de cultivo, produção, organização e superação de desafios para essas mulheres. Isso se alinha com a ideia de que o conhecimento é resultado da interação ativa com o mundo e não apenas de teorias abstratas.

Destarte, assim como Freire enfatiza a importância da ação, da participação ativa e da construção coletiva do conhecimento, as práticas associativas das mulheres rurais, se constituem elementos centrais para que se tornam sujeitas do próprio conhecimento ao se envolverem ativamente em suas comunidades e grupos produtivos.

Desta forma, podemos inferir que o conhecimento não possui uma natureza estática, e a consciência não é desprovida de conteúdo. Ele não é resultante apenas de processos cognitivos que ocorrem à parte das experiências vivenciadas. Além disso, não pode ser transmitido passivamente de um indivíduo para outro. A compreensão de si mesmo, do mundo, da realidade, da cultura e de suas interações não pode ser obtida exclusivamente por meio do pensamento alheio.

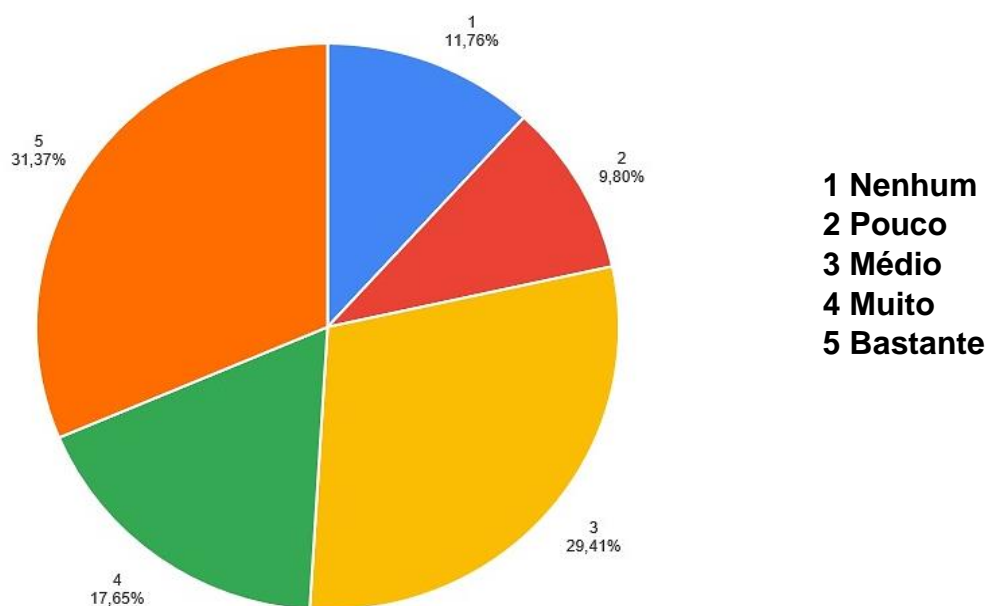
Corroborando com as questões discutidas até aqui que versa sobre o processo de produção e difusão do conhecimento, podemos destacar a fala da *Entrevistada A*, quando a mesma menciona que, “*após participar de cursos e capacitações, elas transferem esse conhecimento para o restante do grupo, promovendo a colaboração e o fortalecimento da associação*” (*Notas de Campo, 2023, Entrevistada A*). Essa prática de disseminação de conhecimento é essencial para o crescimento coletivo e o desenvolvimento sustentável dos empreendimentos.

As entrevistadas evidenciaram, também, um compromisso com a aprendizagem e aprimoramento constante. Elas mencionaram a participação em cursos oferecidos pelo SEBRAE e SENAR, com foco em marketing digital, criação de galinhas poedeiras e produtos de mandioca. Isso indica que estão buscando conhecimentos relevantes para melhorar suas habilidades e a qualidade de seus produtos.

Os aspectos identificados a partir das entrevistas podem ser verificados, através das respostas dos questionários quando direcionado ao tema produção e difusão do conhecimento. Isto porque, ao serem interpeladas sobre *“No seu entendimento, de 1 a 5 (onde 1 é nenhum e 5 é bastante), os grupos produtivos fazem uso das redes sociais (Facebook, Whatsapp, Instagram, Youtube etc) para interagir entre as associadas e compartilhar saberes?”*.

No universo de 51 respostas, 06 associadas responderam que o grupo não faz nenhum uso das redes sociais, representando 11,76% do universo pesquisado. 05 mulheres responderam que elas fazem pouco uso das redes sociais, representando 9,8% do total das respondentes. 15 mulheres responderam que fazem uso mediano das redes sociais para compartilhamento de saberes entre si, representando 29,41% das respostas. 09 mulheres afirmaram que fazem muito uso das redes sociais para compartilhamento de ações e saberes entre elas nos grupos, o que representa 17,65% das respostas. Por fim, 16 mulheres acreditam que há bastante uso das redes sociais para compartilhamento de saberes dentro das associações, representando 31,37% das respondentes, conforme gráfico abaixo.

Gráfico 01 - Uso das Redes Sociais para interação e compartilhamento de saberes entre as Associadas



Fonte: Elaborado pela autora (2023)

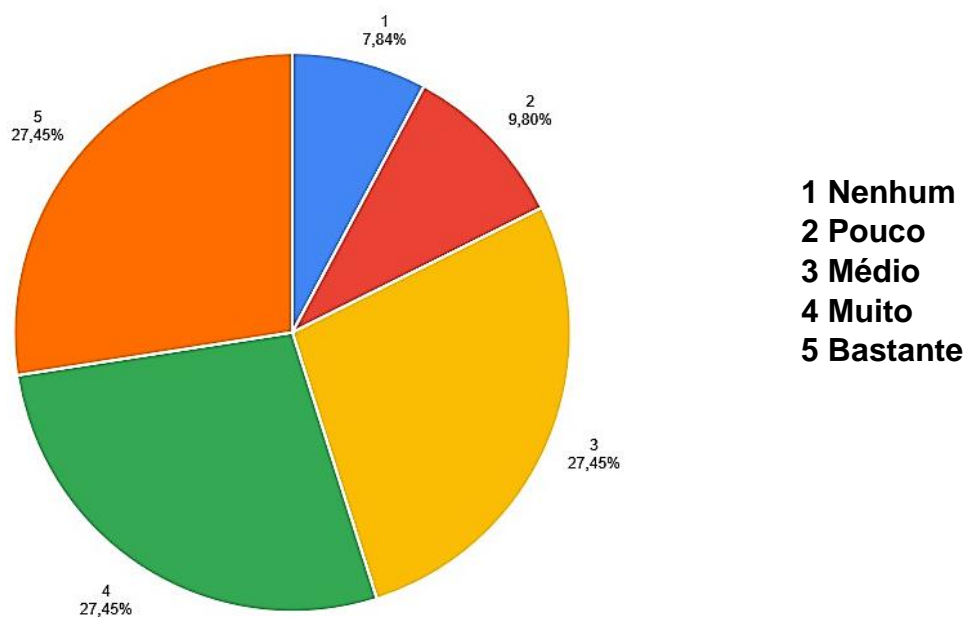
Os resultados mostram uma diversidade de respostas em relação ao uso das redes sociais, desde um grupo que não faz nenhum uso até um grupo que faz muito uso, passando por categorias intermediárias. Isso pode incluir fatores como acesso à tecnologia, familiaridade com as plataformas ou barreiras culturais.

Os dados também sugerem que o engajamento nas associações pode estar relacionado ao uso das redes sociais. Por exemplo, o grupo que faz muito uso das redes sociais para compartilhamento de ações e saberes é significativamente menor do que o grupo que faz uso mediano ou bastante uso. Isso pode indicar que a associação está encontrando maneiras eficazes de incentivar a colaboração e o compartilhamento de conhecimento através das redes sociais.

Outra questão levantada pelo questionário diz respeito ao compartilhamento de informações e saberes entre as associadas no fazer colaborativo dos grupos. Ao serem questionadas sobre *“No seu entendimento, de 1 a 5 (onde 1 é nenhum e 5 é bastante), existe o compartilhamento de informações e saberes entre as associadas?”*.

Das 51 respostas, 04 associadas, responderam não há nenhum *compartilhamento de informações e saberes*, representando 7,84% das respostas. 05 mulheres responderam que existe pouco *compartilhamento*, representando 9,8% do total das respostas. 14 mulheres responderam que esse *compartilhamento é feito de forma mediana*, representando 27,45% das respostas. 14 mulheres acreditam que exista muito *compartilhamento de informações e saberes*, representando 27,45% do universo respondido. E 14 mulheres, acreditam que há bastante *compartilhamento de informações e saberes entre as associadas*, representando 27,45% das respondentes, como podemos perceber através do gráfico abaixo.

Gráfico 02 - Grau de compartilhamento de Informações e Saberes entre as Associadas nos Grupos Produtivos



Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2023)

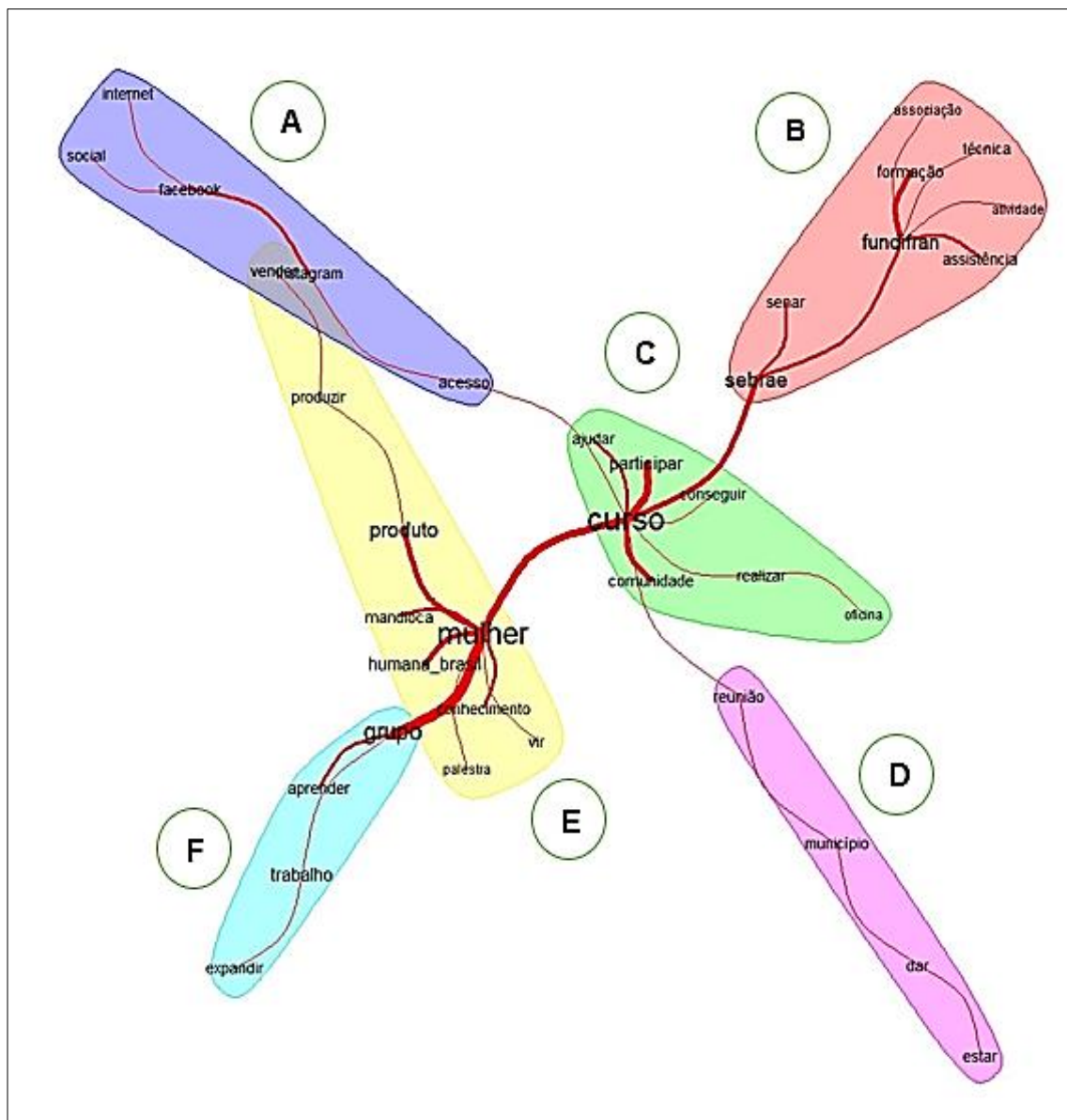
Os resultados apresentam uma ampla gama de percepções sobre o compartilhamento de informações e saberes entre as associadas. Essa diversidade de respostas é fundamental para entender como as mulheres veem o funcionamento das associações em termos de colaboração e troca de conhecimento. A pesquisa indica que a maioria das associadas percebe algum nível de compartilhamento de informações e saberes entre elas, uma vez que a soma das respostas que indicam "mediano", "muito" e "bastante" é de 69,8%. Isso sugere que as associações estão ativas no que diz respeito ao compartilhamento de conhecimento.

Ao analisarmos as respostas com mais profundidade, podemos inferir que o fato de algumas associadas terem a percepção que existe um alto nível de compartilhamento enquanto outras veem pouco ou nenhum, pode ser atribuído a diferenças nas práticas de comunicação dos grupos, empatia entre as associadas ou mesmo à falta de oportunidades para compartilhar informações de forma eficaz.

Para compreender o grau de proximidade entre as palavras mencionadas, conduzimos uma análise de similitude das entrevistas em relação aos temas abordados nas primeira e segunda categoria de análise. Esta abordagem, conforme definida por Camargo e Justo (2013, p. 516), é fundamentada na teoria dos grafos e permite identificar as relações competitivas entre as palavras, fornecendo indicações da conectividade entre elas. A Figura 17 evidencia o destaque do termo "curso" nas comunidades de palavras.

Ao destacarmos os meios pelos quais os grupos conduzem suas atividades associativas e, por conseguinte, geram e disseminam conhecimento, identificamos certos termos que se sobressaíram nas unidades de contexto. Tais informações nos permitem inferir que o apoio de instituições como "SEBRAE - SENAR - FUNDIFRAN" é essencial para o funcionamento das comunidades de prática. Além disso, a conexão entre os clusters "curso - mulher - grupo" é o vínculo mais relevante desta primeira categoria de análise, visto que é por meio desse processo que acontece a produção e difusão de conhecimento. A partir do grafo, podemos perceber que as mulheres se reconhecem como "um grupo que aprende por meio do trabalho", conforme evidenciado no cluster azul.

Figura 18 - *Corpus I* da análise de similitude sobre o processo de Produção e Difusão do Conhecimento



Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2023), com apoio do Software IRAMUTEQ

O agrupamento A apresenta os termos especificamente relacionados ao uso de redes sociais, como indicam a frase “acesso [ao] instagram, facebook e internet”, apontando que essas redes sociais são utilizadas principalmente na relação entre as associadas, e, com a comunidade.

Um ponto que merece atenção é o cluster onde o termo “mulher” tem destaque pelo tamanho do termo, representado pela cor amarela. Nesse aglomerado, aparecem termos do dia a dia relacionados às práticas associativas. A partir dos termos “grupo, aprender,

trabalho e expandir”, presentes na nuvem F, pode-se observar que a temática do agrupamento se refere às práticas de sociabilidade por meio das tarefas diárias e do trabalho associativo. O mesmo assunto está presente na nuvem E, porém, descrito com outros termos: “conhecimento, palestras, mandioca, produto, produzir, vender”, indicando que essa produção de conhecimento, também se dá a partir das práticas cotidianas e do fazer colaborativo dos grupos.

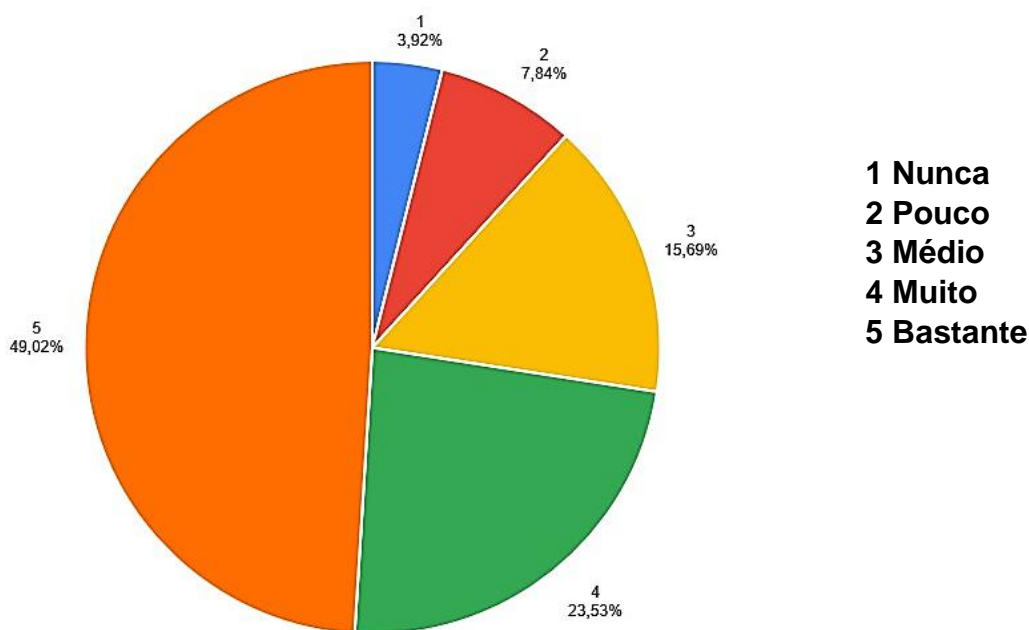
O diagrama tem uma configuração tal que a nuvem C (cluster com o destaque para o termo “curso”), é central e aglutina os agrupamentos da parte direita, a partir das conexões do termo “curso” com “SEBRAE” (nuvem B) e com “reunião” (nuvem D). Esse encadeamento faz referência aos temas que dizem respeito à relação com as redes de colaboração para assistência técnica e processo formativo das mulheres.

O conjunto B, destaca as palavras “SEBRAE e FINDIFRAN” como as mais recorrentes. Infere-se que os termos foram utilizados para se referir às entidades que maior atuam junto aos grupos no processo formativo e informativo dentro do território, fato que pode ser verificado com base nas respostas ao item do questionário que versa sobre como acontece o processo formativo dos grupos.

Destarte, ao serem questionadas sobre *“De 1 a 5 (onde 1 é nunca e 5 é bastante), você costuma participar de cursos, oficinas, treinamentos e reuniões oferecidos pela Associação, sindicato, instituições de assistência técnica e extensão rural, Universidades?”*, obtivemos respostas satisfatórias para comprovar a realidade encontrada pela análise de similitude.

Sob essa perspectiva, 02 associadas, responderam que nunca participaram de nenhum processo formativo, representando 3,92% do universo pesquisado. 04 mulheres responderam que participaram muito pouco de processos formativos, representando 7,84% do total das respostas. 08 mulheres responderam que participam de forma mediana dos processos formativos, representando 15,69% das respostas. 12 mulheres responderam que participam muito dos processos formativos, representando 23,53% das respostas. E, 25 mulheres responderam que participaram bastante dos processos formativos, representando 49,02% das entrevistas, conforme gráfico abaixo.

Gráfico 03 - Participação em cursos, Oficinas e Treinamentos oferecidos através das Associações



Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2023).

Os resultados, que apresentam números percentuais para cada categoria de resposta, oferecem insights sobre o comportamento das associadas em relação a essas oportunidades de aprendizado. Os resultados apontam que uma parcela relativamente pequena das respondentes afirmou nunca ter participado de nenhum processo formativo (3,92%) e que algumas participaram muito pouco (7,84%). Essas categorias indicam uma baixa participação ou falta de envolvimento em atividades de formação. Isso pode ser resultado de várias razões, como falta de acesso às redes sociais, falta de interesse ou barreiras logísticas (acesso dificultado à comunidade, falta de transporte).

A maioria das respondentes relatou uma participação mediana (15,69%) a bastante (72,5%) nos processos formativos. Isso indica que a maioria das associadas está envolvida em atividades de aprendizado em diferentes graus. O fato de que um grande número de respondentes indicou um nível considerável de participação sugere um comprometimento significativo com a busca de conhecimento e aprimoramento. É importante notar que as oportunidades de formação mencionadas incluem uma variedade de fontes, desde associações e universidades. Essa diversidade destaca a disposição das associadas em

buscar conhecimento em diferentes instituições e indica acesso a uma ampla gama de recursos educacionais.

É importante salientar que a participação em cursos, oficinas, treinamentos e reuniões pode ser vista como uma estratégia para promover o desenvolvimento rural. Isso está alinhado com abordagens de fortalecimento comunitário que enfatizam a importância da educação e da formação para melhorar as condições de vida nas áreas rurais.

Destarte, as entrevistadas parecem estar utilizando recursos disponíveis de forma eficaz para gerenciar suas atividades comerciais, adquirir conhecimento por meio de cursos e compartilhá-lo dentro dos grupos. O reconhecimento e a expansão de suas atividades demonstram o impacto positivo de seus trabalhos nas comunidades. No entanto, a falta de presença nas redes sociais pode ser uma oportunidade para melhorar a promoção de seus produtos e alcançar um público mais amplo.

Nota-se pelas informações obtidas que a produção e difusão do conhecimento desempenham um papel fundamental nos grupos de mulheres, principalmente, aqueles que situam-se no meio rural. É sabido que esse processo colaborativo de produção e difusão do conhecimento dentro dessas associações têm impactos significativos no desenvolvimento rural, na inovação e no fortalecimento das capacidades locais.

Um outro ponto de destaque que as informações proporcionaram é o entendimento da produção e difusão como um processo de aprendizagem dialógica no qual as pessoas constroem seu conhecimento juntas. Nas práticas associativas, o diálogo entre os membros é central para a produção e difusão do conhecimento, à medida que compartilham experiências e perspectivas. Isto porque, nas práticas associativas, o conhecimento compartilhado permite que os membros compreendam melhor as dinâmicas sociais e tomem medidas para melhorar suas condições de vida.

Sob essa perspectiva, podemos afirmar que a importância da produção e difusão do conhecimento nas práticas associativas, reflete-se não apenas por meio da aprendizagem dialética, mas também como uma ferramenta de conscientização e transformação social. Por meio das práticas associativas, a educação se torna uma prática libertadora que capacita

os membros a agirem de forma crítica e colaborativa em busca de melhorias em seus grupos e em suas comunidades.

A seguir, trataremos das práticas associativas como comunidades de prática, analisando como as associações se constituem enquanto espaços de experimentação de fazeres e conhecimento. Nesta análise, destacamos a importância de compreender os processos de (co)produção de saberes e conhecimentos e os fatores que influenciam a participação das mulheres dentro dos grupos.

5.2 AS PRÁTICAS ASSOCIATIVAS RURAIS EM COMUNIDADES DE PRÁTICA

Nesta seção, procuramos evidenciar como as práticas associativas no âmbito dos grupos se constituem comunidades de prática a partir do fazer colaborativo das mulheres, atentando para o objetivo específico 2 que versa sobre - Analisar como as vivências e experiências individuais contribuem para as práticas associativas das mulheres no âmbito dos grupos produtivos, destacando a importância da interação social e da aprendizagem compartilhada na produção de conhecimento. Além disso, buscamos identificar novas abordagens, tecnologias sociais e práticas que melhoram a eficiência e a sustentabilidade das suas atividades dentro dos grupos observados durante este estudo.

A globalização dos mercados, as mudanças climáticas e a urbanização têm impactado significativamente as áreas rurais, tornando imperativo que as comunidades rurais se adaptem a novos desafios. As mulheres, frequentemente responsáveis pelas atividades agrícolas e domésticas, estão na vanguarda dessas adaptações, sendo assim, as práticas associativas de mulheres rurais surgem em resposta a uma série de fatores.

Além disso, as práticas associativas são muitas vezes uma resposta à falta de acesso a recursos, como terra e crédito, que são cruciais para o sucesso das atividades agrícolas e empreendimentos rurais. As associações agrícolas, grupos de artesanato e outras formas de associação permitem que as mulheres rurais compartilhem recursos, conhecimento e responsabilidades.

Neste sentido, as comunidades de prática desempenham um papel significativo na promoção do aprendizado colaborativo e na troca de conhecimento entre os atores da Economia Solidária. Essas comunidades reúnem pessoas com interesses, valores e objetivos comuns, proporcionando um espaço para compartilhar experiências, estratégias e recursos.

No contexto das práticas associativas na ECOSOL, as comunidades de prática desempenham várias funções essenciais como aprendizado coletivo, permitindo que as mulheres aprendam umas com as outras, compartilhando conhecimentos técnicos, habilidades de gestão e estratégias de mercado. Promovem a construção de redes sociais sólidas, conectando os grupos produtivos a outros empreendedores solidários, organizações de apoio e compradores interessados em produtos e serviços solidários.

Outro aspecto interessante é que as comunidades de prática podem servir como espaços de experimentação e inovação, estimulando o desenvolvimento de novos modelos de negócios baseados na solidariedade e na sustentabilidade. Além disso, ao reunir vozes coletivas, essas comunidades têm mais poder para influenciar políticas públicas e defender os direitos das mulheres rurais.

Destarte, a participação das mulheres em práticas associativas e comunidades de prática traz uma série de benefícios para as mulheres e suas comunidades. Isso inclui o aumento da renda, o fortalecimento da capacidade de tomada de decisões, a promoção da igualdade de gênero e a melhoria das condições de vida. Além disso, essas práticas contribuem para a preservação do conhecimento tradicional e a promoção de práticas agrícolas sustentáveis.

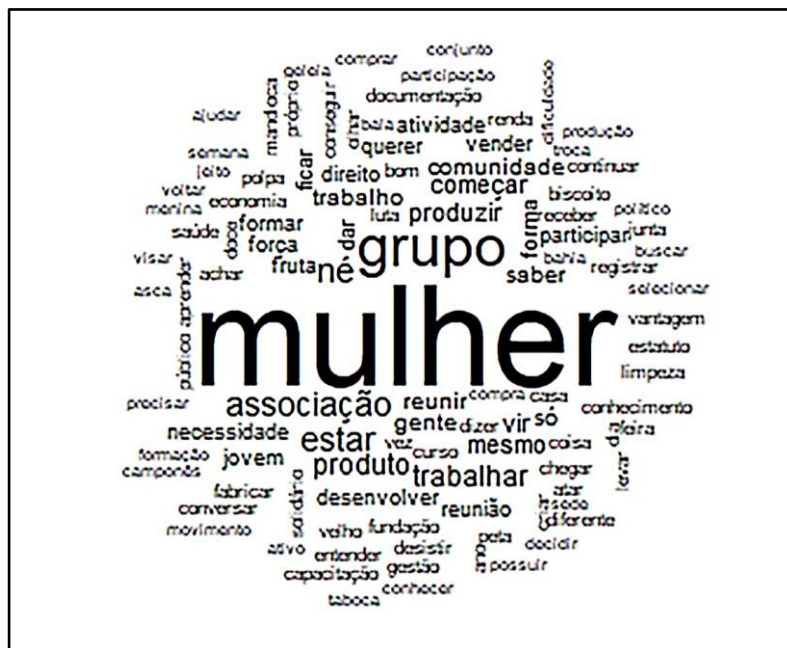
Com base no enunciado e buscando respostas para o problema levantado nesta tese, procuramos analisar as respostas das questões levantadas nas entrevistas, nas respostas dos questionários, assim como, os documentos que norteiam o funcionamento dos grupos (Ata de Fundação e Estatuto).

O corpus para análise do tema foi constituído por 06 unidades de contexto, correspondentes às 11 entrevistas realizadas, separadas em 59 segmentos de texto, de onde emergiram 2088 ocorrências (palavras ou temas), sendo que destes, 460 aparecem com uma única

ocorrência, permitindo análises estatísticas textuais, análise de similitudes e nuvem de palavras, para melhor expressar as representações da apreciação dos documentos.

O conjunto dos termos, encontrados na nuvem de palavras, refletem uma das temáticas centrais deste estudo, que é como as práticas associativas contribuem para o processo de emancipação das mulheres rurais. Sendo assim, na imagem é possível observar a palavra “mulher” em destaque, refletindo a importância que a figura da mulher tem dentro das comunidades rurais, seja pela sua força e capacidade produtiva, seja pelo seu senso de organização e liderança. Como pode ser observado na Figura abaixo.

Figura 19 - Nuvem de Palavras sobre as Práticas Associativas como Comunidades de Prática



Fonte: Elaborada pela pesquisadora (2023), com apoio do Software IRAMUTEQ.

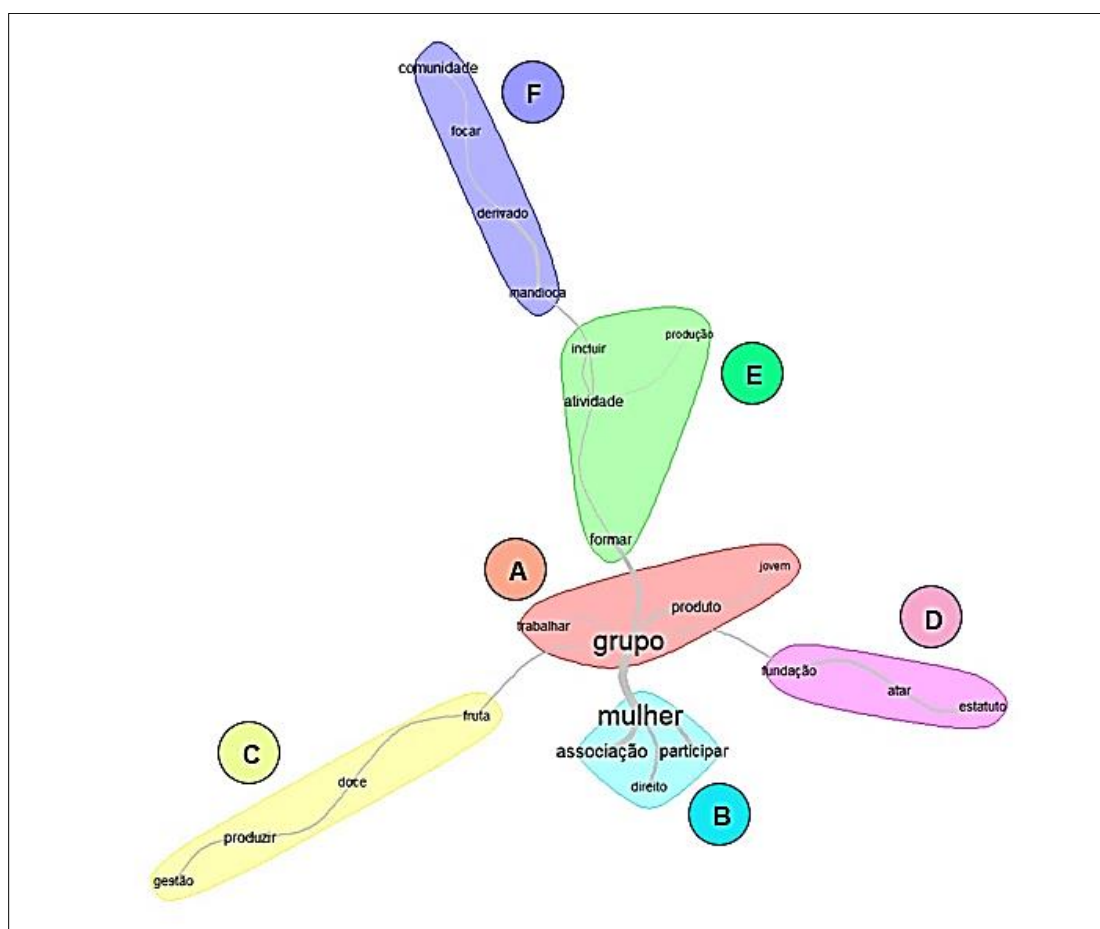
Esses dois aspectos interligados ressaltam a importância das mulheres rurais como agentes de mudança e desenvolvimento em suas comunidades. Suas habilidades produtivas, aliadas à capacidade de liderança e organização, contribuem para a resiliência das áreas rurais em face de desafios econômicos, sociais e ambientais.

A análise de similitude do *corpus 02*, apresentada em forma de clusters, auxilia na compreensão da forma em que as palavras mais frequentes – ou seja, “grupo”, “mulher” e

“associação” – estão correlacionadas, e assim facilita o entendimento da forma como elas se ramificam dos clusters (mais representativos) e o caminho que elas percorrem aos outros clusters.

A frequência de ocorrência das palavras se relaciona com as atividades desenvolvidas por meio das práticas associativas, do fazer colaborativo a partir das comunidades de prática nas quais os grupos produtivos estão inseridos. Aqui, a forte relação das mulheres com as práticas associativas pode ser verificada a partir da interligação de termos “trabalho” - “associação” - “mulher” - “grupo” - “gente”, elementos indissociáveis para o seu fazer colaborativo e cotidiano, conforme entendimento das mulheres. Desta forma, a análise de similitude, apresenta 06 agrupamentos, sendo que os mais expressivos revelaram uma forte relação entre os termos principais “grupo” “mulher” e “associação”.

Figura 20: *Corpus II* da análise de similitude sobre as Práticas Associativas como Comunidades de Prática



Fonte: Elaborada pela pesquisadora (2023), com apoio do Software IRAMUTEQ

Ao aprofundarmos na análise, percebemos indicações de conexão entre os termos, assim como a recorrência desses termos indicada pelo tamanho da fonte. Há centralidade do termo “grupo” na representação gráfica e uma vinculação forte com o termo “mulher”. Estas palavras pertencem a dois núcleos centrais no diagrama, formados a partir dos clusters A e B. A relação entre esses conjuntos revela, para além da junção, uma vinculação significativa, pela densidade da linha que os conecta.

Sob essa perspectiva, podemos inferir que “*participar [no] grupo [da] associação*” é uma condição central para essas mulheres, onde ali realizam as tarefas diárias, representada pelos termos “trabalhar e produto”. As palavras “gestão e produzir”, no cluster C, podem indicar que exercem papel mediador entre as associadas que habitam o mesmo espaço e que é uma das práticas desenvolvidas no âmbito da associação.

Os agrupamentos E e F estão relacionados às atividades cotidianas, evidenciadas pela frase “produção [de] derivados [da] mandioca”. Este agrupamento aborda também a relação com o trabalho das mulheres, indicado pela representação da relação textual entre as palavras atividade, produção, focar e comunidade. As linhas que permeiam os agrupamentos A e C demonstram que as práticas de produção e gestão estão diretamente relacionadas, de onde se infere que é o ambiente onde as mulheres as realizam.

Através da representação gráfica, percebemos especialmente a proximidade entre os conjuntos B, A, E e o F, significando a afinidade entre as temáticas, as quais envolvem a experimentação de saberes. Percebe-se que o “grupo” ocupa centralidade entre as prioridades das mulheres entrevistadas pois é através dele que elas concentram as suas atividades. Além disso, o agrupamento A apresenta um galho de ligação forte com o B, reforçando a construção do processo produtivo emancipatório dessas mulheres a partir das suas atividades cotidianas, como podemos observar na fala de uma das nossas entrevistadas.

Aqui somos em 18 mulheres, todas são dona de casa, cada uma tem seus filhos, cuidam das roças, e tem alguns dias de trabalho na ‘casa do nosso Sabor da Fruta’, que é nosso. É um trabalho que depende da colheita, então temos que gerenciar as datas, fazemos polpas, doces, tortas, bolos a partir dela, após a produção realizamos as vendas. Então cada um

*cuida de algo. Fornecemos nossos produtos para merenda escolar, projetos da prefeitura, lanchonetes e supermercados. **E todas as decisões são feitas em grupo.** Então é muito gratificante porque é muito bom pra gente fazer esses trabalhos e conseguir uma renda melhor. (grifo nosso, Notas de Campo, 2023, Entrevistada B).*

É notório na fala acima, que a entrevistada retrata sua experiência coletiva que é por meio do empreendimento ao qual faz parte que elas e suas companheiras buscam autonomia, renda e reconhecimento social. As mulheres destes coletivos, mesmo em meio às atividades domésticas e cuidados familiares, encontram-se em um processo de autoformação, onde a prática de gerenciar, produzir e vender seus produtos lhes proporciona conhecimentos e habilidades que transcendem o contexto do empreendimento ao qual ela faz parte.

A fala da entrevistada, aborda ainda, a participação ativa e a tomada de decisões em grupo como práticas adotadas nas associações, menciona a realização de rodas de conversa e reuniões para discutir questões da comunidade, indicando uma preocupação com a prática da reflexão crítica e da ação transformadora.

Tal processo, enfatiza a importância do aprender-fazendo, onde a prática cotidiana se torna um campo fértil para o aprendizado. Neste sentido, a rotina destas mulheres, ao lidar com os desafios da colheita, produção e venda, torna-se uma escola viva, na qual aprendem não apenas sobre o ofício em si, mas também sobre gestão e cooperação.

Outro ponto de destaque no depoimento da *Entrevistada B*, dá-se ao fato que o trabalho realizado no coletivo não só proporciona uma renda melhor, mas também traz satisfação e reconhecimento. Isso demonstra que, por meio desta prática pedagógica, essas mulheres estão transformando sua realidade, conquistando maior autonomia e empoderamento em uma sociedade que, muitas vezes, relega o papel da mulher ao ambiente doméstico. Nessa realidade, o trabalho das mulheres, ao lidar com produtos locais e atender às demandas da comunidade (como a merenda escolar), reflete uma prática que valoriza e fortalece a identidade e cultura local.

Corroborando a fala da *Entrevistada B*, a *Entrevistada D*, em sua fala, evidencia o sentimento de coesão/união que os grupos têm, quando a mesma diz:

*[...] A gente pensou no grupo e conversou com as mulheres que queriam fazer o grupo e selecionou mulheres jovens e as mulheres mais velhas, que já tinham conhecimento de como se fabricava peta, biscoito, brevidade... E aí essas mulheres que já tinham conhecimento, foi ensinando as mulheres mais jovens, né? E aí com essa seleção que a gente fez, colocando mulheres que já tem experiência de fabricar peta, de fabricar o biscoito, se juntou com essas mulheres jovens e aí a gente aprendeu durante esse percurso, a gente aprendeu com as mulheres mais velhas. **Inclusive, eu mesma não sabia fazer, mas hoje já aprendi a fabricar peta, as meninas mais jovens também e aí a gente selecionou o grupo, né? E fabrica duas vezes por semana.**” (grifo nosso, Notas de Campo, 2023, Entrevistada D).*

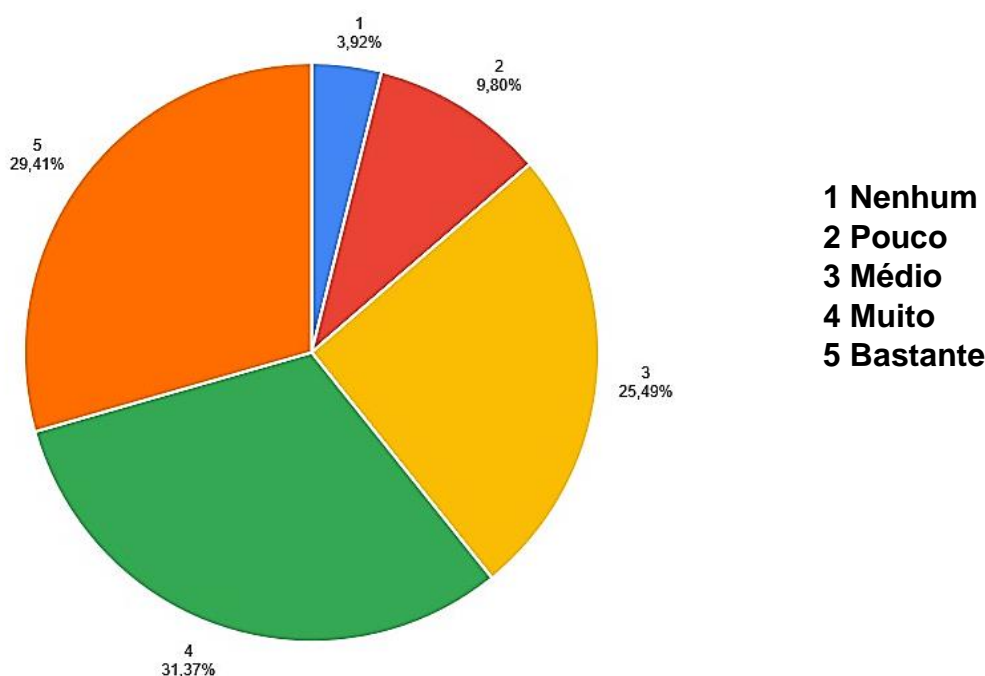
A fala da *Entrevistada D*, destaca a importância da troca de experiências e do aprendizado coletivo dentro dos grupos, com destaque para a transmissão de conhecimentos entre gerações, ressaltando a importância da conscientização e da participação ativa das mulheres envolvidas nas atividades dos grupos e a superação de desafios na busca por conhecimento, demonstrando a preocupação com o desenvolvimento pessoal e coletivo.

Destarte, ambas as falas refletem a importância das mulheres nas comunidades rurais, destacando sua capacidade de colaboração, transferência de conhecimento e contribuição para a economia local. Enquanto a primeira fala enfatiza uma variedade de produtos e a natureza coletiva das decisões, a segunda se concentra mais na aprendizagem entre gerações e na produção de produtos específicos. Contudo, ambos os relatos ilustram como as mulheres desempenham um papel vital no desenvolvimento e na sustentabilidade de suas comunidades.

Essa realidade também pode ser observada através das respostas dos questionários sobre essa temática. Ao serem perguntadas sobre **“De 1 a 5 (onde 1 é nenhum e 5 é bastante) como é o envolvimento das associadas nas trocas de experiência e saberes dentro dos grupos produtivos?”** do universo de 51 mulheres, 02 associadas, respondeu que não há nenhum o envolvimento das associadas nas trocas de experiência e saberes no fazer colaborativo dentro dos grupos, representando 3,9% do universo pesquisado. 05 mulheres responderam que é pouco o envolvimento das associadas nas trocas de experiência e saberes no fazer colaborativo, representando 9,8% do total das respondentes.

13 mulheres responderam que é médio o envolvimento das associadas nas trocas de experiência e saberes no fazer colaborativo dentro dos grupos, representando 25,5% das respostas. 16 mulheres acreditam que exista muito envolvimento das associadas nas trocas de experiência e saberes no fazer colaborativo dentro dos grupos, representando 31,4% das respostas. Por fim, 15 mulheres acreditam que há bastante envolvimento das associadas nas trocas de experiência e saberes no fazer colaborativo dentro dos grupos, representando 29,4% das respostas.

Gráfico 04 - Grau de envolvimento das associadas nas trocas de experiência e saberes dentro da Associação



Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2023).

A análise dos dados coletados a partir da pergunta sobre o envolvimento das associadas nas trocas de experiência e saberes dentro das associações oferece apontamentos sobre o grau de participação e colaboração entre as membros. Essa análise é fundamental para compreender a dinâmica interna dos grupos e identificar possíveis áreas de melhoria ou fortalecimento das interações colaborativas.

Primeiramente, é importante destacar que a maior parte das respondentes (60,8%) percebe algum nível de envolvimento das associadas nas trocas de experiência e saberes no fazer colaborativo. Isso sugere que, de maneira geral, há uma consciência sobre a importância

de compartilhar conhecimentos e vivências dentro do contexto das associações. A representatividade das categorias intermediárias ("médio" e "muito") é significativa e pode indicar uma dinâmica saudável de colaboração e aprendizado mútuo.

No entanto, os resultados também mostram que existem vozes que apontam para uma percepção menos positiva sobre o envolvimento. Um grupo de 13 mulheres (25,5%) considera o envolvimento "médio", o que pode sugerir que, para essas associadas, há espaço para melhorias na promoção de trocas de experiência e saberes. Além disso, 9,8% do total das respostas indicou um nível de envolvimento considerado baixo ("pouco" e "nenhum"). Isso destaca a importância de investigar as razões por trás dessa percepção, que pode estar relacionada a barreiras de comunicação, falta de incentivo ou outras questões.

Por outro lado, a presença de uma parcela significativa (31,37%) que acredita em um envolvimento "muito" e "bastante" evidencia que muitas associadas estão ativamente engajadas nas trocas de experiência e saberes. Esse grupo pode ser um exemplo inspirador para as demais, fornecendo modelos de colaboração bem-sucedida e demonstrando como essa troca mútua de conhecimentos pode ser benéfica para todas as partes envolvidas.

É relevante considerar que os dados não apenas revelam o nível de envolvimento, mas também indicam um padrão geral de comprometimento das associadas com o processo colaborativo. Contudo, a variação nas respostas sugere que os grupos não são homogêneos em relação a essa questão, o que pode ser explorado como uma oportunidade para o desenvolvimento de estratégias que promovam a colaboração de maneira mais ampla.

Um outro tema de grande importância e relevância para esta pesquisa diz respeito à incorporação dos princípios e preceitos da Economia Solidária no contexto das práticas colaborativas das mulheres. No grafo que trata sobre o primeiro conjunto de dados (*corpus* 2), o agrupamento relacionado à Economia Solidária surge em conexão direta com os termos "mulher" e "renda". A importância da ECOSOL para o funcionamento e a continuidade dos grupos pode ser percebido a partir da fala de uma das entrevistas quando a mesma diz,

[...] Economia solidária é um jeito diferente né! De comprar, de vender, de produzir, um jeito diferente do que você vive. Quando você entende a economia solidária, o que é economia solidária, a gente sabe que é dessa

forma. É não querer tirar vantagem, é não levar vantagem, é uma forma de trabalhar em conjunto. É uma forma de produção em conjunto. É uma ajudando a outra no grupo, é crescer juntas. É trabalhar juntas com o mesmo objetivo. Economia solidária é tipo assim, uma família (Notas de Campo, 2023, Entrevistada B).

No contexto da fala da *entrevistada B*, a Economia Solidária é apresentada como uma abordagem diferenciada em relação aos modos convencionais de compra, venda e produção, destacando-se pela sua característica intrinsecamente colaborativa e cooperativa. A compreensão profunda da economia solidária remete à ideia de uma forma de atuação econômica que transcende a busca por vantagens individuais, promovendo uma dinâmica de trabalho conjunto e cooperação, de maneira análoga a um grupo que age de forma harmônica e que compartilham objetivos comuns.

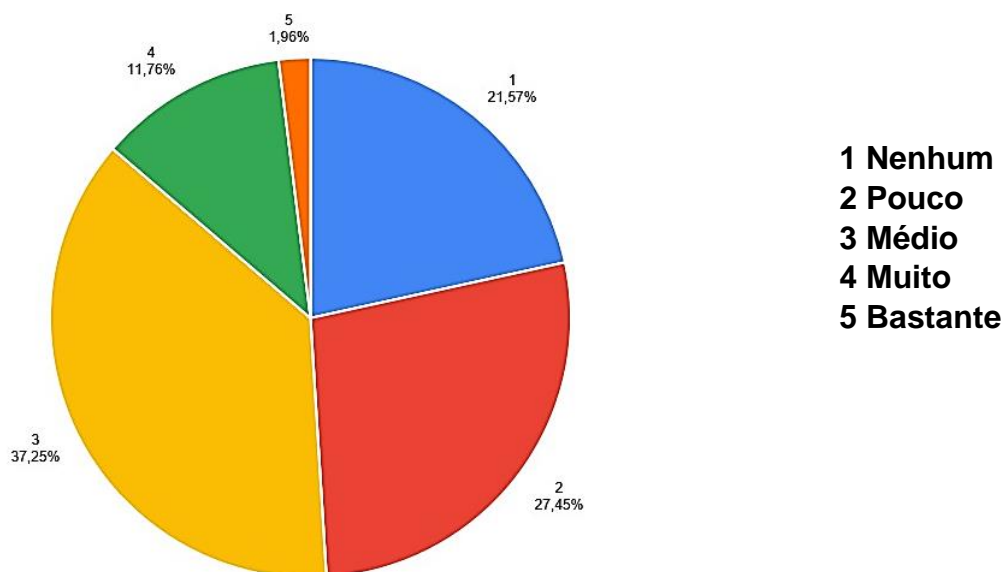
Ao fazer tal afirmativa, percebemos que a fala da entrevistada está permeada por uma visão que se opõe ao individualismo exacerbado presente nas estruturas econômicas dominantes. Isto nos remete ao pensamento de Singer, quando o mesmo afirma que a economia solidária se baseia na formação de empreendimentos coletivos, nos quais os participantes colaboram e se beneficiam mutuamente, rompendo com a lógica capitalista de competição desenfreada (Singer; 2003). Nesse sentido, a ECOSOL assume um caráter de resistência e alternativa ao paradigma predominante, evidenciando uma perspectiva que busca não apenas a eficiência econômica, mas também a justiça social e a dignidade humana.

Aprofundando o tratamento da questão, a fala da *entrevistada B* nos remete, ainda, aos princípios e valores propostos por Coraggio (2000), quando enfatiza a importância de uma economia que promova relações econômicas mais justas e igualitárias. Além disso, quando a fala menciona que a Economia Solidária envolve "trabalhar juntas com o mesmo objetivo", reflete a ideia central da ECOSOL de que o trabalho deve ser uma atividade cooperativa, na qual os membros da comunidade ou grupo compartilham objetivos comuns e colaboram para alcançá-los. Por fim, defende a ideia de que a Economia Solidária deve ser arraigada nas comunidades locais e promover o bem-estar coletivo (Coraggio; 2000).

Outro aspecto importante na fala da *Entrevistada B*, é a referência do pensamento Freireano no momento em ela faz uma alusão à economia solidária como uma "*forma de trabalhar em conjunto*" e "*uma forma de produção em conjunto*", sinalizando a ênfase na

interdependência e na colaboração. Freire (2003), em sua obra, destaca a importância da consciência crítica, da ação transformadora e da construção coletiva do conhecimento. Essa relação pode ser estabelecida ao considerar que ambos os conceitos enfatizam a necessidade de superar uma visão passiva e alienada das relações sociais e econômicas. Contudo, essa mesma consciência apresentada na fala da *Entrevistada B* sobre o produzir/fazer colaborativo não está clara dentro dos coletivos. Isso pôde ser observado ao analisarmos algumas respostas do questionário. Ao responderem questões sobre o quanto elas compreendem a temática da Economia Solidária, as respostas não evidenciam a realidade do que é vivenciado no cotidiano dos grupos.

Isto porque, ao serem questionadas sobre ***“De 1 a 5 (onde 1 é nenhum e 5 é bastante) quanto você acredita que entende sobre Economia Popular Solidária?”***, obtivemos como respostas que 11 mulheres acreditam que não tenha nenhum entendimento sobre a ECOSOL, representando 21,6% do total das respondentes. 14 mulheres responderam que entendem muito pouco sobre o tema, representando 27,5% das respostas. 19 mulheres acreditam que tenham um entendimento médio sobre Economia Solidária, representando 37,3% das respostas. 6 mulheres acreditam que entendem muito sobre a ECOSOL, representando 11,8% das respondentes. E apenas 01 mulher respondeu que entende bastante sobre o tema da Economia Solidária, representando 2% do universo das respostas, conforme evidencia o gráfico abaixo.

Gráfico 05 - Grau de entendimento sobre Economia Solidária

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2023).

A análise dos dados referentes à pergunta sobre o nível de entendimento das respondentes sobre Economia Popular Solidária (ECOSOL) revela uma diversidade de percepções dentro do grupo estudado. A maioria das mulheres, cerca de 65,1% das respondentes, expressou um grau de entendimento considerado baixo, com 21,57% afirmando não ter nenhum entendimento sobre a ECOSOL e 27,45% indicando um entendimento muito limitado ("muito pouco"). Essa tendência sugere que há uma parcela significativa das associadas que ainda não está familiarizada com os princípios e práticas da Economia Solidária. Isso pode apontar para uma necessidade de educação e conscientização sobre o tema dentro do grupo.

Por outro lado, 37,25% das respondentes afirmaram possuir um entendimento médio sobre Economia Solidária, o que indica que um contingente considerável do grupo já possui algum conhecimento sobre o assunto. Esse resultado pode ser interpretado como um sinal positivo, indicando que parte das associadas já está engajada na compreensão e na promoção da ECOSOL.

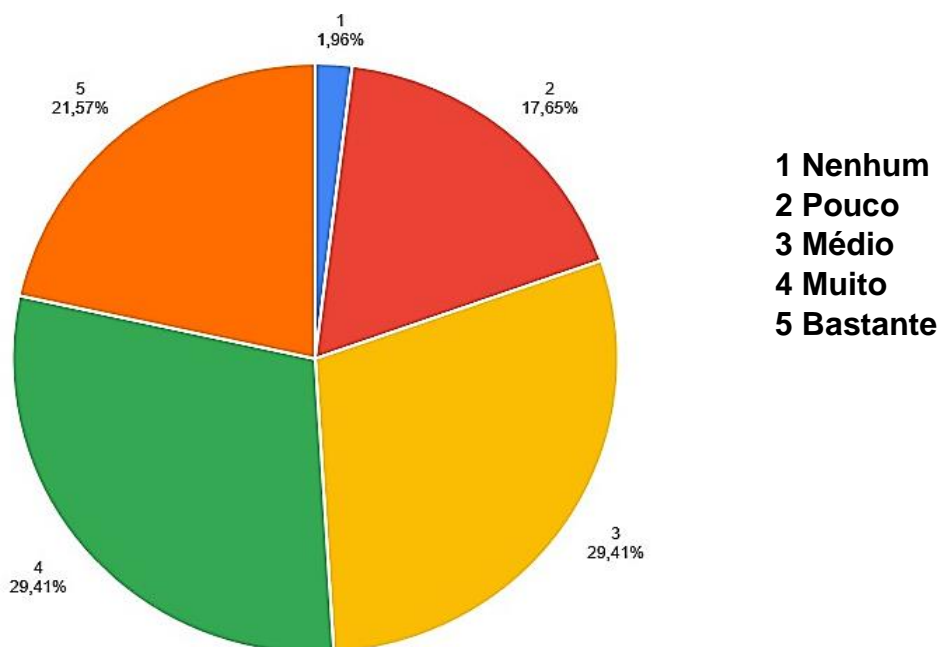
Observa-se também que um grupo menor, representando 13,6% das respondentes, acredita ter um entendimento mais avançado sobre a ECOSOL, com 11,76% indicando um entendimento "muito" e 1,96% afirmando entender "bastante". Essa porcentagem menor

de associadas que se consideram bem informadas sobre a Economia Solidária pode ser vista como uma oportunidade para explorar seu potencial de liderança e envolvê-las em atividades de disseminação de conhecimento dentro do grupo.

Destarte, embora os dados indiquem que haja uma parcela significativa de associadas que ainda possui um conhecimento limitado sobre a ECOSOL, existe um contingente considerável com um entendimento médio. Isso sugere que há espaço para a promoção de atividades educativas e de conscientização para expandir o conhecimento sobre a Economia Solidária dentro do grupo. Além disso, é importante reconhecer e envolver aquelas que já possuem um entendimento mais avançado, pois podem desempenhar um papel fundamental na disseminação e promoção dos princípios da ECOSOL entre as demais associadas.

Todavia, a controvérsia a tal afirmativa, dá-se-a quando as mesmas são questionadas sobre ***“De 1 a 5 (onde 1 é nenhum e 5 é bastante), como é a relação entre as práticas associativas aprendidas e praticadas pelo grupo e as normas e diretrizes estabelecidas nos documentos que regem o funcionamento dos grupos produtivos?”***. Ao responderem sobre essa questão elas demonstram que na prática, em suas atividades do fazer cotidiano, elas não só seguem e praticam os preceitos da economia solidária, como também fica evidente o resultado positivo do funcionamento do grupo, justamente, pelo fato das atividades estarem pautadas nos preceitos da ECOSOL, conforme mostra o gráfico a seguir.

Gráfico 06 - Relação entre as práticas associativas aprendidas e praticadas pelo grupo e as normas e diretrizes estabelecidas nos documentos que regem o funcionamento dos Grupos Produtivos



Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2023).

A análise dos resultados apresentados revela insights importantes sobre a relação entre as práticas associativas e as normas e diretrizes estabelecidas nos documentos que regem o funcionamento de uma Associação. O questionário aplicado permitiu capturar as percepções das associadas em relação a esse tema, fornecendo uma visão panorâmica das opiniões dentro dos grupos estudados.

Inicialmente, observa-se que apenas 2% das respondentes afirmaram que a relação entre as práticas associativas e as normas/diretrizes é muito pouco significativa. Essa porcentagem minoritária pode indicar um possível desalinhamento entre a compreensão das diretrizes estabelecidas e a implementação prática, o que pode sugerir problemas na disseminação das informações e na adesão das associadas às normativas.

Outro dado relevante é que 17,6% das respondentes indicaram que existe alguma relação entre as práticas associativas e as normas/diretrizes. Isso sugere que uma parcela significativa do grupo percebe alguma conexão entre suas ações cotidianas e as orientações formais. No entanto, o uso da expressão "pouca relação" pode denotar uma ambiguidade

nessa percepção, indicando que a compreensão sobre essa relação pode não estar completamente clara ou sólida.

A maior parte das respostas está concentrada nas categorias intermediárias: 29,4% das respostas afirmam que existe relação e 29,4% consideram que existe muita relação entre as práticas associativas e as normas/diretrizes. Esses resultados sugerem que uma proporção substancial das associadas reconhece a importância das diretrizes e consegue estabelecer uma conexão entre essas orientações e suas atividades associativas. Isso pode ser interpretado como um sinal de eficácia na comunicação das normas, bem como uma aderência relativamente positiva por parte das associadas.

Por fim, 21,57% das respondentes acreditam que há bastante relação entre as práticas associativas aprendidas e praticadas pelo grupo e as normas/diretrizes estabelecidas nos documentos. Esse grupo, embora menor em comparação com os anteriores, demonstra um nível elevado de sincronização entre as práticas diárias e as orientações formais. Isso pode indicar uma forte identificação e comprometimento das associadas com os princípios e valores delineados pelas normas das Associações.

Em termos gerais, a análise dos resultados aponta para um espectro diversificado de percepções em relação a relação entre práticas associativas e normas/diretrizes. É importante notar que, apesar das diferentes categorias, a maioria das respostas (80,8%) indica algum nível de conexão entre esses elementos. Isso sugere que as associadas, de maneira geral, reconhecem a importância de aderir às diretrizes estabelecidas e procuram alinhar suas atividades cotidianas com essas orientações. No entanto, ainda existe espaço para uma análise mais aprofundada sobre os fatores que podem influenciar a variação nas percepções e como as Associações podem trabalhar para fortalecer ainda mais essa relação entre práticas e normas.

De maneira geral, os dados tratados nesta seção, nos permitem afirmar que os grupos produtivos a partir do compartilhamento de conhecimento e interação regularmente para aprender e construir conhecimento coletivo, são sim, em sua essência, comunidades de prática.

Essa construção de saberes e aprendizagem contínua onde os membros muitas vezes compartilham valores comuns, como solidariedade, equidade e justiça social, contribuem para a construção de uma identidade coletiva forte. Isso fortalece a coesão e a resiliência das iniciativas econômicas solidárias. Além disso, a aprendizagem contínua é uma característica intrínseca da ECOSOL, à medida que os membros buscam constantemente aprimorar suas práticas e encontrar soluções para desafios econômicos e sociais em constante evolução.

Destarte, as práticas associativas podem ser vistas como uma forma de comunidade de prática, onde as mulheres colaboram para alcançar objetivos econômicos compartilhados e trocam conhecimento e experiências no processo. Além disso, os princípios da GC podem ser aplicados para facilitar a criação, o compartilhamento e a aplicação eficaz do conhecimento nas organizações solidárias. Esta relação ilustra como as práticas de colaboração e compartilhamento de conhecimento podem ser fundamentais para a construção de uma sociedade mais igualitária, como podemos observar na figura abaixo.

Figura 21 - Representação das Comunidades de Prática das Mulheres Rurais



Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2023); Adaptado de Wenger (1998).

Com base na ilustração acima, podemos afirmar que os grupos, na prática diária, se constituem enquanto uma comunidade de prática a partir do momento em que as mulheres compartilham um interesse comum (aprendizagem) e interagem regularmente para construir conhecimento coletivamente. Elas também participam de eventos e cursos em diferentes estados, o que sugere uma rede de comunidades de prática interconectadas. Demonstram um domínio compartilhado ao fazerem referência à aprendizagem e ao compartilhamento de conhecimento, indicando que as associadas dessas comunidades de

prática compartilham um “domínio comum” de conhecimento relacionado às práticas associativas dentro das associações.

Neste sentido, podemos inferir que o compartilhamento de conhecimento é um dos pilares das práticas associativas, e isso vai além de meras transmissões de informações, envolve a construção coletiva de saberes, a aprendizagem mútua e o fortalecimento das competências individuais e coletivas. As mulheres rurais têm a oportunidade não apenas de adquirir novas habilidades, mas também de compartilhar sua expertise, contribuindo para o desenvolvimento e a inovação nas atividades agrícolas e empreendimentos relacionados.

Além disso, nos grupos produtivos com base nos preceitos da ECOSOL, a GC mostrou-se uma ferramenta poderosa para otimizar a gestão de informações, garantir que o conhecimento adquirido seja aproveitado da melhor forma possível e contribuir para a resolução de desafios específicos enfrentados pelas mulheres rurais.

Em face ao exposto, podemos afirmar que as práticas de colaboração e compartilhamento de conhecimento não são meramente internas às associações e aos grupos produtivos, mas têm um impacto mais amplo. É notório que as práticas associativas das mulheres rurais têm um potencial transformador que vai muito além de seus próprios benefícios, alcançando toda a comunidade.

Ao fortalecerem seu poder econômico e sua capacidade de influência, as mulheres rurais não apenas melhoram sua qualidade de vida, mas também contribuem para a construção de uma sociedade mais justa e sustentável econômica e socialmente. Isso envolve o empoderamento econômico das mulheres e, por conseguinte, a promoção da igualdade de gênero e o desenvolvimento rural sustentável.

Por fim, é mister reconhecer o valor das mulheres rurais e das comunidades de prática na construção de um processo produtivo mais justo e igualitário. Além disso, é importante que governos, organizações não governamentais e outros atores relevantes reconheçam e apoiem essas iniciativas, fornecendo recursos, treinamento e apoio técnico, bem como, políticas públicas que promovam a igualdade de gênero e a inclusão social nas áreas rurais

são cruciais para garantir que as práticas associativas e as comunidades de prática continuem a desempenhar um papel vital no desenvolvimento sustentável.

No próximo capítulo, tratamos da temática das práticas associativas como um meio de emancipação das mulheres que residem em contextos rurais. Este capítulo se concentra na análise do papel das práticas associativas na promoção do empoderamento e emancipação dessas mulheres, considerando a dinâmica de colaboração e as experiências vivenciadas nos grupos produtivos aos quais estão vinculadas. No âmbito dessa análise, enfatizamos a relevância de compreender como os processos de reprodução ampliada da vida desempenham um papel crucial na promoção de sua emancipação, tanto a nível individual quanto coletivo.

**6 PRÁTICAS ASSOCIATIVAS SOLIDÁRIAS E PRODUÇÃO E DIFUSÃO DO
CONHECIMENTO: uma relação necessária para a autonomia feminina**

"Não é na resignação que se encontrará a verdadeira autonomia, mas na ação consciente e na busca do conhecimento compartilhado."

(Paulo Freire)

Neste capítulo, discorreremos sobre o processo de empoderamento das mulheres no meio rural através das práticas associativas e sua importância para este estudo, na medida em que buscamos refletir sobre empoderamento a partir da perspectiva emancipatória. Neste contexto, exploraremos como as mulheres rurais, cada vez mais conscientes de seu potencial e direitos, têm desempenhado um papel fundamental na ocupação de espaços decisórios e no desenvolvimento de suas comunidades rurais, contribuindo para a construção de sociedades rurais mais justas, equitativas e sustentáveis.

Assim, conforme exposto na seção 4.5, da abordagem metodológica de análise e interpretação dos dados e a técnica de análise de conteúdo, e atendendo a categoria Empoderamento Individual e/ou coletivo, e as subcategorias - Acesso ao conhecimento, saúde, educação e trabalho; Participação em conselhos comunitários e Vivências Igualitárias no âmbito familiar e comunitário, refletimos e direcionamos a análise ao objetivo específico 3 que versa sobre - Analisar como vem se constituindo a construção do empoderamento individual e/ou coletivo das mulheres rurais a partir das práticas associativas vivenciadas nos grupos produtivos.

Destarte, conforme vimos na seção anterior, existe uma normalização na distribuição das tarefas cabendo às mulheres as atividades domésticas e reprodutivas e aos homens as atividades financeiras e produtivas (Silva; Ponciano; Souza e Cezar; 2020). Ocorre uma exclusão da mulher no conhecimento das tecnologias e da sua participação nas decisões, as quais são atribuídas ao marido, além da desvalorização do seu trabalho, o qual é considerado como uma “ajuda” sem direito à remuneração (Paulilo; 2016; Siliprandi; 2015).

Assim como em outros contextos, as mulheres que vivem em áreas rurais enfrentam diariamente as influências de uma cultura profundamente enraizada no machismo, sexismo e patriarcado. A socialização no âmbito doméstico perpetua a hierarquia de poder em que os homens detêm uma posição legitimada sobre as mulheres, resultando na opressão das mulheres dentro da estrutura familiar, relegando-as a papéis subalternos e subjugados. Esta dominação “se materializa e se corporifica por intermédio da cultura, das tradições e da divisão sexual do trabalho, que se impõe, desde muito cedo, com o desempenho de determinadas tarefas ditas femininas” (Siqueira; Sardenberg; 2014).

Corroborando com a afirmativa acima, Siqueira e Sardenberg (2014, p. 07), afirma que:

para que essas mulheres possam ressignificar o espaço doméstico, é necessário, primeiro, desconstruir nelas próprias as imagens construídas de si mesmas que lhes foram impostas pelo conjunto da sociedade e por elas assimiladas e reproduzidas e, então, buscar a libertação das formas de sujeição pelo contrato sexual e pela cultura.

A afirmativa de Siqueira e Sardenberg, destaca uma questão essencial no contexto da emancipação das mulheres: a necessidade de ressignificar o espaço doméstico como parte do processo de superação das representações tradicionais de gênero e das formas de sujeição que foram historicamente impostas às mulheres. Enfatiza a importância da desconstrução das imagens internalizadas pelas mulheres, que foram moldadas por normas e expectativas sociais historicamente patriarcais. Essas imagens muitas vezes as limitam a papéis tradicionais e subalternos no ambiente doméstico.

Outro aspecto importante na fala das autoras, é a menção ao "contrato sexual" que refere-se ao conjunto de normas sociais que perpetuam desigualdades de gênero, atribuindo às mulheres funções específicas na esfera doméstica. A cultura de subjugação se refere à aceitação passiva dessas normas pela sociedade. A libertação deste contrato sexual e da cultura de subjugação implica em desafiar ativamente essas normas e lutar por relações de gênero mais igualitárias.

Por fim, a afirmativa de Siqueira e Sardenberg, implica no entendimento da ressignificação do espaço doméstico como parte integrante do processo de empoderamento das mulheres. Isso envolve reconhecer que o espaço doméstico não deve ser uma prisão, mas sim um local onde as mulheres têm o direito de exercer sua autonomia, tomando decisões sobre suas vidas e buscando seu desenvolvimento pessoal e coletivo.

Nesse sentido, é notório que a união dessas mulheres se inicia com a percepção da necessidade de mobilização para ir contra as desigualdades que as assolam ao longo dos anos. Para além disso, a partir do momento em que essas mulheres compreendem a importância das práticas associativas para a realização das suas atividades produtivas, elas conseguem, também, compreender a importância dessas práticas no processo de

fortalecimento da sua autonomia, que as tornam instrumentos reais de mudança da realidade em que vivem e de outras comunidades.

Sob essa perspectiva, as práticas da ECOSOL oferecem um espaço onde as mulheres desempenham um papel central, contribuindo para a redução das desigualdades de gênero e melhorando suas próprias condições de vida. Isso enfatiza a importância dessas práticas como instrumentos eficazes não apenas para a emancipação das mulheres, mas também para a construção de uma economia mais justa e inclusiva.

Assim, conforme afirma Butto et al. (2014, p. 9),

As associações, funcionam como espaço participativo que vai além da viabilização e geração de renda. Elas acabam sendo espaços de discussão e compartilhamento de conhecimento e saberes, e contribui para a emancipação social como sujeitos que (re)constroem e articulam continuamente suas identidades coletivas em processos de luta.

Como afirma o autor, as associações são locais onde os membros têm a oportunidade de participar ativamente. Isso implica que os membros não são meros beneficiários passivos, mas sim agentes ativos em processos de tomada de decisão e ação. Além de criar oportunidades de geração de renda, as associações também servem como espaços onde o conhecimento e os saberes são compartilhados. A ideia de que os membros (re)constroem e articulam suas identidades coletivas é fundamental, pois sugere que as associações não apenas promovem a solidariedade, mas também ajudam os membros a desenvolver uma compreensão mais profunda de quem são como grupo e como podem impactar positivamente suas comunidades.

Neste sentido, a consciência das mulheres rurais desempenha um papel vital na ocupação dos espaços e no desenvolvimento rural. Nas últimas décadas, tem havido uma crescente conscientização sobre a importância do papel das mulheres nas comunidades rurais, não apenas como agentes de mudança, mas também como líderes e impulsionadoras do progresso rural. Essa consciência está intrinsecamente ligada à compreensão de que as mulheres rurais desempenham papéis multifacetados, indo além das responsabilidades tradicionalmente atribuídas a elas.

Percebe-se que, com o passar do tempo, as mulheres enquanto atores, se constituíram num importante agente na promoção do desenvolvimento de um local/região, agentes esses que se configuram em um dos principais intermediários da mudança econômica e social (Oliveira; Carvalho; Nascimento; Schmidt, 2018). Dessa forma, o ganho de poder das mulheres nas esferas sociais e intrafamiliar constitui um dos aspectos centrais no processo de desenvolvimento de qualquer localidade (Sen, 2000).

Nas comunidades rurais e em contextos agrários, as contribuições das mulheres muitas vezes permanecem obscurecidas. Elas desempenham papéis cruciais na esfera reprodutiva, embora esses papéis frequentemente não sejam devidamente valorizados, mesmo quando têm um impacto direto ou indireto na geração de renda. Quando as mulheres conseguem gerar excedentes, geralmente esses produtos são levados ao mercado por homens, que tradicionalmente ocupam o espaço público. Embora serviços relacionados à reprodução possam ser adquiridos no mercado ou fornecidos por políticas públicas, em muitas famílias que seguem a tradição camponesa, esses serviços são produzidos internamente pelos membros da família, com uma participação significativa das mulheres.

Aprofundando o tratamento da questão, Staduto et. al. considera que,

As mulheres reduziram a invisibilidade social e produtiva à medida que aumentaram a participação na força de trabalho, contribuindo diretamente para o produto nacional. Por outro lado, o trabalho denominado invisível exercido na forma de serviços prestados aos demais membros das famílias não é capturado pelos registros das contas nacionais; no entanto, corresponderia a uma parcela expressiva do produto nacional. De fato, todos os dias uma legião de mulheres faz rotineiro trabalho não remunerado em seus lares (Staduto et al, 2015, p. 73)

A afirmativa do autor, destaca uma dualidade significativa na participação das mulheres na força de trabalho e em suas contribuições para a economia. O autor reconhece o aumento da participação das mulheres na força de trabalho e seu papel direto na geração de valor econômico. Isso indica uma mudança nas dinâmicas tradicionais de gênero e uma contribuição substancial das mulheres para a produção nacional. No entanto, a fala de Staduto et al, também chama a atenção para o trabalho não remunerado realizado pelas mulheres em seus lares, que muitas vezes não é registrado nas contas nacionais. Essa

invisibilidade econômica pode resultar em uma subestimação significativa do produto nacional, já que esse trabalho não é capturado pelos indicadores econômicos convencionais.

Destarte, no contexto contemporâneo, a condição da mulher rural ainda enfrenta desafios significativos, mas também tem testemunhado avanços importantes. Tradicionalmente, as mulheres em áreas rurais eram frequentemente relegadas a papéis domésticos e agrícolas invisíveis, com pouca visibilidade e participação nas esferas públicas e econômicas. No entanto, as mudanças sociais, econômicas e políticas nas últimas décadas têm contribuído para uma transformação gradual dessa realidade. Neste cenário, as práticas associativas têm desempenhado um papel crucial no empoderamento das mulheres rurais.

Na atualidade, o termo empoderamento tem sido utilizado em diferentes áreas de conhecimento, constituindo-se em ferramenta de governos, organizações da sociedade civil e agências de desenvolvimento em agendas direcionadas para a melhoria da qualidade de vida e dignidade humana de setores pobres, boa governança, maior efetividade na prestação de serviços e responsabilização social (Narayan; 2002).

O Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) define “empowerment” como o processo através do qual as pessoas tomam controle e ação com fim de superar os obstáculos (Unicef; 2016). A definição da UNICEF, enfoca o “empowerment” como um processo através do qual as pessoas assumem o controle e agem para superar obstáculos. Porém, sugere uma abordagem mais individualizada, onde as pessoas buscam superar desigualdades estruturais que as colocam em situações de desvantagem.

Abordando a questão com uma maior amplitude, o Banco Mundial entende o empowerment como uma maior participação dos pobres nos processos políticos e na tomada de decisão a nível local, para fortalecer a sua capacidade de influenciar as instituições públicas (The World Bank; s/d). Este modelo foi inspirado no marco “empowerment da mulher” da UNICEF (2002) utilizado para explicar as desigualdades estruturais da mulher e que inclui os seguintes elementos: bem-estar, controle, acesso, participação e consciencialização.

Referindo-se à perspectiva do Banco Mundial, a definição de empoderamento concentra-se em uma maior participação dos pobres nos processos políticos e na tomada de decisões

locais. O foco está na capacidade das pessoas influenciarem as instituições públicas por meio da participação política, sugerindo uma abordagem mais ampla que considera diversos aspectos da vida das pessoas.

Alguns autores apresentam diversos conceitos para definir empoderamento. Para Batliwala, empoderamento é o processo de questionar ideologias e relações de poder. Destarte, conforme a autora,

O termo empoderamento se refere a uma gama de atividades, da assertividade individual até à resistência, protesto e mobilização coletivas, que questionam as bases das relações de poder. No caso de indivíduos e grupos cujo acesso aos recursos e poder são determinados por classe, casta, etnicidade e gênero, o empoderamento começa quando eles não apenas reconhecem as forças sistêmicas que os oprimem, como também atuam no sentido de mudar as relações de poder existentes. Portanto, o empoderamento é um processo dirigido para a transformação da natureza e direção das forças sistêmicas que marginalizam as mulheres e outros setores excluídos em determinados contextos (Batliwala; 1994, p. 130 *apud* Sardenberg; 2009, p. 06).

A fala de Batliawala (1994), apresenta uma visão abrangente e profunda do conceito de empoderamento, destacando sua natureza multifacetada e seu papel na transformação das relações de poder. Abrange uma variedade de atividades que vão desde a assertividade individual até formas mais coletivas de resistência, protesto e mobilização. Isso significa que o empoderamento não se limita a uma única abordagem, mas pode ser alcançado de diferentes maneiras, dependendo das circunstâncias e do contexto.

Conforme a autora, o empoderamento envolve questionar as bases das relações de poder existentes. Isso implica em reconhecer as forças sistêmicas que oprimem indivíduos e grupos com base em fatores como classe, casta, etnicidade e gênero. Em vez de aceitar passivamente essas opressões, o empoderamento implica em agir para mudar essas relações de poder.

Ainda segundo Batliwala (1994), o objetivo do empoderamento não é apenas lidar com questões superficiais, mas sim transformar a natureza e direção das forças sistêmicas que marginalizam mulheres e outros grupos excluídos. Isso significa que o empoderamento visa

mudanças profundas e estruturais que afetam as vidas das pessoas em determinados contextos.

Abarcando a posição de Batliwala (1994), mas adicionando outras características, Mosedale (2005), afirma que:

- a) para se “empoderar” alguém ter que ser antes “desempoderado” - ex. as mulheres enquanto um grupo;
- b) ninguém “empodera” outrem – isto é, trata-se de um ato autorreflexivo de “empoderar-se”, ou seja, a si própria (pode-se, porém “facilitar” o desencadear desse processo, pode-se criar as condições para tanto);
- c) empoderamento tem a ver com a questão da construção da autonomia, da capacidade de tomar decisões de peso em relação às nossas vidas, de levá-las a termo e, portanto, de assumir controle sobre nossas vidas;
- d) empoderamento é um processo, não um simples produto. Não existe um estágio de empoderamento absoluto. As pessoas são empoderadas, ou desempoderadas em relação a outros, ou então, em relação a si próprias, anteriormente (Mosedale; 2005, p. 243-244 *apud* Sardenberg; 2009, p. 06)

O empoderamento discutido por Mosedale (2005), reflete um processo que envolve a transição de um estado de "desempoderamento" para um estado de empoderamento. Isso reflete a realidade das mulheres rurais, que muitas vezes enfrentam desigualdades estruturais que as colocam em posições de desvantagem em relação a outros grupos na sociedade. O processo de empoderamento busca abordar essas desigualdades.

A autora também traz inferências quanto ao processo de autonomia e reflexão individual, quando enfatiza que o empoderamento é um ato autorreflexivo, no sentido de que as pessoas, incluindo as mulheres rurais, precisam se empoderar a si próprias. Isso significa que o empoderamento não pode ser imposto de fora, mas pode ser facilitado através da criação das condições certas para que as pessoas assumam o controle de suas vidas. As mulheres rurais podem ser apoiadas nesse processo, mas a decisão de se empoderar parte delas mesmas.

Sob essa mesma perspectiva, de acordo com Friedman (1996), o empoderamento abrange todas as maneiras de aumentar o poder, seja por influência externa ou conquista própria, possibilitando que indivíduos ou famílias melhorem sua eficácia no exercício da cidadania. Conforme o autor, existem três tipos de empoderamento a saber:

O **empoderamento social** se refere ao acesso a determinadas bases de produção doméstica, informação, conhecimento e técnicas, e recursos financeiros. Tal tipo de empoderamento presume o acesso às instituições e aos serviços, e a capacidade de influência no ambiente público. O **empoderamento político** corresponde ao processo pelo qual são tomadas as decisões; esse, no entanto, não está relacionado tão somente com o poder de voto, mas principalmente com o poder de voz e da ação coletiva. Por fim, o **empoderamento psicológico** ou pessoal ocorre quando há um despertar da consciência no que se refere à autonomia e ao desenvolvimento individual; abrange desde questões relativas à autoestima e à autoconfiança, como também a ter controle sobre a própria sexualidade, reprodução e segurança pessoal, provém da consciência individual de força (Friedman; 1996, *apud* Oliveira; Carvalho; Nascimento; Schmidt, 2018, p. 634, grifo nosso).

Percebe-se com a afirmativa acima, que o conceito de empoderamento está vinculado à ideia de que o indivíduo aprimora sua habilidade de reconhecer, compreender e atribuir significado às suas próprias necessidades, buscando maneiras de atendê-las e tomando suas próprias decisões.

Essas três dimensões do empoderamento estão interligadas e se reforçam mutuamente. O empoderamento social pode criar as condições para o empoderamento político, permitindo que as pessoas participem efetivamente na vida pública. Da mesma forma, o empoderamento político pode levar a mudanças sociais que melhorem o acesso a recursos e oportunidades. O empoderamento psicológico, por sua vez, é fundamental para que as pessoas se sintam capacitadas a aproveitar as oportunidades e influenciar seu ambiente.

Essa compreensão aprofundada do empoderamento é crucial para o desenvolvimento de políticas e práticas que visam promover a equidade, a justiça social e o fortalecimento das pessoas em todas as esferas de suas vidas. Além disso, ressalta a necessidade de abordagens holísticas que considerem não apenas o poder político, mas também o acesso a recursos e o desenvolvimento pessoal como componentes fundamentais do empoderamento.

Abarcando a posição de Friedman (1996), mas adicionando outras características, para Costa (2002, p. 7) “o empowerment é mecanismo pelo qual as pessoas, as organizações e as comunidades tomam controle dos seus próprios assuntos, da sua própria vida e do seu destino, consciencializando-se da sua habilidade e competência para produzir, criar e gerir”.

Ainda na perspectiva do pensamento de Costa (2002), o empoderamento tem fundamentalmente duas dimensões: uma individual e outra coletiva.

[...] A nível individual implica um processo de transformação pelo qual o indivíduo vai obtendo poder e controlo, elevando os seus níveis de confiança, autoestima e capacidade para responder às suas próprias necessidades, alcançando os objetivos propostos. A dimensão individual possui relação com a tomada de consciência do indivíduo, dos seus próprios interesses, como estes se relacionam com os dos outros e como a união de todos pode trazer maior influência na tomada de decisão. Já a dimensão coletiva do empoderamento, baseia-se na ideia de que as pessoas em situações vulneráveis têm mais capacidade de participar e defender os seus direitos quando se unem com objetivos comuns (Costa, 2002, p. 08)

Conforme afirmativa de Costa, o empoderamento é um processo que abrange tanto a esfera individual quanto a coletiva, promovendo a transformação e a capacitação dos indivíduos e grupos em busca de maior autonomia e influência em suas vidas e comunidades.

Dessa forma, o processo de fortalecimento individual progride à medida que a pessoa adquire consciência de suas próprias capacidades, aumenta sua habilidade de tomar decisões e desenvolve confiança em si mesma. Esse fortalecimento mantém uma relação recíproca com a participação em atividades sociais, visto que um indivíduo confiante pode contribuir de maneira mais ativa em ações coletivas. Igualmente, a participação em atividades coletivas possibilita o acesso a serviços essenciais e promove a disseminação de informações, colaborando, assim, para o fortalecimento individual. A participação ativa em grupos e organizações permite que os indivíduos expressem suas preferências de maneira mais eficaz e busquem mudanças positivas, resultando em um aumento da voz coletiva.

Gohn (2004, p. 23), por sua vez, ressalta que “o significado da categoria “empowerment”, como tem sido traduzido no Brasil, não tem um caráter universal”. No entanto, de modo geral, os autores concordam que o empoderamento pode ocorrer em diferentes níveis, referindo-se ao empoderamento individual, organizacional e o comunitário (Baquero; 2012).

Para Wallerstein e Bernstein (*apud* Baquero, 2006, p. 28),

o empoderamento é uma construção em nível individual, quando se refere às variáveis intrapsíquicas e comportamentais; em nível organizacional, quando se refere à mobilização participativa de recursos e oportunidades em determinada organização; e em nível comunitário, quando a estrutura das mudanças sociais e a estrutura sociopolítica estão em foco.

Abordando a questão com maior amplitude, Gohn (2004, p. 23), afirma que,

o empoderamento tanto poderá estar referindo-se ao processo de mobilizações e práticas destinadas a promover e impulsionar grupos e comunidades - no sentido de seu crescimento, autonomia, melhora gradual e progressiva de suas vidas (material e como seres humanos dotados de uma visão crítica da realidade social); como poderá referir-se a ações destinadas a promover simplesmente a pura integração dos excluídos, carentes e demandatários de bens elementares à sobrevivência, serviços públicos, atenção pessoal etc.

Nesse sentido, a fala de Gohn destaca a complexidade do conceito de empoderamento, que abrange tanto a provisão de necessidades básicas e serviços essenciais quanto o fortalecimento das capacidades críticas e da autonomia das comunidades marginalizadas. Isso implica reconhecer que o empoderamento não deve ser visto apenas como uma abordagem assistencialista, mas também deve promover uma transformação estrutural e um entendimento mais profundo das questões sociais e das dinâmicas de poder.

Zimmerman, sugere que o empoderamento individual também é intrapessoal, pois, embora seja fortemente influenciado por fatores psicológicos, como autoestima, temperamento e experiências, ele é resultado das percepções que os indivíduos têm de si mesmos e de suas interações com ambientes e pessoas (*apud* Horochovski e Meirelles; 2007).

Já o empoderamento comunitário, conforme Perkins e Zimmerman, é um processo que envolve atores individuais ou coletivos em uma comunidade, os quais, por meio de práticas participativas, colaboram no desenvolvimento de ações voltadas para a consecução de objetivos previamente definidos de forma coletiva (*apud* Horochovski e Meirelles, 2007).

Assim, conforme os autores supracitados, no âmbito do empoderamento comunitário, ocorre o fortalecimento de grupos ou indivíduos que enfrentam desvantagens, capacitando-os para que possam articular seus interesses, defender plenamente seus direitos de cidadania e influenciar as ações do Estado. Esse processo visa a capacitar a comunidade para que se

torne um agente ativo na defesa de seus interesses e na promoção de melhorias nas condições de vida, com a participação efetiva de seus membros no desenvolvimento de estratégias e ações coletivas.

Sob a perspectiva, o termo empoderar, reflete uma abordagem emancipatória do empoderamento, em que indivíduos, organizações e comunidades buscam adquirir recursos que lhes proporcionem voz, visibilidade, influência e capacidade de ação e tomada de decisão (Horochovski e Meirelles; 2007).

Esta abordagem tem como objetivo reequilibrar a estrutura de poder na sociedade, destacando a importância de responsabilizar tanto o Estado quanto as empresas, ao mesmo tempo em que fortalece o poder da sociedade civil na administração de seus próprios assuntos (Friedmann; 1996).

Apresentando um posicionamento diferente do que foi abordado até aqui, Freire (1986) introduziu uma perspectiva diferente de empoderamento, conhecida como "empoderamento de classe social". De acordo com a visão freiriana, esse conceito não se restringe a um processo de natureza individual. Freire enfatiza que ele não acredita na autoemancipação, pois, em sua compreensão, a libertação é um ato que se manifesta no contexto social (Freire; 1986).

Assim, ao expressar sua descrença na autoemancipação pessoal, Freire, argumenta que o processo de libertação está intrinsecamente ligado à dimensão social, destacando que a transformação da realidade e a conquista da liberdade ocorrem de maneira coletiva, envolvendo a ação conjunta de grupos e comunidades.

Mesmo quando você se sente, individualmente, mais livre, se esse sentimento não é um sentimento social, se você não é capaz de usar sua liberdade recente para ajudar os outros a se libertarem através da transformação da sociedade, então você só está exercitando uma atitude individualista no sentido do empowerment ou da liberdade (Freire; 1986, p. 135).

Neste caso, o conceito de empoderamento transcende a esfera do indivíduo e da psicologia, configurando-se como um processo de ação coletiva que ocorre na interação

entre pessoas e que, necessariamente, traz à tona desequilíbrios nas relações de poder na sociedade.

Na visão freiriana, o empoderamento individual é importante se for baseado em uma compreensão crítica da realidade social. No entanto, o autor ressalta que esse processo deve estar relacionado à transformação mais ampla da sociedade.

Nessa perspectiva, o empoderamento, como um processo e um resultado, pode ser entendido como surgimento de uma ação social na qual os indivíduos adquirem controle sobre suas próprias vidas por meio da interação com outros indivíduos. Esse processo promove o pensamento crítico em relação à realidade, contribui para o desenvolvimento de capacidades pessoais e sociais e possibilita a transformação das relações sociais de poder.

O empoderamento envolve, portanto, um processo de conscientização que implica a transição do pensamento ingênuo para uma consciência crítica. Importante ressaltar que essa conscientização não ocorre de forma isolada, mas sim em um contexto dialético, no qual o sujeito interage com o mundo e reflete sobre suas ações, em um processo de ação-reflexão, conhecido como práxis (Freire, 1979). Conscientizar não implica manipular ou conduzir os outros a adotar um determinado pensamento, mas sim ajudá-los a adquirir um olhar mais crítico sobre a realidade, por meio do afastamento do mundo para objetivá-lo em suas relações, como destacado por Freire (1986, p. 207).

Mudamos nossa compreensão e nossa consciência à medida que estamos iluminados a respeito dos conflitos reais da história. A educação libertadora pode fazer isso – mudar a compreensão da realidade. Mas isto não é a mesma coisa que mudar a realidade em si. Não. Só a ação política na sociedade pode fazer a transformação social, e não o estudo crítico em sala de aula.

Sob essa perspectiva, o diálogo não se limita a ser uma mera troca de palavras e não se destina à transferência de conhecimento especializado, mas sim à problematização da forma oficial do conhecimento, questionando as relações dominantes que o originaram. Dessa maneira, implica um processo de questionamento e redescoberta do conhecimento. O diálogo é direcionado para uma educação voltada à emancipação.

Destarte, Freire concebe a educação como um ato político, pois a compreende como um empreendimento social. Ele a vê como um ato político que engloba uma ação cultural em prol da libertação, representando um projeto de intervenção no mundo. Conforme argumenta Freire (1979. p. 34), "a educação, como prática da liberdade, é um ato de conhecimento, uma abordagem crítica da realidade", o que implica em um processo de conscientização, como já discutido anteriormente.

De acordo com a UNICEF, as mulheres devem obter um acesso equitativo aos recursos e serviços para garantir o seu bem-estar. Para que se produza empowerment, as mulheres devem ser conscientes de que as desigualdades não se devem a debilidades individuais, mas sim a um sistema de discriminação contra elas como grupo (Unicef; 2016).

Nesse sentido, o empoderamento é resultado de um conjunto de elementos, que no caso das mulheres, tem como objetivos questionar o sistema patriarcal; transformar as estruturas que reforçam e perpetuam a discriminação de gênero as desigualdades sociais; e criar as condições para que as mulheres possam ter acesso e controle sobre recursos materiais e informacionais (Sardenberg; 2009).

Assim, ao aplicar as teorias sobre empoderamento ao contexto das mulheres rurais, podemos ressaltar a necessidade destas de se impor quanto ao enfrentamento de situações que afetam diretamente as suas vidas, implicando num processo que tende a gerar consciência política e criar pressão para alcançar mudanças relevantes na sociedade. Por isso, a inserção das mulheres agricultoras familiares nas atividades comunitárias - atividades estas, tidas como "incomuns" para mulheres - nos mostram que esse protagonismo é fruto de um processo de construção individual e coletivo, que tende a levá-las a um empoderamento com significativas repercussões sociais.

Desta forma, as postulações disponibilizadas nesta seção nos permitem assegurar que, o desafio maior do Associativismo e da ECOSOL, no contexto das mulheres rurais, é que ambos sejam capazes de incorporar o compromisso com o questionamento da divisão sexual do trabalho e o reconhecimento do trabalho doméstico, de cuidados com a produção de vida, assim como o de contribuir para que esse trabalho seja, efetivamente, considerado uma responsabilidade coletiva e não uma atribuição específica das mulheres (Faria; 2011).

Além disso, as práticas associativas precisam ser capazes de levar essas mulheres a vencer um desafio que, longe de autoimposto e determinado pela tessitura da sociedade, é a de se empoderarem, tornando-se artífices e protagonistas das próprias vidas.

6.1 PRÁTICAS ASSOCIATIVAS NA REPRODUÇÃO AMPLIADA DA VIDA: empoderando e emancipando mulheres rurais

Com o avanço do capitalismo, as mulheres passam a vivenciar direta ou indiretamente a exploração capitalista. As famílias, que antes eram unidades de produção e consumo, passam a ser unidades de consumo e de fornecimento de força de trabalho. As mulheres começam a atuar no mercado de trabalho e a participar do espaço público. No entanto, elas acumulam seu trabalho externo com o trabalho doméstico, evidenciando ainda mais a desigualdade de gênero e a divisão sexual do trabalho (Fischer; 2012).

Segundo Scott (1999), as relações de opressão já faziam parte da divisão social do trabalho, contudo, foi devido ao desenvolvimento do capitalismo que houve a separação das esferas pública (política e econômica) e privada (reprodutiva) para homens e mulheres, respectivamente. Além disso, de acordo com a autora, as normas sociais não estão relacionadas apenas à divisão do trabalho, mas também à representação do masculino e feminino e a hierarquização nas relações de poder derivadas dessa representação (Fischer; 2012). Ou seja, são as construções sociais que ditam normas e valores a partir da condição sexual, que resultam nas relações de produção e de reprodução (Silva; 2019).

Paralelamente a esse cenário, há tempos vem perpetuando no Brasil uma visão masculinizada do campo, que ocorre principalmente pela divisão do trabalho é estruturada sobre o viés sexual, ao homem é atribuído o manejo com o roçado e as atividades econômicas, já o trabalho doméstico e cuidado com os familiares é um papel atribuído unicamente da mulher.

Além disso, as mulheres, quando realizavam atividades produtivas, eram inferiorizadas ao serem consideradas como apenas expansão do trabalho doméstico.

No meio rural, a vida das mulheres é marcada por uma realidade de rígida divisão sexual do trabalho e de relações patriarcais. Na grande maioria das situações os homens determinam os rumos da família, que se organiza a partir do poder hierárquico masculino, centrado na figura do pai, cujos interesses são apresentados como sendo hegemônicos. (Dantas e Medeiros; 2016, P. 5)

Apresentando um argumento mais abrangente, Siliprandi (2009, p. 25) afirma que,

“[...] esse não reconhecimento do trabalho da mulher nos espaços de seu domínio, como hortas, cultivos medicinais, criação de pequenos animais, dentre outras atividades, torna-o invisível para a economia formal, quando, na verdade, cumprem funções de valor inestimável”.

Ainda segundo a autora supracitada (2015. p. 27),

Existe uma normalização na distribuição das tarefas no espaço rural, cabendo às mulheres as atividades domésticas e reprodutivas e aos homens as atividades financeiras e produtivas. Ocorre uma exclusão da mulher no conhecimento das tecnologias agropecuárias e da sua participação nas decisões, as quais são atribuídas ao marido, além da desvalorização do seu trabalho, o qual é considerado como uma “ajuda” sem direito à remuneração.

Diante de tais colocações, Siliprandi e Cintrão (2015) apontam, neste sentido, duas dimensões da desvalorização do trabalho da mulher na agricultura familiar, ambas interrelacionadas: a dimensão concreta ou material, de não acesso à renda proveniente de seu trabalho; e a dimensão simbólica, de não reconhecimento de sua contribuição econômica para a composição da renda familiar. Para as autoras, essa desvalorização apresenta como consequências na vida das mulheres a dificuldade ou mesmo o impedimento ao exercício de sua autonomia pessoal e ao pleno exercício de sua cidadania, como desfrutar seus direitos econômicos, sociais e políticos previstos em lei (Silva; Ponciano; Souza e Cezar; 2020).

Contudo, de acordo com Pacheco (2009), as mulheres adquiriram, historicamente, um vasto saber dos sistemas produtivos sustentáveis, desempenhando um importante papel ao administrar os fluxos de biomassa, ao conservar a biodiversidade animal e vegetal e ao assegurar, por meio de sua atividade produtiva, as bases para a segurança alimentar da família e dos consumidores, mas que permaneceu invisível aos olhos do Estado e da sociedade até o final do século XX (Silva; Ponciano; Souza e Cezar; 2020). Ademais, esses

saberes, são importantes para a complementação de renda da família e como estratégias de conservação da biodiversidade (Pacheco; 2009).

Fato é que, as mulheres são as mais penalizadas no contexto de produção caracterizado por escassez de oportunidade de trabalho e de renda. De acordo com Fischer (2012) a desvalorização do trabalho produtivo da mulher rural está relacionada ao não reconhecimento do valor do trabalho agregado e a não remuneração das atividades que ela realiza.

Dessa forma, naturaliza-se a ideia de que a renda por ela produzida no roçado – o qual está, geralmente, sob a administração de um homem (pai, irmão, filho, marido) deve ficar com o “provedor”, que tende a gerir o recurso como se ele o tivesse obtido sozinho (ibidem, 2012). Portanto, para a autora, a principal consequência da invisibilidade do trabalho da mulher rural diz respeito ao exercício da cidadania, que por consequência, impacta no seu processo de autonomia.

Nesse mesmo viés, Faria (2011, p. 40) traz a afirmativa que, historicamente, “o trabalho das mulheres foi invisibilizado e não reconhecido, tanto no que diz respeito ao trabalho doméstico e para o autoconsumo, como também no que era realizado no roçado”. Arelado a esse contexto, houve a negação de sua autonomia econômica, pessoal e política e a exclusão das decisões sobre a terra e o território.

Na França, por exemplo, tende-se excessivamente a negligenciar ou até mesmo a esquecer o papel decisivo dos grupos de mulheres no movimento associativo francês do século XIX e da primeira metade do século XX. Fossem elas de inspiração laica ou religiosa, essas práticas associativas animadas por mulheres visavam frequentemente “educar” o povo, mas sobretudo responder de modo muito pragmático às necessidades básicas dos mais desfavorecidos: tuberculose, moradias operárias insalubres, analfabetismo, falta de educação (higiênica, cultural, social etc.); além disso, algumas delas tinham um verdadeiro projeto coletivo de sociedade. (Guérin; 2005, p. 09).

Diante do postulado, é importante saber que as mulheres sempre estiveram presentes nos modos de organização. Embora essa participação não tenha ganhado a devida notoriedade pelas classes dominantes, elas foram personagens fundamentais em diversas conquistas, destacando-se principalmente pela atuação em causas sociais, ambientais e sustentáveis.

Destarte, para Silva (2019, p. 33), a restrição do espaço de participação e a ideia de que as tarefas produtivas se confundem com as domésticas, impostas a essas mulheres, configuram sua caracterização como trabalhadora pela sociedade. Desta forma, direitos como sindicalização, de posse de terra, de aposentadoria, de participação nos programas de desenvolvimento rural foram comprometidos e negados às mulheres rurais por muitos anos por não serem reconhecidas como trabalhadoras, mas dependentes do homem.

Face ao exposto, a condição de subalternidade da mulher diante da dominação masculina nas relações rurais perpassa por sua condição de impotência diante da dependência financeira e econômica (Silva; 2019). A emancipação das mulheres depende, portanto, para diversos autores da reivindicação de sua cidadania, ou seja, dos direitos das mulheres previstos em lei e dos benefícios concedidos pelas políticas públicas (ibidem, 2019).

Destarte, ao promover os espaços de discussão, de reflexão coletivas, as mulheres contribuem com a redefinição da articulação entre família, mercado, comunidade e autoridades públicas, além de propiciarem a revalorização das práticas solidárias; e essa redefinição e essa (re)valorização pode colaborar na luta contra as desigualdades intrafamiliares ao permitir que as mulheres, conciliem melhor sua vida familiar e sua vida produtiva (Guérin; 2005).

No atual cenário e, diante das transformações socioeconômicas, ambientais, políticas e culturais, as mulheres foram levadas a assumirem, também, o papel de chefes de família e provedoras de renda. A alternativa encontrada por essas mulheres está diretamente ligada à atuação por meio das associações de agricultura familiar que se estabelecem como organizações sociais ou de economia social que, segundo Pimenta (2006, p. 08),

são aquelas que desenvolvem atividades econômicas caracterizadas pela gestão democrática e autônoma das organizações e pela primazia das pessoas sobre o lucro. Essas atividades seriam exercidas por sociedades cooperativas, organizações mutualistas e associações.

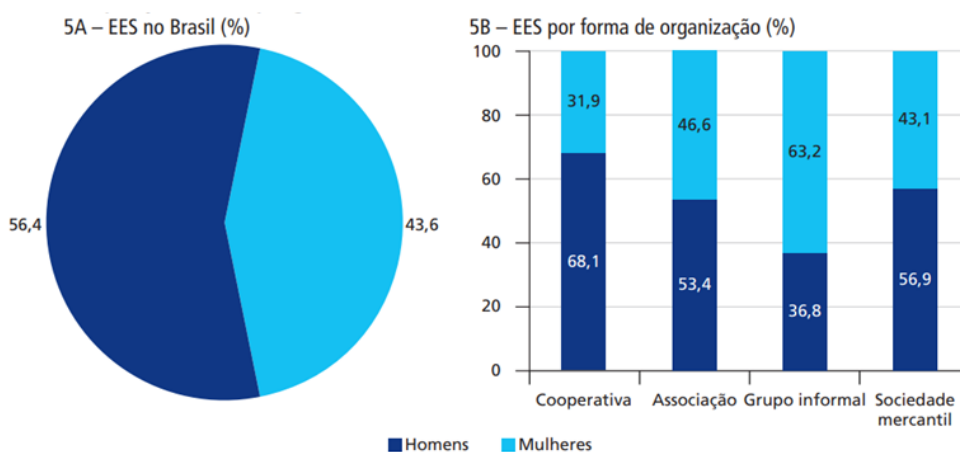
Diante de tais colocações, é importante considerar que os processos produtivos em que as mulheres estão envolvidas têm a sua principal origem os eixos familiares, e elas utilizam a sabedoria adquirida de geração a geração como forma de resistência e viabilização de renda,

seja pela agricultura familiar, artesanato, corte e costura, e desenvolvimento/fabricação de produtos, onde colocam em prática os seus saberes. Ao se estabelecerem sob o viés solidário, assumem um poder ainda mais transformador da sociedade e das relações econômicas.

Não basta as mulheres produzirem, é importante elas perceberem a realidade de desigualdade vivenciada e, para alterar essa realidade, a organização é fundamental. Pois a realidade de uma não é diferente da outra, bem como não é diferente da realidade das mulheres das outras comunidades e nem de outros lugares. Juntas, e em movimento, as mulheres criam alternativas para mudar as suas vidas e a sociedade (Moura e Medeiros; 2016, p. 14).

Dados do último mapeamento realizado pelo Sies, apontaram que em termos de relação de gênero, a maioria do quadro social desses EES é do sexo masculino: 803.373 (56,4% do total) contra 620.258 do sexo feminino (43,6%), com uma média de 41 homens e 32 mulheres por EES. Nesse quesito, as cooperativas e os grupos informais apresentam outra relação inversa: enquanto as cooperativas possuem a maior proporção de homens (63,8%) dentre as formas de organização dos empreendimentos, os grupos informais são os únicos com média superior de mulheres (63,2%) (Silva; 2016), conforme podemos observar na figura a seguir:

Figura 22 – Composição dos Empreendimentos por Gênero



Fonte: Silva, (IPEA; 2017).

Outro dado interessante para ser analisado reside no fato que, mesmo não tendo constado no levantamento do Sies questões sobre quantidade de horas trabalhadas semanalmente no

empreendimento, as experiências empíricas do mundo do trabalho, como Silva e Carneiro (2016, p. 24) colocam,

“[...] parte dessa realidade é explicada pela necessidade de muitas mulheres buscarem uma ocupação em tempo parcial que lhe permita uma complementação da renda familiar e que ela possa conciliar com outros afazeres que ainda são majoritariamente desempenhados pela população feminina, como os cuidados do lar e da família”.

Sob essa perspectiva, os autores supracitados ainda defendem a ideia de que, tal cenário explica parte da razão pela qual existe um alto percentual de mulheres em empreendimentos informais, por exigirem dinâmicas administrativas mais simples e serem mais fáceis de serem desfeitos em caso de uma eventualidade (Silva e Carneiro, 2016). Outra questão que merece atenção é com relação à área de atuação desses empreendimentos, haja vista que pelo levantamento, os EES urbanos apresentam média de homens e mulheres mais equilibrada, enquanto nos rurais e rurais/urbanos, a predominância é masculina.

Os fatos relatados até o presente momento revelam uma convergência notável ao ressaltar a complexidade dos papéis desempenhados pelas mulheres em contextos diversos. Além disso, iluminam uma questão fundamental no contexto das mulheres rurais e nas práticas associativas que é a multiplicidade de papéis que as mulheres desempenham na reprodução ampliada da vida.

Tal conceito, enfatiza o papel das mulheres como agentes de reprodução para além da procriação biológica. Demonstra como as mulheres contribuem para a reprodução e preservação da vida através de diversas atividades produtivas e reprodutivas, incluindo trabalho de cuidado, trabalho comunitário e preservação cultural, destacando para além disso, o trabalho coletivo (Tiriba; Sichi, 2018).

Destarte, interpolando uma posição mais completa, Tiriba e Sichi afirmam que,

“Do nosso ponto de vista, a reprodução ampliada da vida, no seu sentido pleno, tem como requisitos a propriedade coletiva dos meios de produção, o controle coletivo do processo de trabalho e a distribuição equitativa dos frutos do trabalho. Em outras palavras, pressupõe culturas do trabalho associado entremeadas por singularidades de gênero, raça e etnia que vão se entrelaçando, tendo a criação da sociedade de produtores livremente

associados como horizonte. Nesse processo, novas relações entre seres humanos e natureza e entre os próprios seres humanos se ampliam em todas as esferas da vida biológica e social. Suas bases materiais e simbólicas estão fundadas no respeito à natureza externa e ao ser humano, na produção associada e na autogestão do trabalho e da vida social que permita a homens e mulheres a produção de sociabilidades fraternas e solidárias” (Tiriba e Sichi, 2018, p. 85)

A fala acima apresenta uma visão abrangente da "reprodução ampliada da vida", destacando seus requisitos fundamentais e seu horizonte como sociedade de produtores livremente associados. A autora afirma que, para atingir a reprodução ampliada da vida no sentido pleno, é necessário um conjunto de elementos-chave, como propriedade coletiva dos meios de produção, o controle coletivo do processo de trabalho e a distribuição equitativa dos frutos do trabalho. Esses requisitos apontam para uma visão socialista ou cooperativa da organização econômica e social.

Além disso, a citação enfatiza a interseção de questões de gênero, raça e etnia nesse processo, o que demonstra uma compreensão da complexidade das identidades e das formas de desigualdade social. Desta forma, conforme a autora supracitada, a reprodução ampliada da vida não pode ser alcançada sem abordar as desigualdades sociais e as singularidades que surgem dessas identidades.

Destarte, ao tomarmos essa teoria como uma das bases para a elucidação deste estudo, entendemos que reprodução ampliada da vida ressoa com as experiências das mulheres rurais envolvidas em práticas associativas, uma vez que reconhece e valoriza as suas contribuições multifacetadas para o desenvolvimento comunitário. Ao enfatizar o papel das mulheres como agentes de reprodução, a teoria fornece um quadro conceitual que capacita as mulheres rurais e lhes permite exigir os seus direitos e desafiar as normas patriarcais tanto nas esferas públicas como privadas.

As práticas associativas entre mulheres rurais, defendidas pelas autoras, podem contribuir significativamente para o desenvolvimento sustentável. Ao trabalharem coletivamente, as mulheres podem mobilizar recursos, aceder ao crédito e comercializar os seus produtos de forma eficaz. Além disso, a teoria destaca a necessidade de abordagens holísticas que integrem a sustentabilidade ecológica, a justiça social e a equidade de gênero nas políticas e estratégias de desenvolvimento.

Conforme as autoras, essa reprodução ampliada vai além dos termos econômicos e leva em conta a reprodução e a transformação das relações sociais. Isto inclui a reprodução do patriarcado, da raça e das estruturas de classe, bem como a reprodução de normas, crenças e ideologias. Ao considerar estas dimensões, as autoras argumentam que a reprodução se torna um local de lutas pelo poder, refletindo e reforçando as desigualdades existentes.

Desta forma, as associações de mulheres nas zonas rurais servem como locais cruciais para promover a ação coletiva, o empoderamento e a prossecução de objetivos comuns. Através destas associações e dos grupos produtivos, as mulheres rurais são capazes de construir capital social, produzir e partilhar conhecimentos, desafiando as normas de gênero prevalecentes.

Tais práticas associativas abrangem uma ampla gama de atividades, incluindo grupos de autoajuda, cooperativas, organizações comunitárias e movimentos populares. Estas associações proporcionam às mulheres plataformas para abordar questões como o direito à terra, o acesso ao crédito, a geração de rendimentos, a educação e os cuidados de saúde. (Tiriba e Sichi; 2018, p. 87)

A fala aborda a importância das práticas associativas, destacando a amplitude das atividades que englobam, como grupos de autoajuda, cooperativas, organizações comunitárias e movimentos populares. Essas formas de associação desempenham um papel crucial na promoção dos direitos das mulheres e na melhoria de suas condições de vida. Essas organizações oferecem uma plataforma para as mulheres abordarem questões essenciais, como o direito à terra, acesso ao crédito, geração de renda, educação e cuidados de saúde.

Assim, as práticas associativas são meios eficazes para que as mulheres rurais e de outras comunidades possam se organizar e defender seus interesses coletivos. Isso é particularmente relevante em contextos nos quais as mulheres historicamente enfrentam desigualdades de gênero e limitações no acesso a recursos e oportunidades.

Estudos empíricos como, pesquisas realizadas em vários contextos mostraram que as cooperativas agrícolas de mulheres aumentam a produtividade, o rendimento e a segurança alimentar, validam o papel crucial das associações de mulheres no desenvolvimento rural. Estas associações, também contribuem para reforçar a igualdade de gênero, desafiando as estruturas de poder dominadas pelos homens e promovendo a liderança das mulheres.

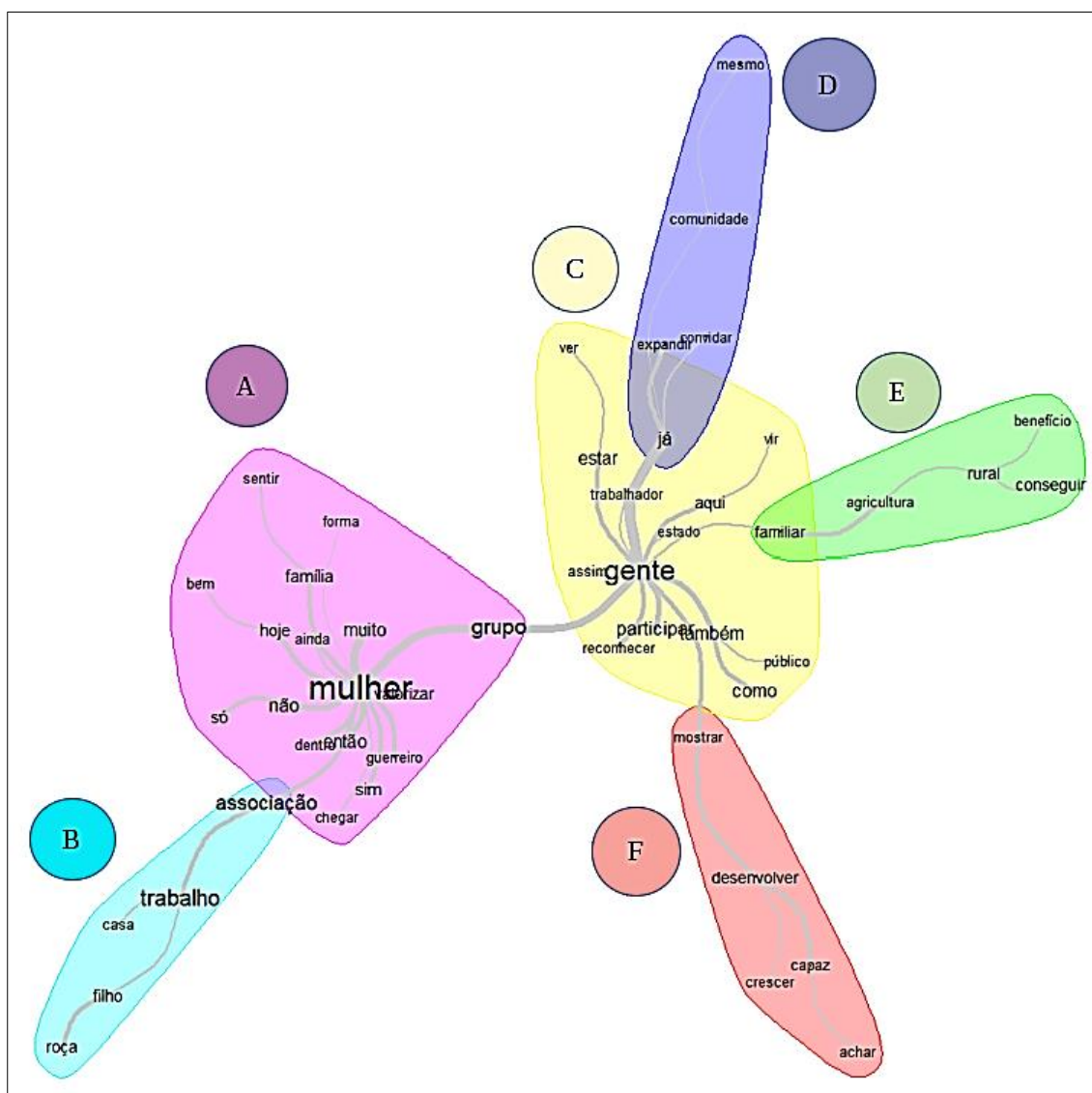
Além disso, as associações de mulheres permitem a partilha de conhecimentos e o desenvolvimento de capacidades, promovendo inovações e abordagens alternativas. Criam espaços para as mulheres negociarem coletivamente o seu acesso aos recursos e influenciarem os processos de tomada de decisão. Ao fornecer redes de apoio social, estas associações têm um impacto positivo no bem-estar, na saúde mental e na resiliência das mulheres.

Destarte, com o intuito de compreender o grau de proximidade entre as palavras mencionadas pelas entrevistadas, conduzimos a análise de similitude das entrevistas em relação aos temas abordados na terceira categoria de análise que versa sobre Empoderamento Individual e/ou coletivo das mulheres rurais a partir das práticas associativas vivenciadas por elas no âmbito dos grupos produtivos.

O corpus para análise do tema foi constituído por 10 unidades de contexto, correspondentes às 11 entrevistas realizadas, separadas em 46 segmentos de texto, de onde emergiram 1002 ocorrências (palavras ou temas), sendo que destes, 398 aparecem com uma única ocorrência, permitindo a partir das análises estatísticas textuais, a realização da análise de similitudes e nuvem de palavras, para melhor expressar as representações da apreciação das informações levantadas nos questionários e nas entrevistas.

Ao analisarmos o grafo da análise de similitude (figura 22, abaixo), encontramos conexão entre os termos “gente”, “grupo”, “mulher” e “associação” nas falas das mulheres, assim como a recorrência desses termos indicada pelo tamanho da fonte. Há centralidade dos termos “mulher” e “gente” na representação gráfica e uma vinculação forte com o termo “grupo”. Estas palavras pertencem a dois núcleos centrais no diagrama, formados a partir das nuvens A e C.

Figura 23 - *Corpus* III da análise de similitude sobre a construção do empoderamento individual e/ou coletivo das mulheres a partir das práticas associativas rurais



Fonte: Elaborada pela pesquisadora (2023), com apoio do Software IRAMUTEQ

A relação entre esses conjuntos revela uma vinculação significativa, pela densidade da linha que os conecta. Podemos inferir que “trabalho [na] roça [em] casa [e na] associação” é uma condição central para essas mulheres, onde realizam as tarefas diárias e a sociabilidade familiar representada pelo termo “filho” - o que indica que é onde também compartilham seu cotidiano, envolvendo a promoção de relações familiares saudáveis e interações significativas

Outro aspecto importante dessa análise se encontra na frase “[a] gente [depende da] agricultura [para] conseguir benefício”, construída a partir do *cluster* E, demonstrando uma consciência dos direitos que lhes são oferecidos através do acesso às políticas públicas destinadas à comunidade rural. As práticas associativas, no caso das mulheres, refletem interconexões importantes, destacando a complexidade e a integralidade de suas vidas cotidianas. Essa consciência também está relacionada à noção de reprodução ampliada da vida, onde as mulheres buscam ativamente garantir seu sustento e o de suas famílias por meio do trabalho agrícola.

A análise da figura 22, também nos revela aspectos fundamentais sobre a interconexão entre trabalho na roça, trabalho doméstico e participação em associações. A densidade da linha que conecta esses elementos indica uma profunda vinculação entre eles, sugerindo que essas mulheres desempenham função central nesse contexto, não se limitando a um único papel, estando constantemente envolvidas em diferentes esferas de atividade. À luz da teoria da reprodução ampliada da vida, a figura nos revela uma interligação de diferentes dimensões da vida cotidiana, incluindo o trabalho produtivo e reprodutivo.

A figura também nos remete a compreensão da existência de duas comunidades distintas, bem definidas e intermediadas pelo termo “grupo”. A *comunidade A*, que apresenta o termo “mulher” na sua centralidade, agrupando termos importantes para o entendimento das práticas associativas no âmbito do seu cotidiano como “família”, “associação”, “trabalho” e “roça”. E, a *comunidade B*, que apresenta na sua centralidade o termo “gente”, agrupando *clusters* importantes que representam sua participação nos espaços representativos das suas comunidades, conforme nos mostra a nuvem C.

O *cluster* F, traz os termos “mostrar”, “desenvolver”, “crescer” e “capaz” mantendo uma densa ligação com o termo “gente”, a partir da qual podemos inferir que a frase construída pela junção dos termos “[a] gente [é] capaz [de] crescer [e] desenvolver” representa a importância das práticas associativas na construção coletiva do grupo e no processo de geração de emprego e renda.

Da forma como a nuvem está posta, cada uma das palavras-chave no *cluster* possui significados distintos, mas todas elas compartilham uma conotação positiva de progresso e

habilidade. Isso sugere a importância da capacidade humana de alcançar crescimento e desenvolvimento. A palavra "gente" representa, claramente, as mulheres, sendo fundamental para estabelecer a conexão entre as ações (mostrar, desenvolver, crescer, ser capaz), destacando o caráter humano das ações propostas pelas mulheres no seu dia a dia.

O *cluster* F, em sua composição, sugere que as práticas associativas desempenham um papel fundamental na realização do potencial humano de crescimento e desenvolvimento, pois inclui de forma subjetiva o entendimento de colaboração, cooperação e trabalho em equipe, onde as mulheres se unem para alcançar objetivos comuns.

Por fim, a análise nos possibilita fazer inferência que esse processo coletivo de crescimento e desenvolvimento está ligado à geração de emprego e renda. Isto porque indica que as ações conjuntas não apenas beneficiam as mulheres individualmente, mas também têm um impacto positivo na comunidade, criando oportunidades de trabalho e sustento.

O conjunto dos termos encontrados na nuvem de palavras refletem uma das temáticas centrais deste estudo, que é como as práticas associativas contribuem para o processo de empoderamento e emancipação das mulheres rurais. Sendo assim, na imagem é possível observar a palavra "mulher" em destaque, refletindo a importância que a figura da mulher tem dentro das comunidades rurais, seja pela sua força e capacidade produtiva, seja pelo seu senso de organização e liderança.

Analisando a questão com maior profundidade, figura 23 (abaixo) destaca a proeminência do termo "mulher" na sua centralidade, o que indica que essa palavra foi mencionada com mais frequência nas respostas das participantes. Além disso, outras palavras, como "gente", "grupo", "associação", "participar", "estar", "trabalho" e "direitos", também são mencionadas com tamanhos significativos na nuvem, sugerindo que esses conceitos estão intimamente relacionados aos depoimentos das participantes da pesquisa

mesmo quero fazer um curso de enfermagem. Ele nunca deixou eu fazer. Nunca deixa eu sair assim pra estudar. E hoje eu vou enfrentar. Não vai ser fácil, mas ele vai ter que entender porque é meu sonho, sabe? É fazer um curso, é ser uma empreendedora porque eu sei mexer com com doces, então é assim, hoje é aquela frase você pode, você vai conseguir. Basta querer!”(Notas de Campo, 2023, Entrevistada A)

[...]

“Como nós aqui, essa associação mostrou muito pras mulheres porque muitas, pra você ver desistiram porque o marido não aceitava. Pra eles a mulher tem que ficar em casa, mulher tem o marido pra trabalhar. Então, a associação, o grupo ajudou muito pra abrir os olhos dos nossos direitos aqui na comunidade”. (Notas de Campo, 2023, Entrevistada B)

[...]

“A gente via que tinha muitas mulheres que vinha oprimida pelos companheiros. No início mesmo, foi difícil a nossa luta porque quando saía e quando voltava sabia que chegava em casa e não era estava bem aceita, né? Por causa que a gente sabe que tem essa parte do machismo, né? Porque pros homens mulher tem que ficar só em casa, o trabalho de mulher é em casa, é cuidar de criança, é cuidar lar, do pé do fogão, do tanque de roupa. Mas não é isso. Aí, gente foi lutando, foi conquistando documentação em nome da mulher, pra mulher ter o seu, pra poder a mulher conseguir as políticas públicas e através dessa luta já conseguimos. tem o PRONAF MULHER, o Garantia Safra. Todos esses tipo de políticas pública a gente conseguiu e nós percebe que o nosso grupo de mulher se libertou muito. Considero as mulheres hoje assim, já bem libertada nesse sentido. A dificuldade foi no início. Hoje a mulher estar ocupando o seu espaço, no trabalho, na sociedade e em tudo”. (Notas de Campo, 2023, Entrevistada C)

Os relatos destacam a evolução das mulheres rurais em suas comunidades em um contexto em que o machismo e a opressão, ainda hoje, são predominantes. Todos os relatos enfatizam a importância das associações de mulheres como catalisadoras de mudanças significativas em suas vidas e nas mentalidades tradicionais.

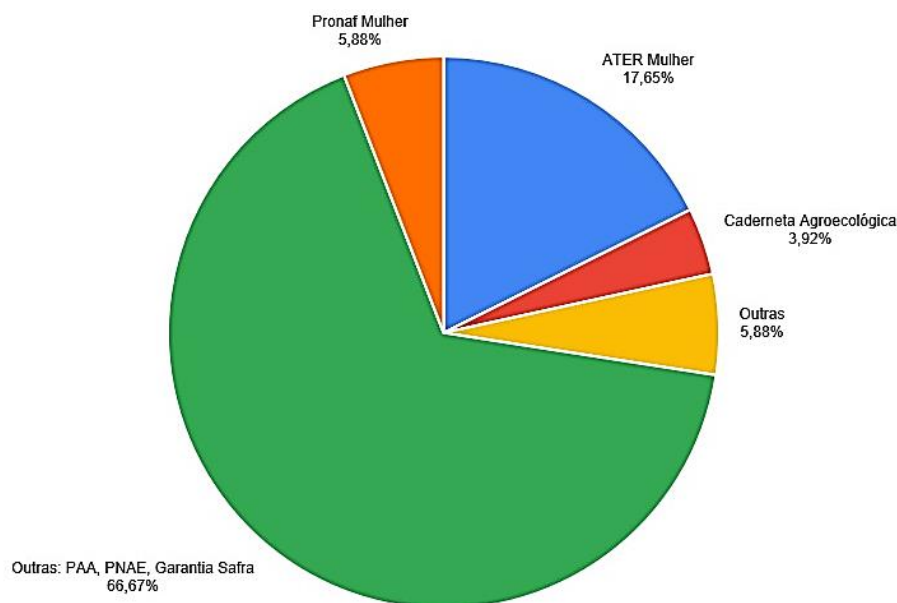
Nos primeiros relatos, as *Entrevistadas A e B*, alertam sobre a necessidade de uma associação feminina em suas regiões, pois já existiam as associações de homens. Isso é emblemático, pois mostra como as mulheres começaram a se conscientizar sobre a importância de se organizarem e reivindicarem seus direitos e espaço na comunidade. A partir desse alerta, as mulheres se envolveram mais ativamente na associação, e isso tem impactos diretos em suas vidas pessoais e profissionais. Elas começam a empreender, a adquirir novas habilidades, algo que antes lhes era negado pelos maridos. Esses relatos refletem a ideia de empoderamento individual, onde a mulher busca seu desenvolvimento pessoal e a conquista de seus sonhos.

Já a fala da *Entrevistada C* reflete uma análise mais profunda, pois vemos como a associação desempenhou um papel crucial na conscientização das mulheres sobre seus direitos. Muitas delas enfrentaram resistência por parte de seus companheiros, que têm visões tradicionais sobre o papel da mulher na sociedade. A associação serviu como um espaço onde essas mulheres puderam se unir, compartilhar experiências e lutar por seus direitos. Elas conquistaram documentação em seus próprios nomes e acessaram políticas públicas que beneficiaram não apenas a si próprias, mas às suas comunidades como um todo.

Os relatos destacam como a luta coletiva contra o machismo e a opressão de gênero permitiu que as mulheres rurais se libertassem das restrições tradicionais e ocupassem espaços no trabalho e na sociedade. Esse processo de emancipação é evidente: essas mulheres agora se veem como libertadas, ocupando papéis mais ativos e igualitários em suas comunidades.

Também é possível notar, pelos relatos, como as associações e os grupos produtivos de mulheres rurais desempenham um papel fundamental na promoção do empoderamento individual e coletivo, na desconstrução de estereótipos de gênero e na conquista de direitos que antes lhes eram negados. Eles exemplificam como essas mulheres estão transformando suas realidades e contribuindo para uma sociedade mais justa e igualitária.

Um exemplo prático da veracidade dos relatos são os dados de acesso a políticas públicas voltadas para a mulher no meio rural. Das 51 respondentes, 66,7% acessam programas de governo como o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE e o Garantia Safra. 17% dessas mulheres tem acesso ao Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural para as Mulheres - ATER Mulher. 5,9% das participantes do estudo acessam o PRONAF Mulher, 3,9% têm acesso a caderneta agroecológica e 5,9% acessam outros programas como o Bolsa Família, o Auxílio Gás, dentre outras, conforme gráfico abaixo.

Gráfico 07 - Acesso às Políticas Públicas

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2023).

Os dados apresentados revelam informações significativas sobre o acesso das mulheres rurais a políticas públicas e essa análise é fundamental para compreender como essas políticas estão impactando o empoderamento dessas mulheres. Acesso a programas de segurança alimentar reflete um aspecto importante do empoderamento. Esses programas proporcionam não apenas segurança alimentar, mas também oportunidades de geração de renda para as mulheres rurais por meio da produção de alimentos. Isso as torna mais autossuficientes e fortalece o papel econômico exercido dentro de suas famílias e comunidades.

Já o acesso à assistência técnica e extensão rural evidencia o reconhecimento das necessidades específicas das mulheres rurais. Esse tipo de assistência pode melhorar suas habilidades agrícolas, facilitar a adoção de práticas sustentáveis e aumentar sua produtividade. Isso se traduz em uma maior autonomia no manejo de suas atividades e no acesso a informações técnicas que podem resultar em melhores resultados econômicos.

Apesar de representar uma porcentagem relativamente baixa (5,88%), o acesso ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Mulher (PRONAF Mulher) é significativo. Esse programa oferece crédito e recursos financeiros às mulheres rurais,

permitindo-lhes investir em suas atividades produtivas. Isso é essencial para o empoderamento econômico, pois capacita as mulheres a gerenciarem suas finanças e tomar decisões relacionadas aos negócios agrícolas.

Por fim, o acesso a uma variedade de outros programas, como o Bolsa Família e o Auxílio Gás, demonstra que as mulheres rurais estão conectadas a diversas iniciativas governamentais que abordam diferentes aspectos de suas vidas. Desta forma, podemos inferir que elas não se limitam apenas ao setor agrícola, mas também estão envolvidas em programas sociais que podem melhorar sua qualidade de vida de maneira mais ampla.

Esses dados indicam que as mulheres rurais estão se beneficiando de políticas públicas que visam promover seu bem-estar e fortalecer seu papel nas áreas econômica, social e ambiental. O empoderamento dessas mulheres está intrinsecamente ligado à sua capacidade de acessar e se beneficiar dessas políticas, o que, por sua vez, pode contribuir para uma maior autonomia, autoconfiança e participação ativa na tomada de decisões em suas vidas, em suas famílias e em suas comunidades. Fato este que ressalta a importância contínua do apoio a políticas e programas que atendam às necessidades específicas das mulheres rurais e promovam seu empoderamento, conforme podemos observar na fala a seguir:

“Os direitos a política pública, acesso à saúde, isso aí tudo hoje, as mulheres têm. Elas estão sendo vistas, então temos sim. Acredito que todas as mulheres, hoje, têm seu passe livre. Então elas devem e podem e estão sempre onde elas querem. Somos vistas como guerreiras, como mulheres empoderadas, mulheres que buscam o que querem e conseguem [...] somos sim, hoje, mulheres de instrumento forte na hora das decisões. Nossa palavra hoje tem voz, tem vez, são ouvidas, atendidas, reivindicamos e conseguimos espaço. Somos emancipadas socialmente, politicamente e dentro da família também (*Notas de Campo, 2023, Entrevistada A*)

A fala da *Entrevistada A*, reflete uma perspectiva otimista sobre a situação atual das mulheres em relação aos direitos, políticas públicas, acesso à saúde e *empowerment*. Ele destaca que as mulheres estão obtendo reconhecimento e autonomia, sendo vistas como "guerreiras" e capazes de buscar e alcançar o que desejam. Além disso, enfatiza que as mulheres têm voz e são ouvidas, tanto em decisões políticas como em questões familiares, indicando uma suposta emancipação social e política.

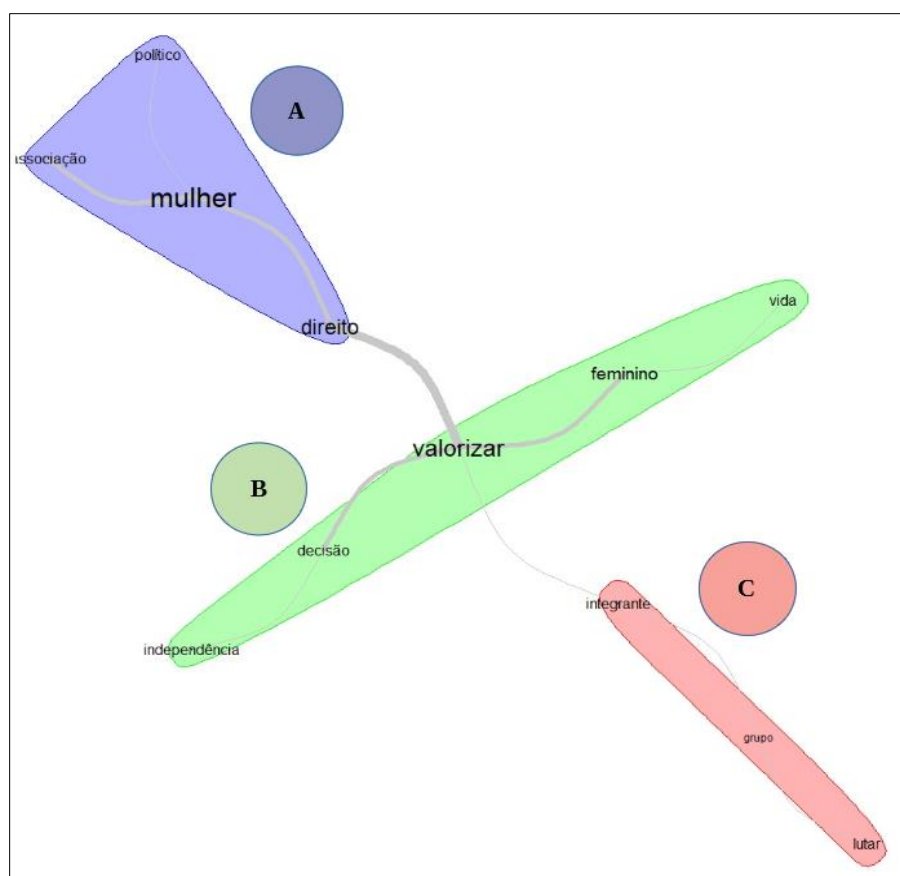
Sob esse ponto de vista, conforme Freire (2003), a emancipação e a luta contra a opressão perpassam pela ideia de que a educação deve capacitar as pessoas a questionar as estruturas opressivas e a se tornarem agentes de mudança em suas próprias vidas e comunidades.

No contexto da fala da nossa entrevistada, a afirmação de que "*nossa palavra hoje tem voz, tem vez, são ouvidas, atendidas, reivindicamos e conseguimos espaço*" reflete a noção de empoderamento das mulheres, que estão se tornando conscientes de seus direitos e da importância de sua voz na sociedade. Além disso, a referência à emancipação social e política das mulheres também está alinhada com a perspectiva freiriana de que a educação é uma ferramenta para a libertação e a transformação social. A participante reconhece que as mulheres estão conquistando autonomia e poder para influenciar as decisões políticas e sociais que afetam suas vidas.

Outro aspecto importante encontrado na fala da participante está relacionada à ampliação das capacidades e oportunidades das mulheres para além do âmbito doméstico. A fala menciona que as mulheres estão presentes "*onde elas querem*" e que são capazes de buscar e alcançar o que desejam. Isso sugere uma ampliação das esferas de atuação das mulheres, incluindo a participação em espaços tradicionalmente dominados por homens.

Aprofundando o tratamento da questão trazida pela categoria 3 da análise de conteúdo, ao analisarmos as falas das entrevistas, gerou-se um gráfico sobre como as mulheres enxergam o conceito de “empoderamento”. Com base nos textos analisados, podemos observar que a relação entre os termos “associação”, “mulher”, “direito”, “valorizar”, “integrante” e “grupo” é uma condição *sine qua non* para a independência feminina, conforme figura abaixo.

Figura 25: *Corpus IV* da análise de similitude sobre a percepção das mulheres rurais enquanto sujeitas de direitos



Fonte: Elaboração da Autora (2023), com apoio do Software IRAMUTEQ

Os *clusters* apresentam um elo denso entre si pelo termo “valorizar”, com ligações binárias deste com o termo “direito” e com o termo “integrante”. A partir das frases “[*ser*] integrante [*do*] grupo [*para*] lutar [*por*] direitos” e “[*a*] associação [*possibilita*] [*a*] mulher [*a*] lutar [*pelos seus*] direitos”, representa o entendimento delas pela valorização da vida, do fazer colaborativo, das práticas associativas como um meio para lutar por equidade e igualdade de direitos, independência das amarras que muitas vezes a vida no campo as impõem, e sobretudo, sobre a importância ter acesso à políticas públicas de inclusão e bem estar social.

O uso do termo "valorizar" como elo denso entre os *clusters* pode ser entendido como um termo que não se limita apenas a atribuir importância ou apreço, mas também envolve uma compreensão mais profunda e crítica das relações sociais e dos direitos. A ligação entre "valorizar" e "direito" ressalta a importância da conscientização e da luta por direitos como elementos fundamentais para a transformação social.

A frase "[ser] integrante [do] grupo [para] lutar [por] direitos" representa a ênfase da ação transformadora e da participação ativa na busca por mudanças sociais. A inferência ao "fazer colaborativo" e "práticas associativas" está alinhada com a ideia de que a aprendizagem ocorre por meio da ação e da reflexão crítica. Essas práticas não são apenas meios de lutar por equidade e igualdade de direitos, mas também oportunidades para desenvolver habilidades e conscientização.

A menção à importância de quebrar as amarras que muitas vezes a vida no campo impõe a estas mulheres está relacionada à ideia de reprodução ampliada da vida, quando compreendemos que a participação das mulheres em associações e grupos produtivos contribui para a luta por direitos, transcendendo as limitações impostas pelo contexto rural, levando essas mulheres a buscar e a alcançar uma vida mais plena e igualitária. Nesse sentido, a produção e difusão do conhecimento através do processo formativo e informativo deve ser uma força motriz na ampliação das possibilidades de vida das mulheres rurais, especialmente daquelas que enfrentam desafios socioeconômicos.

Destarte, a análise de similitude da figura 24, destaca a importância da conscientização, da ação colaborativa e da participação em práticas associativas como meios de lutar por equidade, igualdade de direitos e acesso a políticas públicas, refletindo uma abordagem crítica e transformadora, para a promoção do bem-estar social e da justiça. A conexão entre os termos "valorizar", "direito" e "integrante" sugere, ainda, uma compreensão profunda da importância do engajamento coletivo. Sob essa perspectiva, Freire (2003) postula que essa valorização está ligada à conscientização das mulheres sobre seus direitos e ao reconhecimento de que fazer parte de um grupo produtivo é uma maneira de lutar por esses direitos.

Apresentando uma abordagem aproximada da perspectiva freiriana, a *Entrevistada B*, nos relata que,

“Através da vivência, participando das atividades, a gente vai conhecendo o valor que tem uma mulher no campo. E aí a gente se sente valorizada. Antes a gente pensava que esse valor era só para as mulheres que tinham bom conhecimento, estudos, mulheres da cidade. Mas nós também temos todos os direitos, os direitos são iguais. Por isso que hoje eu me sinto assim, uma mulher guerreira de luta, porque eu luto no dia

a dia para acontecer o melhor. Penso que se eu tivesse esse conhecimento desde jovem e se tivesse um estudo, eu hoje queria ser uma prefeita, uma vereadora, uma deputada, uma senadora, queria ter um posto alto. Como eu moro na roça, podia também ter direito, mas no tempo que eu estou, no meio do meu estudo também, não posso chegar lá. Mas mesmo assim eu ainda quero lutar. Até o fim, para meus direitos de mulher. Hoje a mulher tem muitos direitos, tem o direito igual dos homens, mas tem umas que nem sabe ainda, precisa saber o valor da mulher. Às vezes tem até mais direito que homem, e não sabe, e não dá valor nesse direito” (*Notas de Campo, 2023, Entrevistada B*).

A fala da participante da pesquisa apresenta uma reflexão interessante que se relaciona com a ideia de expandir a compreensão e o reconhecimento do papel e dos direitos das mulheres em diferentes contextos, incluindo o ambiente rural. A fala ainda descreve como a vivência e a participação em atividades a levou a conhecer o valor das mulheres que vivem e trabalham no campo. Tal compreensão reflete a ideia de ampliação do papel da mulher, não apenas nas áreas urbanas, mas também nas áreas rurais.

Ela ressalta ainda que as mulheres têm os mesmos direitos que os homens e que ela se sente uma "*mulher guerreira de luta*" que luta diariamente pelo melhor. Essa afirmação nos remete a compreensão de igualdade de direitos e da capacidade das mulheres de se autoafirmarem, o que é fundamental para a reprodução ampliada de suas vidas.

A *Entrevistada B* também admite que o conhecimento e a educação são ferramentas importantes para buscar posições de destaque. Ao fazer a menção que, se tivesse tido acesso ao conhecimento desde jovem e a oportunidade de estudar, ela aspiraria a cargos políticos de alto nível, ressalta a importância da educação na capacitação das mulheres e na ampliação de suas oportunidades. A busca pelo conhecimento é uma ferramenta essencial para o empoderamento das mulheres.

A fala também aborda a falta de conscientização de algumas mulheres sobre seus próprios direitos. A participante destaca, também, a importância de as mulheres reconhecerem o valor que possuem e os direitos que têm, mesmo que alguns não estejam plenamente conscientes disso. Essa conscientização é fundamental para a promoção da igualdade de gênero e da reprodução ampliada da vida.

Nesse sentido, podemos inferir que a fala analisada reflete a ideia de reprodução ampliada da vida ao destacar a importância de conhecer e valorizar o papel e os direitos das mulheres no campo, promovendo a igualdade de gênero e a conscientização sobre esses direitos (Tiriba; 2018). Isso ocorre por meio do acesso ao conhecimento, da educação e da autoafirmação, elementos essenciais para o empoderamento das mulheres e para a ampliação de suas oportunidades em diversos contextos sociais.

A fala também apresenta elementos que podem ser analisados à luz da perspectiva crítico-dialética de Freire (2003), que enfoca a conscientização, a emancipação e a transformação social por meio da educação e do diálogo. Isto torna-se perceptível quando a *Entrevistada B* evidencia um processo de conscientização por meio da vivência e da participação em atividades ao qual as mulheres no campo estão conhecendo o valor que têm. Isso é consistente com a abordagem freiriana, que enfatiza a importância de as pessoas se tornarem conscientes de sua realidade e de sua capacidade de mudança por meio da educação e do diálogo.

Outro ponto de destaque na fala da *Entrevistada B* está na ênfase dada por ela à importância da educação como ferramenta para a transformação social. Freire, acreditava que a educação poderia capacitar as pessoas a agir de forma crítica e transformar suas realidades. Desta forma, podemos afirmar que a fala reflete elementos essenciais da perspectiva crítico-dialética de Freire (2003), incluindo a conscientização, o empoderamento, a percepção das desigualdades sociais, a busca por transformação e o papel central da educação na promoção do diálogo e da mudança social.

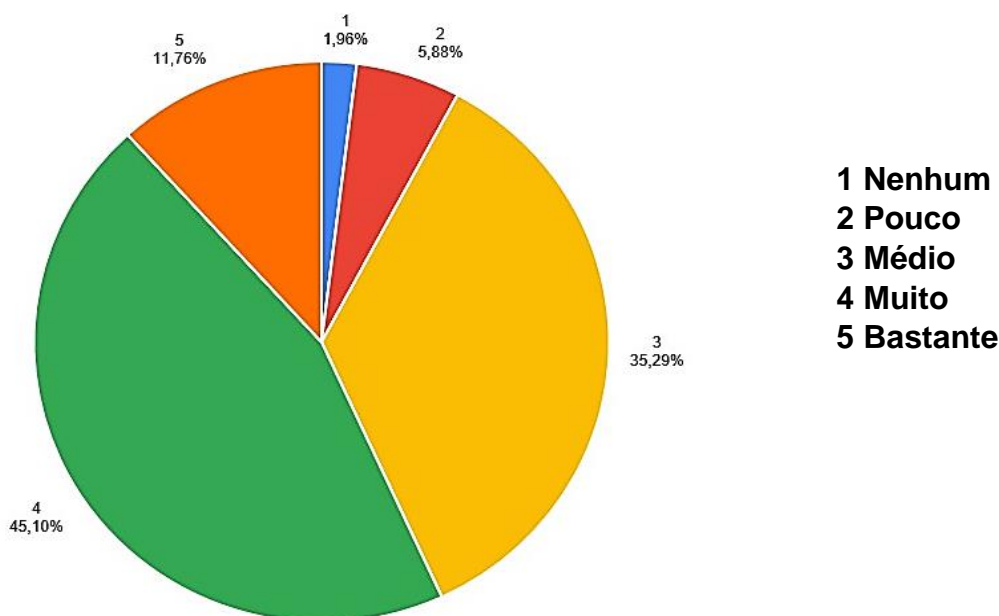
A construção desse processo emancipatório vivenciado pelas mulheres demonstra a complexidade dessas experiências e destaca a necessidade de considerar uma variedade de fatores que influenciam o papel das práticas associativas nas vidas delas e de suas comunidades, fato que pode ser verificado através das respostas ao questionamento sobre ***“o quanto as vivências (vinculadas às práticas) influenciam na rotina das mulheres, nos processos de tomada de decisão dentro dos grupos, no seio familiar e na comunidade”***.

Ao serem interpeladas sobre esta questão, 01 participante respondeu que as suas vivências não influenciam na sua rotina e nos processos decisórios nos vários espaços que ela ocupa,

representando 1,96% das respostas. 03 mulheres responderam que as vivências impactam pouco nos seus processos decisórios, representando 5,88% do universo pesquisado.

Já 18 mulheres responderam que as vivências impactam de forma mediana nos contextos aos quais estão inseridas, representando 35,29% das respostas obtidas. 23 mulheres, afirmaram que as vivências influenciam muito nas suas tomadas de decisão nos espaços aos quais elas estão inseridas, representando 45,1% das respondentes e, 06 mulheres responderam que as vivências no âmbito dos grupos produtivos e nas associações impactam bastante nas tomadas de decisão dentro dos espaços ocupados por elas, representando 11,76% das respostas. Conforme podemos observar no gráfico abaixo.

Gráfico 08 - Grau de Influência das vivências na tomada de decisão das mulheres nos vários espaços de convivência



Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2023).

A análise dos dados apresentados sobre o impacto das vivências das mulheres rurais em sua rotina e nos processos decisórios revela informações importantes sobre como essas experiências moldam suas vidas e influenciam seu papel em diferentes contextos, incluindo a associação, a família e a comunidade.

Primeiramente, é notável que a maioria das mulheres (45,1%) relatou que suas vivências influenciam muito em suas tomadas de decisão nos espaços que ocupam. Podemos inferir que essas mulheres reconhecem que suas experiências moldam suas perspectivas e influenciam ativamente a forma como elas participam e contribuem nos diferentes contextos. Esse grupo provavelmente se beneficia significativamente de suas vivências, utilizando-as como base para tomar decisões informadas e participar de maneira mais eficaz nas esferas em que estão envolvidas.

Em seguida, um número considerável de mulheres (35,29%) afirmou que suas vivências impactam de forma mediana nos contextos em que estão inseridas. Isso sugere que essas mulheres reconhecem alguma influência de suas experiências, mas essa influência pode não ser tão profunda ou generalizada como no grupo anterior. Elas podem enfrentar situações em que suas vivências são relevantes para algumas decisões, mas não necessariamente para todas.

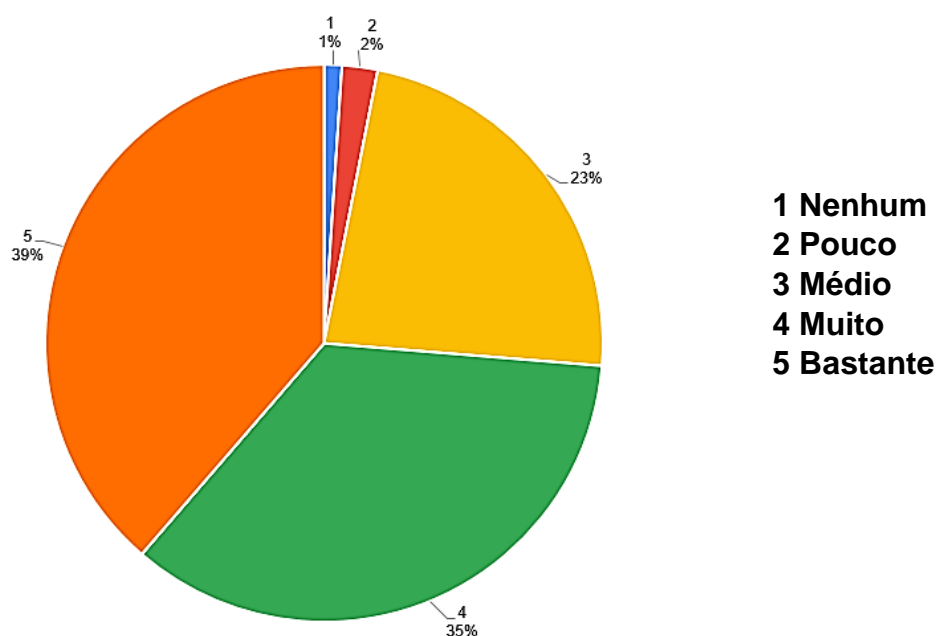
Um grupo menor (11,76%) relatou que suas vivências impactam bastante nas tomadas de decisão, especificamente dentro dos grupos produtivos e associações. Isso sugere que essas mulheres atribuem grande importância às experiências adquiridas nessas configurações e as utilizam como guia para suas decisões. Essa percepção pode ser resultado de um ambiente colaborativo e de aprendizado dentro das associações.

Por outro lado, um pequeno grupo (5,88%) afirmou que suas vivências impactam pouco em seus processos decisórios, e uma participante (1,96%) relatou que suas vivências não influenciam de forma alguma. Essas respostas podem ser reflexo de experiências individuais ou de uma falta de reconhecimento da importância das vivências em suas vidas.

Os dados revelam que as vivências das mulheres rurais desempenham um papel significativo em suas tomadas de decisão, com a maioria reconhecendo uma influência considerável. Essas vivências podem ser vitais para seu empoderamento e capacidade de contribuir ativamente em diferentes contextos. Entender essas dinâmicas é essencial para apoiar o desenvolvimento e a participação efetiva das mulheres rurais em associações e em suas comunidades.

Um outro dado interessante diz respeito sobre como está a participação das mulheres no espaço comunitário, antes destinados apenas aos homens, principalmente no contexto do rural. Ao serem questionadas sobre “*como é a sua participação nas atividades das comunidades as quais fazem parte?*”, 08 mulheres responderam que é baixa a participação nas atividades da comunidade, representando 16% das respostas. 05 mulheres responderam que é mediana a sua participação nas atividades comunitárias, o que corresponde a 10% do total das respondentes. 17 mulheres responderam que é muita a sua participação nas atividades da comunidade, representando 34% das respostas e, 20 mulheres responderam que participam bastante das atividades comunitárias, representando 40% das respostas.

Gráfico 09 - Grau de Participação das Mulheres Rurais nas Atividades Comunitárias



Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2023).

A análise dos dados apresentados a partir das respostas dos questionários, revela um cenário interessante de mudanças nos papéis de gênero e na dinâmica das comunidades rurais. É nítido que a maioria das mulheres (40%) afirmou que participa bastante das atividades comunitárias, o que sugere uma participação ativa e engajada nesses espaços. Isso indica que essas mulheres estão dispostas a quebrar barreiras tradicionais de gênero e se envolver ativamente nas atividades comunitárias. Essa mudança pode ser vista como um sinal de empoderamento e uma demonstração de seu desejo de contribuir para o desenvolvimento de suas comunidades.

Outro grupo significativo (34%) relatou que sua participação nas atividades da comunidade é alta, o que também indica um nível considerável de envolvimento. Essas mulheres, embora possam não estar tão ativamente envolvidas quanto o primeiro grupo, ainda desempenham um papel importante nas atividades comunitárias e estão dispostas a participar ativamente.

Uma parcela menor (10%) mencionou que sua participação é mediana, o que sugere que essas mulheres podem estar começando a se envolver mais ativamente nas atividades da comunidade, mas ainda podem encontrar obstáculos ou restrições para uma participação mais significativa.

Por outro lado, um grupo menor (16%) afirmou que sua participação nas atividades comunitárias é baixa. Isso pode ser resultado de barreiras culturais ou tradicionais que ainda limitam o acesso das mulheres a certos espaços ou atividades. É importante observar que essa parcela da população pode enfrentar desafios adicionais ao tentar aumentar sua participação nas atividades comunitárias.

A análise dos dados ainda nos mostra que a participação das mulheres rurais no espaço comunitário é um importante indicador de como se dá o processo de empoderamento e transformação dessas mulheres. A constatação de que 16% das mulheres responderam que têm baixa participação nas atividades comunitárias sugere que ainda existem barreiras e desafios a serem superados no que diz respeito à inclusão plena das mulheres no espaço público. Isso pode ter relação com fatores culturais, históricos ou estruturais que limitam o acesso das mulheres a esses espaços. Essa baixa participação representa uma lacuna a ser superada para alcançar a igualdade de gênero e a plena participação das mulheres na vida comunitária.

Contudo, a presença de mulheres que relataram uma participação “bastante ativa” (40%) nas atividades comunitárias é um sinal positivo de empoderamento e mudança. Neste caso, podemos inferir que essas mulheres estão desafiando os papéis tradicionais de gênero e assumindo um papel ativo na vida de suas comunidades. Essa participação ativa

indica um processo de conscientização e ação, no qual as mulheres estão se tornando sujeitos de sua própria transformação.

A quantidade de mulheres que relatou participação "muito ativa" (34%) também é relevante, pois indica um grau significativo de envolvimento nas atividades comunitárias. Essas mulheres estão contribuindo para a vida de suas comunidades e podem estar em um processo de transição para uma participação ainda mais ativa. Isso está alinhado com a ideia de reprodução ampliada da vida, na qual a participação ativa das mulheres na comunidade é vista como parte integrante do processo de empoderamento e emancipação.

Finalmente, o grupo de mulheres que relatou uma participação “mediana” (10%) pode estar enfrentando desafios específicos que limitam seu envolvimento total nas atividades comunitárias. É importante identificar esses desafios e criar estratégias para superá-los, garantindo que todas as mulheres tenham igualdade de oportunidades para participar plenamente.

No geral, os dados sugerem uma tendência positiva em direção a uma maior participação das mulheres em atividades comunitárias anteriormente dominadas pelos homens. Esse aumento na participação pode ter implicações significativas para o desenvolvimento das comunidades rurais, à medida que mais vozes e perspectivas femininas são incorporadas nas decisões e ações comunitárias, como podemos observar na fala da *Entrevistada A*:

“O nosso grupo de mulheres participa de diversos conselhos dentro do município, como membros efetivos, com direito a voto e sugestões. Realiza reuniões com o poder público em busca de melhorias e avanços para os grupos” (*Notas de Campo, 2023, Entrevistada A*).

A fala apresentada reflete a participação ativa de um grupo de mulheres em conselhos dentro de seu município, onde elas atuam como membros efetivos, com direito a voto e sugestões, além de realizar reuniões com o poder público para buscar melhorias e avanços para seus grupos. Essa declaração caminha de mãos dadas com a perspectiva freiriana que enfatiza a importância da conscientização, da participação ativa como elementos fundantes para a transformação social.

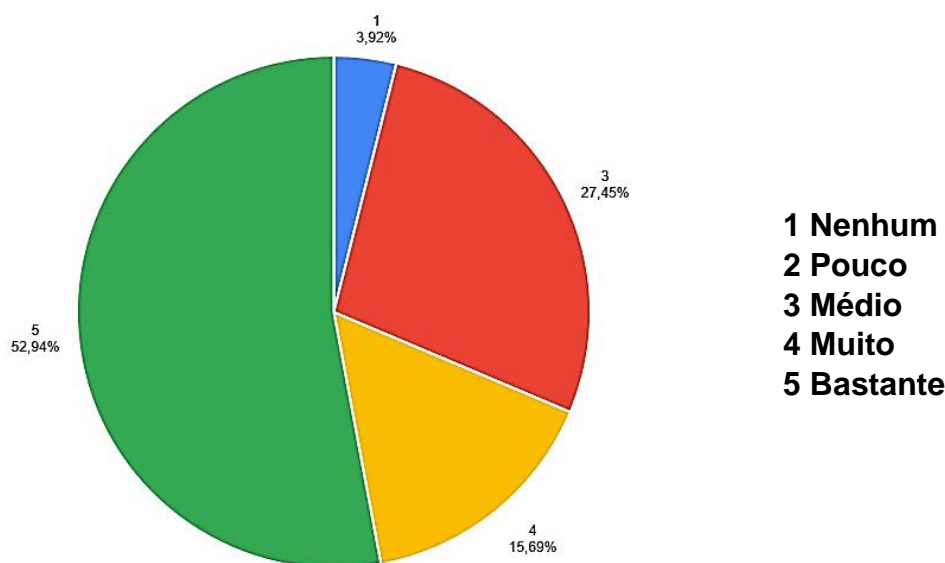
Conforme afirma Freire (2003), é importante a conscientização como um processo pelo qual as pessoas se tornam mais críticas em relação à realidade em que vivem. Neste

sentido, a fala da *Entrevistada A* nos leva a acreditar que esse grupo de mulheres está consciente de seu papel na sociedade e está agindo de forma ativa para promover mudanças. Sua participação nos conselhos demonstra uma compreensão da importância da voz das mulheres na tomada de decisões locais. A realização de reuniões com o poder público indica que essas mulheres estão engajadas em um processo de diálogo e negociação para buscar melhorias em suas comunidades. Elas estão assumindo um papel ativo na transformação de suas realidades.

Outro aspecto da teoria Freiriana contida na fala, remete à participação ativa das mulheres nos conselhos, com direito a voto e sugestões, demonstrando um nível de empoderamento e autonomia para essas mulheres. Elas não estão apenas reagindo passivamente às políticas ou decisões impostas, mas estão contribuindo ativamente para moldar essas políticas. A fala sugere, ainda, que essas mulheres estão desenvolvendo uma consciência crítica em relação aos desafios e oportunidades em suas comunidades. Elas estão adotando uma abordagem ativa para lidar com problemas e criar soluções.

Uma outra questão muito importante, levantada a partir da aplicação do questionário, versa sobre a importância da participação na associação para a vida das mulheres e de seus familiares. Sobre essa questão, ao serem perguntadas “*De 1 a 5 (onde 1 é nenhuma e 5 é bastante) qual a importância que a sua participação nos grupos produtivos tem para você e sua família?*”, 02 mulheres responderam que a sua participação não tem importância para ela e para sua família, representando 3,9% do universo pesquisado. 14 mulheres responderam que a sua participação na associação tem uma importância mediana para elas e suas famílias. 08 mulheres, responderam que a participação na associação é muito importante para elas e seus familiares, o que representa 15,7% das respostas e 27 mulheres responderam que a participação na associação é bastante importante para elas e suas famílias, o que representa 52,9% das respostas.

Gráfico 10 - Grau de Importância da Participação das Mulheres na Associação e nos Grupos Produtivos para elas e suas Famílias



Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2023).

A análise das respostas das mulheres revela nuances importantes para compreendermos como essas mulheres percebem o impacto de sua participação na associação em suas vidas e nas de suas famílias.

Primeiramente, é notável que a maioria das mulheres (52,94%) atribui uma alta importância à sua participação na associação, classificando-a como "bastante importante". Neste caso, inferimos que a associação desempenha um papel fundamental em suas vidas e na vida de suas famílias. Essa alta valorização pode estar relacionada a diversos fatores, como a geração de renda, o fortalecimento da comunidade e a melhoria das condições de vida.

Por outro lado, 15,7% das mulheres consideram sua participação como "muito importante". Embora essa porcentagem seja menor que a anterior, ainda indica uma valorização significativa da participação na associação, refletindo uma percepção de que a associação contribui positivamente para suas vidas, mesmo que não seja considerada tão fundamental quanto para o grupo anterior. Outras 27,45% das mulheres classificam sua participação como "importante", o que pode ser interpretado como uma valorização mediana da associação. O resultado sugere que essas mulheres veem benefícios em participar da

associação, mas essa participação pode não ser tão central ou vital em suas vidas quanto para os grupos anteriores.

Por fim, 3,9% das mulheres afirmaram que a participação na associação não tem importância para elas e suas famílias. Esse grupo representa uma minoria, mas ainda é importante considerar suas perspectivas. Essas respostas podem ser influenciadas por experiências individuais ou visões de mundo que não se alinham com os objetivos da associação.

Um ponto a ser considerado é que a variação nas respostas, desde "nenhuma" até "bastante importante", reflete a diversidade de experiências e percepções das mulheres rurais em relação à associação. Isso está em consonância com a ideia de que a emancipação humana envolve a capacidade de os indivíduos avaliarem criticamente sua realidade e participação em processos sociais. Para algumas mulheres, a associação pode ser uma ferramenta eficaz para promover seu desenvolvimento e o de suas famílias, enquanto para outras, pode haver barreiras ou desafios que limitam essa importância percebida.

As respostas que indicam que a participação é "muito importante" e "bastante importante" sugerem que essas mulheres percebem que a associação contribui para melhorar não apenas suas próprias vidas, mas também as de suas famílias. Isso está alinhado com a ideia de que as práticas associativas podem ampliar as condições de vida das mulheres rurais.

A participação ativa na associação, conforme indicado pelas respostas, pode ser vista como um exemplo da práxis, na qual o conhecimento é construído por meio da ação reflexiva e da prática transformadora. As mulheres que consideram sua participação como "muito importante" ou "bastante importante" podem estar envolvidas em processos de aprendizagem significativa, tanto no nível individual quanto coletivo.

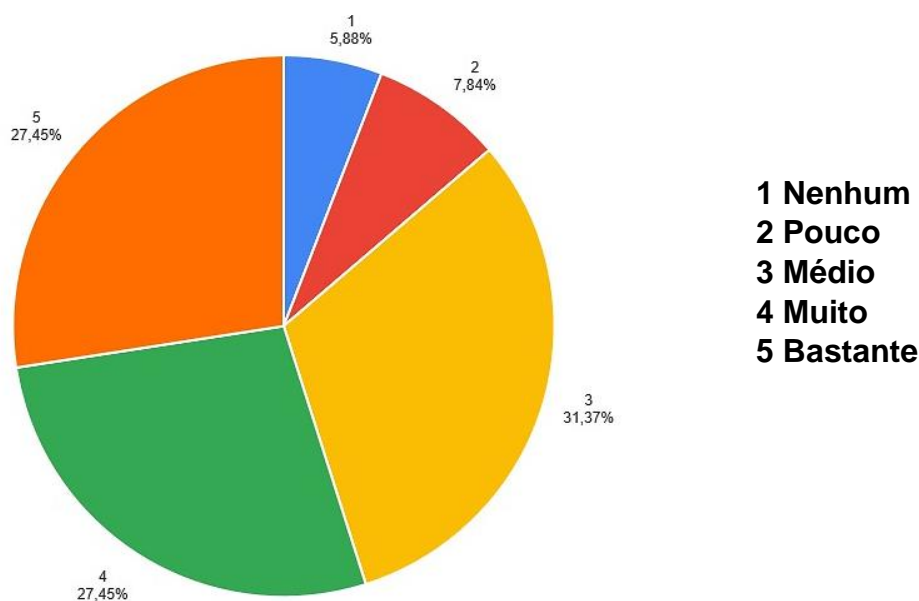
A variação nas respostas também reflete a natureza dialética das práticas associativas. Enquanto algumas mulheres percebem a associação como uma ferramenta de transformação e melhoria das condições de vida, outras podem reconhecer limitações ou desafios que ainda precisam ser superados. Essa abordagem crítico-dialética enfatiza a importância do diálogo, da reflexão e da ação coletiva na busca pela emancipação.

Por fim, as respostas das mulheres refletem a complexidade das dinâmicas de participação em associações e de grupos produtivos e destaca a importância de considerar a diversidade de perspectivas e experiências dentro desses grupos. Além disso, ressalta a necessidade de avaliar de forma holística o impacto das associações nas vidas das mulheres rurais, levando em conta não apenas a dimensão econômica, mas também a social, cultural e emocional.

Outro fato que corrobora com a representação da análise de similitude são as respostas das mulheres quanto ao grau de importância sobre sua participação na associação e nos grupos produtivos para o seu processo de desenvolvimento e empoderamento. Ao serem questionadas sobre ***“De 1 a 5 (onde 1 é péssimo e 5 é excelente) como você avalia a sua participação no grupo e o quanto essa participação contribui para o seu desenvolvimento individual e empoderamento enquanto mulher?”***, obtivemos 51 respostas distribuídas da seguinte forma: 03 mulheres responderam que a participação no grupo contribui de forma péssima para o seu processo de desenvolvimento individual e empoderamento, representando um percentual de 5,88%. 04 mulheres responderam que considera a participação de forma ruim, representando 7,84%.

Outras 16 mulheres responderam que consideram razoável o seu desenvolvimento individual e empoderamento a partir da participação no grupo, representando 31,37% das respondentes. Contudo, 14 mulheres responderam que consideram boa a participação no grupo e, por consequência, que as contribuições do grupo são importantes para o seu desenvolvimento pessoal e seu processo de empoderamento enquanto mulher, representando 27,45%. Por fim, 14 mulheres responderam que consideram excelente a participação no grupo e que essa participação contribui de forma excelente para o seu desenvolvimento individual e seu processo de empoderamento enquanto mulher rural, representando 27,45% das respostas, conforme gráfico abaixo.

Gráfico 11 - Grau de Participação nos Grupos e sua contribuição para o Desenvolvimento Individual das Mulheres



Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2023).

A análise dos dados sobre a avaliação da participação e contribuições do grupo para o desenvolvimento individual das mulheres rurais revela aspectos importantes sobre a dinâmica das práticas associativas e seu potencial para o empoderamento e emancipação das mulheres.

Primeiramente, é notável que a maioria das mulheres avaliou positivamente a participação no grupo e as contribuições do grupo para seu desenvolvimento individual. Cerca de 27,5% consideraram a participação excelente, enquanto 27,5% a avaliaram como boa. Isso indica que o grupo desempenha um papel significativo no desenvolvimento individual dessas mulheres, fortalecendo a noção de que as práticas associativas podem ser instrumentos de emancipação.

Por outro lado, é relevante observar que uma parcela significativa (31,4%) avaliou a participação no grupo como razoável em relação ao desenvolvimento individual. Essa avaliação pode indicar áreas em que o grupo pode melhorar ou ajustar suas práticas para atender às necessidades individuais das mulheres de forma mais eficaz. Essa é uma abordagem importante para promover a emancipação, pois reconhece a importância de ouvir e responder às preocupações e expectativas das participantes.

No entanto, também é importante notar que uma minoria (13,7%) avaliou a participação como péssima ou ruim. Isso pode ser um sinal de que algumas mulheres não estão experimentando os benefícios da participação no grupo ou podem enfrentar desafios específicos que precisam ser abordados. Essa discrepância aponta para a necessidade de uma abordagem mais inclusiva e equitativa nas práticas associativas, garantindo que todas as participantes possam realmente se beneficiar da experiência.

Nesse contexto, a avaliação positiva da participação no grupo sugere que as mulheres estão ativamente envolvidas na busca por seu desenvolvimento pessoal e na construção de uma comunidade mais justa e sustentável. Isso está alinhado com a ideia de emancipação como um processo de autodeterminação e fortalecimento individual e coletivo. No entanto, também destaca a importância de continuar aprimorando essas práticas para garantir que todas as mulheres possam se empoderar e se emancipar por meio de sua participação nos grupos.

Tal perspectiva pode ser ratificada pela fala da *Entrevistada A*, quando a mesma afirma que,

“[...] fazer parte de um grupo de mulheres, mudou muitos paradigmas impregnados dentro de nossas próprias casas, somos capazes de nos manter, de sair de um relacionamento abusivo, podendo se sustentar e seguir em frente, o trabalho dignifica o homem, mais o que ele faz pelas mulheres vai além, dá a ela asas e liberdade pra voar” (*Notas de Campo, 2023, Entrevistada A*)

A fala em questão, revela um testemunho significativo do impacto da participação de mulheres rurais em grupos produtivos que se apresentam como um caminho para o seu empoderamento e emancipação, quando a entrevistada enfatiza o papel transformador de fazer parte de um grupo de mulheres. Isso ressoa com as teorias do empoderamento, que destacam a importância de adquirir o poder de tomar decisões e controlar os recursos que afetam a própria vida.

O empoderamento das mulheres rurais muitas vezes envolve a conscientização sobre seus direitos, a construção de habilidades e a criação de redes de apoio. No contexto da fala da entrevistada, a mudança de paradigmas mencionada sugere que a participação no grupo

permitiu que as mulheres se reconheçam como agentes de mudança em suas próprias vidas, o que é central no processo de empoderamento.

A ideia de “sair de relacionamentos abusivos e ganhar a capacidade de se sustentar” representa um aspecto da emancipação das mulheres rurais, isto porque, a ideia de emancipação vai além do empoderamento, envolvendo a libertação de estruturas de opressão e a transformação das condições que limitam as oportunidades das mulheres. Nesse sentido, a emancipação implica para essas mulheres uma mudança não apenas nas atitudes e habilidades individuais, mas também na reconfiguração das normas de gênero e das estruturas sociais que perpetuam a sua desigualdade.

Outro aspecto marcante da fala da entrevistada é a ideia de conscientização, da reflexão crítica e a ação transformadora. A fala da *Entrevistada C* reflete a ideia de conscientização, pois as mulheres mencionadas parecem ter adquirido uma nova compreensão de seu valor e poder através da participação no grupo. Além disso, a fala destaca a dimensão da ação transformadora, já que as mulheres não apenas adquirem conhecimento, mas também agem para sair de relacionamentos abusivos e alcançar a independência financeira.

Portanto, podemos inferir a partir da fala da entrevista que a participação em grupos produtivos pode desempenhar um papel crucial na transformação das vidas das mulheres rurais, permitindo-lhes romper com padrões de opressão e alcançar maior autonomia. Essa transformação está alinhada com a perspectiva de Freire (2003), que enfatiza a conscientização e a ação como meios de superar desigualdades e promover a emancipação.

Assim como a *Entrevistada A*, a *Entrevistada D*, faz um relato profundo da importância que a participação das mulheres nos grupos produtivos tem para o processo de empoderamento individual e coletivo das mulheres rurais, quando diz:

“No grupo Incentivamos as outras mulheres a participar dos outros espaços, da associação, mostrando que a gente tem capacidade de se desenvolver, de crescer, de ensinar os nossos filhos a importância do trabalho, da solidariedade e somos capazes de crescer sendo independentes. Mostrar que nós somos capazes de aprender com outras

mulheres, acho isso muito bom, muito importante, porque têm mulheres ainda que são presas aos maridos, que não acreditam nelas mesmas, que acha que não tem capacidade de fazer algo. Vejo a participação no grupo como uma oportunidade para que eu possa ser exemplo para as outras. A gente já vem aqui na comunidade, incentivando outras mulheres, na produção dos produtos, que preferimos a ajuda de mulheres mais velhas, de 60 anos para cima, para nos ensinar a produzir, sendo uma oportunidade de reforçar o quão elas são necessárias, e que o trabalho delas é importante, porque todas nós, mulheres, temos capacidade não importa a idade” (*Notas de Campo, 2023, Entrevistada D*).

A fala da *Entrevistada D*, por sua vez, apresenta um relato inspirador de uma mulher que participa de um grupo, onde se destaca a ênfase na emancipação, na solidariedade e na capacidade das mulheres de se desenvolverem e crescerem de forma independente.

A ideia de "ensinar os nossos filhos a importância do trabalho e da solidariedade" se relaciona com a concepção de emancipação de Arruda (2009), que aborda a necessidade de uma educação emancipatória que ensine os valores da solidariedade, da justiça social e da participação cidadã. A participação no grupo não apenas empodera as mulheres individualmente, mas também contribui para a formação de uma consciência coletiva e para a transmissão de valores emancipatórios para as gerações futuras.

Além disso, a fala da entrevistada enfatiza a importância de mulheres mais velhas, com mais experiência, na transmissão de conhecimento e habilidades, pensamento que se alinha com a ideia de reprodução ampliada da vida (Tiriba, 2018), que argumenta que a emancipação humana envolve a reprodução de valores e práticas que promovam a justiça, a igualdade e a solidariedade em todas as esferas da vida.

No entanto, a fala também destaca a existência de mulheres que ainda se sentem "presas aos maridos" e que não acreditam em sua própria capacidade, indicando que os desafios para a emancipação ainda persistem e que a participação em grupos comunitários desempenha um papel crucial ao fornecer modelos e exemplos positivos de emancipação.

Por fim, analisando a fala da *Entrevistada D*, podemos inferir que o processo de empoderamento e emancipação humana ao qual as mulheres rurais vivenciam se manifesta na prática da participação das mulheres nos grupos produtivos. A entrevistada

destaca a importância da solidariedade, da aprendizagem coletiva e da capacidade das mulheres de se emanciparem e contribuírem para a emancipação de suas comunidades e futuras gerações. Contudo, reconhece os desafios que ainda precisam ser superados para alcançar a plena emancipação.

A partir das afirmações das entrevistadas, podemos afirmar que ambas as falas, destacam a importância da participação das mulheres em grupos e comunidades como um meio de empoderamento e emancipação. Ambas enfatizam a mudança de paradigmas, a capacidade de as mulheres se manterem, a saída de relacionamentos abusivos, a autonomia financeira e a importância do trabalho.

As correlações existentes em ambas as falas enfatizam que fazer parte de um grupo de mulheres é uma forma eficaz de promover o empoderamento feminino. A participação nos grupos proporciona oportunidades para as mulheres se apoiarem mutuamente e adquirirem conhecimento e habilidades. Ademais, ambas as falas mencionam que as mulheres ganham a capacidade de se manter financeiramente e de sair de relacionamentos abusivos por meio da participação em grupos. Isso indica uma correlação clara entre a participação em grupos e a independência das mulheres.

Outro ponto importante levantado pelas entrevistadas é que ambas as falas reconhecem a importância do trabalho das mulheres e como ele vai além de simplesmente “dignificar o homem”. As entrevistadas enfatizam que o trabalho realizado pelas mulheres é fundamental para sua emancipação e para a construção da igualdade de gênero. Além disso, as duas entrevistadas destacam a importância da solidariedade entre as mulheres e enfatizam a relevância do trabalho realizado por elas. Elas concordam que as mulheres podem se apoiar e fortalecer suas comunidades por meio da participação em grupos.

Por fim, ambas as falas compartilham a visão de que a participação em grupos é uma ferramenta eficaz para empoderar e emancipar as mulheres, promovendo sua autonomia, valorizando seu trabalho e construindo solidariedade entre elas. Esses pontos de convergência destacam a importância do apoio mútuo e do empoderamento feminino nas comunidades rurais.

Partindo do pressuposto teórico e dos relatos que foram expostos até aqui, podemos afirmar a partir da análise dos dados que as práticas associativas desempenham um papel importante no processo de desenvolvimento pessoal e de empoderamento individual e/ou coletivo das mulheres rurais, alinhando-se com as teorias da emancipação humana, reprodução ampliada da vida e a teoria crítico-dialética quando nos oferecem lentes diferentes para entender o significado e o impacto dessas práticas, ajudando a contextualizar as respostas e a promover uma compreensão mais profunda das dinâmicas envolvidas.

Nesse contexto, a avaliação positiva da participação no grupo sugere que as mulheres estão ativamente envolvidas na busca por seu desenvolvimento pessoal e na construção de uma comunidade mais justa e sustentável. Isso alinha-se à ideia de emancipação como um processo de autodeterminação e fortalecimento individual e coletivo. No entanto, também destaca a importância de continuar aprimorando essas práticas para garantir que todas as mulheres possam se empoderar e se emancipar por meio de sua participação nos grupos, como nos mostra a figura abaixo.

na saúde básica das mulheres nós temos, moradia todas possuem, participamos de todas as decisões dentro da família e somos muito valorizadas. Quando temos independência de decidir, de trabalhar fora e buscar nossos objetivos, nos sentimos livres, poderosas, inclusive financeiramente sem interferência dos membros da família nas decisões. Dentro da família nos sentimos livres, mas socialmente precisamos melhorar” (*Notas de Campo, 2023, Entrevistada E*)

A fala da *Entrevistada E*, aborda diversas dimensões da vida das mulheres, refletindo aspectos relacionados à educação, saúde, moradia, participação na família, independência financeira e desafios sociais. A participante destaca que as mulheres se sentem mais importantes e valorizadas atualmente. Isso se relaciona com o processo de conscientização e emancipação defendido por Freire (2003), pois conforme o autor afirma em sua teoria, o empoderamento das mulheres, sua sensação de importância e valorização podem ser considerados resultados da conscientização, da compreensão de seus direitos e do engajamento em processos de mudança social.

Um outro aspecto importante está na observação da *Entrevistada E* sobre a independência de decisão e a busca por objetivos, refletindo a ideia da reprodução ampliada da vida. Tiriba (2018), argumenta que as mulheres não são apenas responsáveis pela reprodução biológica, mas também pela reprodução social e cultural da vida. A busca por independência e a capacidade de tomar decisões são elementos-chave nesse processo.

A participação das mulheres em todas as decisões dentro da família pode ser vista como um exemplo de prática transformadora, conforme defendido por Gadotti (2009). As mulheres estão agindo como agentes ativos de mudança dentro de suas próprias vidas e famílias, participando ativamente das decisões que afetam seu cotidiano.

No entanto, a *Entrevistada E*, também reconhece que existem desafios sociais a superar. Isso está alinhado com a visão crítica das teorias mencionadas, que destacam a necessidade de transformação social para abordar as desigualdades de gênero e as restrições impostas às mulheres. Sua fala destaca avanços importantes, mas também reconhece os desafios persistentes que as mulheres enfrentam em sua busca por igualdade e autonomia.

Partindo do pressuposto do que foi analisado até o presente momento, é crucial ressaltar que essa avaliação também destaca a importância contínua do aprimoramento das práticas associativas. Este aprimoramento é fundamental para garantir que todas as mulheres rurais tenham a oportunidade de se empoderar e se emancipar por meio de sua participação nos grupos produtivos. É uma forma de garantir que nenhum membro da comunidade seja abandonado, promovendo assim a igualdade e a justiça social tão essenciais no contexto rural. Portanto, as práticas associativas não são apenas um instrumento de desenvolvimento individual, mas também um meio de transformação social, contribuindo para um mundo rural mais inclusivo e equitativo.

A práxis também encontra eco nessas práticas, pois elas não são apenas formas passivas de participação, mas sim oportunidades ativas de aprendizado e ação. As mulheres rurais não apenas se envolvem nos grupos, mas também compartilham conhecimento e experiências, fortalecendo suas capacidades e habilidades. Essa abordagem educacional promove não apenas o desenvolvimento individual, mas também contribui para a construção de comunidades mais informadas e engajadas.

Além disso, as práticas associativas vão além das esferas tradicionais de gênero e oferecem oportunidades para as mulheres ampliarem seu repertório de atividades, influenciando positivamente suas vidas familiares e comunitárias. A participação ativa nesses grupos permite que as mulheres desempenhem papéis de liderança, tomem decisões coletivas e, assim, contribuam para a reprodução ampliada de uma vida mais significativa.

Nesses termos, podemos afirmar que as práticas associativas desempenham um papel de suma importância no desenvolvimento individual e no empoderamento das mulheres rurais, pois essas práticas proporcionam um espaço de conscientização e diálogo, onde as mulheres podem refletir criticamente sobre suas realidades e tomar medidas para a mudança. No entanto, é importante ressaltar que ainda há desafios a serem superados para garantir que todas as mulheres rurais possam se beneficiar dessas práticas associativas. O contínuo aprimoramento dessas iniciativas é fundamental para criar oportunidades inclusivas que promovam o empoderamento e a emancipação de todas as mulheres rurais.

7 À GUIZA DE (IN)CONCLUSÃO

"Concluir não é o mesmo que encerrar, mas um convite à reflexão contínua e à ação transformadora."

(Paulo Freire)

Ao longo do desenvolvimento deste estudo, tornou-se evidente que esta pesquisa proporcionou a oportunidade de conduzir uma análise reflexiva de nossa própria trajetória investigativa. Isso decorre do fato de que as experiências adquiridas durante o estudo nos levaram a uma autoavaliação centrada na aquisição de conhecimento em âmbitos pessoais, sociais e científicos, ultrapassando a mera busca por respostas definitivas. Em vez disso, a pesquisa enfatizou a exploração de novas questões que demandam investigação adicional, abrindo portas para futuros estudos. Esse processo ressalta a natureza contínua e cíclica inerente ao processo de construção do conhecimento.

Neste estudo, investigamos o processo de produção e difusão de conhecimentos nas práticas associativas de mulheres rurais. A questão central da pesquisa abordou como a produção e difusão do conhecimento nas práticas associativas têm contribuído para o processo de empoderamento das mulheres rurais no Território Velho Chico. A importância deste estudo reside na contribuição para o diálogo sobre as diversas abordagens em relação à emancipação das mulheres rurais, considerando o papel da produção e disseminação de conhecimento e das práticas associativas que moldam suas experiências. Este debate é valioso tanto a partir da perspectiva das próprias mulheres como sob a ótica de outros participantes envolvidos.

Portanto, nossa intenção foi investigar de que forma as vivências e experiências individuais contribuem para as práticas associativas das mulheres no âmbito da associação e como vem se dando a construção do empoderamento individual e/ou coletivo das mulheres rurais através da produção e difusão de conhecimento, tendo a compreensão que tal estudo, além de contribuir para o nosso desenvolvimento acadêmico, tem o intuito de fornecer outros possíveis caminhos científicos que ampliem o entendimento do processo de produção e difusão do conhecimento a partir de práticas associativas rurais.

Nossa abordagem busca compreender os aspectos epistemológicos e ontológicos fundamentais no campo da Gestão do Conhecimento e das práticas associativas solidárias, ambas, essenciais para o entendimento de como acontece o processo emancipatório das mulheres rurais e de como isso reverbera na reprodução ampliada da vida dessas mulheres e de sua participação nos grupos produtivos.

É importante destacar que os Territórios de Identidade, teve sua formação, principalmente, influenciada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que em 2003, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), implementou o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (Pronat). Esse programa tinha como finalidade promover o planejamento e a autogestão do desenvolvimento sustentável das áreas rurais, além de fortalecer e dinamizar suas economias. política do governo baiano.

O Território Velho Chico está localizado no oeste da Bahia, com vegetação dos tipos cerrado e, majoritariamente, caatinga, marcado por irregularidades no regime de chuvas e por solos pobres em nutrientes, com risco de salinização e outras características específicas da região semiárida. A fonte de renda local está associada à agricultura e pecuária e, a maioria dos municípios do território possui baixo índice de desenvolvimento humano, de acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, se caracterizando por esse motivo, o foco do nosso estudo de caso.

Assim, este estudo oferece importantes apontamentos sobre os principais elementos que moldaram o processo de implantação da política de ECOSOL no território, como essas práticas associativas têm contribuído para o desenvolvimento local e como a produção e difusão do conhecimento se constitui um instrumento de empoderamento para as mulheres rurais que vivem no TVC.

Esperamos que esta pesquisa também possa contribuir de forma a influenciar a reavaliação das práticas associativas nas áreas rurais, reconhecendo-as como comunidades de prática que desempenham um papel fundamental no empoderamento e na emancipação das mulheres, ao promover a expansão significativa de suas vidas e ao facilitar a produção e disseminação de conhecimento em tais comunidades. Isso, por sua vez, pode atender às necessidades dos grupos produtivos presentes nos Territórios de Identidade.

Nossas análises sobre a produção e difusão do conhecimento e sua relação com as comunidades de prática estão detalhadas no Capítulo 2, com o objetivo de estabelecer uma compreensão conceitual sólida e profunda dos princípios basilares à dinâmica do

conhecimento tácito e explícito e de como essa relação se dá nas comunidades de prática. Dessa forma, pudemos examinar o processo de produção e disseminação de conhecimento em relação aos modos de conversão do conhecimento descritos no modelo SECI, os quais consideramos essenciais para o entendimento do seu funcionamento dentro de uma comunidade de prática. Nossas principais referências teóricas incluem Castells (1999); Davenport e Prusak (1999); Freire (2002); Fróes Burnham (2000); Fleury e Fleury (1995); Galeffi (2011); Garcia (1998); Lave e Wenger (1991); Levy (2000); Maturana e Varela (2001); Morin (1999); Nonaka e Takeuchi (1997:2001:2008); Polanyi, (2007); Ribeiro, Menezes e Campos (2016); Strauhs et al (2012), que forneceram as bases para nossas análises.

É importante ressaltar que nossa concepção de disseminação do conhecimento vai além da simples transmissão de informações. Para nós, o conhecimento é um processo dinâmico pelo qual, através do diálogo e da formulação de questionamentos, ocorre um esforço cognitivo em relação ao conhecimento existente, o que possibilita a reinterpretção desse conhecimento a partir de novas perspectivas e em contextos diferentes. Isto porque, a exploração do conhecimento não percebido ou não esclarecido, anteriormente, abre novas vias de compreensão do objeto de estudo. Essa abordagem difere da mera memorização, que inibe a criatividade, a qual, de acordo com Freire (1983b), surge na prática interativa dos indivíduos entre si, com o mundo e no mundo.

No Capítulo 3, abordamos nossa análise sobre o movimento da Economia Solidária e suas conexões, além de explorar a relevância da relação entre o Associativismo e a Economia Solidária, principalmente em sua capacidade de apoiar as mulheres rurais, oferecendo-lhes ferramentas para questionar a divisão de tarefas por gênero e reconhecer o trabalho doméstico, com um foco especial no cuidado voltado para a produção de vida.

Para analisar tais relações, baseamo-nos principalmente nas contribuições de diversos estudiosos, como Alencar (1997); Antunes (1995); Arcanjo e Oliveira (2007); Arroyo (2006); Arruda (2004); Balanco e Pinto (2007); Cardoso (2014); Coraggio (2000); Faria (2011); Demoustier (2006); França Filho e Laville (2006); Gaiger (2004); Ganança (2006); Kraychete (2015); Lisboa (2003); Mance (1999); Menezes e Fonseca (2009);

Motta (2004); Radomsky (2006); Silva (2017); Silva e Carneiro (2014); Singer (2003:2005); Sousa Santos (2012).

Faz-se necessário destacar que, neste contexto, as práticas associativas desempenham um papel fundamental na operação de grupos produtivos, uma vez que esses grupos são criados com o propósito de promover iniciativas econômicas que não apenas buscam o lucro, mas também proporcionam aos seus membros a chance de superar as restrições do trabalho individual, principalmente devido à escassez de recursos além do seu próprio esforço.

Com o intuito de assegurar que os objetivos estabelecidos para este estudo fossem alcançados, no Capítulo 4, alicerçado pela perspectiva epistemológica crítico-dialética, delineamos o percurso metodológico da pesquisa optando por uma pesquisa qualitativa com abordagem de estudo de caso único dada a singularidade deste estudo.

A partir da recolha de dados e informações durante a pesquisa documental, eletrônica e de campo, nos deparamos com diversos desafios. Contudo, esta investigação, no decorrer do seu processo, foi atravessada pela gravidade da pandemia do Novo Coronavírus (SARS-Co-V2), o que nos levou a alterar alguns caminhos pré-definidos no momento do processo qualitativo, como o lócus e o grupo de participantes deste estudo. Dessa forma, complementamos as atividades de observação direta, com a realização de videoconferências e utilizamos o uso de aplicativos de mensagens instantâneas para realização de recolha de dados e informações junto às participantes da pesquisa.

Para obter uma compreensão aprofundada do processo de produção e difusão do conhecimento no âmbito das práticas associativas das mulheres rurais, nosso foco no Capítulo 5 foi compreender os aspectos essenciais das práticas associativas na ECOSOL como um instrumento fundante de produção e difusão do conhecimento, e como essas práticas associativas na ECOSOL se tornaram centros dinâmicos de aprendizado colaborativo, compartilhamento de expertise e difusão de saberes.

Em vista disso, considerando o contexto do nosso estudo, observamos que nas práticas associativas o conhecimento é dinâmico e coletivamente construído, em vez de ser

estático. As mulheres rurais não adquirem conhecimento unicamente por meio de processos cognitivos individuais, mas também por meio das experiências que compartilham entre si nas associações.

Os resultados evidenciam uma variada gama de perspectivas quanto ao compartilhamento de informações e conhecimentos entre as integrantes das associações. A heterogeneidade das respostas é essencial para uma compreensão abrangente da percepção das mulheres sobre como as associações operam em relação à colaboração e à troca de conhecimento.

Outro ponto importante deste estudo foi a constatação que a produção e disseminação do conhecimento desempenham um papel crucial nos grupos de mulheres, particularmente nos contextos rurais. Esse processo de colaboração para produção e difusão do conhecimento nas associações demonstra impactos substanciais no desenvolvimento rural, na inovação e no fortalecimento das capacidades locais.

O fazer colaborativo e o trabalho associado, contidos nas práticas associativas das mulheres rurais, revelam um processo contínuo de aquisição de conhecimento, que se inicia em um contexto formal, como cursos, e posteriormente é transformado e compartilhado em um ambiente colaborativo e mais informal, representando uma evolução na dinâmica do "Ba".

Esse ciclo de criação de conhecimento reflete uma progressão, indicando que a comunidade está constantemente buscando maneiras aprimoradas de interação e compartilhamento de conhecimento. Portanto, podemos concluir que o "Ba" evolui à medida que a comunidade explora novas formas de colaboração e intercâmbio de conhecimento.

Além disso, as informações enfatizam a produção e disseminação do conhecimento como um processo de aprendizagem dialógica, no qual os membros constroem conhecimento conjuntamente. Nas práticas associativas das mulheres rurais, o diálogo desempenha um papel central para a produção e disseminação do conhecimento, facilitando o compartilhamento de experiências e perspectivas. Esse compartilhamento de

conhecimento permite que os membros compreendam melhor as dinâmicas sociais e adotem medidas para aprimorar suas condições de vida.

Nestes termos, torna-se evidente a importância da produção e disseminação do conhecimento nas práticas associativas rurais, não apenas como uma forma de aprendizagem dialética, mas também como uma ferramenta de conscientização e transformação social. Através das práticas associativas, a educação é percebida como uma prática libertadora que capacita os membros a agirem de maneira crítica e colaborativa em busca de melhorias em seus grupos e comunidades.

Afirmamos que esta construção de saberes e aprendizado contínuo, muitas vezes ancorados em valores compartilhados, como solidariedade, equidade e justiça social, contribui significativamente para o desenvolvimento de uma identidade coletiva sólida. Isso, por sua vez, fortalece a coesão e a resiliência das iniciativas econômicas solidárias. Além disso, a aprendizagem constante é uma característica inerente à Economia Solidária, já que seus membros estão constantemente em busca de aprimorar suas práticas e encontrar soluções para os desafios econômicos e sociais em constante mutação.

Conseqüentemente, as práticas associativas podem ser conceituadas como comunidades de prática, onde as mulheres colaboram na busca de objetivos econômicos compartilhados e na troca de conhecimento e experiências ao longo desse processo. Além disso, os princípios da Gestão do Conhecimento podem ser aplicados para facilitar a criação, compartilhamento e utilização eficaz do conhecimento nas organizações solidárias.

Essa interligação ilustra como as práticas de colaboração e compartilhamento de conhecimento desempenham um papel fundamental na construção de uma sociedade mais igualitária. Os dados analisados nesta seção permitem concluir que os grupos produtivos, ao se basearem na partilha de conhecimento e na interação regular para aprender e construir conhecimento coletivo, manifestam-se como verdadeiras comunidades de prática.

Por fim, no Capítulo 6, destacamos o alcance dos objetivos específicos correspondentes ao processo de empoderamento das mulheres rurais através da produção e difusão nas

práticas associativas vivenciadas no âmbito dos grupos produtivos. Os resultados deste estudo apontaram que a participação ativa nos grupos produtivos, pode ser interpretada como uma manifestação da práxis do cotidiano destas mulheres, na qual o conhecimento é forjado por meio da reflexão crítica e da prática transformadora.

A diversidade nas respostas ilustra a natureza dialética das práticas associativas. Enquanto algumas mulheres enxergam a participação nos grupos como um instrumento de transformação e melhoria das condições de vida, outras reconhecem possíveis limitações ou desafios a serem superados. Essa abordagem crítico-dialética ressalta a importância do diálogo, da reflexão e da ação coletiva no caminho em direção à emancipação.

Os dados apresentados, também, enfatizam a importância das experiências das mulheres rurais em suas escolhas. A maioria das participantes reconhece a significativa influência dessas vivências. Essas experiências desempenham um papel crucial em seu processo de empoderamento e na capacidade de desempenhar papéis ativos em diversos cenários. Compreender essas dinâmicas é fundamental para promover o crescimento e a participação efetiva das mulheres rurais em associações e em suas comunidades.

De maneira geral, os dados apontam ainda, para um movimento positivo em direção a uma participação mais expressiva das mulheres em atividades comunitárias que tradicionalmente eram lideradas por homens. Esse aumento na participação pode acarretar implicações significativas para o desenvolvimento das comunidades rurais, à medida que as vozes e perspectivas femininas passam a desempenhar um papel mais ativo nas decisões e ações comunitárias.

Em relação ao entendimento das mulheres se entenderem como sujeitas de direitos, podemos inferir que o grupo de mulheres em questão evidencia um alto grau de consciência de seu papel na sociedade, demonstrando um engajamento efetivo na promoção de mudanças. Sua ativa participação em conselhos locais ressalta a compreensão da relevância da voz feminina nas tomadas de decisões de cunho local. Além disso, o fato de realizarem reuniões com representantes do poder público evidencia o compromisso dessas mulheres com um processo de diálogo e negociação em busca de

aprimoramentos em suas comunidades. Estão, portanto, desempenhando um papel proativo na transformação de suas realidades.

Finalmente, as respostas oferecidas pelas mulheres ilustram a intrincada natureza das dinâmicas de participação em associações e grupos produtivos, sublinhando a relevância de abranger a multiplicidade de perspectivas e vivências dentro desses coletivos. Ademais, enfatiza a importância de uma avaliação abrangente do impacto das associações na vida das mulheres rurais, considerando não somente os aspectos econômicos, mas também os elementos sociais, culturais e emocionais.

Considerando os fundamentos teóricos e as informações previamente apresentadas, é possível concluir, que as atividades nos grupos produtivos desempenham um papel crucial no desenvolvimento pessoal e no empoderamento das mulheres rurais, seguindo princípios ligados às teorias de emancipação humana, reprodução ampliada da vida e teoria crítico-dialética. Essas abordagens oferecem perspectivas variadas para compreender a importância e o impacto das práticas associativas, facilitando uma visão mais profunda das dinâmicas envolvidas.

Nesse contexto, a avaliação da participação nos grupos sugere que as mulheres estão ativamente comprometidas em buscar seu desenvolvimento pessoal e em contribuir para a construção de uma comunidade mais justa e sustentável. Esse alinhamento reflete a noção de emancipação como um processo de fortalecimento tanto individual quanto coletivo, onde cada membro desempenha um papel essencial. Entretanto, também enfatiza a necessidade contínua de aprimorar essas práticas, garantindo que todas as mulheres tenham a oportunidade de se empoderar e conquistar a emancipação por meio de sua participação nos grupos.

Portanto, por meio da ação prática e das interações sociais, os indivíduos contribuem para a construção da realidade que é algo inerentemente do ser humano. Mesmo que essas mulheres não tenham tido a oportunidade de receber educação básica formal, a estrutura que governa a divisão das tarefas e responsabilidades laborais, abrangendo processos como discussão, participação e tomada de decisão, desempenha um papel crucial na

expansão dos conhecimentos relacionados ao mundo do trabalho e à vida dessas mulheres, em diferentes graus de abrangência.

Em outras palavras, o que contemplamos nas práticas associativas dessas mulheres é um processo que começa com a ação, leva à reflexão e, em seguida, à ação novamente, e que inclui a sistematização das experiências cotidianas de trabalho e da vida, pelo qual, elas buscam e desenvolvem novos valores e práticas que possibilitem uma transformação contínua das relações de convivência na comunidade em que os seus grupos produtivos estão inseridos.

Destarte, enxergamos por meio da produção e difusão nas práticas associativas das mulheres rurais, uma necessidade de desenvolver iniciativas que, ao integrar o processo produtivo e a disseminação de conhecimento, sigam trajetória similar àquelas seguidas por muitos que buscam estabelecer e consolidar conexões com a comunidade local e com os movimentos populares aos quais essas mulheres pertencem. Para isso, é imperativo que se revele a singularidade e especificidade das práticas associativas forjadas no seio da ECOSOL, bem como a totalidade de sua influência no âmbito do trabalho, em seu contexto mais amplo, que engloba a sociedade como um todo.

Adicionalmente, é fundamental compreender a relevância da participação das mulheres em grupos e comunidades como um mecanismo que contribui para seu empoderamento e emancipação. Além disso, é importante ressaltar que a adesão a esses grupos pode provocar uma transformação nos paradigmas que prevalecem nos lares das mulheres rurais. Isso nos aproxima do conceito de empoderamento, que engloba o fortalecimento das mulheres, capacitando-as a tomar decisões e exercer controle sobre suas próprias vidas.

O processo de empoderamento das mulheres rurais frequentemente está associado à capacidade de romper com relações abusivas, conquistar independência financeira e exercer influência sobre as escolhas que moldam suas trajetórias. Nesse contexto, o trabalho desempenha um papel fundamental, uma vez que não apenas proporciona autonomia financeira, mas também pode reforçar a autoestima e a autoconfiança das mulheres, capacitando-as a desafiar as normas de gênero opressivas.

Nesse contexto, as ações empreendidas por essas mulheres ressaltam a relevância da participação ativa em organizações comunitárias como um meio de alcançar a emancipação. Esses grupos oferecem um ambiente propício para o crescimento, desenvolvimento e aprendizado mútuo entre as mulheres. Elas buscam, por meio dessas experiências coletivas, formas de reorganização social que permitam superar as estruturas opressivas, conquistar autonomia e adquirir a capacidade de agir de maneira consciente e livre.

Indubitavelmente, este estudo, centrado na produção e disseminação do conhecimento no contexto das práticas associativas entre mulheres rurais, tem como objetivo principal evidenciar a importância das atividades produtivas realizadas por essas mulheres, que vão além da mera satisfação de suas necessidades essenciais. Essas práticas não se limitam à subsistência, mas também abrangem o cultivo de uma consciência crítica e uma compreensão aprofundada da realidade social que envolve essas mulheres. É importante ressaltar que o propósito não se restringe apenas à inclusão desses grupos em uma sociedade predominantemente patriarcal e machista, mas também envolve o estímulo ao seu desenvolvimento progressivo e o fornecimento de instrumentos para analisar de forma crítica os desafios e as injustiças sociais que teimam em permear suas vidas.

REFERÊNCIAS

"O conhecimento é a luz que ilumina o caminho do entendimento, e as referências são as pegadas deixadas pelos que o exploraram antes de nós."

(Anônimo)

ABBAGNANO, N. **História da filosofia**. Lisboa: Presença, 1970. 14v.

ADORNO, T. W. A indústria cultural. In: **Sociologia**. Gabriel Cohn (org.); Florestan Fernandes (coord.). São Paulo: Ática, 1986.

ALEIXO, Anabela Silva Marques Duarte Fonseca et al. Da economia social para a economia solidária. 2015. **Tese de Doutorado**. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/11388>. Acessado em: 10 ago. 2022.

ALENCAR, Edna. Trabalho feminino e participação política como instrumento para a manutenção e renovação da qualidade de vida In: FURTADO, Lourdes Gonçalves. **Amazônia, desenvolvimento, sociodiversidade e qualidade de vida**. Belém: Universidade Federal do Pará. Núcleo de Meio Ambiente. 1997 (Série Universidade e Meio Ambiente.).

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Transformações da ordem econômica mundial, do final do século 19 à Segunda Guerra Mundial**. Rev. bras. polít. int. vol.58 no.1 Brasília Jan./June 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v58n1/0034-7329-rbpi-58-01-00127.pdf>. Acessado em: 12 set. 2022.

ÁLVARES, L.; BATISTA, S. G.; Araújo Júnior, R. **Gestão do conhecimento: categorização conceitual**. Em *Questão* (UFRGS. Impresso), v. 16, p. 235-252, 2010.

AMADO, João; COSTA, António Pedro; CRUSOÉ, Nilma. A técnica da análise de conteúdo. In: AMADO, João (coord.). **Manual de investigação qualitativa em educação**. 2ª ed. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do trabalho**. São Paulo: Cortez, 1995.

ARAUJO, Alcione Lino de. Economia Solidária e a Autonomia Feminina na Associação de Agricultores Familiares das Colônias Iapó, Santa Clara e Vizinhança. **Tese de Doutorado**. PONTA GROSSA. 2017. 205 fl. Disponível em: https://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/2396/1/PG_PPGEP_D_Ara%C3%BAjo%2C%20Alcione%20Lino%20de_2017.pdf. Acessado em: 10 set. 2021.

ARCANJO, M. A. S.; OLIVEIRA, A. L. M. A criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) e a luta política: seus feitos e seu desmonte. **Revista Perseu: história, memória e política**. Vol 1 nº 1. São Paulo, Editora Perseu Abramo. 2017.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Tradução R. Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2020.

ARRIGHI, Giovanni. **O Longo Século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

ARROYO, J. C. T.; SCHUCH, F. C. **Economia Popular e Solidária: a alavanca para um desenvolvimento sustentável e solidário**. 1. Ed. - São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006. (239. p).

ARRUDA, M. (2000a). Um novo humanismo para uma nova economia. In: Kraychete, Gabriel et al. **Economia dos setores populares: Entre a realidade e a utopia**. Petrópolis: Editora vozes (UCSal, Capina e Cese) pp. 115-130.

_____. (2000b). Globalização e sociedade civil: repensando o cooperativismo no contexto da cidadania ativa. Conferência sobre Globalização e Cidadania, organizado pelo Instituto de pesquisa da ONU para o desenvolvimento social. In: Arruda, M; Boff, Leonardo. **Globalização: desafios socioeconômicos, éticos e educativos: uma visão a partir do Sul**. Petrópolis: Vozes, 2000

_____. Redes, educação e Economia Solidária: novas formas de pensar a Educação de Jovens e Adultos In: Kruppa, S. M. P. **Economia solidária e educação de jovens e adultos**. Brasília: Inep, pp. 31-40. 2004.

AZAMBUJA, Lucas Rodrigues **Os Valores da Economia Solidária**. Sociologias, Porto Alegre, ano 11, nº 21, jan./jun. 2009, p. 282-317

BAHIA. **Decreto n. 14.710 de 14 de agosto de 2013**. Estabelece medidas para a gestão das despesas e controle do gasto de pessoal e de custeio, no âmbito da Administração Pública do Poder Executivo Estadual, na forma que indica, e dá outras providências. Portal Casa Civil Legislação Estadual. Disponível em <http://www.legislabahia.ba.gov.br>. Acesso em: 26 abr. 2020.

BAHIA. **Decreto n. 8.647 de 29 de julho de 2003**. Regulamenta a Lei no 8.647, de 29 de julho de 2003, que dispõe sobre o Programa Estadual de Organizações Sociais, revoga os Decretos nos 7.007 e 7.008, de 14 de novembro de 1997, e dá outras providências. Portal Casa Civil Legislação Estadual. Disponível em <http://www.legislabahia.ba.gov.br>. Acesso em: 26 abr. 2020.

BAHIA. **Lei n. 8.647 de 29 de julho de 2003**. Dispõe sobre o Programa Estadual de Organizações Sociais e dá outras providências. Portal Casa Civil Legislação Estadual. 2015. Disponível em: <http://www.legislabahia.ba.gov.br>. Acesso em: 26 abr. 2019.

BALANCO, Paulo.; PINTO, Eduardo Costa. **Os Anos Dourados do Capitalismo: uma tentativa de harmonização entre as classes**. Pesquisa & Debate, SP, volume 18, número 1 (31) pp. 27-47, 2007. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/rpe/article/view/11814/8539>. Acessado em: 20 set. 2021.

BAQUERO, Rute. **Empoderamento: questões conceituais e metodológicas**. Redes, Santa Cruz do Sul, v. 11, n. 2, p. 77-93, maio-ago. 2006.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Tradução: Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARRETO, R.G. **As tecnologias na formação de professores: o discurso do MEC.** Educação & Pesquisa, n. 30, jul./dez. 2004. p. 271-286

BAUMGARTEN, Maíra; TEIXEIRA, Alex Niche; LIMA, Gilson. **SOCIEDADE E CONHECIMENTO: novas tecnologias e desafios para a produção de conhecimento nas Ciências Sociais.** Sociedade e Estado, Brasília, v. 22, n. 2, p. 401-433, maio/ago. 2007. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/se/a/sgCYtBFpKNVrdghsLMj6Mtv/?lang=pt&format=pdf>.

Acessado em: 10 mai. 2021

BERNARDES, S. Gabriela; MENDES, Estevane P. Paula; **AS RELAÇÕES DE GÊNERO NA AGRICULTURA FAMILIAR: a comunidade Ribeirão no município de Catalão (GO), p. 228-240. In: Coletânea Interdisciplinar em Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação - vol. 1.** São Paulo: Blucher, 2015. Disponível em < <http://openaccess.blucher.com.br/article-details/as-relaes-de-gnero-na-agricultura-familiar-a-comunidade-ribeiro-no-municipio-de-catalo-go-19442> > Acessado em: 10 jun. 2020.

BOMBASSARO, L. C. **As fronteiras da epistemologia: como se produz o conhecimento.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1982.

BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas.** Sobre a teoria da ação. Tradução: Maria Corrêa. Campinas, SP. 11ª Edição, Editora: Papyrus Editora, 2014a.

BONUMÁ, Helena. **AS MULHERES E A ECONOMIA SOLIDÁRIA: A resistência no cotidiano tecendo uma vida melhor.** Porto Alegre, 2015. 97fl. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/132849/000984396.pdf>. Acessado em: 20 set. 2021.

BRASIL. **Associativismo.** Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

_____. **Decreto Nº 5.811, de 21 de Junho de 2006. Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em:**

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5811.htm

Acessado em: Junho de 2019.

_____. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Presidência da República Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em:**

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm Acessado

em: 10 jun. 2020.

_____. **MAPA. Associativismo.** Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo. – 2. ed. – Brasília: MAPA/SDC/DENACOOP, 2008.

_____. **MTE. Programas e Ações.** Disponível em:

<<http://trabalho.gov.br/trabalhador-economia-solidaria/programas-e-acoes>>. Acessado em: 10 mai. 2019.

_____. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar –**

PRONAF 2015. Disponível em:

<https://www.bcb.gov.br/pre/bc_atende/port/PRONAF.asp#1>. Acessado em: 01 mai. 2021.

_____. **Redes solidárias conectam elos da cadeia produtiva.** Portal Brasil.

Publicado: 12/04/2012 19h33. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2012/04/redes-solidarias-conectam-elos-da-cadeia-produtiva>> Acessado em: 10 jun. 2019.

_____. **Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES).** Publicado: Quinta, 08

de Outubro de 2015, Disponível em: <<http://trabalho.gov.br/trabalhador-economia-solidaria/conselho-nacional-de-economia-solidaria-cnes>> Acessado em: 05 set. 2020.

BURSZTYN, Marcel (1984). **O poder dos donos: planejamento e clientelismo no Nordeste.** Petrópolis (RJ): Vozes.

BUTTO, Andrea. Et all. **Políticas para as mulheres rurais: Autonomia e Cidadania.** Mulheres rurais e autonomia: formação e articulação para efetivar políticas públicas nos Territórios da Cidadania / Andréa Butto, Nalu Faria, Karla Hora, Conceição Dantas, Miriam Nobre, orgs. Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2014. 132 p. Disponível em:

<http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_img_19/1%20%20Autonomia_Mulheres_Ruraisite.pdf> Acessado em: 10 ago. 2021.

CAMARGO, Brígido Vizeu; JUSTO, Ana Maria. **IRAMUTEQ: Um Software Gratuito para Análise de Dados Textuais.** Temas em Psicologia – 2013, Vol. 21, nº 2, 513-518 DOI: 10.9788/TP2013.2-16. Disponível em:

<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v21n2/v21n2a16.pdf>. Acessado em: 01 jul. 2023.

CARDOSO, Univaldo Coelho. **APL: arranjo produtivo local.** / Univaldo Coelho Cardoso, Vânia Lúcia Nogueira Carneiro, Édna Rabêlo Quirino Rodrigues. – Brasília : Sebrae, 2014b. 46p. Disponível em:

<https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/bis/associacao-serie-empresendimentos-coletivos,3b0a15bfd0b17410VgnVCM1000003b74010aRCRD>. Acessado em: 10/09/2021.

CARDOSO, Univaldo Coelho; CARNEIRO, Vânia Lúcia Nogueira. RODRIGUES, Édna Rabêlo Quirino. **Cultura da cooperação.** Brasília: SEBRAE, 2014.

CARNEIRO, Vanderson Gonçalves. **A construção coletiva da Política Pública de Economia Solidária: As Conferências Nacionais de Economia Solidária.** Otra

Economía, vol. 8, n. 15, julho-dezembro,2014. Disponível em:

<<http://revistas.unisinos.br/index.php/otraeconomia/article/viewFile/otra.2014.815.09/4396>>. Acessado em: 10 set. 2020..

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede.** (Coleção A era da informação: economia, sociedade e cultura, v.1). São Paulo: Paz e Terra, 2005.

CASTORIADIS, C. **A instituição imaginária da sociedade** (Guy Renaud, trad.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

CAVALCANTE, Luciana Matias. Economia dos setores populares: associativismo como espaço de produção coletiva, autogestão e elaboração de saberes. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 5, n. 2, p. 2-33, mai-ago/2009, Taubaté, SP, Brasil;

CAZELLA, A. A.; BÚRIGO, F. L. **Inclusão financeira e desenvolvimento rural: a importância das organizações territoriais**. Revista Política & Sociedade, Florianópolis, v. 8, n. 14, p. 301-331, 2009. Disponível em <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2009v8n14p301/10962>> Acessado em: 01 mai. 2020.

CENTRO Feminista. **Revista Mulheres e Territórios: a busca por autonomia econômica e acesso a políticas públicas**. 2017. Disponível em: <<https://centrofeminista.com/2017/05/03/3983/>> Acessado em: 05 fev. 2020.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica**. 4 ed. São Paulo: Makron Books, 2002.

CHARLOT, B. **Da relação com o saber** - Elementos para uma teoria Porto Alegre: Editora Artmed. 2000.

CNA. Confederação Nacional de Agricultura. **Observatório das desproteções sociais no campo. – Brasília, 2009**. Disponível em: < <http://www.cnabrazil.org.br/servicos-para-produtor/projetos-programas/observatorio-das-desprotecoes-sociais-no-campo>> Acessado em: 05 set. 2020.

COLLYER, Francisco Renato Silva. **Muito além da Revolução. os aspectos políticos e sociais da maior revolução da idade moderna**. Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 2015. n. 4242, 11 fev 2015. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/31268>. Acessado em: 10 ago. 2022.

CORAGGIO, J. L. Da Economia dos Setores Populares à Economia do Trabalho. In: KRAYCHETE, G. et al. (Orgs.). **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia**. Petrópolis: Vozes, 2000. Pp. 91-133.

CORREA, João José; JESUS, Sebastiana Almire; MIRANDA, Valdener. **Produção, comercialização e consumo solidários**. Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). 2007. Disponível em: <http://base.socioeco.org/docs/anexop70prodcomerceconsumosolidarios.pdf> Acessado em: 10 jun. 2021.

CORRÊA, H. L.; CORRÊA, C. A. **Administração de produção e operações: Manufatura e serviços, uma abordagem estratégica**. 3 ed. São Paula: Atlas, 2012

COSTA, A. A. **Gênero, poder e empoderamento das mulheres**. Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (Neim/Ufba), 2000.

COSTA, Ana Alice. **Gênero, Poder e Empoderamento de Mulheres**. Disponível em: <[http://www.agende.org.br/docs/File/dados_pesquisas/feminismo/Empoderamento%20- %20Ana%20Alice.pdf](http://www.agende.org.br/docs/File/dados_pesquisas/feminismo/Empoderamento%20-%20Ana%20Alice.pdf)>. Acesso: 25 ago. 2020

COSTA, A. A. A; RIBEIRO, T.C.A. **O associativismo no meio rural brasileiro: contradições e perspectivas**. 2014. Disponível em: www.portaldoagrovot.com.br. Acesso em 09 out. 2021.

COSTA, Davi Silva da. **Caminhando rumo ao futuro incerto: sucessão e transmissão de patrimônio no Projeto Agroextrativista São Francisco em Serra do Ramalho, BA** / Davi Silva da Costa, 2016. 270 f. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3766760. Acessado em: 20 set. 2023.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2013.

CRESWELL, John; CLARK, Vickie L. P. **Pesquisa de Métodos Mistos**. Porto Alegre: Penso, 2013.

CROCOLI, Aldir. **A solidariedade como o modo humano de ser**. Dado e nascido por nós à beira do caminho: a solidariedade na visão cristológica de São Francisco de Assis. – Rio de Janeiro: PUC-Rio, Departamento de Teologia, 2004. f.437; 30 cm Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Teologia. Disponível em <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/4693/4693_1.PDF> Acessado em: 10 set. 2021

DAVENPORT, Thomas H.; PRUSAK, Laurence. **Conhecimento Empresarial; como as organizações gerenciam o seu capital intelectual**. Rio de Janeiro: Campus, 1998. 237p.

DEMOUSTIER, Danièle, **L'économie sociale et solidaire: s'associer pour entreprendre autrement**, Paris, Syros. 2006.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. (Orgs.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DOWBOR, L. A economia da família. In.: ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amália Faller (Orgs.). **Família: redes, laços e políticas públicas**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2005;

DOURADO, Ivan Pentead. **Economia solidária e antropologia econômica: etnografias da solidariedade brasileira**. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2016.

DRUCKER, Peter F. **Sociedade Pós-Capitalista**. São Paulo: Pioneira, 1993.

DUARTE, Laura M. G; WEHRMANN, Magda Eva S. de F. **Associativismo, Cooperativismo e Economia Solidária no meio rural**. Brasília: Universidade de Brasília, Núcleo de Estudos Avançados. v. 6. 2006. Disponível em: <[https://aprender.ead.unb.br/pluginfile.php/106527/mod_resource/content/1/Aula%209%20\(Laura%20Duarte\)%20Caderno%202023%20p%2013%20a%2028%20somente%20paginas%20do%20texto.pdf](https://aprender.ead.unb.br/pluginfile.php/106527/mod_resource/content/1/Aula%209%20(Laura%20Duarte)%20Caderno%202023%20p%2013%20a%2028%20somente%20paginas%20do%20texto.pdf)>. Acessado em: 09 ago. 2021.

ECOSOL et. al. **As faces da Economia Solidária no Brasil**. 2010. Disponível em: <<http://sies.ecosol.org.br/album>>. Acessado em: 18/09/2021.

FARIA, Nalu. **Mulheres rurais na economia solidária**. Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural / Andrea Butto, Isolda Dantas, orgs. – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011. 192p.

FERREIRA, Eduardo Guerra Murad. **Diálogo social: a comunicação na construção dos relacionamentos das organizações com as comunidades vizinhas - o caso Ampla**. Biblioteca digital USP. Tese de Doutorado. Disponível em <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27154/tde-23092011-182224/pt-br.php>> Acessado em: 05 juh. 2020.

FIGUEREDO, Alessandra Aniceto Ferreira de. QUEIORIZ, Tacinara Nogueira de. **A UTILIZAÇÃO DE RODAS DE CONVERSA COMO METODOLOGIA QUE POSSIBILITA O DIÁLOGO**. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2012. ISSN 2179-510X.

FISCHER, I. R. **O protagonismo da mulher rural no contexto da dominação**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 160p. 2012.

FLEURY, Afonso; FLEURY, Maria T. L. **Aprendizado e inovação organizacional: as experiências do Japão, Coreia e Brasil**. São Paulo: Atlas, 1995.

FNDE, PNAE. Brasil. Disponível em <<http://www.fnde.gov.br/index.php/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-apresentacao>> Acessado em: 05 set. 2020.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila. Disponível em: <<http://197.249.65.74:8080/biblioteca/bitstream/123456789/716/1/Metodologia%20da%20Pesquisa%20Cientifica.pdf>> Acessado em: 07 set. 2020.

FRANÇA FILHO, Genauto C.; LAVILLE, Jean-Louis. **A Economia Solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

_____. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. 14. ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

_____. **A Pedagogia do Oprimido**. 74. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020.

_____. **Conscientização**. São Paulo: Cortez e Moraes, 1979.

FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. **Medo e ousadia – o cotidiano do professor**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

FRIEDMANN, John. **Empowement: uma política de desenvolvimento alternativo**. Celta: Oeiras, 1996.

FRÓES BURNHAM, Teresinha, et al. Aprendizagem Organizacional e Gestão do Conhecimento. In: FRÓES BURNHAM, Teresinha; e coletivo de autores. (org.). **Análise Cognitiva e Espaços Multirreferenciais de Aprendizagem**. Salvador: EDUFBA, 2012.

FRÓES BURNHAM, Teresinha, et al. Cultura e Competências de Gestão do Conhecimento. In: FRÓES BURNHAM, Teresinha; e coletivo de autores. (org.). **Análise Cognitiva e Espaços Multirreferenciais de Aprendizagem**. Salvador: EDUFBA, 2012.

FRÓES BURNHAM, Teresinha. DMMDC: uma proposta plural de difusão do conhecimento. In: MATTA, Alfredo Eurico Rodrigues; ROCHA, José Cláudio. (org.). **Cognição: aspectos contemporâneos da construção e difusão do conhecimento**. Salvador: EDUNEB, 2016.

FRÓES BURNHAM, Teresinha. Espaços Multirreferenciais de Aprendizagem: lócus de resistência à segregação sociocognitiva? In: FRÓES BURNHAM, Teresinha; e coletivo de autores. (org.). **Análise Cognitiva e Espaços Multirreferenciais de Aprendizagem**. Salvador: EDUFBA, 2012.

FRÓES BURNHAM, Teresinha; REIS, Jailton Santos. Gestão do Conhecimento: algumas bases para compreensão do conceito de gestão. In: FRÓES BURNHAM, Teresinha; e coletivo de autores. (org.). **Análise Cognitiva e Espaços Multirreferenciais de Aprendizagem**. Salvador: EDUFBA, 2012.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). **Situação mundial da infância 2016: oportunidades justas para cada criança**. New York, 2016. Disponível em: < https://www.unicef.org/brazil/pt/SOWC2016_ResumoExecutivo.pdf>. Acesso em: 06 ago. 2021.

GADOTTI, Moacir. **Economia Solidária como Práxis Pedagógica**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009. (Série Educação Popular). Parte do acervo do Centro de Referência Paulo Freire;

_____. **Los aportes de Paulo Freire a La pedagogia crítica**. Revista Educación, v. 26, n. 2, p. 51-60, 2002.

GAIGER, Luis Inácio. **A economia popular solidária no horizonte do terceiro setor**. Dublin: ITR'S Fourth international conference, julho, 2004;

GALEFFI, Dante Augusto. Saberes plurais e difusão do conhecimento em educação: uma perspectiva transdisciplinar. In: GURGEL, P. R. H. e SANTOS, Wilson Nascimento. (org.). **Saberes plurais, difusão do conhecimento e práxis pedagógica**. Salvador: EDUFBA, 2011.

GANANÇA, Alexandre Ciconello. Associativismo no Brasil: características e limites para a construção de uma nova institucionalidade democrática participativa. 2006. 144 f. **Dissertação (Mestrado em Ciência Política)** Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

GARCIA, Francisco Luiz. **Introdução crítica ao conhecimento**. Campinas: Papyrus, 1988.

GARIBA JÚNIOR, Maurício. **Gestão do conhecimento** / Maurício Gariba Júnior. – 2. ed. – Florianópolis: Publicações do IFSC, 2011. 107 p.

GEOGRAFAR/UFBA, Acesso a Terra e Desenvolvimento Territorial no Médio São Francisco, GeografAR/UFBA, Salvador, 2006.

GERMANI, Guiomar Inez; OLALDE, Alícia Ruiz & OLIVEIRA, Gilca Garcia (2006). **Acesso a terra e desenvolvimento territorial no Médio São Francisco (BA)**. Salvador: MGEO, GeografAR, UFBA.

GIBBS, G.; COSTA, R. C. **Análise de dados qualitativos**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos Movimentos Sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 2004, v.1. p.396, 4. ed.

GOERCK, Caroline; FRAGA, Cristina Kologeski. **Economia Popular Solidária no Brasil: um espaço de resistência às manifestações de desigualdade da questão social**. Vivências: Revista Eletrônica de Extensão da URI. Vivências. Vol.6, N.9: p.103-111, Maio/2010. Pag 103 a 111.

GUÉRIN, Isabella. **As mulheres e a economia solidária**. Traduzido por Nicolás Nyimi Campanário. Ed. Loyola. São Paulo, 2005;

GUILES, T. R. **Dicionário de Filosofia: termos e filósofos**. São Paulo: EPU, 1993.

GUINCHAT, Claire. **Introdução geral às ciências e técnicas da informação e documentação**/ Claire Guinchat e Michel Menou. - 2. ed. corr. aum./ por Marie - France Blanquet/tradução de Míriam Vieira da Cunha. - Brasília: IBICT, 1994. 540 p.

HARGREAVES, Andy. **O Ensino na Sociedade do Conhecimento: a educação na era da insegurança**. Coleção Currículo, Políticas e Práticas. Porto: Porto Editora. 2003.

HERNÁNDEZ, C.O. (2009). Política de crédito rural com perspectiva de gênero: um meio de “empoderamento” das mulheres rurais. **Tese (Doutorado em**

Desenvolvimento Rural) – Porto Alegre-RS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, 248p.

HEREK, M.; COLLA, J.H.; PIRANI, S.L. (2008). **Criação do Conhecimento por meio do Modelo de Nonaka para a pequena empresa: Estudo de caso na empresa Jumoser**. V Encontro de Estudos Organizacionais da ANPAD. Anais ... Belo Horizonte/MG: 18 a 20 junho de 2008.

HERRERA, K.M. (2012). **Uma análise do trabalho da mulher rural através da perspectiva da multifuncionalidade agrícola**. Anais Eletrônicos do Seminário Internacional Fazendo Gênero, 10, Florianópolis, Fazendo Gênero: http://www.fg2013.wvc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1373328660_ARQUIVO_ArtigoFazendogenerofinal.pdf, em 24 jun. 2020.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2017.

HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. W. Dialektik der Aufklärung. In: **HORKHEIMER, M. Gesammelte Schriften in neunzehn Bänden, Bd. 5. Frankfurt am Main: Fischer, 1987.** [Edição brasileira: *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Trad. Guido de Almeida. Zahar: Rio de Janeiro, 2006.

HOROCHOVSKI, Rodrigo R.; MEIRELLES, Giselle. *Problematizando o conceito de empoderamento*. In: **SEMINÁRIO NACIONAL MOVIMENTOS SOCIAIS, PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA, 2., 2007**, Florianópolis. Anais... Florianópolis: UFSC, 2007.

JESUS, Nadja Maria Amado de. **Difusão do conhecimento na política de colaboração implementada pelo Programa de Apoio à Educação Municipal em Itatim/Bahia** / Nadja Maria Amado de Jesus. - 2020. 282 f.: il.

JAPIASSÚ, H. F. **Introdução ao pensamento epistemológico**. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1979.

JOSÉ FILHO, M. **Pesquisas: contornos no processo educativo**. Franca: Unesp-FHDSS, 2006.

JOHNSON, Allan G. **Dicionário de sociologia: guia prático da linguagem sociológica** / Allan G. Johnson; tradução, Ruy Jungmann; consultoria, Renato Lessa. — Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997

JUSBRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/91972/constituicao-da-republica-federativa-do-brasil-1988#art-5--inc-XVII> Acessado em: Julho de 2019.

KAMOCHE, K.; CUNHA, M. P. **Minimal structures: From jazz improvisation to product innovation**. Organization Studies, 22, p. 733-764, 2001.

KRAYCHETE, G. **Escala e sustentabilidade dos empreendimentos econômicos solidários: uma ambiência necessária.** Cadernos do CEAS, n. 235, pp.185-296, 2015.

LARANJA, Manuel. Inovação tecnológica e padrões de comportamento organizacional. In: **Comportamento organizacional e gestão.** Vol.4, nº2, Universidade de Aveiro, 1998.

LAVE, J.; WENGER, E. **Situated learning: legitimate peripheral participation.** New York: Cambridge University Press, 1991

LAZZAROTTO, J. J. (2002, setembro). **Associativismo Rural e a sua Viabilização:** estudo de caso comparativo de duas associações de produtores rurais do município de Pato Branco (PR). Anais do Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, Salvador-BA, Brasil.

LEAL, Kamila Soares. RODRIGUES, Marilsa de Sá. **ECONOMIA SOLIDÁRIA:** conceitos e princípios norteadores. Revista Humanidades e Inovação v.5, n. 11 – 2018. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/844/774>. Acessado em: 20 set. 2022.

LE COADIC, Yves-François. **A ciência da informação.** Brasília, DF: Briquet de Lemos, 1996.

LECHAT, Noëlle Marie Paule. **As Raízes Históricas da Economia Solidária e seu Aparecimento no Brasil.** Economia Solidária. Volume 1 – 2002. Disponível em <<http://www.uff.br/incubadoraecosol/docs/ecosolv1.pdf>> Acessado em: 5 jun 2020.

LEITE, Márcia. Reestruturação produtiva, novas tecnologias e novas formas de gestão da mão-de-obra. In: OLIVEIRA, C.A., MATTOSO, J., SIQUEIRA NETO, J.F. POCHMANN, M.A., OLIVEIRA, M.A. (orgs.). **O mundo do trabalho: crise e mudança no final do século.** São Paulo: Scritta, 2003.

_____. El trabajo y sus reconfiguraciones: Las nuevas condiciones de trabajo discutidas a partir de conceptos y realidades. In: **Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo.** n.21, 2009, p. 7-33.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura.** 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2000.

LIMA, Jacob Carlos. **Economia Solidária: de movimento social a política pública.** UFSC, 2016, 27 p.

LISBOA, Armando de Melo. **Os desafios da economia popular solidária.** Cadernos do CEAS, Salvador, n. 189. 2003, p. 51-67.

_____. **Socioeconomia solidaria: marco conceitual latinoamericano.** Textos para discussão. Florianópolis: UFSC/CNM, 2004.

LORENZET, D.; ANDREOLLA, F. **Paulo Freire, seu legado com a dialética, educação popular e política.** Revista de Educação Popular, Uberlândia, v. 18, n. 1, p.

222–232, 2019. DOI: 10.14393/rep-v18n12019-45689. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/45689>. Acesso em: 17 set. 2023.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MDA – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável. Território da Cidadania Velho Chico**. 2ª Ed. 2010.
MADEIRA, Mariana Gonçalves. **Economia criativa: implicações e desafios para a política externa brasileira** / Mariana Gonçalves Madeira. – Brasília: FUNAG, 2014. 321 p. – (Coleção CAE). Disponível em: <<http://funag.gov.br/loja/download/1096-economia-criativa.pdf>> Acessado em: Maio de 2019.

MALASSISE, Regina L. S. Condições de Vida e Trabalho na Economia Solidária e na Economia Capitalista: Princípios da Economia Solidária. Disponível em <<http://sites.poli.usp.br/p/augusto.neiva/nesol/Publicacoes/Anais%20-%20Gravação/arquivos%20III%20Encontro/Pri-8.htm>> Acessado em: Junho de 2019.

MANCE, E. A. Redes de Colaboração Solidária. Petrópolis, Ed. Vozes, 2000

_____. A Revolução das Redes. Petrópolis, Ed. Vozes, 1999

MARCONI, Mariana de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7ª edição – São Paulo: Atlas, 2003;

MARCUSE, Herbert. Algumas implicações sociais da tecnologia moderna. In: MARCUSE, Herbert. **Tecnologia, guerra e fascismo**. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

MARIOTTO, F. L.; ZANNI, P. P.; MORAES, G. H. S. M. **What is the use of a single-case study in management research**. Revista de Administração de Empresas, v. 54, n. 4, p. 358-369, 2011.

MARX, K. O Capital - **Livro I – crítica da economia política**: O processo de produção do capital. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. Tradução: Florestan Fernandes. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

MATOS, L. S; Vasconcelos, A. D. P; Oliveira, K. C de; MONTEIRO, D. A. B. **Inovação na Gestão Pública Baiana: Análise do processo de implantação dos Centros Públicos de Economia Solidária (CESOL)**. Revista NAU Social - v.6, n.10, p. 9-30.

MATTOS, F. **Retrospectiva histórica del proceso de Globalización Financiera**. Investigación Económica, Cidade do México, v. LX, n. 233, p. 113-147, 2005

MATURANA, H. R; VARELA, F. J. **A árvore do conhecimento: as bases da compreensão humana**. São Paulo: Palas Athena, 2001.

MCMILLAN, D.W., & CHAVIS, D.M. (1986). **Sense of community: A definition and theory.** *Journal of Community Psychology*, 14, 6-23.

MELO, M. C. H. de; CRUZ, G. de C. **RODA DE CONVERSA: UMA PROPOSTA METODOLÓGICA PARA A CONSTRUÇÃO DE UM ESPAÇO DE DIÁLOGO NO ENSINO MÉDIO.** *Imagens da Educação*, v. 4, n. 2, p. 31-39, 2014.

REGO, Teresa Cristina. **Vygotsky: Uma Perspectiva Histórico-Cultural da Educação.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

MENDONÇA, Haroldo. **Comércio Justo e Economia Solidária no Brasil e o papel da política pública na sua promoção.** *Mercado de Trabalho - Conjuntura e Análise*, Brasília: Ipea, v.16, n.49, p.59-65, nov./2011. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3934?mode=full>> Acessado em: 5 jun. 2020.

MENEZES, Ana Maria Ferreira; FONSECA, Manoel Justiniano Melo da. Políticas públicas de inclusão social: uma análise à luz da gestão do conhecimento, do capital social e do desenvolvimento. In: **Interfaces das Políticas Públicas e Desenvolvimento** (p. 135-176) Edition: V. 1 - 1ed. Salvador Chapter: Políticas Públicas de Inclusão Social Publisher: Ana Maria Ferreira Menezes; Maria de Fatima Hanaque Campos. (Org.) Editors: EDUNEB. 2009.

MERRIAM, S. B. **Qualitative research and case study applications in education.** San Francisco: Jossey-Bass, 2009.

MILANI, C. **Teorias do capital social e desenvolvimento local: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil).** *Organizações & Sociedade*, v. 11, n. esp, p. 95-113, 2003.

MILES, M. B., HUBERMAN, A. M. **Qualitative data analysis: a sourcebook of new methods.** 8. ed. Beverly Hills, CA: Sage Publications, 1994.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

_____. **Estudo Comparativo entre a Polícia Civil e a Polícia Militar do Estado do RJ quanto à Concepção e à Administração Individual e Coletiva de Riscos Profissionais, de Segurança Pessoal e de Saúde Ocupacional.** Brasília: Senasp, 2007

MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 25. ed. rev. atual. Petrópolis: Vozes, 2016. 108p.

MOREIRA, O. M. **Protagonismo de Mulheres de Políticas Públicas de Gênero no Território Do Sisal – BA.** GT 04. Gênero: Práticas, Conflitos e Transformações – VII. Disponível em: <http://www.redesrurais.org.br/wp-content/uploads/2016/10/17_2.pdf> Acessado em: 5 jun. 2020.

- MOREIRA, Maria Isabel Giusti. Um Modelo de Sistema AVA- SMA orientado Legislação. 2018. 142 f. (**Tese Doutorado em Ciência da Computação**) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS, 2017. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/171382>. Acesso em: 14 jul. 2020.
- MORIN, Edgar. **O método: o conhecimento do conhecimento**. Porto Alegre: Sulina, 1999.
- MOTTA, Vânia Cardoso. **Ideologias do capital humano e do capital social: da integração à inserção e ao conformismo**. In: Trab. Educ. Saúde, v. 6 n. 3, p. 549-571. 2004.
- MOURA, Maria da C. D.; MEDEIROS, Rejane C. de (Orgs.). **Mulheres e territórios: a busca por autonomia econômica e acesso a políticas públicas Mossoró**. Centro Feminista 08 de Março, 2016. 22p.
- NARAYAN, Deepa. **Empowerment and Poverty Reduction: A Sourcebook**. © Washington, DC: World Bank. <http://hdl.handle.net/10986/15239> License: CC BY 3.0 IGO. 2002. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10986/15239>. Acessado em: 20 set. 2022
- NONAKA, I. **Dynamic Theory of Organizational Knowledge Creation**. Organization Science/ Vol. 5, No. 1, February 1994.
- NONAKA, I., & TAKEUCHI, H. **Criação de conhecimento na empresa: Como as empresas japonesas geram a dinâmica da inovação**. Rio de Janeiro: Elsevier. 1995.
- NONAKA, I.; TAKEUCHI, H. **Criação de conhecimento na empresa**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.
- NONAKA, I.; TAKEUCHI, H. Teoria da Criação do Conhecimento Organizacional. In: TAKEUCHI, H.; NONAKA, I. (Org.). **Gestão do Conhecimento**. Porto Alegre: Bookman, 2008.
- NONAKA, Ikujiro; TOYAMA, Ryoko. Criação do Conhecimento como Processo Sintetizador. In: TAKEUCHI, H.; NONAKA, I. (Org.). **Gestão do Conhecimento**. Porto Alegre: Bookman, 2008.
- NONAKA, Ikujo. A empresa Criadora de Conhecimento. In: TAKEUCHI, H.; NONAKA, I. (Org.). **Gestão do Conhecimento**. Porto Alegre: Bookman, 2008.
- OLIVA, H.; REIS, T.; MEIRA, L. **A economia solidária no governo da Bahia**. Boletim Mercado de Trabalho, Brasília, n. 39, maio. 2009. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/>. Acesso em: 17 out. 2022.
- OLIVEIRA, G. S.; CUNHA, A. M. O.; CORDEIRO, E. M.; SAAD, N. S. **Grupo Focal: uma técnica de coleta de dados numa investigação qualitativa**. In: Cadernos da Fucamp, UNIFUCAMP, v.19, n.41, p.1-13, Monte Carmelo, MG, 2020.

OLIVEIRA, Nadja Simone Menezes Nery de; CARVALHO, Elenice Silva; NASCIMENTO, Thiago Pereira do; SCHMIDT, Carla Maria. **Cooperação e empoderamento feminino: análise do Índice de Empoderamento e Desenvolvimento de Gênero (IEDG)** em uma cooperativa agrária no Paraná. Estudos Sociedade e Agricultura, v. 26, n. 3, p. 630-655, out. 2018. Disponível em: https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/ESA26-3_cooperacao_e_empoderamento/ESA26-3_cooperacao_e_empoderamento_PDF. Acessado em: 21 set. 2022

PAIVA, Carlos Águedo Nagel; CUNHA, André Moreira. **Noções de economia** / Carlos Águedo Nagel Paiva, — Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008. Disponível em <http://funag.gov.br/loja/download/411-Manual_de_Economia.pdf > Acessado em: 10 jun. 2020.

PALAVECINI, A. C.; MIECOANSKI, F. R. **ESTRATÉGIAS DE FORMAÇÃO DO PREÇO DE VENDA EM UMA PEQUENA EMPRESA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO: STRATEGIES FOR FORMING THE SALE PRICE IN A SMALL CONSTRUCTION MATERIALS COMPANY**. Revista Visão: Gestão Organizacional, Caçador (SC), Brasil, v. 9, n. 2, p. 138–154, 2020. DOI: 10.33362/visao.v9i2.2377. Disponível em: <https://periodicos.uniarp.edu.br/index.php/visao/article/view/2377>. Acesso em: 07 nov. 2022.

PALUDO, Conceição. **Educação popular em busca de alternativas: uma leitura desde o campo democrático popular**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001;

PAULILO, Maria Ignês. **Que feminismo é esse que nasce na horta**. Política & Sociedade - Florianópolis - Vol. 15 - Edição Especial – 2016.

_____. Movimento de Mulheres Agricultoras: terra e matrimônio. In: PAULILLO, M. I. SCHMIDT, Wilson. (org.) **Agricultura e espaço rural em Santa Catarina**. Fpolis: Editora da UFSC, 2003.

_____. Movimiento de mujeres agricultoras y empoderamiento en Brasil. In: CRUZ, Fátima. (Org.). **Perspectiva de género en el desarrollo rural: programas e experiencias**. Palencia: Ed. Asociación País Románico, 2012, v. p. 71-84.

PIANA, Maria Cristina. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional** / Maria Cristina Piana. – São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

PIMENTA, Solange Maria, SARAIVA, Luiz Alex Silva e CORRÊA, Maria Laetitia. **Terceiro Setor – dilemas e polêmicas**. São Paulo: Saraiva, 2006. 262 p

PONCHIROLLI, O. **Ética e responsabilidade social empresarial**. 1. ed. Curitiba: Juruá, 2009.

PONCHIROLLI, O., & FIALHO, F. A. P. (2016). **Gestão estratégica do conhecimento como parte da estratégia empresarial**. Revista Da FAE, 8(1). Recuperado de <https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/view/381>. Acessado em: 10 set. 2021.

PINTO, João Roberto Lopes. **Economia Solidária: de volta à arte da associação**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. 196 p.

PLANO **Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário do Velho Chico**. Brasília: MDA, 2 ed. 2018. Disponível em: https://www.seplan.ba.gov.br/wp-content/uploads/PTDS-Territorio_Velho_Chico.pdf. Acessado em: 10 set. 2022.

POLANYI, M. **The tacit dimension**. London: Routledge&Kegan Paul, 1966.

_____. **Personal knowledge**. London: Routledge&Kegan Paul, 1973.

PORTO, Pedro Augusto Cruz; OPUSZKA, Paulo Ricardo. **Economia solidária, seus princípios e sua extensão como vetor para construção de um novo cidadão**. Revista Jurídica Unicuritiba, v. 1, n. 38, 2015. Disponível em: <http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RevJur/article/view/1429>. Acessado em 19 ago. 2020.

POZO, Juan Ignacio (2004). **A sociedade da aprendizagem e o desafio de converter informação em conhecimento**. In: Revista Pátio. Ano VIII – Nº 31- Educação ao Longo da Vida - Agosto à Outubro de 2004. Disponível em: http://www.revistapatio.com.br/sumario_conteudo.aspx?id=386, Acessado em: 08 mai. 2022.

PRODANOV, Cleber Cristiano. **Metodologia do trabalho científico** [recurso eletrônico] : métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico / Cleber Cristiano Prodanov, Ernani Cesar de Freitas. – 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

PROJETO GEOGRAFAR (2008). Evolução histórica do índice de Gini. TVC, 1920-1996. Salvador: Geografar/UFBA. Disponível em: <http://www.geografar.ufba.br>. Acesso em: 29 mar. 2021.

PUTNAM, R.D. **Comunidade e Democracia a experiência da Itália moderna**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

RADOMSKY, G. Tramas da memória e da identidade: as relações de reciprocidade e as especificidades históricas de uma região de colonização italiana no Sul do Brasil. *Humanas* (Revista do IFCH/UFRGS). 2006;28(1):99-126. Disponível em: https://professor.ufrgs.br/radomsky/files/radomsky_humanas_2006.pdf. Acessado em: 10 ago. 2021.

REVISTA TERRITÓRIO SOLIDÁRIO, Edição única, nov 2020 - Salvador: **Associação Humana Povo para Povo Brasil**, 2020. ISBN: 978-65-86639-17-9 CDD: 330

RIBEIRO, Núbia Moura; MENEZES, Ana Maria Ferreira; CAMPOS, Maria de Fátima Hanaque. Difusão e Gestão do Conhecimento: conceitos, analogias, convergências e divergências. In: MATTA, Alfredo Rodrigues; ROCHA, José Cláudio. (Org.).

Cognição: aspectos contemporâneos da construção e difusão do conhecimento. Salvador: Eduneb, 2016

RIGO, Ariádne Scalfoni (Org.) **Casos de ensino sobre cooperativismo e associativismo.** Petrolina, PE: Gráfica Franciscana, 2011.

RODRIGUES, Samuel de Oliveira Rodrigues. TIROLI, Luiz Gustavo. SANTOS, Adriana Regina de Jesus. APROXIMAÇÕES CONCEITUAIS ENTRE PAULO FREIRE E ADOLFO SÁNCHEZ VÁZQUEZ: a categoria práxis como ação criadora, reflexiva e transformadora na ação pedagógica. @rquivo Brasileiro de Educação, Belo Horizonte, v. 9, n. 18, 2021. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/arquivobrasileiroeducacao/article/download/27801/19132/>. Acessado em: 20 set. 2023.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, Patriarcado, Violência.** 1 ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. 251p. 2004.

_____. (2013). **A mulher na sociedade de classes. Mito e realidade.** 3 ed. São Paulo: Expressão Popular, 528p.

SAFFIOTI, H.I.B., ALMEIDA, S.S. (1995) **Violência de gênero: poder e impotência.** Rio de Janeiro: Revinter, 218p

SAMPAIO J., SANTOS, G. C; AGOSTINI, M; SALVADOR, A. S. **Limites e potencialidades das rodas de conversa no cuidado em saúde: uma experiência com jovens no sertão pernambucano.** Interface (Botucatu). 2014; 18 Supl 2:1299-1312. DOI: 10.1590/1807-57622013.0264

SAMPIERI, Roberto Hernandez; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, María del Pilar Baptista. **Metodologia de Pesquisa.** 5ª ed. Porto Alegre: Penso, 2013.
SANTANA JÚNIOR, Gildásio. **Economia Solidária – Conceito, Práticas e Gênese: Uma Apresentação da Temática.** Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas - Vitória da Conquista, Ano III, n. 3, p. 81-92, 2005.

SANTOS, A. M. **Paul Singer: democracia, economia e autogestão.** Marília: Lutas Anticapital. 2018.

SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista.** Porto: Afrontamento. 11-19, 2012.

SANTOS, Ana Cristina de Mendonça; HANAQUE, Maria de Fátima Campos. **GESTÃO E DIFUSÃO DO CONHECIMENTO:** uma experiência na oferta semipresencial da graduação da UNEB. In: ARAÚJO, Manuela Barreto de; Epistemologias: multirreferencialidade e construção do conhecimento; Curitiba: CRV 2017.

SARDENBERG, Cecília M.B. **Conceituando “Empoderamento” na Perspectiva Feminista.** 2009. Disponível em

<<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/6848/1/Conceituando%20Empoderamento%20na%20Perspectiva%20Feminista.pdf>> Acessado em: 5 jun. 2021.

SCHNEIDER, J.O.; **Democracia, participação e autonomia cooperativa**. 2 ed. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2010.

SCHOMMER, P. C. Comunidades de prática e articulação de saberes na relação entre universidade e sociedade (**Tese de doutorado**). FGV/EAESP, São Paulo, 2005. 341 p.

SCOTT, J.W. (1995). **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação e Realidade, 20: 71–99.

SCOTT, J.W. (2005). **O enigma da igualdade**. Estudos Feministas, Florianópolis, 13 (1): 11-30.

SCOTT, P., RODRIGUES, A.C., SARAIVA, J.C. (2010). Onde mal se ouvem os gritos de socorro: notas sobre a violência contra a mulher em contextos rurais. In: Scott, P., Cordeiro, R., Menezes, M. (Orgs). **Gênero e geração em contextos rurais**. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, p. 63-94.

SECRETARIA DO TRABALHO, EMPREGO, RENDA E ESPORTE DO ESTADO DA BAHIA – SETRE. **Sistema de Informação em Economia Solidária - SIES**. Salvador, 2010. BAHIA. Lei n. 12.368 de 13 de dezembro de 2011. Dispõe sobre a criação da Política Estadual de Fomento à Economia Solidária no Estado da Bahia e do Conselho Estadual de Economia Solidária Portal Casa Civil Legislação Estadual. 2015. Disponível em: <http://www.legislabahia.ba.gov.br>. Acesso em: 26 abr. 2020.

SECRETARIA DO TRABALHO EMPREGO RENDA E ESPORTE - SETRE. **Seleção de organização social gestão centros públicos de economia solidária**. Disponível em: http://admhomologa.setre.ba.gov.br/conteudo/editais/EDITAL_SETRE_09%202012.pdf/view. Acesso em: 30 abr. 2020

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SENA, Alderico. **Cooperativismo é a solução**. Disponível em <<http://www.noticialivre.com.br/index.php/2014-03-09-16-39-32/46314-cooperativismo-e-a-solucao>>. Publicado: 01 Março de 2016. Acessado em: 5 mai. 2019.

SENAR. **Associações rurais: práticas associativas, características e formalização**. Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. Brasília: SENAR, 2011. Disponível em: <http://www.senar.org.br/sites/default/files/153_-_associacoes_rurais_0.pdf> Acessado em: 05 jul. 2021.

SEPLAN – SECRETERIA DO PLENEJAMENTO DO ESTADO DA BAHIA. **Territórios de Identidade**. Disponível em: <http://www.seplan.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=17>. Acesso em: 30 de jun 2020.

SILIPRANDI, E. Mulheres e agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura. **Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável)** - Brasília-DF - Universidade de Brasília - UNB, 291p. 2009.

_____. **Mulheres e agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 352p. 2015.

SILIPRANDI, E., CINTRÃO, R. (2011). **As mulheres agricultoras no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**. Segurança Alimentar e Nutricional, Campinas, 18 (2): 12-32.

_____. **Mulheres rurais e políticas públicas no Brasil: abrindo espaços para o seu reconhecimento como cidadãs**. In: Grisa, C., Schneider, S. (orgs). Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 571-593.

SILVA, A. M., PONCIANO, N. J., SOUZA, P. M., & Cezar, L. S. (2020). **Extensão rural e construção da equidade de gênero: limites e possibilidades**. Revista de Economia e Sociologia Rural, 58(1), e187845. <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2020.187845>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/C3DL9PMvDwhThdGSfH7kzDz/?format=pdf&lang=pt>. Acessado em: 10 set. 2022.

SILVA, Alessandra Maria da. **O Pronaf como meio de empoderamento econômico da mulher rural** – uma análise da participação feminina e da influência da mediação no estado do Espírito Santo / Alessandra Maria da Silva. - Campos dos Goytacazes, RJ, 2019. S586 Silva, Alessandra Maria da. 346 f. : il. Bibliografia: 292 - 309. Disponível em: <https://biblioteca.incaper.es.gov.br/digital/handle/123456789/3746>. Acessado em: 24 abr. 2020.

SILVA, Sandro Pereira; CARNEIRO, Leandro Marcondes. **Os novos dados do mapeamento de economia solidária no Brasil: Nota metodológica e análise das dimensões sócioestruturais dos empreendimentos** – Relatório de Pesquisa. IPEA, 2014. Disponível em: <[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7410/1/RP_Os Novos dados do mapeamento de economia solidária no Brasil_2016.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7410/1/RP_Os%20novos%20dados%20do%20mapeamento%20de%20economia%20solid%C3%A1ria%20no%20Brasil_2016.pdf)> Acessado em: Junho de 2017. Acesso em: 05 jun. 2020

SILVA, Sandro Pereira; **ANÁLISE DAS DIMENSÕES SOCIOESTRUTURAIS DOS EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL**. Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília : Rio de Janeiro : Ipea, 2017. ISSN 1415-4765. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7424/1/td_2271.pdf Acessado em: 05 abr. 2020.

SILVA, R. V., Soffner, R., & Pinhão, C. (2004). A Gestão do Conhecimento. In R. V. Silva & A. Neves (Eds.), **Gestão de empresas na era do conhecimento**. São Paulo: Serinews.

SILVA, Francisca de Paula Santos; SOUZA, Ivana Carolina Alves da Silva; Configurações Epistemológicas – Um ensaio sobre o conhecimento produzido nas comunidades de prática. In: ARAÚJO, Manuela Barreto de; **Epistemologias: multirreferencialidade e construção do conhecimento**; Curitiba: CRV 2017.

SINGER, P. **Introdução a economia solidária**. 1ª Ed. 5ª reimpressão. São Paulo. Editora: Perseu Abramo, 2005.

_____. **A recente ressurreição da economia solidária no Brasil**. In: SANTOS, Boaventura Souza (Org.). **Produzir para viver: Os caminhos da produção não capitalista**. Reinventar a emancipação social: para novos manifestos; 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002a. p. 81-129. Disponível em https://books.google.com.br/books/about/Produzir_para_viver.html?hl=pt-BR&id=HPR3d-EfBb4C&redir_esc=y. Acessado em: 20 set. 2022.

_____. **Aprender Economia**. 9ª ed. São Paulo. Editora Brasiliense. 1983.

_____. **Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas 1932**. 3.ed. São Paulo: Contexto, 1999.

_____. **Economia solidária: um modo de produção e distribuição**. In: Singer & Souza (orgs.), op. cit., 2000b, pp. 11-28.

_____. **Economia Solidária**. In: CATTANI, Antonio David (Org.). A outra economia. Porto Alegre: Veraz, 2003.

SIQUEIRA, A. E. S. S. de.; SARDENBERG, C. M. B. Empoderamento de mulheres agricultoras: possibilidades e limites de um projeto de desenvolvimento rural no semiárido baiano. In: **Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher e Relações Gênero**, 18., 2014, Recife. Anais [...]. Recife: UFRPE, 2014. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/index.php/18redor/>. Acesso em: 14 ago. 2021.

STADUTO, J. A. R., NASCIMENTO, C. A., & SOUZA, M. **Ocupações e renda das mulheres e homens no rural do estado do Paraná, Brasil: uma perspectiva de gênero**. Cuadernos de Desarrollo Rural, 10(72), 91-115. 2015.

STRAUHS, Faimara do Rocio. **Gestão do Conhecimento nas Organizações** / Faimara do Rocio Strauhs ... [et al.]. — Curitiba: Aymarã Educação, 2012.

STRECK, D. R.; REDIN, E.; ZITKOSKI, J. J. (Orgs.). **Dicionário Paulo Freire**. 2. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. 439 p.

SOUZA, G; VASCONCELOS, N. **Desafio e Sobrevivência das Cooperativas Populares: Estudo de caso de quatro empreendimentos em Salvador**. In: Revista ETC, n. 2. Salvador: CEFET, 2004.

TAKEUCHI, H.; NONAKA, I.; Criação e Dialética do Conhecimento. In: TAKEUCHI, H.; NONAKA, I. (Org.). **Gestão do Conhecimento**. Porto Alegre: Bookman, 2008.

TAVARES, A.S., Parente, T.G. (2015) Gênero e Políticas Públicas de trabalho. In: Miranda et al. (orgs.). **Gênero, desenvolvimento e território: novas semânticas e antigas práticas**. Manaus: Editora Valer, p. 249-274.

TEIXERA, Lisiany Dantas Lopes. **Gênero, cidadania e questão social: o empoderamento feminino a partir dos programas sociais**. Disponível em: [http://fedathi.multimeios.ufc.br/chec/2015/anais/eixo7/g%canero,20cidadania%20e%20qu%est%3o%20social%20-%20o%20empoderamento%20feminino%20a%20partir%20dos%20programas%20sociais.p df](http://fedathi.multimeios.ufc.br/chec/2015/anais/eixo7/g%canero,20cidadania%20e%20qu%est%3o%20social%20-%20o%20empoderamento%20feminino%20a%20partir%20dos%20programas%20sociais.p%df). Acesso em: 25 out. 2022

TERRA, José Claudio; GORDON, Cindy. **Realizing the promise of corporate portals: leveraging knowledge for business success**. Butterworth-Heineman, 2002.

TIRIBA, L. **Cultura do trabalho, autogestão e formação de trabalhadores associados na produção**: questões de pesquisa. In: **Perspectiva**, v. 26, n.2, p. 69-94, jan./jun. 2008.

TIRIBA, L. **Economia popular y movimientos populares** (y una vez más el trabajo como princípio educativo). *Contexto & Educação*, v. 14, n. 54, 1999. Pp. 53-80

TIRIBA, L. **O trabalho no olho da rua**: fronteiras da economia popular e da economia informal. *Proposta*, n. 97, jun./ago. 2003. Pp. 38-49 Disponível em: http://www.uff.br/trabalhonecessario/images/TN_02/TN2_TIRIBA.pdf. Acesso em: 08/09/2021.

TIRIBA, L. **Trabalho, educação e autogestão**: desafios frente à crise do emprego. *Trabalho Necessário*, ano 3, n. 3, 2005. Disponível em: http://www.uff.br/trabalhonecessario/images/TN_03/TN3_TIRIBA.pdf. Acesso em: 08 set. 2021.

TIRIBA, L.; SICH, B. CIOS DA TERRA: SABERES DA EXPERIÊNCIA E SABERES DO TRABALHO ASSOCIADO. **Revista Trabalho Necessário**, 10(15), 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/tn.10i15.p6864>. Acessado em: 08 set. 2022.

TÖNNIES, Ferdinand. **Community and society**. Tradução de Charles Loomis. Michigan, EUA: Michigan State University Press, 1957.

TURBAN, E.; LEIDNER, D.; MCLEAN, E.; WETHERBE, J. **TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO PARA GESTÃO**: transformando os negócios na economia digital. PORTO ALEGRE: EDITORA BOOKMAN, 6ª EDIÇÃO, 2010.

TYGUEL, Daniel. **Fluxos e informações na Economia Solidária**: um novo olhar sobre a prática. Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <http://inspirebr.com.br/uploads/midiateca/cfc0b6489131c4e7e82f1c4e3129de29.pdf>. Acesso em: 09 fev. 2022.

VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandroval de. **Economia macro e micro**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

VÁZQUEZ, A. S. **Filosofia da Práxis**. Trad. Maria Encarnación Moya. 2a ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – Clacso: São Paulo: Expressão Popular, 2011.

VIEIRA, Angel Freddy Godoy; FORESTI, Fabricio; ROSA, Viviane da. **Informação e conhecimento na economia solidária**. No 62 (2016) • <http://biblios.pitt.edu/> • DOI 10.5195/biblios.2016.263. Disponível em: <http://biblios.pitt.edu/ojs/biblios>. Acessado em: 10 set. 2021.

VIEIRA, Anna da Soledade. **Bases para sociedade da informação no Brasil: conceitos, fundamentos e universo político da indústria e serviços de conteúdo**. IBICT, 1998. Disponível em: <<http://www.faced.ufba.br/~edc287/t02/aulas/socioinfo/socinf.pdf>>. Acesso em: 5 set. 2022.

VICINI, Lorena. **Análise multivariada da teoria à prática** / Lorena Vicini; orientador Adriano Mendonça Souza. Santa Maria: UFSM, CCNE, 2005. 215 p.: il. Disponível em: <http://w3.ufsm.br/adriano/livro/Caderno%20dedatico%20multivariada%20-%20LIVRO%20FINAL%201.pdf>. Acessado em: 30 jun. 2020.

VYGOTSKY, L. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 2007

WAUTIER, Anne Marie. **O TRABALHO SOLIDÁRIO: impactos e desafios. 2004**. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/trabalho/files/2013/10/trabalhosolidario.pdf>. Acessado em: 10 set. 2022

WELLMAN, Barry; LEIGHTON, Barry. **Networks, neighborhoods, and communities: approaches to the study of the community question**. Urban Affairs Quarterly, vol. 14, nº 3, mar. 1979, p. 363-390. Sage Publications.

WENGER, E. **Communities of practices learning, meaning, and identity** Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

WENGER, E.; MCDERMOTT, R.; SNYDER, W.M. **Cultivating Communities of Practice: A Guide to Managing Knowledge**. Harvard Business School Press, 2002.

YIN, R. K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. 3ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2007.

ZANCO A.M.; COLTRE S. M.; Gestão do conhecimento nas cooperativas. **Revista de Gestão e Organizações Cooperativas** - RGC, v.3, n.5, jan/jun. 2016. Colégio Politécnico da UFSM, Santa Maria - RS.

ZIMMERMAN, M. A. **Taking aim on empowerment research: On the distinction between individual and psychological conceptions**. American Journal of Community Psychology, 18, 169-177, 1990.

APÊNDICES

APÊNDICE A



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MULTI-INSTITUCIONAL EM DIFUSÃO DE CONHECIMENTO

Roteiro de Observação Direta

1 - Objetivo:

- Capturar evidências de como ocorre o processo de produção e difusão do conhecimento nas práticas associativas dentro dos grupos produtivos de mulheres rurais no Território Velho Chico - Ba e como esse fato tem contribuído para o processo de empoderamento dessas mulheres.

2 - Eventos a serem observados:

- Descrição das participantes: atitudes, modo de agir e de falar;
- Reconstrução de diálogos: produtos verbais e não verbais, gestos e depoimentos;
- Descrição das atividades: atividades realizadas e participação das associadas;
- Descrição de eventos especiais: situações de contexto geral.

3 – Evidências:

- Práticas relacionadas a produção e difusão do conhecimento das práticas associativas;
- Práticas ligadas aos processos de economia solidária dentro dos grupos produtivos;
- Práticas que evidenciam a relação da produção e difusão do conhecimentos com o processo de empoderamento das mulheres.

4 – Local da observação:

- Território Velho Chico – Ba.

5 – Sujeitos a serem observados:

- Mulheres Rurais;

6 – Tempo de observação:

- Intervalos entre a realização das entrevistas e durante os encontros com os grupos produtivos;

7 – Registro da observação:

- O registro foi feito no momento do evento observado, quando possível, por meio de anotações em cadernos ou meio eletrônico e fotos.

APÊNDICE B



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MULTI-INSTITUCIONAL EM DIFUSÃO DE CONHECIMENTO

Roteiro do Questionário – Mulheres Rurais

Prezada Associada,

Este questionário está vinculado à tese de doutoramento intitulada – "DO "GANHAR A VIDA" PARA UMA "AÇÃO EMANCIPATÓRIA" DE MULHERES RURAIS: PRODUÇÃO E DIFUSÃO DE CONHECIMENTO NAS PRÁTICAS ASSOCIATIVAS" do Programa de Pós-Graduação Multiinstitucional em Difusão do Conhecimento (PPGDC). O objetivo deste estudo é analisar como o processo de produção e difusão do conhecimento nas práticas associativas têm contribuído para o processo de empoderamento das mulheres rurais. A relevância deste estudo está no fato de propor o debate sobre as diferentes perspectivas de emancipação das mulheres rurais a partir da produção e difusão do conhecimento e as práticas associativas que as constituem, tanto do seu próprio ponto de vista, quanto dos demais atores envolvidos.

Vale ressaltar que o questionário não será identificado, preservando o anonimato das participantes e que o resultado das suas respostas não serão apresentados isoladamente.

Agradecemos a sua contribuição!

Discente: Ivna Herbênia da Silva Souza - Doutoranda

Docente: Profa. Dra. Ana Maria Ferreira Menezes - Orientadora

Parte I – Caracterização dos sujeitos

01) Qual a sua idade?

- Entre 20 e 30 anos
- Entre 30 e 40 anos
- Entre 40 e 50 anos
- Entre 50 e 60 anos
- Acima de 60 anos

02) Grupo onde realiza as atividades produtivas?

03) Escolaridade:

- Fundamental incompleto
- Fundamental completo
- Médio incompleto
- Médio completo
- Técnico incompleto
- Técnico completo
- Superior incompleto
- Superior completo
- Pós-Graduação: _____

04) Reside em imóvel próprio?

- Sim
- Não

05) Renda familiar mensal:

- Entre R\$ 80 e R\$ 200 reais
- Entre R\$ 200 e R\$ 450 reais
- Entre R\$ 450 e R\$ 750 reais
- Entre R\$ 750 e R\$ 1045 reais
- R\$ 1.100 reais
- Acima de R\$ 1.100 reais

Parte II - Questões

No seu entendimento, de 1 a 5 (onde 1 é nenhum e 5 é bastante), os grupos produtivos fazem uso das redes sociais (Facebook, Whatsapp, Instagram, Youtube etc) para interagir entre as associadas e compartilhar saberes? *

	1	2	3	4	5	
Nenhum	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Bastante

No seu entendimento, de 1 a 5 (onde 1 é nenhum e 5 é bastante), existe o compartilhamento de informações e saberes entre as associadas? *

	1	2	3	4	5	
Nenhum	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Bastante

De 1 a 5 (onde 1 é nunca e 5 é bastante), você costuma participar de cursos, oficinas, treinamentos e reuniões oferecidos pela Associação, sindicato, instituições de assistência técnica e extensão rural, Universidades?

	1	2	3	4	5	
Nunca	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Bastante

De 1 a 5 (onde 1 é nenhum e 5 é bastante) como é o envolvimento das associadas nas trocas de experiência e saberes dentro dos grupos produtivos? *

	1	2	3	4	5	
Nenhum	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Bastante

De 1 a 5 (onde 1 é nenhum e 5 é bastante) quanto você acredita que entende sobre Economia Popular Solidária? *

	1	2	3	4	5	
Nenhum	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Bastante

De 1 a 5 (onde 1 é nenhum e 5 é bastante), como é a relação entre as práticas associativas aprendidas e praticadas pelo grupo e as normas e diretrizes estabelecidas nos documentos que regem o funcionamento dos grupos produtivos? *

	1	2	3	4	5	
Nenhum	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Bastante

O quanto as vivências (vinculadas às práticas) influenciam na rotina das mesmas e nos processos de tomada de decisão dentro dos grupos produtivos, no seio familiar e na comunidade? *

	1	2	3	4	5	
Muito Pouco	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Bastante

De 1 a 5 (onde 1 é nenhuma e 5 é bastante), como é a sua participação nas atividades das comunidades as quais fazem parte?

	1	2	3	4	5	
Nenhuma	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Bastante

De 1 a 5 (onde 1 é nenhuma e 5 é bastante) qual a importância que a sua participação nos grupos produtivos tem para você e sua família? *

	1	2	3	4	5	
Nenhuma	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Bastante

De 1 a 5 (onde 1 é muito pouco e 5 é bastante) como você avalia a sua participação no grupo e o quanto essa participação contribui para o seu desenvolvimento individual e empoderamento enquanto mulher? *

	1	2	3	4	5	
Muito pouco	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Bastante

APÊNDICE C

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MULTI-INSTITUCIONAL EM DIFUSÃO DE
CONHECIMENTO**

Roteiro de Entrevista Individual

DATA:	
HORA INÍCIO:	HORA FIM:
PSEUDÔNIMO:	IDADE:

1. Quais motivos as levaram a organizarem o grupo produtivo?
2. Qual o seu entendimento sobre os princípios da Economia Popular Solidária?
3. Que sentido tem para a sua vida, enquanto membro, a participação no grupo produtivo?
4. Como você descreve o processo de envolvimento das mulheres nas trocas de experiências e saberes dentro dos grupos produtivos?
5. Como acontecem as tomadas de decisão dentro dos grupos produtivos?
6. Como acontecem as trocas de saberes entre as mulheres e entre os grupos de trabalho?
7. Como as experiências individuais são consideradas no processo de criação e difusão de novos conhecimentos?
8. No seu entendimento, durante o processo produtivo, o compartilhamento das suas experiências de vida é levado em consideração para a construção de novos conhecimentos?
9. Como as informações são difundidas no âmbito dos grupos produtivos e da comunidade?
10. Já fez algum curso, capacitação, oficina, treinamento, reunião oferecido pelo sindicato, extensão rural, cooperativa ou outro? Tem usado os conhecimentos adquiridos?
11. Como você avalia a participação e as contribuições do grupo para seu desenvolvimento individual?
12. De quais novos espaços vocês passaram a participar após terem iniciado sua participação nos grupos produtivos?

APÊNDICE D



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MULTI-INSTITUCIONAL EM DIFUSÃO DE CONHECIMENTO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O Sr.(a) está sendo convidado(a) para participar da pesquisa “DO "GANHAR A VIDA" PARA UMA "AÇÃO EMANCIPATÓRIA" DE MULHERES RURAIS: produção e difusão de conhecimento nas práticas associativas”. Nesta pesquisa pretendemos analisar como a produção e difusão do conhecimento nas práticas associativas têm contribuído para o processo de empoderamento das mulheres rurais no Território Velho Chico - Ba.

O motivo que nos leva a estudar o tema é buscar traçar um paralelo entre a teoria e a experiência concreta, enriquecer o debate sobre como a relação das mulheres rurais com a produção e difusão do conhecimento interfere na organização social do espaço dos grupos produtivos, bem como nos leva a pensar de que forma essa produção e difusão do conhecimento estão associadas ao processo de empoderamento dessas mulheres na sociedade contemporânea.

Para esta pesquisa adotaremos os seguintes procedimentos: A população da pesquisa é composta por mulheres rurais que participam de associações e grupos produtivos nos 16 municípios que constituem o Território de Identidade Velho Chico - Ba. Ao participar deste estudo, as participantes permitirão que a pesquisadora Ivna Herbênia da Silva Souza possa realizar observações diretas, aplicar questionários, entrevista no intuito de obter as informações necessárias para o desenvolvimento do estudo, mas tem total liberdade de recusar a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo. Sempre que desejar, poderá pedir mais informações sobre a pesquisa através do telefone da pesquisadora e/ou da orientadora deste projeto, através dos contatos disponibilizados no final desse documento.

Todas as informações coletadas neste estudo são **estritamente confidenciais**, somente a pesquisadora e sua orientadora terão conhecimento de sua identidade e nos comprometemos a manter sigilo ao publicar os resultados dessa pesquisa, os dados coletados nesta pesquisa (gravações, entrevistas, fotos, filmagens, dentre outros), ficarão armazenados em (pastas de arquivo, computador pessoal).

Os prováveis riscos que podem ocorrer com são os desconfortos advindos de lembranças desagradáveis vivenciadas pelas mulheres ou qualquer alteração ao estado de espírito das participantes, especialmente em comunidades rurais ou contextos em que podem enfrentar discriminação de gênero. Assim, como podem ser identificadas como participantes em um estudo sobre questões sensíveis, o que pode levar a possíveis retaliações ou estigmatização por parte de outros membros da comunidade.

Como possíveis benefícios, o estudo fornece insights valiosos sobre como a produção e disseminação do conhecimento afetam o empoderamento das mulheres rurais, destacando a importância das práticas associativas na promoção da igualdade de gênero e na capacitação das mulheres para participar ativamente na tomada de decisões, bem

como, aborda uma lacuna na literatura acadêmica, fornecendo uma análise detalhada da interseção entre produção de conhecimento, associativismo rural e empoderamento feminino, tornando-se uma referência importante para futuras pesquisas e debates acadêmicos.

Para mitigar os riscos, caso seja percebido algum risco ou dano significativo, de acordo com a Resolução nº 466/2012, pretende-se informar o fato ao Sistema CEP/CONEP e avaliar, em caráter emergencial, a necessidade de adequar ou suspender o estudo, visto que o sistema CEP/CONEP foi criado para realizar análise ética de projetos de pesquisa envolvendo seres humanos no Brasil, o trabalho dos Comitês de Ética em Pesquisa (CEP) possuem foco na segurança, proteção e garantia dos direitos dos participantes de pesquisa. De acordo ainda com o parágrafo V, da Resolução nº 466/2012 o pesquisador deverá proporcionar assistência imediata, no termos do Item II.3 (II.3.1 – assistência imediata – é aquela emergencial e sem ônus de qualquer espécie ao participante da pesquisa, em situação em que este dela necessite; e II.3.2 – assistência integral – é aquela prestada para atender complicações e danos decorrentes, direta ou indiretamente, da pesquisa), bem como se responsabilizar pela assistência integral aos participantes da pesquisa no que se refere às complicações e danos decorrentes da pesquisa; os participantes da pesquisa que vierem a sofrer qualquer tipo de dano resultante da participação na pesquisa ou não no Termo de Consentimento Esclarecido, têm direito à indenização, por parte do pesquisador e das instituições, por parte do pesquisador e das instituições envolvidas nas diferentes fases da pesquisa.

Para participar deste estudo o(a) Sr.(a) não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. No entanto, caso o(a) Sr.(a), e seu acompanhante, tenha qualquer gasto, esse deverá ser ressarcido pelo pesquisador.

Caso o(a) Sr.(a) venha a sofrer qualquer tipo de dano resultante de sua participação na pesquisa, o(a) Sr.(a) tem direito a receber a assistência integral e imediata, de forma gratuita, pelo tempo que for necessário, tanto após o encerramento do estudo quanto no caso de interrupção da pesquisa, além de lhe ser garantido o direito à indenização.

O Sr.(a) terá o esclarecimento sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido pelo(a) Faculdade de Educação (FACED) da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e pelo pesquisador, que tratará a sua identidade com padrões profissionais de sigilo.

Caso o (a) Sr.(a) tenha alguma dúvida ou necessite de qualquer esclarecimento ou ainda deseje retirar-se da pesquisa, por favor, entre em contato com os pesquisadores abaixo a qualquer tempo.

Pesquisador Responsável – Ivna Herbênia da Silva Souza. Residente na Avenida Agenor Magalhães, nº. 775, Bairro Amaralina, Bom Jesus da Lapa – Ba. Telefone: (71) 99915.0087. E-mail: ivna.souza@ifbaiano.edu.br

Pesquisador Colaborador – Prof. Dra. Ana Maria Ferreira Menezes. Endereço: UNEB/DCH1 - Rua Silveira Martins, 2555 – Cabula, Salvador – Bahia. Telefone: (71) 987095547. E-mail: ana_mmenezes@hotmail.com

Também em caso de dúvida, o(a) Senhor(a) poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Bahia (CEP/ICS/UFBA). O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) busca defender os interesses dos participantes de pesquisa. O CEP é responsável pela avaliação e acompanhamento

dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos. O Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Bahia (CEP/ICS/UFBA) está localizado na Avenida Reitor Miguel Calmon, s/n, - Instituto de Ciências da Saúde – Térreo, Vale do Canela. Horário de funcionamento: De Segunda-feira a Sexta-feira das 07h00min às 17h30min. Telefone: (71) 3283-8951. E-mail: cepics@ufba.br.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, rubricadas em todas as suas páginas, as quais serão assinadas, ao seu término, pelo(a) Sr.(a) ou por seu representante legal, assim como pelo pesquisador responsável. Uma das vias deste termo será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida ao(a) Sr.(a). Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de cinco (5) anos, e após esse tempo serão destruídos. Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resolução N° 466/12 do Conselho Nacional de Saúde), utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos.

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento para participar, de forma livre, desta pesquisa. Se concordar, pedimos que preencha a autorização abaixo e nos reenvie.

Eu, _____, inscrito(a) sob o RG _____ CPF nº _____, abaixo assinado, concordo em participar do estudo intitulado **“DO "GANHAR A VIDA" PARA UMA "AÇÃO EMANCIPATÓRIA" DE MULHERES RURAIS: produção e difusão de conhecimento nas práticas associativas”**. Informo ter mais de 18 anos de idade e destaco que minha participação nesta pesquisa é de caráter voluntário. Fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) pelo pesquisador(a) responsável Ivna Herbênia da Silva Souza sobre a pesquisa, os procedimentos e métodos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação no estudo. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade. Declaro, portanto, que concordo com a minha participação no projeto de pesquisa acima descrito e autorizo a referida doutoranda a utilizar as informações que prestei ao responder ao questionário e/ou a entrevista da sua pesquisa para a elaboração da tese no Programa de Pós Graduação Multiinstitucional em Difusão do Conhecimento da Universidade Federal da Bahia, guardando sigilo quanto à minha identificação pessoal.

Bom Jesus da Lapa, _____ de _____ de 2023.

Nome completo (participante)

Ivna Herbênia da Silva Souza
(pesquisador responsável)

APÊNDICE E



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MULTI-INSTITUCIONAL EM DIFUSÃO DE CONHECIMENTO

Quadro 7 – DESIGN OPERACIONAL DA PESQUISA II

OBJETIVOS	CATEGORIAS	CENTRALIDADE DAS QUESTÕES	QUESTÕES	SUJEITOS
Identificar os processos de produção e difusão do conhecimento dentro da Associação de Mulheres Rurais no TVC.	Produção e Difusão do Conhecimento	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecimento tácito e conhecimento explícito dos grupos • Processo de socialização e externalização das práticas associativas 	<ul style="list-style-type: none"> • Como acontecem as trocas de saberes entre as associadas e entre os grupos de trabalho? • Como as experiências individuais são consideradas no processo de criação e difusão de novos conhecimentos? • No seu entendimento, durante o processo produtivo, o compartilhamento das suas experiências de vida é levado em consideração para a construção de novos conhecimentos? • São realizados, dentro da Associação, processos de compartilhamento de conhecimento, construídos a partir de trocas de saberes das associadas? De que maneira? • Já fez algum curso, capacitação, oficina, treinamento, reunião oferecido pelo sindicato, extensão rural, cooperativa ou outro? Tem usado os conhecimentos adquiridos? 	<ul style="list-style-type: none"> • Mulheres Rurais

<p>Analisar como as vivências e experiências individuais contribuem para as práticas associativas das mulheres no âmbito dos grupos produtivos</p>	<p>Práticas associativas rurais</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● Princípios da autogestão ● Histórias de vida ● Experiências vivenciadas e externalizadas ● Participação em reuniões e cursos ● Relação entre as associadas e os grupos de trabalho ● Organização do processo produtivo 	<ul style="list-style-type: none"> ● Quais motivos as levaram a organizarem a associação? ● Qual o seu entendimento sobre os princípios da Economia Popular Solidária? ● Que sentido tem para a sua vida, enquanto associada, a participação na Associação? ● Há relação entre as práticas associativas praticadas pelo grupo e as diretrizes estabelecidas nos documentos que regem a Associação? ● Como você descreve o processo de envolvimento das associadas nas trocas de experiências e saberes dentro da Associação? ● Como acontecem as tomadas de decisão dentro da Associação? 	<ul style="list-style-type: none"> ● Mulheres rurais
<p>Analisar como vem se constituindo a construção do empoderamento individual e/ou coletivo das mulheres rurais no TVC.</p>	<p>Empoderamento individual e/ou coletivo</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● Envolvimento / participação em mobilizações populares ● Vivências igualitárias no âmbito familiar ● Participação em Conselhos comunitários ● Participação nas tomadas de decisão no âmbito familiar e grupal ● Busca da dignidade e qualidade de vida 	<ul style="list-style-type: none"> ● Como você avalia a participação e as contribuições do grupo para seu desenvolvimento individual? ● De quais novos espaços vocês passaram a participar após terem iniciado na Associação? ● O que mudou em sua rotina após ingressar na Associação? Houve alguma melhora nas condições da família? Se sim, o que melhorou? Se não, o que poderia ter melhorado? ● A senhora participa de algum movimento social, grupo ou associação? Conte-me sua experiência. ● Como está a participação das mulheres na comunidade? ● Já acessou alguma política pública? Conte-me sua experiência ● Na sua opinião, qual é a função da mulher na família? E do marido? ● Na sua opinião, o que poderia ser feito para melhorar as condições das mulheres rurais e seu acesso às políticas públicas? Qual o seu sonho? ● O que a senhora entende por empoderamento feminino? ● No seu entendimento, as políticas públicas contribuem para o empoderamento feminino? Como? 	<ul style="list-style-type: none"> ● Mulheres Rurais

Fonte: Elaborado pela autora (2021); adaptado de MENEZES; AMADO, (2020).

